

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

**LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA AGRICULTURA
DE BASE AGROECOLÓGICA NO EXTREMO SUL DO BRASIL: O PROJETO DE
AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO
NORTE (RS)**

MARIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA

**RIO GRANDE
2013**

MARIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA

**LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA AGRICULTURA
DE BASE AGROECOLÓGICA NO EXTREMO SUL DO BRASIL: O PROJETO DE
AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO
NORTE (RS)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação Ambiental.
Linha: Fundamentos da Educação Ambiental – FEA.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado.

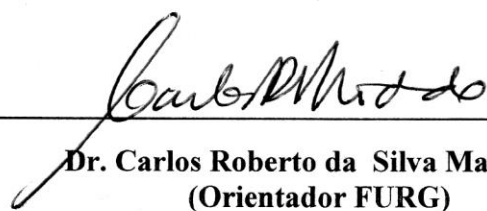
RIO GRANDE

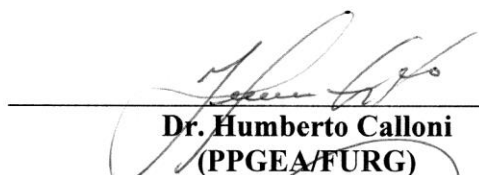
2013

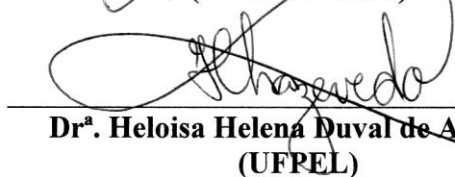
MARIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA

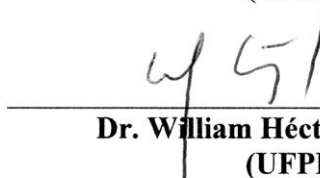
***LIMITES E CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO
AMBIENTAL E DA AGRICULTURA DE BASE
AGROECOLÓGICA NO EXTREMO SUL DO BRASIL: O
PROJETO DE AGRICULTURA URBANA E
PERIURBANA EM RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO
NORTE (RS)***

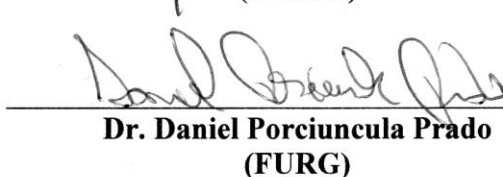
Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores.


Dr. Carlos Roberto da Silva Machado
(Orientador FURG)


Dr. Humberto Calloni
(PPGEA/FURG)


Dr. Heloisa Helena Duval de Azevedo
(UFPEL)


Dr. William Héctor Gómez Soto
(UFPEL)


Dr. Daniel Porciuncula Prado
(FURG)

S586l	Silva, Maria de Fátima Santos da Limites e contribuições da educação ambiental e da agricultura de base agroecológica no extremo sul do Brasil: o projeto de agricultura urbana e periurbana em Rio Grande e São José do Norte (RS) / Maria de Fátima Santos da Silva. - 2013. 210 f. Tese (doutorado em Educação Ambiental) - Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande / RS, 2013. Orientador: Dr. Carlos Roberto da Silva Machado. 1. Educação Ambiental 2. Agroecologia 3. Soberania alimentar 4. Agricultura urbana 5. Agricultura periurbana 6. Agricultura de base familiar I. Machado, Carlos Roberto da Silva II. Título. CDU: 504:37:631
-------	---

Agradecimentos

Seria impossível listar todas as pessoas que foram fundamentais para a escrita deste trabalho. Então, para não correr o risco de esquecer quem é inesquecível e fundamental, registro aqui meus agradecimentos de forma coletiva a todos que estiveram comigo ao longo desse tempo.

Agradeço a minha família, pelos momentos de alegria, de dor, de vitórias e derrotas, de esperanças, de frio, vento, chuva, sol trabalhando na agricultura. Foi a convivência com vocês, com a terra, com as suas/nossas dificuldades e possibilidades que me permitiu, sem dúvida, chegar até aqui e – mais do que isso, ser feliz. Eu amo vocês, com toda a força do meu coração.

Pai (in memoriam), mãe, Rosa, Leonardo (por tudo e em tudo) muito obrigada! Eu não seria o que sou sem a presença de vocês, sem a história que construímos juntos.

Ao meu sogro, minha sogra e a Fernanda, que nesses últimos anos foram fundamentais. Agradeço pela amizade, companheirismo e entendimento acerca de minhas ausências (em função dos estudos durante o processo de escrita da tese).

Aos agricultores da Quitéria (meus vizinhos) que estiveram presentes em meus estudos de Mestrado e me ensinam mais a cada dia sobre a vida, suas adversidades, mudanças, limites, brechas, esperanças...

Aos meus amigos de toda a vida e que estiveram/estão ao meu lado em diferentes momentos, meu agradecimento. É impossível citá-los sem cometer injustiças, de toda forma, que fique registrado minha gratidão e amor.

Aos colegas da graduação em História que me mostraram um mundo que eu não conhecia, bem como aos professores. Muitos desses estiveram comigo durante a Especialização também, fica aqui meu muito obrigada!

Aos amigos, colegas, professores com quem pude aprender mais durante o Mestrado em Educação Ambiental. Não foi um período fácil, tendo em vista a saúde do meu pai, mas valeu muito a pena, isso eu devo a vocês...

Às Professoras das Escolas Silvério da Costa Novo (5º Secção da Barra de São José do Norte), Sant'Ana (Rio Grande) e Wanda Rocha (Rio Grande). O período de realização do Doutorado foi de bastante trabalho com a docência em História. Vocês foram fundamentais nisso. As risadas, conversas, aprendizagens foram inúmeras e me ajudaram a ser mais feliz, mas além disso, entender melhor o mundo, meu papel no campo da educação e a necessidade de sonharmos sonhos possíveis.

O CAIC me ensina isso a cada dia mais e mais. Em maio de 2011, quando ingressei no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC/FURG), assumindo a Coordenação Pedagógica dos Anos Finais, enfrentei muitos desafios, mas ao

longo desse tempo, fui conhecendo e me apropriando desse espaço e agora é como se fosse a extensão da minha casa.

O CAIC me ensina a cada dia que viver é uma dádiva, mas em muitos momentos a vida pode ser muito injusta e dolorida. A Escola é um espaço de tornar muitas cargas menos pesadas, mostrar que há esperança, que a mudança é possível e que a pobreza não é natural, mas construída por uma forma de organização econômica que tira, muitas vezes, o direito de aprender e ser mais de crianças e adolescentes.

Àqueles que sonham junto comigo no/com o CAIC meu agradecimento; aos que ainda não sonham: fica o meu convite para que possam ser mais felizes...

No CAIC eu tenho amigos, irmãos, camaradas, pessoas que são fundamentais para que eu possa fazer o melhor possível e atrever-me sonhar com o impossível – que pode ser construído enquanto inédito viável.

Aos agricultores e agricultoras que ousaram mudar suas práticas agrícolas e, assim sua vida, para além de meu agradecimento, meu reconhecimento... Sem vocês, esse trabalho não seria possível.

Ao NUDESE, pela acolhida, pelo trabalho desenvolvido, pela perseverança mesmo em condições adversas, muitas vezes. A história desse Núcleo ensina muito sobre qual o papel e compromisso que a Universidade Pública precisa assumir.

Aos Bolsistas do Projeto que desenvolvemos entre 2010 e 2011 acerca da Agricultura Urbana e Periurbana: Fernanda, Vânia, Iviliane, Aline, Thamara, Fábio, Rômulo e ao Eron, que atuou no ano de 2012, muito obrigada por tudo! As leituras que realizamos, os estudos coletivos, as saídas de campo, as entrevistas foram fundamentais para o presente estudo.

Ao meu Orientador, Professor Carlos Machado, fica aqui registrado não apenas meu agradecimento, mas minha profunda admiração e respeito. Ser sua orientanda foi uma experiência muito importante em minha trajetória, não apenas acadêmica, mas pessoal. A tua solidariedade, tuas ideias, teus exemplos me ensinaram a cada dia ser uma pessoa melhor. Muito obrigada pela leitura atenta, pelas sugestões, contestações e sustos. Essa tese é fruto de um processo de orientação que me deu segurança para buscar trilhar meu caminho enquanto pesquisadora, o que só foi possível por eu não estar sozinha, mas ter a tua companhia em todos os momentos.

Ao Professor Humberto Calloni, o que dizer? O quanto ele foi fundamental nos meus estudos de Mestrado resume um pouco da minha admiração e respeito pela aprendizagem e caminho trilhado. É muito bom ter tuas contribuições nesse momento também.

Ao Professor Willian Héctor Soto, que tive o prazer de conhecer durante a qualificação, meus agradecimentos. Sua leitura atenta e contribuições foram fundamentais para dar prosseguimento ao estudo. Sem dúvida, esse trabalho não teria a configuração que tem sem sua contribuição. Muito obrigada!

À Professora Heloisa Helena de Azevedo meu agradecimento e, mais do que isso, minha admiração, respeito e amizade. Aprendi e continuo aprendendo muito contigo e quero deixar registrado aqui que foi muito bom ter te encontrado nessa vida.

Ao Professor Daniel Prado, com o qual tive minha primeira experiência como Bolsista no CDH (Centro de Documentação Histórica) meus agradecimentos. É uma honra ter sua presença nesse momento. Tua generosidade, comprometimento, humanidade, solidariedade são exemplos que eu carrego desde a época da graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, pela acolhida, pelos ensinamentos, pelos momentos que pude compartilhar com vocês ao longo desses últimos anos, muito obrigada!

Obrigada a tudo, por tudo, por tornarem meus dias melhores e me ensinarem que é possível aprender sempre....

*Eterno Aprendiz
(Gonzaquinha)
Eu fico
Com a pureza
Da resposta das crianças
É a vida, é bonita
E é bonita...
Viver!
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz...
Ah meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita...*

Semeadura

(Vitor Ramil)

*Nós vamos prosseguir, companheiro
Medo não há
No rumo certo da estrada
Unidos vamos crescer e andar
Nós vamos repartir, companheiro
O campo e o mar
O pão da vida, meu braço, meu peito
Feito pra amar.
(...)*

*Nós vamos semear, companheiro
No coração
Manhãs e frutos e sonhos
Pr'um dia acabar com esta escuridão
Nós vamos preparar, companheiro
Sem ilusão
Um novo tempo, em que a paz e a fartura
Brotem das mãos
(...)*

*Minha guitarra, companheiro
Fala o idioma das águas, das pedras
Dos cárceres, do medo, do fogo, do sal
Minha guitarra
Tem os demônios da ternura e da tempestade
É como um cavalo
Que rasga o ventre da noite
Beija o relâmpago
E desafia os senhores da vida e da morte
Minha guitarra é minha terra, companheiro
É meu arado semeando na escuridão
Um tempo de claridade
Minha guitarra é meu povo, companheiro*

*Americana Pátria, morena
Quiero tener
Guitarra y canto libre
En tu amanecer
No pampa, meu pala a voar
Esteira de vento e luar
Vento e luar*

RESUMO

A Educação Ambiental, em sua vertente transformadora, tem papel importante para a concretização de processos formativos e práticas relacionadas à constituição da agricultura de base agroecológica e a busca por Justiça Ambiental e Soberania Alimentar. Nesse sentido, a presente tese é resultado de um estudo efetivado junto/com os agricultores envolvidos no Projeto de Agricultura Urbana e Peri-Urbana realizado pelo Núcleo de Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE/FURG) no biênio 2008/2009 e que apresentava como proposta a transição agroecológica. As políticas públicas relacionadas à questão da fome e produção de alimentos no Brasil defendem a Agricultura Urbana e Periurbana como uma prática que pode garantir a Segurança Alimentar das populações, mas essa é uma questão que carece ser problematizada e se configura no cerne do problema de pesquisa aqui desenvolvido. Então, partindo das leituras e pesquisas empíricas realizadas essa assertiva é confrontada tomando por base os fundamentos e princípios da Educação Ambiental Transformadora. A tese afirmada é a de que para além dos limites impostos pelo Capitalismo, o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica – que traz em seu bojo a diversificação da produção e a criação de espaços de formação junto aos agricultores – contribui para a garantia de avanços na busca pela Soberania Alimentar. Além disso, possibilita espaços formativos importantes para a necessária aproximação entre a teoria e as práticas/ações desenvolvidas no campo da Educação Ambiental e da Agroecologia. Os objetivos do estudo foram identificar as mudanças/permanências na forma de organização da produção agrícola de base agroecológica realizadas pelas famílias; apontar os aspectos limitantes e as potencialidades do Projeto e analisar os desafios das ações da Educação Ambiental em sua vertente transformadora frente tal contexto, no que se refere às mudanças nas/das condições materiais e subjetivas que constituem a agricultura de base familiar. A metodologia desenvolvida na pesquisa partiu da revisão bibliográfica, envolvendo a observação participante e a realização de entrevistas. No que tange à discussão/reflexão dos dados/fontes utilizou-se da Análise Textual Discursiva. A partir do estudo realizado, cabe afirmar, corroborando para a ratificação da tese, que as ações desenvolvidas pelo NUDESE, seja no que se refere ao processo formativo ou voltadas à transição agroecológica, foram fundamentais na constituição de espaços de esperança/possibilidades de mudança das condições de injustiça socioambientais hodiernas. De toda sorte, há aspectos que limitaram a proposta em questão e que corroboram para a reafirmação da necessidade de superação do Capitalismo. Esse é o caso da não continuidade de financiamento do Projeto por parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); a falta de diálogo e articulação mais intensa com o Poder Público Municipal em ambas as cidades estudadas; os problemas estruturais que estão presentes nas feiras livres; a ausência de discussões fundamentais ao longo do processo formativo desenvolvido pelo NUDESE, como é o caso da crítica a forma de organização da produção atual, e seus limites, a relação estabelecida entre os homens entre si e desses com a natureza da qual fazem parte e o protagonismo que os agricultores devem ter com relação às mudanças em sua forma de produzir e viver em um processo como esse.

Palavras-Chave: Educação Ambiental; Agroecologia, Soberania Alimentar; Agricultura Urbana e Peri-urbana; Agricultura de Base Familiar.

ABSTRACT

This dissertation was based on a study carried out with farmers involved in the Urban and Peri-urban Agriculture Project which was developed by the *Núcleo de Desenvolvimento Econômico e Social* at the *Universidade Federal do Rio Grande* (NUDESE/FURG), located in Rio Grande, RS, Brazil, in 2008 and 2009. Results show that, beyond the limits imposed by capitalism, the development of Agroecology-based agriculture – which means the diversification of production and the elaboration of educational programs for farmers – has contributed to ensure advances in the search for Food Sovereignty. Furthermore, it has become an important space to discuss and work in Transformative Environmental Education in order to intertwine its theory and its effective practice/action along with the farmers. This study aimed at verifying whether the development of the proposal contributed to ensure the families' Food Sovereignty and at identifying the limits and possibilities of this action regarding changes it generated and reflections/actions that helped to overcome Environmental Injustice which has been experienced as a whole nowadays. Besides, this research has three specific objectives, namely: to identify changes, if any, in the organization of the families' Agroecology-based agricultural production; to show the limits and the potentiality the Project has; and to analyze the challenges of actions in Environmental Education in its transformative trend in this context, regarding changes in the material and subjective conditions that constitute family farming. The methodology comprised a literature review, participant observation and interviews with the farmers. Discursive Textual Analysis was used to discuss and reflect upon the data and sources. Actions developed by NUDESE, in terms of the educational process and practices that aim at agroecological transition, were fundamental to create spaces where hope and changes may happen, as opposed to the form of economic organization that prevails these days by defending the interests of agribusiness, rather than little units of family farming. However, there were aspects that limited the actions under investigation and that corroborated the need to cope with capitalism. One of them was the reason why the Project was not funded by the *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome* (MDS) anymore. In addition, this study pointed out the lack of dialogue and close interaction with the City Government in both cities under study, structural problems faced in street fairs and the lack of discussion throughout the educational program developed by NUDESE concerning the criticism aimed at the organization of the current production, the limits of capitalism, the relations that humans have established among themselves and with nature they live in and, finally, the farmers' participation in changes related to how they can produce and live in a process like this one.

Key words: Environmental Education; Agroecology, Food Sovereignty; Urban and Peri-urban Agriculture; Family Farming

LISTA DE SIGLAS

ATD – Análise Textual Discursiva

Aulinorte – Aglomeração Urbana do Norte

Aune – Aglomeração Urbana do Nordeste

Ausul – Aglomeração Urbana do Sul

AUP – Agricultura Urbana e Periurbana

CBMM – Companhia Brasileira de Metalúrgica e Mineração

CcMar – Centro de Convívio dos Meninos do Mar

CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente

CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

COOFAN – Cooperativa dos Agricultores Familiares Nortenses

COOTRACOM – Cooperativa de Trabalho Comunitário

EMATER – Empresa Brasileira de Extensão Rural

FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)

FINEP – Agência Brasileira de Inovação

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

INTECOOP – Projeto de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

METROPLAN – Fundação Metropolitana de Planejamento

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NUDESE – Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PPGEA/FURG – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande

PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

RG – Rio Grande

SC – Santa Catarina

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SJN – São José do Norte

SMAP – Secretária Municipal de Agricultura e Pesca de São José do Norte

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organogramas

Organograma 01 – Tríade para uma cartografia da Educação Ambiental Transformadora	37
Organograma 02 – Multidimensionalidade da Agricultura Sustentável	54
Organograma 03 – Desafios para a consolidação da Soberania Alimentar	71
Organograma 04 – Procedimentos da Análise Qualitativa Textual	74
Organograma 05 – Linhas de Ação do Programa Fome Zero em seu início	82
Organograma 06 – Agricultura Urbana e Periurbana	110
Organograma 07 – Categorização Inicial para elaboração da análise referente à organização da produção agrícola das/com as famílias pesquisadas	115
Organograma 08 – Elementos que devem estar presentes na análise das transformações da/na organização agrícola no contexto estudado	123
Organograma 09 – Elementos para uma cartografia da Educação Ambiental Transformadora	171

Mapas

Mapa 01 – Principais Aglomerações Urbanas do Rio Grande do Sul	93
Mapa 02 – Aglomerações Urbanas do Sul	94

Figuras

Figura 01 – Grupo de Pesquisa durante um café na residência de participantes do Projeto	26
Figura 02 – Agricultores na Feira Livre de São José do Norte	59
Figura 03 – Sementes entregues aos agricultores que fazem parte do Projeto	85
Figura 04 – Província de São Pedro do Sul por Herrmann Rudolf Wendrothen (1835)	96
Figura 05 – Plantação de Morangos do Bolaxa (Rio Grande)	99
Figura 06 – Plantação de hortifrutigranjeiros em Rio Grande	113
Figura 07 – Feira de São José do Norte	148
Figura 08 – Plantação de Morangos	167

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	18
CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA E A AGROECOLOGIA: FUNDAMENTOS E APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS	26
1.1. A Educação Ambiental Conservadora e a Educação Ambiental Transformadora: antagonismos no que se refere à defesa de permanências/mudanças	31
1.1.1. A Educação Ambiental Conservadora: pressupostos e limites	31
1.1.2. A Educação Ambiental Transformadora: contraposição à Educação Ambiental Conservadora	35
1.1.2.1. A Intervenção na/sobre a realidade: a proposta da Educação Ambiental Transformadora	37
1.1.2.2. A Educação Ambiental enquanto ato político	41
1.1.2.3. A Educação Ambiental e a Justiça Ambiental: aproximações	43
1.2. A Educação Ambiental Transformadora e a Agroecologia: aproximações possíveis e necessárias	46
1.2.1. A Agroecologia e sua dimensão educativa: uma discussão para além das práticas agrícolas	50
CAPÍTULO 2 – A SOBERANIA ALIMENTAR E A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: VELHAS E NOVAS DISCUSSÕES ACERCA DE UM ANTIGO PROBLEMA	59
2.1. Soberania Alimentar: uma luta para além da garantia de Segurança Alimentar	64
2.2. Agricultura Urbana e Periurbana no enfrentamento à fome: políticas públicas no Brasil	72
2.2.1. Conceituação e contestações no cenário brasileiro e mundial no que se refere à Agricultura Urbana e Periurbana	75
CAPÍTULO 3 – O PROJETO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COMO FOCO DO ESTUDO: APROFUNDANDO O ENTENDIMENTO SOBRE O ESPAÇO/TEMPO DA PESQUISA	85
3.1. A Agricultura Urbana e Periurbana em Rio Grande e São José do Norte: uma proposta no campo da Extensão Universitária	86
3.1.2. O Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana do NUDESE: ações no campo da Agroecologia e Educação Ambiental	88
3.2. Rio Grande e São José do Norte na Aglomeração Urbana do Sul: elementos importantes para o estudo	92
3.2.1. Município de Rio Grande: questões relevantes no que tange à sua trajetória histórica	95
3.2.2. São José do Norte: Mui Heróica Villa	97
CAPÍTULO 4 – PROPOSTA METODOLÓGICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE	

SEUS DESAFIOS, FORMA DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA	99
4.1. A pesquisa e suas definições	102
4.2. A coleta de dados: aproximações ao/com o NUDESE, observações participantes e entrevistas	104
4.3. A Análise Textual Discursiva: uma abordagem que envolve o texto e seu contexto	108
CAPÍTULO 5 - A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E O PROJETO DO NUDESE – ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES QUANDO “O FUTURO É INCERTO NA AGRICULTURA, MAS ELA ESTÁ ENTRANDO EM UM MOMENTO QUE TEM TUDO PARA DAR CERTO...”	113
5.1. Antecedentes – “ <i>Eu sou filha de agricultor e ele também...</i> ”: a trajetória dos agricultores anterior à ação do NUDESE	115
5.2. “ <i>Vale, agroecologia vale! Porque além de ser uma coisa sadia a gente vai curando a terra, claro que é um processo longo...</i> ”: A ação do NUDESE e as transformações na organização da produção em Rio Grande e São José do Norte	124
5.2.1. “ <i>Vou falar do que foi feito...</i> ”: as ações desenvolvidas pelo NUDESE no campo da Agricultura Urbana e Periurbana	125
5.3. “ <i>Estamos pelo projeto, com a esperança que ele um dia vai melhorar que ele vai decolar, não vai ser pra nós, mas ele vai decolar e então nós vamos ter estado ali naquele início...</i> ” Mudanças e permanências a partir da ação do NUDESE	130
5.4. “ <i>Nunca imaginei plantar sem usar veneno, mas agora vemos que é possível...</i> ”: A Transição Agroecológica – entre contradições e possibilidades	133
5.5. “ <i>Agora a gente tem muito mais segurança para plantar, colher e vender...</i> ”: entre avanços e desafios para/na busca da Soberania Alimentar.	140
CAPÍTULO 6 – LIMITES E POSSIBILIDADE DE UMA AÇÃO NO CAMPO DA AGRICULTURA URBANA DE BASE AGROECOLÓGICA DESENVOLVIDA POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: “ <i>NEM TUDO QUE A GENTE QUER A GENTE CONSEGUE, MAS VAMOS ESPERANDO...</i> ”	148
6.1. As metas definidas pelo NUDESE e ação desenvolvida: um olhar a partir das falas dos agricultores	150
6.1.1. A Agricultura Urbana e Periurbana: “ <i>Bom, na verdade, sempre fomos agricultores, mas agora estamos nisso de periurbano, agroecologia...</i> ”	153
6.1.2. “ <i>Agora nós estamos fazendo agroecologia...</i> ”: entendimentos e fazeres acerca da qualificação técnica em Agroecologia e Autogestão para Agricultores	156
6.1.3. O apoio a Comercialização dos Produtos e a criação de novos espaços para tal: “ <i>a gente queria mesmo era vender porque também não adianta, não é? Plantar para botar fora é triste...</i> ”	160
CAPÍTULO 7 – “ <i>SÃO PEQUENAS MUDANÇAS, MAS SÓ TU PODER IR EM UM CURSO, SER OUVIDA, ISSO JÁ É MUITO...</i> ”: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA – ENTRE CONTRADIÇÕES E ESPAÇOS PARA A MUDANÇA (UM OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO NUDESE E PARA ALÉM DELA)	167
7.1. A Educação Ambiental Transformadora e ação desenvolvida pelo NUDESE: primeiras aproximações	171

7.2. A Educação Ambiental enquanto ato político: <i>“nós éramos mais um, na mesma busca...”</i>	176
7.3. <i>“A mudança é uma coisa que vem com o tempo, com a nossa busca, não é?”</i> A Educação Ambiental Transformadora e a intervenção na/sobre a realidade	183
7.4. Justiça Ambiental e Educação Ambiental: <i>“a verdade é que os mais pobres são os que mais sofrem...”</i>	187
7.5. <i>“É na formação que a gente se encontra e vê que tem mais gente...”</i> sistematizações e proposições	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	200

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança (...). Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência do sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre, pelo contrário, continua. A compreensão da história como possibilidade e não determinismo (...) seria ininteligível sem o sonho, assim como a concepção determinista se sente incompatível com ele e, por isso, o nega”. (FREIRE, 1992, p.47).

Ao iniciar as primeiras palavras desta tese é fundamental que se diga que ela é o resultado de uma longa trajetória da pesquisadora no trabalho com/na agricultura. Foi entre canteiros de cebola, plantações de cenoura, cortes de alho, perdas de safras inteiras em função das chuvas, convivência com agrotóxicos que se deu sua constituição enquanto gente, enquanto alguém que, mais do que escreve/pesquisa sobre a agricultura, durante muito tempo, teve nessa prática a garantia de sua sobrevivência/sustento.

A experiência, enquanto filha de agricultores e trabalhadora na/com a terra, na Quitéria (Rio Grande/RS), bem como a comercialização dos produtos na Feira Livre – que se estendeu até o ano de 2007 – foi fundamental para a realização do estudo no Mestrado¹ e agora no Doutorado. Não se trata da escrita de alguém que conheceu a agricultura para pesquisar, mas antes disso, conheceu as dificuldades e belezas da agricultura, as dores – relatadas em muitas das entrevistas realizadas

¹ A realização do Mestrado em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande aconteceu entre os anos de 2005 e 2007, culminando com a defesa da Dissertação: “A Esperança que brota da terra: a agricultura convencional praticada na Quitéria e as possibilidades de mudança pelos caminhos da Educação Ambiental”.

neste estudo – em função do serviço pesado e as expectativas de que o futuro seria melhor, de que havia a possibilidade de uma agricultura que não prescindisse do uso dos agrotóxicos e que levasse em conta a vida em sua totalidade/integralidade e não apenas a produção em larga escala e o lucro.

Antes de tudo, essa é uma tese movida por sonhos, por esperanças, pela crença na possibilidade de construção de outra forma de relação dos homens com a natureza, o que envolve a produção rural, mas também a convicção de que esse é um desafio cotidiano que carece de vontade coletiva e das condições para tal. Isso significa que projetos e ações que defendam e busquem construir uma agricultura de base agroecológica precisam criar as ferramentas para isso, necessitam caminhar junto com os agricultores e acreditar no papel desses últimos, enquanto protagonistas no processo e não meros receptáculos de conhecimento/formação técnica.

Durante os últimos três anos – período em que foi realizada a pesquisa de forma mais intensa – foi possível aprofundar as leituras e conhecimento acerca da agricultura e, mais do que isso, confirmar, a partir do que é enunciado na tese, a possibilidade de consolidação de outra forma de organização/produção agrícola, o que passa pela superação do Capitalismo, uma necessidade urgente. Mudanças que não estejam ligadas a isso serão paliativas e não darão conta dos desafios que estão colocados hodiernamente.

A pesquisa desenvolvida para a elaboração da presente tese aborda o Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana realizado pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE) nos anos de 2008-2009 com o financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Essa é uma iniciativa que integra o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana desencadeado pelo Governo Federal.

A ação foi desenvolvida nos Municípios de Rio Grande e São José do Norte (RS) e os estudos para a tese envolveram o total de nove produtores que possuem como principal fonte de renda a venda de hortifrutigranjeiros, os quais são comercializados nas Feiras Livres assessoradas pelo NUDESE.

No que concerne à proposta metodológica, a pesquisa se deu através da observação participante e entrevistas com os agricultores, bem como reuniões e entrevistas com os integrantes do NUDESE para que fosse possível conhecer mais do trabalho realizado e, assim, aprofundar o estudo. A análise de dados partiu do

arcabouço encontrado na Análise Textual Discursiva (MORAES, 2003; GALIAZZI e MORAES, 2006) tomando em consideração as particularidades do estudo, sua hipótese e seus objetivos.

A hipótese inicialmente desenvolvida apontada para as possibilidades que uma ação como a desenvolvida pelo NUDESE – ancorada na transição agroecológica e na formação dos agricultores – apresentava no que se refere à busca de Soberania Alimentar e Justiça Ambiental (enquanto horizonte utópico). Essa se configura em uma discussão importante para o campo da Educação Ambiental, o qual tem na questão agrária uma de suas preocupações latentes. Há limites evidentes ao desenvolvimento de uma proposta de agricultura de base agroecológica dentro dos marcos do Capitalismo. Isso é algo que precisa ser cada vez mais pautado nas pesquisas desenvolvidas nessa seara e se configurou como uma das intenções ao longo da pesquisa.

Nesses meandros, a tese aqui defendida é de que, *para além dos limites impostos pelo Capitalismo, o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica com a diversificação da produção e a criação de um processo de formação política coletiva, permeada de práticas no campo da Educação Ambiental, contribui para a garantia de avanços na busca pela Soberania Alimentar das famílias envolvidas no Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana consolidado pelo NUDESE nos Municípios de Rio Grande e São José do Norte.* Para além disso, tal Projeto vai ao encontro dos princípios da Educação Ambiental em sua vertente transformadora e se constitui em um passo importante para a consolidação de outra produção agrícola, diferente da voltada para a geração de lucro e da visão mercadológica, arraigada no agronegócio, ainda que precise avançar em muitos aspectos, como será colocado no decorrer do texto.

Apontar os limites e as possibilidades da ação, o que implica seus avanços e aquilo que pode ser qualificado foi o exercício realizado para que fosse possível confirmar ou não tal assertiva, o que foi potencializado pelos objetivos gerais e específicos elencados, quais sejam:

Objetivo Geral

- Verificar/constatar se o desenvolvimento da proposta do NUDESE de Agricultura Urbana e Periurbana contribui para a garantia da Soberania Alimentar das famílias envolvidas, partindo do entendimento de que ela seja mais do que acesso aos alimentos, mas envolva as dimensões ambiental, social, política, econômica, ética, etc. no tocante à produção, consumo e distribuição dos alimentos.

Objetivos Específicos:

- Compreender as mudanças/permanências na forma de organização da produção agrícola realizadas pelas famílias atendidas pelo NUDESE, no que se refere à efetivação da agricultura de base agroecológica e a Soberania Alimentar, que a tangencia;
- Apontar os aspectos limitantes e as potencialidades do Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido pelo NUDESE, partindo da avaliação que os agricultores realizam da mesma e do conjunto de ações realizadas pelo Núcleo;
- Analisar as possibilidades e os desafios das ações da Educação Ambiental em sua vertente transformadora para a modificação das condições materiais e subjetivas defendidas, tomando por base a forma como isso vem sendo percebido/praticado pelos agricultores envolvidos;

Para dar conta disso, a tese foi organizada em sete capítulos. Inicialmente se buscou apresentar algumas definições fundamentais para a pesquisa, como é o caso da discussão acerca da Educação Ambiental e seu entendimento enquanto campo heterogêneo. Há diferentes interesses/projetos sendo defendidos no que concerne tal questão e isso exige um olhar atento para que se tenha clareza acerca do que são suas vertentes conservadora e transformadora. Do mesmo modo, a Agroecologia e sua relação com a Educação Ambiental foram temáticas importantes para que o trabalho pudesse avançar no que se refere à análise das práticas desenvolvidas pelo NUDESE.

A Soberania Alimentar, defendida pelos movimentos agrários e populares em contrapartida à Segurança Alimentar, pautada pelo Governo Federal, bem como os limites e possibilidades da Agricultura Urbana e Periurbana foram debates trazidos pela tese importantes para fundamentar a pesquisa realizada. De forma mais intensa, é nos capítulos finais que a pesquisa de campo emerge, buscando dialogar com os saberes/fazeres dos agricultores participantes da tese.

No primeiro capítulo, nesse sentido, foi abordada a interligação entre a Educação Ambiental Transformadora e a Agroecologia. De certo, ambas são searas heterogêneas e de disputa de/por diferentes grupos sociais, o que torna imperativo definir de qual lugar se está falando ao pontuar tal questão. Ao diferenciar a vertente conservadora da transformadora – no tocante à Educação Ambiental – o estudo defende a segunda e apresenta premissas/princípios que são basilares para sua ação: o entendimento de que a educação é um ato político, o compromisso com a mudança e a busca por Justiça Ambiental.

A Agroecologia, que precisa ser entendida para além de mudanças na prática agrícola, também foi tema do primeiro capítulo, nomeadamente no que se refere ao seu papel e desafios que engendra e relação com a construção de outra forma de produzir e viver, que compartilhe do projeto de superação do Capitalismo, enquanto um espaço/tempo de produção e reprodução de Injustiça Ambiental. Essas são as questões abordadas em “A Educação Ambiental Transformadora e a Agroecologia: fundamentos e aproximações possíveis”.

O segundo capítulo traz a discussão acerca de três categorias fundamentais no estudo e que estão interligadas: a produção de alimentos, a Soberania Alimentar e a Agricultura Urbana. Inicialmente são abordadas questões relativas ao debate atual sobre a fome e a produção dos alimentos, situando a problemática dentro de um contexto mais amplo, de crise do Capitalismo e apropriação desigual dos recursos naturais e do fruto do trabalho.

A Segurança Alimentar defendida nas políticas públicas do Governo Federal é questionada à luz da discussão protagonizada pelos Movimentos Sociais ligados ao campo. A aposta no estudo de tese é na defesa da Soberania Alimentar, o que envolve não apenas o acesso aos alimentos, mas a forma como isso acontece em sua integralidade e o papel dos agricultores enquanto fundamentais e com participação ativa na definição dos rumos de sua produção agrícola e, para além disso, na produção de sua forma de vida, o que deve ser efetivado tomando por

base os princípios/premissas da Educação Ambiental Transformadora. Em “A Soberania Alimentar e a Agricultura Urbana e Periurbana: velhas e novas discussões acerca de um antigo problema” essas questões também são abordadas.

Como se trata do estudo dos limites e possibilidades de um Projeto que integra o Programa de Agricultura Urbana do MDS (Governo Federal), não seria possível avançar sem definir o que é a Agricultura Urbana e Periurbana e o que vem sendo escrito/produzido em seu nome. Corrobora para um melhor entendimento a experiência cubana e suas particularidades para tal propósito.

No terceiro capítulo, “O Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana como foco do estudo: aprofundando o entendimento sobre o espaço/tempo da pesquisa”, há a apresentação do Projeto desenvolvido pelo NUDESE, tomando por base principalmente o que foi encaminhado ao Governo Federal como proposta. O papel da Extensão Universitária e os aspectos relacionados aos seus limites e possibilidades também fazem parte da terceira parte da tese.

Foi importante pontuar alguns elementos acerca da história e da organização econômica atual – no que tange à atividade primária – dos Municípios de Rio Grande e São José do Norte (RS). Isso foi feito ao final desse capítulo, que antecede à apresentação da proposta metodológica.

O quarto intitulado “Proposta Metodológica: considerações acerca de seus desafios, forma de coleta de dados e Análise Textual Discursiva” busca apresentar a trajetória metodológica desenvolvida no decorrer do estudo, partindo do entendimento de que isso está imbricado aos objetivos da pesquisa e à concepção teórica defendida. Nesses meandros, elucidar o percurso metodológico que foi desenvolvido, tanto no que se refere à forma como se deu à pesquisa empírica, quanto no que se refere à análise dos dados foi o objetivo central do capítulo. O papel da pesquisa e seus desafios, a definição de entrevista e observação participante, bem como a Análise Textual Discursiva configuram essa parte do texto.

No quinto capítulo tem início a apresentação dos resultados. É importante que se diga que são sabidos os limites impostos às transformações na forma de organização econômica, política, social, cultural e ambiental hodiernas, contudo, só tem sentido o esforço de pesquisa quando, partindo da concretude do real, ousa apontar caminhos possíveis e brechas à mudança. Isso implica acreditar que a história vindoura não é predeterminada, mas pode ser modificada, o que não ocorre fora de tensões e contradições. LEFEBVRE (2009, p. 62), corrobora com isso

quando afirma que “*são os indivíduos humanos que fazem sua vida (social), sua história e a história em geral. Mas eles não fazem a história dentro de condições que eles mesmos escolhem, determinadas por decretos de suas vontades*” há condicionantes para tal. A clareza da existência deles é fundamental na elaboração de um estudo como esse, afinal, as contradições (limites/embates entre interesses antagônicos) vislumbradas no cenário estudado são de suma relevância e impreterivelmente se manifestam nas falas e ações dos sujeitos participantes da pesquisa, emergindo na análise do *corpus* documental da pesquisa que será agora apresentado.

A partir desse olhar se inicia o sexto capítulo, “A organização da produção e o Projeto do NUDESE – Entre limites e possibilidades quando ‘o futuro é incerto na agricultura, mas ela está entrando em um momento que tem tudo para dar certo...’”. Primeiramente, foram abordados aspectos relacionados à produção agrícola das famílias participantes do estudo, tomando por base os resultados da pesquisa e as interlocuções realizadas com os agricultores no que diz respeito à tríade *produção, consumo e distribuição*. As mudanças que ocorreram a partir do Projeto desenvolvido pelo NUDESE, nomeadamente no que se refere à transição agroecológica são abordadas, bem como alguns elementos importantes no que se refere aos avanços e limites que o Projeto apresenta. Essa é uma discussão essencial no que alude a luta pela garantia de Soberania Alimentar, entendida para além do direito de todos à alimentação, como já apontado.

No sexto capítulo, então, “Limites e Possibilidades de uma ação no campo da Agricultura Urbana de base Agroecológica desenvolvida por meio da Extensão Universitária: ‘nem tudo que a gente quer a gente consegue, mas vamos esperando...’” foi realizado um estudo dos limites e possibilidades do Projeto interseccionado às metas apresentadas pelo NUDESE quando da elaboração do mesmo e partindo das falas dos agricultores. Nesse sentido, para além daquilo que já foi abordado no capítulo anterior merece destaque os aspectos relacionados à avaliação que os agricultores (que precisam ser protagonistas do processo) fazem acerca da ação no campo da Extensão Universitária realizada pelo NUDESE, bem como de sua própria atuação no que se refere à definição de sua forma de ser e interagir com a natureza, em seus aspectos bióticos e abióticos, o que envolve a dimensão humana nesses meandros, impreterivelmente, e sua inserção na discussão acerca da Agricultura Urbana e Periurbana, onde o Projeto se fixa.

No capítulo final, “São pequenas mudanças, mas tu poder ir em um curso, ser ouvida, isso já é muito...”: A Educação Ambiental Transformadora – entre contradições e espaços para a mudança (um olhar a partir da experiência do NUDESE e para além dela)” foi exposta a discussão acerca da Educação Ambiental Transformadora e seu lugar na ação desenvolvida pelo NUDESE. Em linhas gerais, o objetivo é *analisar as possibilidades e os desafios das ações da Educação Ambiental, em sua vertente transformadora, para a modificação das condições materiais e subjetivas defendidas, tomando por base a forma como isso vem sendo percebido/praticado pelos agricultores envolvidos no Projeto do NUDESE*. Um olhar apurado acerca do trabalho que foi realizado pelo NUDESE nessa seara é fundamental para que possam ser melhor deslindados os resultados da ação desenvolvida, nomeadamente no que se refere ao papel protagonista que devem ter os agricultores no que se diz respeito ao entendimento/ação acerca da dimensão política em que estão inseridos e os limites e possibilidades do processo formativo do qual fizeram e fazem parte. A questão da Justiça Ambiental perpassa todo esse trabalho de forma articulada com o entendimento da educação enquanto ato político, no que merece destaque problematizar a participação dos agricultores no projeto e a intervenção na/sobre a realidade, enquanto condição para a emancipação e protagonismo, de fato, dos agricultores envolvidos.

Nas Considerações Finais são resgatados os principais aspectos que contribuem para ratificar a tese, bem como é reafirmado o compromisso com a esperança, com a possibilidade de construção de outro mundo possível, o que envolve os saberes/fazeres da Educação Ambiental Transformadora e a busca por Justiça Ambiental e Soberania Alimentar. Isso implica uma aproximação cada vez maior entre aquilo que é dito/teorizado e a prática/ação efetivada.

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA E A AGROECOLOGIA: FUNDAMENTOS E APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS



Foto de Autoria da Pesquisadora – Grupo de Pesquisa durante um café na residência de participantes do Projeto

“Enfim em cada gesto, ato educativo e através das relações educativas e sociais que são estabelecidas, produz-se um projeto de vida e de cidade, de sociedade e de mundo, que pode ser de transformação ou de manutenção do que esta aí, enquanto realidade econômica e política (...) Tanto é assim que, as elites, as classes dominantes e os governos já perceberam que os educadores são fundamentais nesses processos de manter o sistema deles, bem como que se os mesmos se rebelarem, ninguém os segurará”

(MACHADO, 2011, p. 66).

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA E A AGROECOLOGIA: FUNDAMENTOS E APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

“A práxis educativa transformadora é, portanto, aquela que fornece ao processo educativo as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana visando à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada.”
(LOUREIRO, 2003, p. 130 e 131)

A Educação Ambiental enquanto campo heterogêneo tem alcançando cada vez mais espaço – seja no que diz respeito aos saberes/fazeres que são produzidos em seu escopo ou no que tange às ações realizadas por diferentes seguimentos sociais em seu nome. Isso exige clareza acerca de seus fundamentos e pressupostos, posto que seja terreno de disputa de diferentes grupos/interesses. Ainda que sem a pretensão de encerrar ou superar o debate acerca de seus limites e possibilidades, no presente capítulo a intenção é discutir tal temática, nomeadamente no que diz respeito ao entendimento da Educação Ambiental como práxis transformadora e sua relação/aproximação com a Agroecologia, a qual se configura em questão pertinente para o estudo. O presente estudo, inserido no campo dos fundamentos da Educação Ambiental, visa contribuir nesse debate, buscando qualificá-lo, tanto no que se refere à discussão teórica, quanto às práticas que engendra.

Do ponto de vista histórico, é necessário lembrar que as ações no campo ambiental não são recentes, ainda que tenham se tornado mais sistemáticas e tomado corpo a partir da segunda metade do século XX. No PRONEA (2005, p. 21), ao serem abordados os antecedentes da aprovação do Programa Nacional de Educação Ambiental brasileiro há a seguinte assertiva:

Alguns autores mencionam que o período pós-Segunda Guerra Mundial fez emergir com maior ênfase os estudos do meio e a importância de uma educação a partir do entorno, chegando-se na década de 1960 a mencionar explicitamente uma educação ambiental. Lembram ainda que os naturalistas, jornalistas, escritores e estadistas muito antes já escreviam sobre a necessidade de proteção dos recursos naturais ou mesmo sobre a importância do contato com a natureza para a formação humana.

Sem dúvida, o contexto histórico pós-guerra favoreceu a emergência da discussão acerca da questão ambiental, haja vista os riscos que coloca ao ambiente e a manutenção do Capitalismo – em sua totalidade – deflagrados com os últimos acontecimentos da II Guerra Mundial e a eminência da Guerra Fria, bem como as articulações dela resultantes. Isso se tornou evidente em 1972, quando da realização da Conferência de Estocolmo, que afluía espaço à Educação Ambiental na agenda internacional, ainda em uma perspectiva voltada à conservação, mas que evolui com a prática de encontros intergovernamentais² e ações da sociedade civil ao longo das décadas.

Não há como desvincular a discussão acerca da evolução da Educação Ambiental do contexto de emergência da chamada “questão ambiental”, posto que se configure como uma agenda de debates dos modelos e projetos que defendiam/defendem o desenvolvimento e a possibilidade de superação das consequências dos problemas/conflitos ambientais da crise do Capitalismo nos anos 1960/1970. Isso é evidenciado pelas conferências e eventos que debatem tal temática, em uma perspectiva voltada à conservação e regeneração da natureza que é visível.

No Brasil, a Educação Ambiental tem seu surgimento antes mesmo de ser instituída pelo governo federal, contando com a participação da sociedade em ações inicialmente isoladas³. Não é objetivo aqui fazer um resgate dos caminhos trilhados

² Merece destaque ainda no que concerne a trajetória histórica da Educação Ambiental que após a realização da Conferência de Estocolmo em 1972, há a realização da Conferência Intergovernamental de Tbilisi em 1977 e a Conferência de Moscou em 1987, contudo ainda há uma relação muito grande com a preservação da natureza nos discursos e ações protagonizadas pelas mesmas, o que permite concluir que nesse momento histórico a Educação Ambiental está “diretamente associada à preservação da natureza. Muitos indivíduos, ao pensar a Educação Ambiental, relacionam-na somente a essa, não percebendo muitas vezes a amplitude de seu significado e esquecendo que o próprio homem é natureza, uma vez que se transforma, sofrendo ações do meio, de si mesmo e do outro” (PIRES e RIBES, 2005, p. 31)

³ Sobre o surgimento da Educação Ambiental no Brasil é mister destacar o que aponta o PRONEA ao resgatar a trajetória desse campo no país: “Além de artigos de brasileiros ilustres e de uma primeira legislação conservacionista já no século XIX e início do século XX, temos a existência de um

pela Educação Ambiental ao longo do tempo no Brasil, mas merece ênfase a afirmação de que ela vem se constituindo como um campo de teorias e práticas heterogêneas, as quais são de difícil cartografia. CARVALHO (2004, p. 14) aponta que existe uma *“surpreendente diversidade sob o guarda-chuva desta denominação”*, o que coloca desafios aos que pesquisam e atuam nessa área, posto que não seja possível se esquivar do debate acerca de qual Educação Ambiental é problematizada/praticada e quais seus limites e possibilidades:

A diversidade de nomenclaturas hoje enunciadas, retrata um momento da educação ambiental que aponta para a necessidade de se re-significar os sentidos identitários e fundamentais dos diferentes posicionamentos político-pedagógicos. Alfabetização Ecológica, Ecopedagogia, Educação Ambiental Crítica, Transformadora ou Emancipatória, Educação no Processo de Gestão Ambiental. O que querem dizer essas novas denominações? Por que elas surgiram? Quais são as semelhanças e diferenças existentes entre elas? (LAYARGUES, 2004, p.8).

Sem dúvida, a resposta a esses questionamentos esta intimamente relacionada com a necessidade de demarcação dos campos teóricos em que se inserem as discussões no campo ambiental, bem como as práticas que engendram. Não há uma uniformidade no tocante ao que é defendido e efetivado tendo como mote a Educação Ambiental, mas uma pluralidade de matrizes, as quais podem ser agrupadas em dois blocos opostos.

Dentre as vertentes/matrizes da Educação Ambiental que lograram espaço, seja na discussão teórica ou na elaboração de práticas concretas historicamente, é possível demarcar dois campos notadamente antagônicos e em disputa, quais sejam: a Educação Ambiental Conservadora e a Educação Ambiental Crítica e/ou Transformadora⁴.

persistente movimento conservacionistas e, no início dos anos 70, ocorre a emergência de um ambientalismo que se une às lutas pelas liberdades democráticas, que se manifesta através da ação isolada de professores, estudantes e escolar, por meio de pequenas ações de organização da sociedade civil ou mesmo de prefeituras municipais e governos estaduais com atividades educacionais relacionadas às ações voltadas à recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente.” (PRONEA, 2005, p. 21-22)

⁴ Cabe destacar que há outras adjetivações aos blocos/matrizes da educação ambiental, os quais podem ser organizados nesses dois grupos no que diz respeito ao que defendem e executam. Para aprofundar essa questão destaca-se a obra LAYRARGUES, P (Coord.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Além disso, as palavras de GUIMARÃES (2004, p. 25-26) são elucidativas para melhor compreender a oposição entre a Educação Ambiental Conservadora e Educação Ambiental Crítica; diz o referido autor: “Senti a necessidade de re-significar a educação ambiental como ‘crítica’, por compreender ser necessário diferenciar uma ação educativa que seja capaz de contribuir com a transformação de uma realidade

De certo, esses blocos não podem ser pensados monoliticamente, mas *“como conjunto de posicionamentos políticos e teóricos que em suas proximidades e distanciamentos criam afinidades e identidades próprias”* (LOUREIRO, 2004, p. 80). O que contribui para o entendimento de que a Educação Ambiental é formada por múltiplas e diversas tendências ideológicas/pedagógicas, as quais têm nas relações dos humanos com a natureza e, a partir disso, das relações com o sistema mais amplo – no caso, o Capitalismo – as categorias que lhe garantem a identidade e a diversidade.

Ao apresentar o entendimento de Agroecologia que orienta este estudo, é importante o reconhecimento de que é tomando por base os fundamentos da Educação Ambiental Transformadora que isso será efetivado, posto que exista uma polissemia grande acerca do que ela – a Agroecologia – seja e dos saberes/fazeres pautados pelas suas premissas.

A Agroecologia está relacionada à construção de um novo paradigma, no que diz respeito à forma como se estrutura a produção agrícola e a vida em sua totalidade. Isso significa que seu entendimento está para além da consolidação de uma nova forma de produção, do ponto de vista tecnológico e dos recursos utilizados; tendo em vista que envolva o modo como os agricultores se relacionam – entre seus pares e com o meio em que estão inseridos – e o projeto de mudança que abarca/defende/consolida. Dito de outra forma, no que tange Agroecologia e a agricultura que engendra, trata-se de:

Mudanças estruturais significativas, além de inovação tecnológica, redes e solidariedade de agricultor a agricultor. A mudança requerida não é possível sem movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. É necessária uma transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura (ALTIERI, 2010, p.29).

que, historicamente se coloca em uma grave crise socioambiental. Isso porque acredito que vem se consolidando perante a sociedade uma perspectiva de educação ambiental que reflete uma compreensão e uma postura educacional e de mundo, subsidiada por um referencial paradigmático e compromissos ideológicos, que se manifestam hegemonicamente na constituição da sociedade atual”.

Então, a Educação Ambiental Transformadora, porque defenda a mudança e possibilite a criação de estratégias para tal é uma ferramenta/espço importante para a consolidação disso. Ela precisa estar presente quando se aborda o tema, o que se configura em um movimento dialético, em que a unidade entre o campo da Agroecologia e o da Educação deve ser uma constante.

Dessa forma, para que fique claro o campo entendido aqui como pertencente à Educação Ambiental Transformadora, é mister resgatar a compreensão acerca do que seja a vertente Conservadora. Ambas estão em permanente disputa, não apenas sobre o que é a Educação, mas sobretudo no que se refere à defesa que fazem acerca da permanência/mudança.

1.1. A Educação Ambiental Conservadora e a Educação Ambiental Transformadora: antagonismos no que se refere à defesa de permanências/mudanças

1.1. A Educação Ambiental Conservadora: pressupostos e limites

A Educação Ambiental Conservadora tem encontrado espaço desde o início da discussão acerca do problema ambiental em nível mundial e está presente na agenda ambiental atual⁵. Para tanto, encontra eco nas políticas públicas que estão sendo postas em prática e se nutre de verdades que eram consideradas indiscutíveis, como a perspectiva de que os problemas oriundos do desenvolvimento tecnológico e industrial e da devastação deles resultantes poderiam ser solucionados com a criação de artifícios para tal, o que é uma característica

⁵ Isso fica evidente nos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública lançada pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental e o Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Quando são apresentadas suas metas podem-se encontrar questões que apontam para aspectos pragmáticos relacionados ao ambiente, como resíduos e desperdício e uma visão voltada para mudanças individuais o comportamentais como a auto-estima. São citados como objetivos importantes, o combate a todas as formas de desperdício dos bens públicos e recursos naturais; Inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações públicas; Gestão ambiental dos resíduos, incluindo a parceria com cooperativas de catadores de lixo para geração de trabalho e renda; Formação continuada dos servidores públicos em relação aos aspectos socioambientais e de melhoria da qualidade do ambiente de trabalho; Reascender aética e a auto-estima dos servidores, principalmente em relação ao atendimento de interesses coletivos. (MMA, 2007, p. 11)

marcante a partir dos anos 60 do século XX, no que concerne à Educação Ambiental⁶.

Ao abordar essa questão LIMA (2009) faz referência ao período de Golpe Militar (Pós-1964) e as consequências que a forma de organização da Educação dele advinda trazem para o debate ambiental que estava se iniciando, o que explica em alguma medida a influência que ideias conservadoras no tocante a esse campo logram no país. O pioneirismo do campo das ciências naturais em perceber e fazer a denúncia dos impactos que o ambiente sofria e os resultados das pesquisas realizadas, também contribuíram para o fortalecimento desse campo e para um olhar fragmentado acerca das múltiplas dimensões envolvidas no debate⁷, tendo em vista que se consolida uma tendência de compreender a crise vivenciada pelo Capitalismo e seus impactos ao ambiente do ponto de vista ecológico desconsiderando aspectos fundamentais, como:

A natureza dos modelos de desenvolvimento econômico; os conflitos e interesses de classe que dão seus contornos a abordagem ideológica da questão ambiental que pode mais ser neutra ou mais política; a dissociação da degradação ambiental e social e dessa

⁶ A Educação Ambiental é fortemente influenciada pela Teoria Geral dos Seres Vivos, pela visão holística, pela cibernética e pelo pragmatismo ambientalista da proposta de “alfabetização ambiental” norte-americana. (LOUREIRO, 2006).

⁷ Sobre essa questão cabe destacar aquilo que apresenta LOURENÇO (2013, p. 03) no que se refere ao surgimento do debate sobre a questão ambiental, seus impactos e a discussão nas diferentes áreas: “a preocupação com o meio ambiente já existia no final do século XVIII. Contudo, devido a sua complexidade, a questão ambiental e a interdisciplinaridade só ganharam destaque no final do século XX. A Revolução Industrial da segunda metade do século XX acelerou muito o processo de degradação do meio ambiente, sobretudo devido à implantação da produção em massa nos parques industriais dos Estados Unidos e Europa. (...)Os efeitos combinados desses avanços possibilitaram maior produtividade, mas também guerras, geração de resíduos tóxicos, desemprego e super exploração dos recursos naturais. Diante disso tudo emerge uma reflexão crítica da sociedade, é o início do nascimento da nova consciência ecológica, que transborda e transcende o campo do ensino, pesquisa e de outras disciplinas. Os acontecimentos que mais marcaram esse período foram à publicação da Lei da Entropia e o Processo Econômico de Roegen em 1971, que difundiram mundialmente o estudo do Club de Roma. Posteriormente com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo – 1972), é criado o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) patrocinado pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Após esses acontecimentos a questão ambiental começou a ser internalizada nas instituições públicas e nas empresas privadas. No entanto, dentro da reflexão epistemológica e metodológica a problemática ambiental e a interdisciplinaridade são questões muito complexas para serem internalizadas, mesmo as relações sociedade-natureza sendo indissociável. A questão ambiental sempre foi estudada pela biologia, ecologia e geografia, mas hoje é necessário fazer uma inserção da interdisciplinaridade dentro da dimensão ambiental, incorporando outras áreas do saber. Nesse sentido, o saber ambiental deve ser aplicado num ambiente onde seja possível as articulações entre outras ciências, ou seja, de maneira interdisciplinar. Além disso, deve-se reconhecer os efeitos das políticas econômicas sobre a dinâmica do ambiente e das condições de vida das pessoas. Pois essas condições são determinantes para a conservação e exploração dos recursos naturais de uma região”.

dupla degradação com a ordem capitalista; a ausência de uma crítica da ciência e do Estado como instituições não neutras nesse processo; a diferenciação de responsabilidades sociais dos agentes causadores dos problemas ambientais; a escassa problematização da relação entre economia e ecologia e dentro disso a desmistificação da economia como esfera autônoma e auto-suficiente, entre outros problemas (LIMA, 2009, p.12)

Nesses meandros, há que se fazer referência à crença de que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia seria capaz de liberar o homem das limitações colocadas pela finitude dos recursos naturais, a qual tem suas origens na Revolução Científica Europeia do Século XVII⁸. Parafraseando Descartes, QUINTAS (2009, p. 34) afirma que a partir do conhecimento da natureza:

Os humanos inventariam ‘uma infinidade de artifícios (aplicações da ciência), que permitiriam gozar, sem qualquer custo, os frutos da terra e todas as comodidades que nela se encontram’... Assim, por meio do conhecimento científico e da sua aplicação prática, os humanos dominariam a natureza, tornar-se-iam seu dono, adquirindo, assim o direito de usufruir dela, sem qualquer custo.

Corroborando com isso, a Educação Ambiental na vertente Conservadora tem seu foco em mudanças no comportamento individual, os quais são definidos como estando em desarmonia, em desequilíbrio nas sociedades atuais. Desse modo, se busca idealmente uma nova relação com a natureza, dentro de uma proposta de Educação que é:

Centrada no indivíduo, no alcançar a condição de ser humano integral e harmônico, pressupondo a existência de finalidades previamente estabelecidas na natureza e nas relações ideais que fundamentam a pedagogia do consenso. Focaliza o ato educativo enquanto mudança de comportamentos compatíveis com determinado padrão idealizado de relações corretas com a natureza, reproduzindo o dualismo natureza-cultura, como uma tendência a aceitar a ordem social estabelecida como condição dada, sem críticas às suas origens históricas. (LOUREIRO, 2004, p. 80).

⁸No que concerne a Revolução Científica do Século XVII é possível citar SOFFIATI (2005, p. 51-52) quando afirma que: “A Modernidade caracteriza-se por projetos e realizações preconizadas pelos paradigmas humanistas e mecanicista, que começaram a ter os seus contornos desenhados no Renascimento e na Revolução Científica do século XVII europeu, e que ainda dominam o mundo ocidental e ocidentalizado. Seus filhos mais legítimos são a confiança no racionalismo monológico de fundamentação matemática, na ciência e na megatecnologia estandardizada como ferramentas capazes de resolver todos os problemas da humanidade, as utopias totalizantes, os sistemas econômicos capitalistas e socialistas, o crescimento populacional, as grandes cidades, as concepções democráticas burguesa e proletária, para mencionar apenas os principais”.

A esperança no papel da Educação aparece de forma ingênua e sem um debate mais intenso acerca de seus limites. Nas publicações alinhadas com essa perspectiva isso emerge de forma clara, como na definição elencada abaixo, quando a Educação Ambiental é vista como:

Uma preparação para a convivência do ser humano com os de sua própria espécie e com os outros seres do Planeta e sua aplicação prática é que devem ser consideradas as verdadeiras bases da Educação Ambiental e devem ser implantadas, desde a mais tenra idade, visando seu pleno funcionamento e aperfeiçoamento contínuo (BEZERRA e COSTA, 1991, p. 14).

A educação das crianças, a busca de aperfeiçoamento e a desconsideração das contradições e desigualdades sociais, culturais e ambientais apresentam limites graves para a contribuição que tal corrente/matriz possa ensejar, afinal potencializa e justifica tendências à acomodação e legitimação do Capitalismo, sem realizar a crítica devida aos seus limites e necessidade de superação.

Uma possível relação desta Educação Ambiental Conservadora com o espaço rural poderia ser traduzida em mudanças de algumas práticas isoladas: na concessão de certificação ecológica a produtores rurais sem um maior compromisso com a complexidade de um processo de transformação agroecológica; no que tange a ausência da crítica ao Capitalismo e seu modelo de desenvolvimento e a carência de problematizações acerca da destruição dos recursos naturais ocasionado pelo agronegócio. É evidente que isso está ligado a duas características atribuídas à Educação Ambiental Conservadora por LOUREIRO (2006, p. 134):

-foco na redução do consumo dos bens naturais, deslocando a discussão do modo de produção que a define e situa;
-diluição da dimensão social na natural, faltando entendimento dialético da relação sociedade-natureza (sociedade como realização coletiva e objetivada da natureza humana, ou melhor, como realização e exigência para a sobrevivência da espécie humana).

A defesa do Desenvolvimento Sustentável e o chamado Capitalismo Verde, no qual a Revolução Verde desenvolvida pelos organismos internacionais nos anos 1960 e 1970 está inserida, podem ser atrelados a essa vertente da Educação Ambiental, a qual visa reduzir os danos ambientais e a continuidade do suposto

progresso⁹. No caso particular da agricultura são corriqueiros os discursos relacionados a uma maior produção agrícola para acabar com a fome, por exemplo. No tocante ao papel da Educação Ambiental, afirmações como esta são comuns:

Nossa proposta para a educação é a de que cada cidadão seja trabalhado para desenvolver uma compreensão holística dos fenômenos que governam a vida na Terra, partindo, então, para a ação consciente, capaz de modificar seu contexto mais próximo. Esta compreensão é necessária a todos, mas principalmente ao professor, para que se torne capaz de estabelecer a relação entre a disciplina que leciona e as questões ligadas ao meio ambiente (BEZZERA e COSTA, 1991, p. 10).

Como já anunciado, no caso da agricultura isso se expressou no aumento da produção com o uso de insumos químicos e agrotóxicos e a intensificação da mecanização do campo, com a introdução de algumas práticas alternativas, mas sem uma mudança significativa na produção e distribuição dos frutos do trabalho, contribuindo para a manutenção e continuidade do Capitalismo e não seu questionamento.

1.1.2. A Educação Ambiental Transformadora: contraposição à Educação Ambiental Conservadora

A Educação Ambiental transformadora não é uma derivação ou o resultado do avanço da educação conservadora – afinal, se constitui por caminhos diferentes e ambas coexistem nas experiências e controvérsias/contrapontos que se delineiam nesse campo. A vertente transformadora faz à crítica as concepções de educação como ato comportamental, que enfatiza a dimensão individual e leva a uma biologização do que é social, mostrando ser urgente a “*superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade*” (SORRENTINO, TRAJBER, MENDONÇA et al.,

⁹ Dentre os autores representativos dessa discussão pode-se citar VIOLA (1992) e VIOLA e LEIS (1995). Para eles a forma de organização atual é inviabilizada por motivos que os aproximam de uma visão conservadora e fragmentada da questão, posto que figurem quatro causas que estão na superfície do problema: ao crescimento populacional, a degradação dos recursos, a poluição e o consumo ilimitado. Para além disso, é apresentada uma visão evolucionista do movimento ambientalista no Brasil, como se este estivesse em um qualitativo crescente, o que não corresponde a leitura realizada nesse estudo, como se pode aferir. Ao não questionar a legislação, a escrita e a prática sobre o tema se contribui para a manutenção dos interesses macroeconômicos e financeiros que forjam as condições desiguais hodiernas.

2007, p. 287). As relações sociais entre os humanos e destes com a natureza advém das relações instituídas pelo próprio Capitalismo e sua forma de produzir que, na medida em que *evolui* avança em exploração tanto das condições de produção (matéria prima, ecossistemas, territórios, etc., portanto, da natureza de forma mais ampla); bem como dos próprios humanos enquanto parte integrante dela. É neste contexto que se torna vital o entendimento de que a educação – nomeadamente a ambiental – é um processo permanente, o qual é vivido no cotidiano e coletivamente estando focado nas:

Pedagogias problematizadoras do concreto vivido, no reconhecimento das diferentes necessidades, interesses e modos de relações com a natureza que definem os grupos sociais e o “lugar” ocupado por estes em sociedade, como meio para se buscar novas sínteses que indiquem caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos (LOUREIRO, 2004, p. 81).

Do ponto de vista de suas raízes teóricas, merece destaque a contribuição dos estudos de MARX e ENGELS e da Teoria Crítica para sua formulação, nomeadamente no que se refere à Escola de Frankfurt. No Brasil, a obra de Paulo Freire tem sido um alicerce importante para escritos e práticas nesse campo, bem como a contribuição de Milton Santos e uma série de outros autores que tem dialogado mais especificamente no tocante à Educação Ambiental Crítica e os desafios que enseja. É o caso de LOUREIRO (2004; 2005; 2009); LAYARGUES (2004; 2007); LIMA (2005; 2009); CARVALHO (2004) SORRENTINO (2005) entre outros, os quais devem ser tomados em consideração quando o objetivo é aprofundar o estudo nesses meandros.

Muitos são os preceitos e compromissos que a Educação Ambiental Transformadora tem proposto ao longo de sua trajetória histórica. De toda sorte, merece destaque três principais que em seu conjunto permitem que se tenha uma cartografia¹⁰ importante de qual é seu papel e dos desafios que aborda, quais sejam:

¹⁰ O entendimento de cartografia parte de ACSELRAD (2008, p.13). Nas palavras do autor: “todos os mapas são uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista. Na história das representações espaciais, os mapas começaram, não por acaso, como ficção, um meio de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos, e não a partir da geografia. Foi através de um longo processo de observação do mundo, de elaboração de instrumentos e experiências, com o conseqüente crescimento da capacidade de medir altitudes e coordenadas, que os mapas foram tornando-se mais ‘objetivos’. (...) O território plural e polissêmico, aberto ao aleatório e não controlável foi sendo transformador em extensão quantifica, limitada e controlada pelo gesto cartográfico que serve de suporte à ação política”.

proposta de intervenção sobre a/na realidade; entendimento da educação como ato político e busca da Justiça Ambiental.

Tríade para uma cartografia da Educação Ambiental Transformadora



Organograma 01 – Construído pela Pesquisadora

Essas três categorias não podem ser pensadas de forma isolada e adquirem sentido apenas ao se complementarem de forma dialética, posto que percam seu papel – no que tange à Educação Ambiental Transformadora, quando fragmentadas/isoladas. É de sua relação que emerge a contribuição que pode engendrar a Educação Ambiental Transformadora para a superação do quadro de insustentabilidade socioambiental vivenciado contemporaneamente.

1.1.2.1. A Intervenção na/sobre a realidade: a proposta da Educação Ambiental Transformadora

É evidente o compromisso que a Educação Ambiental Transformadora assume com a mudança, em sua totalidade, o que implica os aspectos individual, coletivo, social, econômico, político e no que concerne ao local e global (MACHADO,

2011). Isso aparece como premissa nas produções alinhadas com essa perspectiva, ainda que possa haver nuances diferentes no que diz respeito aos limites e possibilidades das transformações defendidas.

No presente estudo, o ponto de partida é o entendimento de transformação oriundo da tríade apontada por LOUREIRO (2012) como basilar para o enfrentamento e superação do quadro de Injustiça Ambiental vivido contemporaneamente, o que se dá por meio de uma proposta de Educação crítica, emancipatória e transformadora:

- *crítica* – por situar historicamente e no contexto de cada formação socioeconômica as relações sociais na natureza e estabelecer como premissa a permanente possibilidade de negação e superação das verdades estabelecidas e das condições existentes, por meio da ação organizada dos grupos sociais e de conhecimentos produzidos na práxis;
- *emancipatória* – ao almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais pela intervenção transformadora das relações de dominação, opressão e expropriação material;
- *transformadora* – por visar a mais radical mudança societária, do padrão civilizatório, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas (LOUREIRO, 2012, p. 88-89).

Isso implica a demarcação de uma arena de debate e ação que se estabelece – na defesa da transformação social – por meio do *“diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade”* (LOUREIRO, 2004, p.24). A Educação Ambiental, enquanto práxis, tem como tarefa fazer um apelo/provocação à reflexão/ação. Para tanto, ela precisa partir das consequências/marcas¹¹ da organização socioambiental hodierna para buscar identificar as reais causas da problemática, as quais se encontram na forma de produzir e consumir atual. Isso é fundamental para a superação de propostas de Educação Ambiental que buscam atender às demandas do Capitalismo ou renová-lo para continuar em funcionamento.

¹¹ Os problemas ambientais, a desigualdade, a injustiça, a apropriação desigual da riqueza, a exploração da natureza e dos seres humanos por uns poucos, os conflitos ambientais e sociais, a produção baseada em agrotóxicos, a fome, etc. são exemplos de consequências do Capitalismo.

Ao se afirmar a dimensão relacionada à práxis da Educação Ambiental é importante resgatar o entendimento do termo em linha gerais¹². Nesse sentido, as palavras de KONDER (1980, p. 81) são importantes para tal, quando afirma que:

A práxis é a atividade concreta, pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformam-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, de autoquestionamento, da teoria; é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar os erros e desacertos, cotejando-os com a prática.

Assim, a Educação Ambiental comprometida com esse viés, porque aposta na capacidade de transformação do homem é uma práxis social que pode contribuir para a construção de uma sociedade que seja justa e solidária e que tenha a sustentabilidade da vida, a atuação política consciente, o respeito às diferenças quando elas tornam iguais os homens e não os diminuem, a diversidade e a transformação das condições desiguais de produção e reprodução da existência humana como essência/fundamento.

Enquanto práxis social, a Educação Ambiental Transformadora, precisa assumir um compromisso cada vez maior com a emancipação e com a utopia, com a certeza de que a mudança é possível e passa pela ação intencional, organizada e consciente, afinal:

Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne (...). A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso portanto fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação. (FREIRE, 1980, p.40)

¹² Para elucidar o que seja Práxis tem importante contribuição VÁZQUES, ao fazer um estudo da evolução histórica desse conceito e das diferentes leituras realizadas. Ao articular teoria e prática ou atividade filosófica e atividade material, o autor permite que se tenha um entendimento mais apurado da definição. Em uma das passagens de seu texto encontra-se a seguinte assertiva: “Se designamos como práxis a atividade prática material, adequada a fins, que transforma o mundo – natural e humano – não cabe incluir a atividade teórica entre as formas de práxis, já que falta nelas a transformação objetiva de uma matéria através do sujeito, cujos resultados subsistem independentemente de sua atividade” (2007, p. 234). E mais adiante: “A teoria em si – nesse, como em qualquer outro caso – não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem de sair de si mesma e, em primeiro lugar, tem de ser assimilada pelos que hão de suscitar com seus atos reais, efetivos, essa transformação” (2007, p. 235-236). O que permite concluir que a práxis se apresenta como uma atividade material e transformadora, mas que prescinde de uma filosofia, a filosofia da práxis.

Nesse sentido, adquire relevância a participação. Essa, quando alinhada com a perspectiva transformadora da Educação Ambiental, precisa ir além de garantir espaços para que todos sejam ouvidos e também estar articulada com a constituição do processo de fortalecimento da democracia sem fim¹³ (SANTOS, 2007), o que implica entender a participação como uma prática objetiva que é capaz de transformar a “*consciência cidadã em espaço social ou cidadania participante*” (LIMA, 2005, p. 134), tendo em vista que participar significa:

Fazer parte e tomar parte, significa usufruir ativamente na escolha e na construção dos destinos sociais e na solução dos problemas vividos pela comunidade. Significa, (...) conquista, e não dádiva ou concessão. Semelhante liberdade só é verdadeira quando conquistada. Conquista do direito de fazer parte e, sobretudo, de tomar parte nas decisões que dizem respeito à vida pública e que se refletem na vida dos indivíduos, grupos e comunidades (LIMA, 2005, p.134-135).

Para que a Educação Ambiental Transformadora possa cumprir seu papel não há outro caminho que não seja o de defender e materializar um amplo espaço para o exercício da participação e a consolidação de práticas que comportem o inconformismo, a desacomodação e a luta cotidiana pela superação das condições de injustiça social e ambiental vivenciadas na contemporaneidade.

É mister destacar, contudo, que em uma sociedade estratificada cada grupo social defende preocupações que são individuais, posto que coexistam diferentes valores e crenças, bem como interesses econômicos e políticos específicos. Tal quadro leva a uma pseudoparticipação dos grupos dominados e a manutenção do

¹³ A democracia sem fim é entendida como uma das possibilidades de superação da crise socioambiental e dos desafios postos à Educação Ambiental Transformadora, afinal, como defende SANTOS (2007) não é possível mudar o *mundo* sem que mudem as relações de poder, o que corrobora com o enunciado acima. É preciso uma transformação em sua lógica, o que advém pela/na luta democrática, para que possamos construí-la em todos os âmbitos de nossa existência. E a democracia “não pode ser abstrata, tem que ser efetivamente realizada: uma pessoa não pode ter liberdade para ler os jornais, mas não saber ler ou não ter dinheiro para sequer os comprar. Por outro lado, a democracia representativa, também, parte da ideia da igualdade abstrata dos cidadãos perante a lei. Porém sabemos que na prática, ela não permite de modo nenhum que essa igualdade se realize” (SANTOS, 2007, p. 289). A democracia representativa é uma resposta fraca aos problemas que enfrentamos atualmente. Ela se limita ao espaço político, pensando a relação entre o Estado e a sociedade civil. A radicalização da democracia é a aposta de SANTOS, para quem o socialismo possível no século XXI é esse. É preciso criar espaços para a participação popular, possibilitar que todos possam discutir e definir as políticas públicas que irão fazer parte de sua vida, e assim avançar na construção da democracia, o que pressupõem um duplo processo de democratização da sociedade e do Estado.

status quo sob a égide de uma participação popular que de fato não existe, pois os conflitos são mascarados e as injustiças sociais se fortalecem.

A participação, enquanto uma construção permanente e coletiva, precisa ser entendida como um dos eixos que estruturam a Educação Ambiental Transformadora, tendo em vista que são cada vez maiores seus desafios. Isso torna imperativo a consolidação de uma práxis que reconheça a Educação Ambiental como um ato político, voltado para a consolidação da cidadania, não apenas de um grupo social específico, mas de todo, com todos e para todos.

1.1.2.2. A Educação Ambiental enquanto ato político

“A reflexão que propõem, por ser autêntica, não é sobre este homem abstração, nem sobre este mundo sem homens, mas sobre os homens em suas relações com o mundo. Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa”.
(FREIRE, 2011, p. 98).

No tocante à discussão sobre a Educação Ambiental Transformadora, um segundo ponto que merece atenção é sua definição como ato político. Certamente há aqui a contribuição fundamental de Paulo Freire (1980; 1992; 2011;) ao sistematizar essa discussão no campo da Educação, o que permitiu que ela estivesse presente na definição e nas proposições da vertente Transformadora ou Crítica da Educação Ambiental, especialmente no Brasil.

Dentre as proposições que podem ser encontradas nos textos dos autores alinhados com essa perspectiva isso é ratificado. GUIMARÃES (2004, p. 33), a título de exemplo, coloca que o papel da Educação Ambiental Transformadora é o de:

Desvelamento das relações de poder, dos mecanismos ideológicos estruturantes da realidade, (para que) se instrumentalize para uma inserção política no processo de transformação da realidade socioambiental. Nesse processo pedagógico se estará promovendo a formação da cidadania, na expectativa do exercício de um movimento coletivo conjunto, gerador de mobilização (ação em movimento) para a construção de uma nova sociedade ambientalmente sustentável.

Evidentemente, há aqui o caráter pedagógico da Educação Ambiental, enquanto ato político, o que exige uma ação metodologicamente viável e que tenha objetivos e procedimentos claros, os quais são estabelecidos tanto no âmbito formal, quanto não formal da Educação Ambiental. LAYARGUES (2002, p. 169) frente o cenário contemporâneo, diz ser imperativo que as práticas desenvolvidas pela Educação Ambiental estejam embasadas em um referencial que a considere como *“um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais”*. O que implica na possibilidade de *“emancipar-se, exercer ativamente a cidadania, construir democraticamente as alternativas possíveis e desejadas”* (LOUREIRO, 2004, p. 17), as quais prescindem para sua efetivação da ação educativa.

Tomando como exemplo as atividades produtivas, como é o caso da agricultura, que é o foco neste estudo e na qual é mais evidente a interação homem/ambiente – é possível afirmar que há dialeticamente um movimento constante de transformação, por meio do trabalho humano, na forma como a natureza é percebida/tratada. A Educação Ambiental entendida como ato político e prática desenvolvida nesse cenário deve tomar isso em consideração, tendo em vista, que em qualquer mediação que se faça na relação que os humanos estabelecem com a natureza há uma trajetória histórica que não pode ser negaceada e que é formada por saberes, vivências, motivações, que são o resultado da interação – individual e coletiva – com a natureza humana e não humana. Entender a Educação Ambiental enquanto um ato político pressupõe a clareza dessa condição, bem como da amplitude que isso abarca, afinal, a questão ambiental precisa ser abordada em sua totalidade posto que nela estejam imbricadas *“as relações sociais e as complexas relações entre o mundo físico-químico e orgânico. Nenhuma área do conhecimento específico tem competência para decidir sobre ela, embora muitos tenham o que dizer”* (PORTO-GONÇALVES, 1990, p. 134).

Ocorre na interação homem–natureza um processo educativo, uma transformação dialética, a qual sofre influência do contexto micro e macrosocial em que está inserida. A emancipação, então, não é um movimento que possa acontecer de cima para baixo ou ser obra de uma minoria sob a maioria, posto que envolva a

participação e a construção coletiva em um movimento dialético e de deslindamento das contradições que precisam ser superadas.

A emancipação – defendida pela Educação Ambiental em sua vertente transformadora – não pode ser um instrumento de regulação ou de doutrinação e sim mecanismo capaz de dar conta de reinventar a subjetividade e ação, fazendo com que a necessidade da mudança seja sentida/desejada por todos, estando para além da intenção, afinal:

Muito mais do que um projeto, precisamos de projetos de transformação e de propostas que guiem a ação; que as pessoas se mobilizem em torno delas e, ao caminhar, vão aperfeiçoando-as, e autogerindo suas vidas e seus projetos. Mas, também, as lutas e os projetos críticos e transformadores, devem incidir na totalidade dos aspectos articuladores do sistema atual “realmente existente”, em seus aspectos estruturais, subjetivos e nas relações sociais (MACHADO, 2005, p. 223)

O que se configura no desafio central para uma experiência educativa no campo ambiental que busca a transformação dos valores e das práticas sociais que vão de encontro à Justiça Ambiental, à equidade e à solidariedade. Uma ação transformadora – práxis – é o que se defende, reconhecendo a potencialidade humana para tal, tendo em vista que o ser humano é *“incompleto, inconcluso e inacabado e, por isso, um ser criador, sujeito da história, que se transforma na medida em que transforma o mundo”* (GADOTTI, 2005, p. 240).

1.1.2.3. A Educação e a Justiça Ambiental: aproximações

A Educação Ambiental Transformadora precisa ser inserida cada vez mais nas discussões e práticas que defendam a superação da Injustiça Ambiental¹⁴. Para tanto é necessário o aprofundamento de sua intervenção teórica e ação prática, levando a consolidação de uma cidadania ativa, o que só será possível com o alargamento da democracia e a Justiça Ambiental, entendida para além da defesa

¹⁴ No que concerne a definição do que é a Injustiça Ambiental, ainda que essa discussão seja pautada na tese, cabe destacar a seguinte assertiva de ACSELRAD (2009, p. 9): “Justiça Ambiental e Injustiça Ambiental podem ser designadas e definidas da seguinte forma: para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais. Como contraponto, cunhou-se a noção de Justiça Ambiental para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça ambiental venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizadas, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais”.

da natureza enquanto recurso. O que implica envolver a defesa do direito de acesso com equidade aos recursos ambientais, sem a transferência dos custos do desenvolvimento – em todos os seus sentidos – aos mais pobres.

O Capitalismo torna cada vez mais artificial a produção, bem como as relações sociais, tornando urgente o debate acerca dos desafios que se colocam de forma incisiva às práticas sociais. É de forma desumanizadora que se produz e reproduz as relações entre os seres humanos e destes com o ecossistema no Capitalismo. Assim, não há como falar em sustentabilidade, se não se abordar também, a (in) sustentabilidade atual e que transformações são necessárias para que se possa construir a Justiça Ambiental.

Certamente, tal transformação não será forjada fora das contradições, dos conflitos, da luta esperançada, do projetar de sonhos e utopias possíveis e concretizáveis. Isto porque, tanto a insustentabilidade, quanto os projetos de sustentabilidade ligados ao *establisshment* e ao *status quo* existem e deverão ser confrontadas com a produção da sustentabilidade com Justiça Ambiental (ACSERLAD, 2010) e democracia sem fim (SANTOS, 2007).

O deslindamento da condição de (in)sustentabilidade socioambiental contemporânea é uma tarefa que a Educação Ambiental Transformadora precisa assumir cada vez mais, bem como a necessidade de consolidar a Justiça Ambiental, o que envolve a ressignificação da questão ambiental (ACSELRAD, 2005). É no ambiente que se reproduzem as desigualdades sociais. Isso pode ser percebido nas condições sanitárias de regiões mais pobres economicamente, na concentração das indústrias poluentes em regiões periféricas, na tentativa constante de manter populações marginalizadas social e economicamente sem reação. É uma marca nas ações de Educação Ambiental Conservacionista junto a comunidades que sofrem com os resultados maléficos da degradação ambiental e nas políticas de introdução de insumos agroquímicos e maquinaria pesada na agricultura familiar, o que muitas vezes é mote de políticas públicas e de financiamento. HERCULANO (2002, p.11) afirma que:

Neste alvorecer do século XXI as desigualdades aumentaram e a elas se somam as desigualdades no acesso a um ambiente natural e saudável. E, se as tentativas de se efetivarem políticas compensatórias e mitigadoras malogram, a isto se deve à percepção, ainda prevalecente entre os donos do poder e do dinheiro, de que o mundo não é, como apregoaram os ambientalistas, uma Terra só,

onde temos um futuro comum: sempre há, no entendimento destes, outros mundos para onde empurrar os riscos e a deterioração.

Há um quadro de Injustiça Ambiental instaurado, afinal, a divisão dos custos e dos impactos ambientais do modelo de desenvolvimento vivido, atualmente, ocorre de forma desigual pelos diferentes grupos sociais. Nomeadamente sofrem consequências infinitamente menores os mais ricos e ficam os maiores impactos da poluição, degradação ambiental e miséria para a população pobre. Ela é a maioria e tem menos espaço de decisão efetiva, seja sobre os rumos de sua vida, mas também sobre aspectos econômicos, ambientais ou políticos.

A identificação de tal cenário fez com que surgisse, nos Estados Unidos, nos anos de 1990, um movimento que busca Justiça Ambiental e que vem protagonizando uma série de discussões no Brasil, principalmente, no que tange ao agravamento dos riscos ambientais. Cabe destacar que:

A noção de “Justiça Ambiental” exprime um movimento de resignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social em sentido amplo. Este processo de resignificação está associado, por certo, a uma reconstituição das arenas onde se dão os debates sociais pela construção dos futuros possíveis. Nestas arenas, a questão ambiental mostra-se cada vez mais central e vista crescentemente como indissociável das tradicionais questões sociais do emprego e da renda (ACSELRAD, 2005, p. 219).

Pelo exposto, fica evidente que a luta por Justiça Ambiental está para além de uma questão disciplinar ou que se encerre na Educação Ambiental, posto que envolva inúmeras relações e contradições, no que merece destaque a defesa do direito as especificidades culturais de comunidades tradicionais que são pressionadas pelo avanço do Capitalismo; a luta pelo acesso justo aos recursos ambientais, o que implica a contrariedade a todas as formas de monopólio da terra; a defesa de uma proteção ambiental que seja equânime e que não permita formas de segregação sócio-territorial ou desigualdades que se estabelecem a partir de leis do mercado e a defesa dos direitos das populações futuras (ACSELRAD, 2005).

Essa perspectiva pode contribuir na potencialização da Educação Ambiental Transformadora, além, de instrumentalizá-la na contraposição às práticas ligadas à vertente conservadora no campo ambiental, a qual tradicionalmente é utilizada pelas

empresas e está presente em projetos estatais e nos espaços de gestão pública na atualidade, posto que:

O movimento por Justiça Ambiental tenta mostrar é que enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará. Fazem assim a ligação entre o discurso genérico sobre o futuro e as condições históricas concretas pelas quais, no presente, se está definido o futuro. (ACSELRAD, 2005, p. 227).

Isso gera uma relação indissociável entre risco ambiental e insegurança social que precisa ser deslindada para que os sujeitos inseridos, nesse contexto, possam perceber as desigualdades que vivenciam e buscar as condições para superar isso. Nesse sentido, quando a atenção se volta para propostas que trazem como mote a consolidação de práticas agroecológicas não há como deixar de abordar tais questões, buscando criar condições para que os sujeitos possam perceber as contradições em que estão inseridos e a necessidade da luta por Justiça Ambiental.

1.2. A Educação Ambiental Transformadora e a Agroecologia: aproximações possíveis e necessárias

“O fundamento da relação da sociedade com a natureza sob o Capitalismo está baseada na separação, a mais radical possível, entre os homens e mulheres, de um lado, e a natureza, de outro”
(PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 288).

Pensar a articulação entre Educação Ambiental e Agroecologia implica um movimento contrário à lógica de produção e comercialização presente no espaço agrário no Brasil atual, o qual está voltado para a separação intensiva e intensa dos homens com relação à natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006). Essa afirmativa – que pode parecer superada – é fundamental para que fique claro qual o papel da Agroecologia e os limites que lhe são impostos, quando se aborda a questão da sustentabilidade e suas restrições e possibilidades.

A agricultura convencional, entendida aqui como o resultado do Pacote Tecnológico da Revolução Verde¹⁵, não é algo natural ou que tomou força por interesses alheios ao Capitalismo, ao contrário:

Ele não é fruto de um caminho histórico inexorável, como procuram nos fazer crer os ideólogos do agronegócio ao propor falsas analogias com a agricultura dos países desenvolvidos. Ela nada mais é do que o resultado de opções políticas que foram sendo reiteradas através dos séculos pelo estado nacional que operou sistematicamente na defesa dos interesses de grupos sociais minoritários que se beneficiam do status quo (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 72).

Isso faz com que seja um desafio concreto sua superação, o que só será possível quando entendido como uma necessidade pelo *“conjunto da sociedade de forma a suplantar no plano político a obstinada resistência da aliança entre os interesses das elites agrárias e agroindustriais brasileiras com o capital transnacional”*. (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 72). A Educação Ambiental tem papel central aqui, afinal, a discussão, a experiência prática, a formação e a criação de condições para a participação e protagonismo dos agricultores, nesse movimento, é componente fundamental para o processo de constituição de uma forma de produzir e viver que supere o Capitalismo, garantindo, assim, a Sustentabilidade com Justiça Ambiental, participação e democracia radical, impreterivelmente.

Dentre os fatores que estruturam os problemas socioambientais hodiernos, merece destaque as consequências trazidas pelo paradigma tradicional da ciência, o qual contribui para manter e sustentar o Capitalismo, por meio da legitimação e

¹⁵ “Revolução Verde surgiu entre os anos 60 e 70, após a Segunda Guerra Mundial, quando os países vencedores da guerra, que obtiveram grandes lucros, junto com as indústrias armamentistas, buscavam alternativas que continuassem garantindo esses lucros. Então com o discurso de aumentar a produção de alimentos e acabar com a fome no mundo, com o apoio dos governantes, a Revolução Verde trouxe para a agricultura, as tecnologias agrícolas, a modernização nos campos, a monocultura, os fertilizantes, sementes, agrotóxicos e mais recentemente os transgênicos, isso tudo graças à biotecnologia - principal aliado neste processo. (MADEIRA, LIMA e OLIVEIRA, 2012, p.2) O resultado da adoção desse modelo de visão na agricultura acarretou uma maior desigualdade nos campos, pois os benefícios da adoção desse modelo de produção foram desiguais. Dado o processo histórico de distribuição desigual da terra, os agricultores de maior renda, mais ricos, acabaram se beneficiando, pois controlavam o capital e possuíam as maiores extensões de terras, puderam investir no então modelo de rápido resultado – iniciando o processo da monocultura: grandes extensões de terra somado ao cultivo de um único “grão”. Enquanto isso, o agricultor pobre, que detinha pequenas propriedades foi excluído do processo e esquecido. Ainda, se agravaram e disseminaram os problemas ambientais, como a poluição, a degradação do solo e a destruição da biodiversidade (ALTIERE, 2004, p. 19).

ocultação das possibilidades de sua superação. Ao falar da Agroecologia GOMES e BORBA (2004, p. 6-7) afirmam que *“o paradigma vigente é o maior responsável pela crise em que a humanidade encontra-se mergulhada. Assim, a base epistemológica do paradigma vigente representa o maior obstáculo a uma ruptura paradigmática”* sendo fundamental entender suas origens e propor alternativas para a sua superação, o que somente poderá ser feito quando reconhecida sua necessidade. Para que isso tome corpo é fundamental a ação da Educação Ambiental em sua vertente transformadora, posto que enquanto ato político leve ao desvelamento das condições de desigualdade e injustiça vividas, bem como à proposição/ação para a superação desse quadro.

O empirismo, o racionalismo e o positivismo¹⁶ tiveram um papel extremamente relevante na consolidação do paradigma dominante ou vigente. Isso fica claro no uso da experimentação, no racionalismo exacerbado, na busca de interpretações reducionistas e que tomam em consideração aspectos microssociais e na afirmação de uma verdade única e absoluta, a qual seria encontrada por meio da razão onde a natureza é:

Tão – só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra finalidade ou dignidade que nos impeça de desvendar seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes ativo, já que visa conhecer a natureza para a dominar e controlar.(SANTOS, 2007, p.13).

Ainda que em seu surgimento tais ideias pudessem ser consideradas revolucionárias, pois defendiam os interesses da burguesia em ascensão nos séculos XVII e XVIII, tornaram-se defensoras da manutenção da ordem vigente com a consolidação do modo de produção capitalista e a hegemonia da classe burguesa, servindo para manter e justificar a exploração dos homens e da natureza, da qual fazem parte. Afinal, se for tomada por base a contemporaneidade nos meandros da transformação impetrada à agricultura:

¹⁶ GOMES E BORBA afirmam que “pode-se dizer que o paradigma da ciência ocidental encontrou alguns de fundamentos no empirismo (o conhecimento obtido pela experiência repetida), no racionalismo (a redução do todo a partes pequenas para melhor estudá-las, que teve como corolário, a especialização); e o positivismo (o conhecimento objetivo e verdadeiro sobre a realidade estudada e a supremacia incontestável da ciência na produção do conhecimento válido). (2004, p. 8)

Ao contrário dos aprimoramentos técnicos anteriores, sempre condicionados pelas limitações e potencialidades ecológicas locais, a nova Revolução Verde promoveu forte desconexão entre a agricultura e os agroecossistemas pelo emprego intensivo de agroquímicos e de motomecanização pesada (PETERSEN, WEID e FERNANDES, 2009, p. 02)

O objetivo se configurava e se configura em conseguir aumentar a produtividade, encurtando cada vez mais os prazos para o cultivo e levando a degradação dos recursos naturais e humanos, tendo em vista que há a desarticulação de culturas e modos de vida locais, para além dos problemas ambientais oriundos dessa forma de produzir (PETERSEN, WEID e FERNANDES, 2009).

Para superação desse quadro é fundamental mudanças que estão para além de um paradigma científico. É vital, tendo em vista o contexto atual, um novo paradigma social, o qual precisa transformar não apenas a forma como se lida com a produção do conhecimento, mas com a vida em toda sua amplitude e significado. Para SANTOS (2000, p. 340), o paradigma emergente é o *“paradigma da democracia radical, isto é, da democracia global e das relações sociais assentes numa dupla obrigação política: a obrigação política vertical entre cidadãos e Estado, e a obrigação política horizontal entre cidadãos e associados”*, como já apontado anteriormente.

Os processos formativos, a discussão, a ação no campo da Educação Ambiental Transformadora e da Agroecologia são fundamentais para que se possa tornar concreta e viável a utopia de superação ao Capitalismo e a construção de uma sociedade que seja igualitária, justa e marcada pelo vivenciar da democracia e participação, afinal:

A Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. (GLIESSMAN, 2001, p.56)

Em um novo horizonte epistemológico e prático, em que a dimensão ambiental seja vista como sistema complexo, tem lugar de destaque à relação entre a base social e natural. Isso implica o reconhecimento das transformações oriundas da interação entre homens e natureza (da qual fazem parte), bem como a forma como os mais diversos grupos sociais fazem uso dos recursos do ecossistema, que antes de tudo é um espaço de relações conflitantes e permeadas por tensões sociais evidentes.

A Educação Ambiental em sua vertente transformadora, ao partir também dessas premissas e ao fazer o contraponto à visão conservacionista decorrente do paradigma dominante, tem mais um ponto em comum com a perspectiva agroecológica adotada no presente estudo. Isto porque a perspectiva tradicional, ao entender a educação em sua dimensão individual, contribui para a despolitização do fazer educativo, utilizando pedagogias comportamentalistas e com pouca problematização da realidade (LOUREIRO, 2006). O que aproxima essa perspectiva das práticas agrícolas e interesses relacionados à Revolução Verde e dos grupos que desejam a manutenção de um modelo de agricultura tradicional e exploratório dos recursos naturais.

1.2.1. A Agroecologia e sua dimensão educativa: uma discussão para além das práticas agrícolas

“A verdadeira Agroecologia, além da produção limpa, trata da ética e da solidariedade na produção e no consumo, busca o desenvolvimento endógeno e local, a independência dos agricultores e não a sua subordinação a “donos” do conhecimento e da tecnologia. Usa a livre circulação do conhecimento como estratégia para a equidade e a justiça social, defende a manutenção da biodiversidade ambiental, natural, social e cultural”
(GOMES e BORBA, 2004, p. 12).

Em que pese o exposto até aqui, é importante que fique claro o que se entende por Agroecologia nesse cenário e suas imbricações com a mudança na organização das práticas agrícolas em todas as categorias que isso abarca. A

consolidação de uma agricultura de base agroecológica¹⁷ ou sustentável é tarefa complexa, envolvendo uma série de questões, as quais estão intimamente relacionadas, isso aponta para a necessidade de tomar em consideração aspectos micro e macrosociais envolvidas, bem como os limites e possibilidades percebidos.

Um grande impacto é gerado na natureza pela ação humana, o qual é o resultado não só da necessidade de produzir alimentos, em se tratando da agricultura, mas das formas de exploração que na grande maioria das vezes são pouco racionais. Elas não levam em conta os aspectos ligados à distribuição e o que se pode chamar de efeitos secundários produzidos pela mesma, o que deixa claro um paradoxo quando se reflete sobre a agricultura convencional:

A agricultura é uma necessidade da humanidade para proporcionar grande parte dos alimentos e outros produtos de que necessitamos. Por outro lado, continuar destruindo os ecossistemas naturais e a base de recursos dos agroecossistemas pode ser um suicídio para a humanidade (GUTERRES, 2006, p. 64).

É fundamental repensar a forma como a atividade agrária é desenvolvida, o que envolve questionar suas bases epistemológicas, subvertendo lógicas marcadas pela objetividade e o monismo, os quais defendem que podem acontecer modificações na conjuntura agrária de forma independente das intenções e que há uma única maneira de entender os sistemas naturais (GUTERRES, 2006).

A Agroecologia, enquanto enfoque transdisciplinar, visa abordar a agricultura desde uma perspectiva ecológica e nesse sentido, um primeiro elemento que deve

¹⁷ No que se refere à utilização do termo agricultura de base agroecológica, cabe destacar a justificativa apresentada por CAPORAL e COSTABEBER (2004, p. 49-50) e que contempla aquilo que é defendido nesse trabalho: “Nossa opção pela terminologia agricultura de base agroecológica tem a intenção de distinguir, primeiramente, os estilos de agricultura resultantes da aplicação dos princípios e conceitos da Agroecologia (estilos que teoricamente, apresentam maiores graus de sustentabilidade no médio e longo prazos) em relação ao propalado modelo de agricultura convencional (um modelo que reconhecidamente, é mais dependente dos recursos naturais não renováveis e, assim, incapaz de perdurar através do tempo). A opção pela terminologia agricultura de base agroecológica tem a intenção, também de marcar diferenças importantes entre ditos estilos e as agriculturas que poderão resultar das orientações emanadas da corrente da intensificação verde (...). Em segundo lugar, a distinção entre Agroecologia e estilos de agricultura ecológica é de suma importância em relação a outros estilos de agricultura que, embora apresentando denominações que dão a conotação da aplicação técnica ou procedimentos que visam atender certos requisitos sociais ou ambientais, não necessariamente terão que lançar ou lançaram mão de orientações mais amplas emanadas do enfoque agroecológico. A título de exemplo, não podemos, simplesmente, entender a agricultura ecológica como aquela que não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo. No limite, uma agricultura com essa característica pode corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida, cujos praticantes não têm ou não tiveram acesso aos insumos modernos por impossibilidade econômica, por falta de informação ou por ausência de políticas públicas adequadas para esse fim”.

ser pontuado está relacionado à definição de Agroecologia e o uso que é feito do termo, tendo em vista que:

Se mostrar cada vez mais evidente uma profunda confusão no uso do termo Agroecologia, gerando interpretações conceituais que, em muitos casos prejudicam o entendimento da Agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos”. (CAPORAL & COSTABEBER, 2004, p. 46):

A Agroecologia é o enfoque científico que pode apoiar as transformações para um modelo agrícola pautado por práticas agroecológicas – como fica evidente na passagem acima – entendendo a complexidade das relações que compõe o espaço agrário, urbano ou periurbano, afinal, se está falando de forma mais direta das práticas que acontecem nesse último cenário. A Agroecologia precisa se nutrir de todos os campos do conhecimento, bem como das experiências, práticas e saberes de todos os envolvidos para que possa contribuir na trajetória de consolidação da agricultura sustentável, posto que *“a dinâmica das explorações agrárias não se explica só por condicionamentos ambientais, sociais e econômicos. E mais, as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante”* (GUTERRES, 2006, p. 92), já que as relações estabelecidas entre os homens e as instituições que as regulam são fundamentais nos sistemas agrários criados pelos homens. Há aqui uma expansão da definição de Agroecologia, haja vista que ela *“se nutre de outros campos do conhecimento, assim como de saberes e experiências próprias dos agricultores, permitindo o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos”* (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 47). Sem dúvida eles são fundamentais para a constituição de uma forma de produzir e viver diferente do modelo convencional de agricultura, mas que não podem encobrir seus limites e suas possibilidades.

A agricultura sustentável não pode ser entendida, apenas, como aquela que não faz uso de adubos, fertilizantes, herbicidas ou fungicidas, é preciso ir além de uma visão estritamente agrônômica e biológica. É vital entender as multidimensões que devem estar imbricadas na construção de outra forma de produção agrícola

urbana e rural, o que envolve a superação do Capitalismo e não sua reforma ou adequação aos interesses preservacionistas.

A Agroecologia não pode ser entendida como *“um pacote pronto, comprado e à disposição em centros de pesquisa, estimulado pelas universidades, pelos órgãos de assistência técnica oficiais e as empresas privadas”* (ZAMBERLAN & FRONCCHETI, 2002, p.94), pois isso só contribuiria para a manutenção da Injustiça Ambiental através da aceitação de pequenos avanços que não garantem a transformação das condições desiguais em que a vida e a agricultura são produzidas atualmente.

Os agricultores que lidam com a terra cotidianamente são os sujeitos mais capacitados para construir uma proposta de agricultura que possa contribuir com a criação de uma sociedade justa e solidária. Os órgãos de assistência técnica, o governo e os extensionistas universitários precisam ter clareza disso, para que não desenvolvam ações que visem apenas ensinar ou transformar sem tomar em consideração a trajetória histórica dos sujeitos e comunidades envolvidas, bem como os saberes e experiências que carregam.

Os agricultores precisam estar inseridos nesse movimento, afinal, não se podem ter mudanças na dinâmica familiar e produtiva que não sejam construídas coletivamente e de forma participativa. Nesse sentido, *“a base epistemológica da Agroecologia incorpora a complexidade, a dúvida, a incerteza, e pretende ser inter e transdisciplinar; sua pauta é a temática e não a disciplina, além de reconhecer os saberes tradicionais e cotidianos como também válidos”* (GOMES e BORBA, 2004, p. 08) e integrantes do processo. A pretensão não é a de criar um caminho único, afinal a Agroecologia, quando é entendida a partir das premissas aqui elencadas:

Não mascara o jogo de interesses e conflitos na sociedade, ao contrário, pressupõem que a diferença é a base para a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. A Agroecologia prega princípios éticos, por isso não aceita linearmente que mais tecnologia signifique mais produtividade e portanto menos fome ou miséria. Os dados estão aí: produtividade e miséria, ambas estão aumentando. Por isso, a Agroecologia pode fortalecer ações e políticas públicas que pretendam a equidade, a inclusão social e a cidadania (GOMES e BORBA, 2004, p. 14)

Dessa forma, são múltiplas as dimensões da Agroecologia que devem ser levadas em consideração, quando se busca mudanças que estejam para além das práticas agrícolas. O organograma abaixo ilustra, em alguma medida isso:

Multidimensionalidade da Agricultura Sustentável



Organograma 02 – Construído pela pesquisadora.

Fica evidente a acuidade de se ter uma visão dialética¹⁸, apontando para a necessidade de uma leitura integral do ecossistema e do contexto atual, o qual é oriundo de diferentes visões e interesses em conflito pelas classes e grupos sociais que historicamente se constituem. Em cada uma dessas dimensões e suas imbricações é fundamental problematizar essa questão, bem como a Sustentabilidade que se propõe, enquanto utopia e futuro na/da sociedade concreta vivida, pois os diferentes grupos sociais apresentam interesses que são antagônicos e nunca consensuais.

No que concerne às dimensões que são apontadas como fundamentais para se solidificar uma proposta de agricultura de base agroecológica, é fundamental destacar para além da intersecção entre cada uma delas, algumas particularidades que demarcam seu espaço e necessidade de atenção. Quando se parte da análise da *questão ecológica*, é vital a clareza de que a manutenção e recuperação do que pode ser chamada base de recursos naturais é fundamental. Em outras palavras, se pode dizer que as ações precisam se pautar por práticas agrícolas que busquem:

Ter poucos efeitos negativos no meio ambiente, depender, principalmente, dos recursos de dentro do ecossistema; conservar a diversidade biológica; ser viável do ponto de vista energético. Por isso, adverte-se que o uso abusivo da mecanização e dos insumos químicos derivados de combustíveis fósseis têm provocado uma série de alterações negativas nos agroecossistemas: perda de matéria orgânica, degradação do solo, poluição e esgotamento dos suprimentos da água, surgimento de pragas e doenças resistentes aos agrotóxicos, contaminação dos ecossistemas por agrotóxicos. (RUSCHEINSKY, 2004, p. 110)

Interligado a isso está à *questão econômica*, no que é imprescindível buscar mudanças graduais – e radicais – que evidenciem a estreita relação entre a

¹⁸ Para exemplificar a definição de dialética aqui apresentada, cabe referencia a uma passagem de LEFEBVRE que evidencia o movimento dialético, diz ele: “o homem possui uma ‘essência’, mas essa essência não é dada, biológica ou antropologicamente, desde as primeiras manifestações da humanidade. Ela se desenvolve; é mesmo o essencial (o resumo, a condensação atual e ativa) do desenvolvimento histórico. A espécie humana tem uma história e o homem genérico, também ele, forma-se como toda a realidade. Os filósofos não apenas formularam várias maneiras diferentes dessa essência, como contribuíram para elaborá-la, constituí-la, conservando certos traços decisivos do desenvolvimento social, resumindo-o. O filósofo podia realizar esse projeto filosófico, alias incompleto e abstrato. A superação da filosofia compreende, pois sua realização, ao mesmo tempo em que o fim da alienação histórica. No curso do conflito que pode tornar-se agudo com o Estado e a sociedade política com todas as formas de alienação (...) e não sem metamorfoses, pois deve abandonar a forma filosófica, o pensamento humano realizar-se-á no mundo. Ele se torna mundo na prática” (LEFEBVRE, 1966, p. 3).

dimensão ecológica e a econômica, uma vez que “*a insustentabilidade dos agroecossistemas pode se expressar pela obtenção de resultados econômicos favoráveis às custas da depredação da base de recursos naturais que são fundamentais*” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 54).

Os resultados do sucesso da agricultura de base agroecológica não podem ser medidos por fatores econômicos apenas, afinal, há outros indicadores que são de fundamental relevância, como o desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, a diversificação da base produtiva, a produção de bens de consumo, posto que conforme aponta CAPORAL e COSTABEBER (2004, p. 54):

A soberania e a segurança alimentar de uma região se expressam também na adoção de estratégias baseadas em circuitos curtos de mercadorias e no abastecimento regional e microrregional, não sendo possível, portanto, desconectar a dimensão econômica da social.

Ainda no que se refere à interação entre os diversos pontos de vista, quando pensamos essa questão, a efetivação de prática agrícola pautadas pela Agroecologia precisa trazer em seu bojo a discussão acerca da participação e do protagonismo do agricultor, o que implica uma *questão política* essencialmente:

A construção do novo paradigma deve estar sedimentado sobre a participação das pessoas no processo de desenvolvimento. A democracia social e o exercício da cidadania devem sustentar o modelo de desenvolvimento. A participação deve se dar na discussão dos problemas, na pesquisa e diagnóstico, na proposição de políticas públicas e programas diferenciados e setoriais, na gestão social do mesmo e avaliação (MENEGETTI, 2004, p.19)

Há nessa assertiva, para além da *questão cultural*, a *ética*, afinal, essa última está relacionada não apenas com a solidariedade entre as gerações, mas com a responsabilidade individual e coletiva com o percurso histórico que todos fazem parte, o qual é reconhecidamente forjado por meio de relações de poder dispare e de forma desigual. No que tange à *questão ética*, LEFF (2001, p. 93) alerta que ela:

Vincula a conservação da diversidade biológica do planeta com respeito à heterogeneidade étnica e cultural da espécie humana. Ambos os princípios se conjugam no objetivo de preservar os recursos naturais e envolver as comunidades na gestão do seu ambiente.

Isso implica a busca da Soberania Alimentar¹⁹, tendo em vista que *“inclui a necessidade de alimentos limpos e saudáveis para todos e, portanto, minimiza a importância de certas estratégias de produção orgânicas dirigidas pelo mercado e acessível apenas a uma pequena parcela da população”* (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 57), o que complementa o que já foi abordado no que se refere à Justiça Ambiental.

Interligada a essa discussão está à *dimensão social*. Ela abarca não apenas a busca por melhores condições de vida para todos, mas a luta por Justiça Ambiental e o reconhecimento de que *“a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado e relevância quando o produto gerado nos agroecossistemas, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade”* (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 53). Esses últimos precisam ter papel protagonista na configuração das práticas agrícolas engendradas e, para, além disso, devem ter sua cultura, saberes, fazeres e conhecimentos respeitados e tomados em consideração, o que implica se falar na *dimensão cultural*, fundamental ao seu desenvolvimento.

Não se pode pensar a agricultura de base agroecológica fora desses meandros, o que coloca em evidencia uma série de desafios, os quais estão ligados, sobretudo às políticas públicas e ações que são desenvolvidas nesse cenário, bem como ao entendimento de que há todo um percurso histórico que legitimou as práticas convencionais de agricultura pautadas. Essas últimas pautadas na exploração do trabalho e dos recursos naturais e que agora se encontra em crise.

A Educação Ambiental Transformadora faz parte dessa discussão e deve estar presente nos cursos e espaços formativos que são constituídos para efetivar a transição agroecológica. Esse é o caso do Projeto realizado pelo NUDESE, o qual foi estudado para a realização da tese. Isso é fundamental para que as transformações não sejam apenas das práticas produtivas, mas envolvam a forma como os agricultores se relacionam entre si e com o meio em que estão inseridos e o seu protagonismo na luta por Soberania Alimentar, Justiça Ambiental e, concomitante a isso, outro mundo possível, com equidade e superação constante dos conflitos/injustiças encontrados.

¹⁹ No próximo capítulo será abordada a definição e entendimento acerca da Soberania e Segurança Alimentar.

A Soberania Alimentar e sua relação com a Agricultura Urbana e Periurbana constitui-se em uma necessária discussão, nesse sentido. No próximo capítulo, essa questão será deslindada tomando por base as políticas públicas que estão sendo implantadas atualmente no Brasil (acerca da produção de alimentos e a solução do problema da fome), bem como as contradições e possibilidades cotejadas quando se aborda tal contexto.

No que concerne a Soberania Alimentar, cabe ressaltar que ela é mais do que um tema abordado na pesquisa, posto que se constitua em um horizonte utópico. Para a perspectiva adotada na presente tese isso é fundamental já que ela aponta para a necessidade/urgência de constituição de espaços de esperança que busquem a superação do Capitalismo.

CAPÍTULO 2

A SOBERANIA ALIMENTAR E A AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA: VELHAS E NOVAS DISCUSSÕES ACERCA DE UM ANTIGO PROBLEMA



Foto de Autoria da Pesquisadora Fernanda Machado Johannsen – Agricultores na Feira Livre de São José do Norte

“Com certeza a agricultura deveria ser mais valorizada porque quem é que vive sem alimento? Porque quanto mais for industrializado as coisas...Sabe que na indústria se produz milhares de coisas em uma hora, mas enquanto mais industrializado for menos saúde as pessoas vão ter, mais doença, mais problemas, porque que a saúde esta um caos” *(Fala de uma das Entrevistadas durante a pesquisa)*

"Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção de comercialização e de gestão, nos quais, a mulher desempenha um papel fundamental"
(Campesina Internacional)

CAPÍTULO 2

A SOBERANIA ALIMENTAR E A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA: VELHAS E NOVAS DISCUSSÕES ACERCA DE UM ANTIGO PROBLEMA

“Os homens têm extraído um conjunto extraordinariamente diverso de recursos do mundo natural, e o número e a magnitude destes está crescendo o tempo todo. Mas o mais básico e revelador destes recursos no estudo da ecologia humana têm sido os recursos que designamos de alimento. Todo grupo social na história teve de identificar tais recursos e criar um modo de produção para obtê-los da terra e levá-los para dentro do estômago. Além disso, é através deste processo que as pessoas têm se conectado ao mundo natural de forma mais vital, constante e concreta”.
(WOSTER, 2003, p. 7)

A produção e a distribuição de alimentos é um tema que vem ganhando cada vez mais destaque nos debates acadêmicos e na elaboração de políticas públicas. A meta principal do governo brasileiro é a solução do problema da miséria e da fome, conforme se pode ver em suas proposições e nas ações que vem sendo desenvolvidas²⁰. As atividades primárias, em toda sua heterogeneidade, são

²⁰ Há um conjunto de ações organizadas através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que apontam para isso, como é o caso do Programa Fome Zero com todos os seus desmembramentos, o debate e ações em torno da necessidade de garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos e as propostas no campo da agricultura urbana e peri-urbana, o que iremos abordar nesse capítulo do estudo (www.mds.gov.br. Último acesso em 23/10/2011). Em um artigo intitulado “Soberania Alimentar e alimentação adequada” o então diretor de Promoção de Sistemas Descentralizados da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome afirma que: “Há cinco anos, desde o início de 2003, o governo federal - no âmbito do conjunto de estratégias das ações Fome Zero- criou o já conhecido (e reconhecido) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, o PAA. O programa, desde a sua criação, se tornou um dos mais promissores e bem sucedidos instrumentos de política de soberania e segurança alimentar adotados pelo Governo Federal executado por meio dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA”.

É sabida a capacidade do PAA de aumentar a ocupação produtiva e a renda dos agricultores familiares cuja produção o governo federal compra por preços justos. Igualmente, pesquisas

fundamentais para que seja afiançada a Soberania Alimentar de um país, contudo, não basta que se tenha uma produção de alimentos suficientes para toda a população, é necessário a garantia de que todos tenham acesso com qualidade e equidade à esses alimentos, o que envolve pensar integralmente os aspectos ligados à sua produção e distribuição, bem como as condições em que isso acontece.

Em um contexto marcado pelo Capitalismo isso adquire uma complexidade singular, afinal, mais do que a produção de alimentos, é vital pensar como eles são distribuídos, os desperdícios que ocorrem nesse processo e o fato de milhões de pessoas em todo o mundo estarem expropriadas das mínimas condições de sobrevivência e dignidade. Essa expropriação está intimamente relacionada ao fato das forças produtivas estarem cada vez mais dissociadas dos indivíduos, os quais também estão divididos e com interesses antagônicos (MARX e ENGELS, 1979), o que é proveniente da *“polarização da sociedade em classes que mantem relações essencialmente conflitivas”* (LEFEBVRE, 1968, p. 67).

A atividade agrícola brasileira não está apartada desse contexto, ao contrário. No país há um *“modelo hegemônico, orientador do desenvolvimento rural e agrícola (...) desde a segunda guerra mundial”* (CAPORAL e PETERSEN, 2012) que apesar de claramente estar esgotado continua sendo incentivado e estando presente na orientação das políticas públicas, o que conduz a um paradoxo:

De um lado, o país é reconhecido como uma das maiores potências agrícolas da atualidade, graças ao padrão de ocupação do espaço fundado em grandes monocultivos modernizados, a agricultura capital-intensiva e aos avanços científico- tecnológicos. Por outro, tem disso citado como referencia em ações públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar com base nos princípios da Agroecologia.

Em grandes traços, essas evoluções com sinais trocados expressam interesses contraditórios de atores sociais que se fazem representar no Estado brasileiro. Numa desigual correlação de forças, os grupos do agronegócio (agricultura empresarial capitalista) mantêm iniciativa sobre as orientações do Estado e reafirmam sua hegemonia nos planos políticos, econômico e ideológico. (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 64).

realizadas pelo MDS também demonstram a melhoria da alimentação das famílias em situação de insegurança alimentar beneficiárias das políticas de desenvolvimento social atendidas na rede de promoção e proteção social – incluídas as famílias do Programa Bolsa Família - que consomem os alimentos de ótima qualidade das diversas agriculturas familiares”(MOREIRA, 2010, p. 01).

A manutenção disso está condicionada/dependente de uma série de instrumentos criados pelo/no Capitalismo para que a manutenção das condições de exploração e marginalidade de uma grande parte da população seja tolerada/aceitada. Tem papel de destaque para isso o Estado, afinal, é através dele que a classe dominante consegue criar as condições para permanecer com seus privilégios e influência. Segundo MARX e ENGELS (1983, p. 232-33):

Na produção social de sua vida, os homens entram em relações determinadas, necessárias, e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas definidas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona, de forma geral, o processo de vida social, político e intelectual. Não é a consciência dos indivíduos que determina sua forma de ser, mas, ao contrário, é sua forma de ser social que determina sua consciência.

Assim, enquanto ente criado acima da sociedade, mas que dialeticamente a compõem, o Estado na forma de organização hodierna tem seus próprios interesses e detém múltiplos poderes, servindo e sendo penetrado pelas classes sociais existentes, nomeadamente servindo:

À classe dominante ou às classes dominantes, arbitrando suas rivalidades, quando estas ameaçam a existência da sociedade. Ele é, pois, ao mesmo tempo, o terreno das lutas políticas, objeto que se arrisca nessas lutas, sua finalidade e prêmio final muito disputado. (LEFEBVRE, 1968, p. 90).

O que exige muita cautela ao serem analisadas ações que partam de sua seara, como é o caso da proposta estudada nesse trabalho²¹. Quando se pensa as ações que o Governo Federal tem desenvolvido, desde a perspectiva teórica adotada aqui, no campo da Segurança Alimentar e Nutricional não se pode perder de vista essa conjuntura. Da mesma forma, quando se analisa um Programa financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é mister que se tenha clareza dos limites das transformações que são propostas,

²¹ No próximo capítulo será discutido de forma mais demorada o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido através do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE/FURG) financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

ainda que elas tenham validade para a criação de brechas/possibilidades para o deslindamento/modificação da situação de exploração e miséria vividas.

Ainda que existam inúmeros programas governamentais, políticas e ações da sociedade civil organizada, o problema da fome, miséria e má distribuição de renda continuam revestindo-se de gravidade no cenário mundial, levando à morte milhares de pessoas por dia, sem que sejam buscadas condições para sua solução de forma integral. Os dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação, divulgados em 2010, mostram que 98% dos que sofrem com o problema da fome estão nos chamados países em desenvolvimento, sendo que há mais de 925 milhões de pessoas convivendo com a fome crônica atualmente e cerca de 19 milhões que sofrem com a desnutrição grave, a qual acarreta risco de morte²² (FAO, 2010).

O Relatório “O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo” divulgado pela FAO (2010) mostra que as causas que forjam esses números estão associadas ao alto preço dos alimentos, o que faz com que uma parcela considerável da população não tenha acesso aos mesmos. Mesmo que tenha havido uma redução de 9,6% no número de pessoas que passam fome no mundo, com relação ao ano de 2009, os dados continuam aterradores e mostram que a cada seis segundos uma criança padece em função de problemas oriundos da desnutrição no mundo²³. Corroborando com isso, Josué de Castro ao falar da problemática da fome afirma que ela é:

um fenômeno geograficamente universal, a cuja ação nefasta nenhum continente escapa. Toda a terra dos homens foi, até hoje, a terra da fome. As investigações científicas, realizadas em todas as partes do mundo, constataram o fato inconcebível de que dois terços da humanidade sofre, de maneira epidêmica ou endêmica, os efeitos destruidores da fome (CASTRO, 1980, p. 103)

²³ Para completar esses dados, é possível fazer referência ao trabalho de Lester Brown (2011) citado por ROSARIO (2011, p. 13): Há dados que ajudam a entender a gravidade dessa questão e a relação disso com os aspectos políticos e interesses hegemônicos. Ao descrever as ações que vem sendo realizadas à nível mundial para buscar solucionar a problemática da fome, ele aponta que: “China e Coreia do Sul, por exemplo, vêm realizando enormes aquisições na África, para cultivar sobretudo soja e milho, os principais itens que compõem a alimentação de seus bois, porcos e frangos. Governos do Sudão e da Etiópia têm cedido grandes extensões de terras para estrangeiros, sem atentar para a presença de cidadãos nativos naquelas paragens, os quais são expulsos sumariamente. Brown adverte que processos assim produzem forte instabilidade política, como aconteceu nas Filipinas onde o governo foi obrigado a cancelar o acordo feito com a China para ceder 2,5 milhões de acres; no Madagascar, onde o governo alugou 3 milhões de acres para uma firma sul-coreana, a revolta foi tão grande que derrubou os dirigentes do país”.

Adquire cada vez mais centralidade a questão da Soberania Alimentar. Esse não é de modo algum um debate novo, mas vem ganhando cada vez mais espaço e sendo alvo de políticas públicas e de propostas e medidas que visam garantir o aumento da produção alimentar local ou a criação de novos espaços de produção e comercialização de alimentos.

2.1. Soberania Alimentar: uma luta para além da garantia de Segurança Alimentar

Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental, que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente (CASTRO, 1959. p.21).

Do ponto de vista de seu aparecimento no cenário de discussão internacional, se pode dizer que a Segurança Alimentar e Nutricional não se configura em uma ideia nova, desde 1948 ela esta sendo discutida pelas agências internacionais; aparecendo na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contudo, foi somente na década de 1980 que a segurança alimentar apareceu *“pela primeira vez, dentre os elementos definidores de uma proposta de política de abastecimento alimentar”* (MALUF, MENEZES e VALENTE, 1996, p. 67) no Brasil, por meio de uma equipe de técnicos contratados pelo Ministério da Agricultura na época. A ideia de segurança alimentar estava ainda ligada ao controle das condições nutricionais dos indivíduos, de forma mais intensa no que dizia respeito às crianças, o que se mostrava insuficiente frente às demandas que se apresentavam:

A concepção adotada filiava-se à “versão latino-americana” da definição geral de segurança alimentar da FAO, bastante distinta da noção vigente nos países centrais. Nessa versão, atribuíam-se papel central a autossuficiência produtiva nacional, porém enfatizando os problemas de acesso aos alimentos por insuficiência de renda, o que levou a acrescentar a equidade (acesso universal) aos quatro atributos da disponibilidade agregada de alimentos básicos – suficiência, estabilidade, autonomia e sustentabilidade. A agricultura camponesa figurava como componente estratégico num modelo de desenvolvimento com ênfase no mercado interno, sem subestimar a

diversificação das exportações e valorizando a integração regional (MALUF, MENEZES e VALENTE, 1996, p. 67).

Nos anos de 1990 há um alargamento da utilização do termo Segurança Alimentar nas políticas que foram desenvolvidas pela administração pública no Brasil, em nível federal, estadual e municipal. Corrobora fortemente para isso, o fato da problemática da fome ter sido incorporada às prioridades da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida²⁴ e sua articulação com a sociedade civil, a qual se configurou em um instrumento de pressão popular para que cada vez mais o tema ganhasse centralidade.

Atualmente, o tema continua sendo alvo das ações governamentais, como já enunciado, sendo que no ano de 2006 foi aprovada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira. Nesse documento do Legislativo, a Segurança Alimentar é definida como consistindo na:

Realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômico e socialmente sustentáveis (Art. 3º - Lei Orgânica nº 11.346/2006)

Com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) há a incorporação de princípios que são basais para que se possa avançar na efetivação de diretrizes, princípios e objetivos presentes nesse documento no que se refere à Segurança Alimentar. De certo, isso se configura como um ordenamento jurídico e não garante sua aplicação ou a solução da problemática, ainda que a alimentação seja considerada um direito fundamental:

²⁴ Para que fique mais claro o papel que teve a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela vida nesses meandros, cabe citar MALUF, MENEZES e VALENTE(1996, p. 69): “Na história recente de enfrentamento da questão alimentar no Brasil, foi decisiva sua incorporação dentre as prioridades da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. Esse movimento de dimensão nacional surgiu no ano de 1993, alavancado pelo Movimento pela Ética na Política, na época do impeachment do Presidente Collor. Seu primeiro mérito foi dar notoriedade ao quadro dramático da existência de 32 milhões de miseráveis nos campos e nas cidades, além de colaborar fundamentalmente para a implementação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). A Ação da Cidadania teve inspiração ética. Assim, a fome, a miséria e a exclusão da cidadania, que pesa sobre milhões de brasileiros, é inaceitável de um ponto de vista ético. ‘A fome não pode esperar’ foi o lema sob o qual mobilizou-se um número expressivo de brasileiros, assumindo a necessidade de uma ação imediata. Esta foi a grande novidade a partir da Campanha Contra a Fome, como ficou conhecido o movimento inspirado pelo sociólogo Herbet de Souza (o Betinho), e articulado por amplos setores da sociedade civil brasileira. Ele baseava-se na compreensão de que cabe à cidadania instituir a lógica da solidariedade e, também, apontar o rumo ao Estado e ao mercado.

A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (Art. 3º - Lei Orgânica nº 11.346/2006)

Acerca disso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome têm criado estratégias. Em seu entendimento elas contribuem para a *“ampliação do acesso aos alimentos, combinando programas e ações de apoio à agricultura tradicional e familiar de base agroecológica e cooperativa, além da implantação de uma ampla Rede de Segurança Alimentar e Nutricional”* (MDS, 2009), no que tem lugar de destaque as ações no campo da Agricultura Urbana e Periurbana, como já destacado.

É visível que essas ações dão conta de uma parte da problemática apenas, tendo em vista que são pautadas por práticas assistencialistas e que não convergem para a busca de soluções aos reais problemas enfrentados pelo país no que tange à produção de alimentos²⁵. Para exemplificar isso e contribuir no debate acerca das implicações/limites do conceito de Segurança Alimentar cabe referenciar à seguinte passagem:

Segurança alimentar significa que toda criança, mulher e homem precisam estar certos de ter o suficiente para comer todos os dias,

²⁵ Esta discussão estará presente em outros momentos no trabalho, mas devido assertiva acima, cabe destacar alguns elementos que precisam ser abordados quando se pensa o lugar da Segurança Alimentar no Brasil. Os dados do relatório do Consea de novembro de 2010 são importantes para essa finalidade: “A expansão do agronegócio e das formas privadas de apropriação dos recursos naturais a ele associadas contribuíram para acentuar a já elevada concentração da propriedade da terra no Brasil e para limitar o avanço das políticas de reforma agrária. A concentração fundiária e a morosidade na implantação da reforma agrária constituem, hoje, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento e à consolidação dos sistemas familiares de produção rural no Brasil (...)”. “A expansão do agronegócio vem sendo viabilizada com a atuação do que chamo de tríplice aliança: latifúndio – Estado – Agronegócio. Nesse sentido, o agronegócio reúne o que há de mais moderno em termos tecnológicos com o que há de mais arcaico em termos de estrutura fundiária e de reações de trabalho”, avalia Christiane S.S. Campos, doutora em Geografia e professora da Universidade Federal de Santa Maria. Além de não assegurar o abastecimento interno, parte das vantagens propaladas pelo agronegócio, como a geração de empregos, deve ser relativizada (...). Em relação especificamente às condições de trabalho, observa-se que onde se expande o agronegócio se intensifica a precarização, uma vez que se reduzem os empregos fixos, se ampliam empregos temporários e se intensifica muito o ritmo de trabalho, o que amplia a quantidade e a gravidade das doenças que atingem a população trabalhadora” (FARIA, G. As Raízes da Crise. In: Revista Fórum, junho de 2011, p. 8). Essas questões não são abordadas pelo MDS ao propor a Segurança Alimentar e Nutricional, o que é um limite evidente em sua ação.

mas o conceito não diz nada sobre onde esse alimento vem ou como é produzido. Logo, Washington pode alegar que importar comida barata dos EUA é uma maneira melhor de países pobres alcançarem a segurança alimentar que produzindo comida eles próprios. Importações volumosas de alimento barato e subsidiado, no entanto, arruinariam agricultores locais, expulsando-os da terra. Incham as fileiras dos famintos, e sua segurança alimentar é colocada nas mãos da economia monetária, na medida em que migram para favelas urbanas onde não conseguem encontrar empregos com salários para garantir a vida (ROSSET, 2003, p. 320).

O uso recorrente da defesa da Segurança Alimentar e Nutricional, não apenas no Brasil, mas em nível mundial – afinal esse termo é dominante nos fóruns internacionais e ações organizadas pela ONU (FAO)²⁶ – deve ser vista com atenção, posto que, a polissemia que o termo apresenta permite diversas e destoantes interpretações. Elas podem estar presentes na defesa de diferentes modelos de produção agrícola, como ilustrado acima.

As primeiras críticas ao conceito de Segurança Alimentar foram tecidas ainda na década de 1980 pela Via Campesina²⁷. O Movimento fazia críticas ao conceito de Segurança Alimentar e os limites que ele abarcava, no que se refere à Segurança Alimentar preocupar-se apenas em garantir os alimentos sem problematizar os demais fatores que estão envolvidos, como a qualidade dos mesmos, que podem ser transgênicos ou ecológicos, e tão pouco a chamada padronização alimentar, que

²⁶ Acerca dessa questão e da dubiedade de interesses que permeiam a defesa da Segurança Alimentar pode-se citar ASSUNÇÃO et. al. (2012, p. 02): “Recentemente na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20), realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), as discussões acerca da segurança alimentar não englobaram preceitos de soberania alimentar, confirmando assim, decisões políticas, e somente políticas, que não tem efeitos reais e transformadores da realidade agrária e agrícola brasileira.

Nós reafirmamos o direito à alimentação e convocamos todos os Estados a darem prioridade à intensificação sustentável da produção de alimentos através da ampliação do investimento na produção local de alimentos, da melhoria do acesso a mercados locais e globais de agro-alimentos, e a redução do nível de dejetos em toda a cadeia de abastecimento, com atenção especial para mulheres, pequenos agricultores, jovens, e agricultores nativos. Estamos comprometidos em assegurar uma nutrição apropriada para nossos povos” (ONU, 2012, p.12).

²⁷ “A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. Uma das principais políticas da Via Campesina é a defesa da Soberania Alimentar (...). Para o movimento: as políticas agrícolas não podem ser definidas por instâncias comerciais como o Banco Mundial ou a OMC (Organização Mundial do Comércio) que atende aos interesses de corporações multinacionais. É papel das forças políticas e dos governos decidir sobre as políticas nacionais, sejam agrícolas ou de qualquer outro teor, e não os agentes do mercado. (...) Em uma democracia, é indispensável uma participação ativa dos movimentos camponeses no processo de definição de políticas agrícolas e alimentares. A transparência de informação, a liberdade de expressão e o direito de se organizar são as condições indispensáveis para essa participação” (Cartilha 012 – As Políticas da Via Campesina - Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em www.social.org.br Último acesso em 03/01/2013).

vem sendo imposta pelo agronegócio. Para fazer frente a isso, a proposta foi a Soberania Alimentar, entendida como:

O direito dos povos de definir sua própria política e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, citada por CAMPOS, 2006, p. 154-55)

Mais do que um conceito, Soberania Alimentar se transformou em uma bandeira política dos movimentos camponeses vinculados a Via Campesina, como se pode perceber. Isso é de suma importância, tendo em vista que governos, como o brasileiro, continuam utilizando a terminologia Segurança Alimentar para abordar o problema no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sem um aprofundamento acerca do debate a respeito da Soberania Alimentar.

Em muitos estudos há uma tendência ao uso dos termos Segurança Alimentar e Soberania Alimentar como sinônimos²⁸, contudo, é fundamental a demarcação acerca dos limites e possibilidades de um e outro e da forma como se configuram ao longo do tempo: enquanto o primeiro está ligado a FAO e as propostas governamentais, como já enunciado aqui; o segundo é bandeira de luta

²⁸ Em muitas pesquisas eles são entendidos como extensão um do outro, também. Esse é o caso dos estudos de ARRUDA (2004, p. 1): “Há uma íntima conexão entre a segurança e a soberania alimentar. Nenhum país, nenhum povo pode garantir sustentavelmente a sobrevivência dos seus habitantes sem ter o controle dos meios de produzir o alimento consumido dentro das suas fronteiras. Isto é insegurança alimentar, uma praga socioeconômica ligada à perda de soberania sobre sua própria economia, produtos e mercados. Que é Fome? É a carência individual ou social de nutrição para satisfazer a necessidade de alimento. Insegurança alimentar é a falta persistente de acesso a alimentos devidos não a falta de alimento, mas à falta de acesso à terra e a outros recursos produtivos (população rural) e ao insuficiente poder de compra (população urbana)”. No que se refere à consideração de Soberania e Segurança Alimentar como sinônimos é possível resgatar o que afirma FREIRE (2012, p. 06) ao fazer uma análise da produção agrícola no Brasil e das contradições presentes nela: “A soberania e segurança alimentar na verdade é uma ferramenta importante para garantir acesso da população aos alimentos de qualidade e com base nutricional. A ideia da reforma agrária coaduna com a proposta explanada, pois as produções de propriedades rurais familiares são responsáveis por cerca de 83% dos alimentos consumidos internamente. As grandes fazendas empresas voltadas a monocultura que operam sob o controle dos *comodities* e bolsa de valores, são responsáveis pela desestruturação das economias internas, pois criam sub empregos e o capital é enviado para fora do país, permanecendo nas mãos de poucos, gerando uma insegurança alimentar, podendo ainda comprometer a soberania nacional de produção de alimentos, tendo em vista a demanda mundial por dado produto forçando a monocultura. As políticas governamentais que distribuem alimentos, mantêm o intuito de oferecer o alimento necessário aos que não podem adquirir, afastando a avassaladora ideia da fome.”

da Via Campesina e tem se consolidado na disputa contra a hegemonia do capital e do agronegócio na agricultura²⁹.

Quando se parte das premissas/pressupostos da Educação Ambiental Transformadora é importante à definição clara do que se entende por Soberania Alimentar e dos vários desafios que ela engendra, do ponto de vista político, econômico, ambiental, etc., o que está para além do que aborda a Segurança Alimentar e Nutricional.

Nesse sentido, um primeiro elemento importante é o reconhecimento da fome enquanto um problema que extrapola a questão da produção de alimentos. Em 1946, Josué de Castro já apontava para isso, ao afirmar que não eram as catástrofes naturais, as condições do solo ou a falta de chuva – no caso do nordeste brasileiro, por exemplo – as causas deste quadro. Para encontrar as reais causas da fome e da miséria era fundamental evidenciar a ordem social, econômica e política presente, o que é resultado da ação humana e da disputa dos homens entre si e se materializa no latifúndio e na exploração presente nele:

Do latifúndio decorre também a existência das grandes massas dos sem-terra, dos que trabalham na terra alheia, como assalariados ou como servos explorados por esta engrenagem econômica de tipo feudal. Por sua vez, o minifúndio significa a exploração antieconômica da terra, a miséria crônica das culturas de subsistência que não dão para matar a fome da família (CASTRO, 1980, p. 54).

Portanto, não é possível propor ações que busquem garantir a Soberania Alimentar alijadas dessa questão, o que implica o reconhecimento das contradições do período atual, marcado pelo patenteamento de sementes, pelo uso cada vez mais intenso de transgênicos e de insumos agroquímicos e pela mecanização do campo. Isso vai ao encontro dos interesses do agronegócio e consolida a noção de que os alimentos são mercadorias:

O Capitalismo segue sua lógica perversa no campo, tendo como características essenciais: o consumismo desenfreado e a

²⁹ Quando o conceito de Soberania Alimentar foi apresentado pela Via Campesina na WFS em 1996, se pretendia que ele fosse um contraponto ao conceito de Segurança Alimentar, definido pela FAO e adotado por unanimidade na cúpula. O conceito de Segurança Alimentar está presente no *Plano de Ação da FAO para a erradicação da fome no mundo* e define etapas a serem tomadas, desenvolvidas e aprovadas pelos representantes dos 186 países, tendo em vista a realização deste objetivo (CAMACHO, 2009)

exploração descomedida da natureza. Exploração da natureza combinada com a exploração das pessoas, pois este processo gera mais-valia, permitindo a acumulação/reprodução do capital. É, por isso, que esse processo de desenvolvimento capitalista no campo é responsável pela exclusão e marginalização dos povos, além da destruição da biodiversidade, colocando em risco toda a humanidade. Logo, o que temos é a destruição da sociobiodiversidade, visto que toda a humanidade necessita dessa biodiversidade para continuar vivendo (CAMACHO, 2012, p. 12)

Na contramão disso, está a luta por Soberania Alimentar, defendendo o direito de todos os povos definirem a sua política, terem autonomia sobre o que produzir, para quem produzir, bem como em que condições produzir. Em linhas gerais isso implica o estabelecimento de uma relação soberana no que tange aos recursos da natureza, como é o caso das sementes, um exemplo emblemático hodiernamente.

No Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Havana, no ano de 2000, foram destacados pontos importantes que corroboram para o exposto até aqui, no que se refere à definição e lutas entorno da Soberania Alimentar, que é entendida como um:

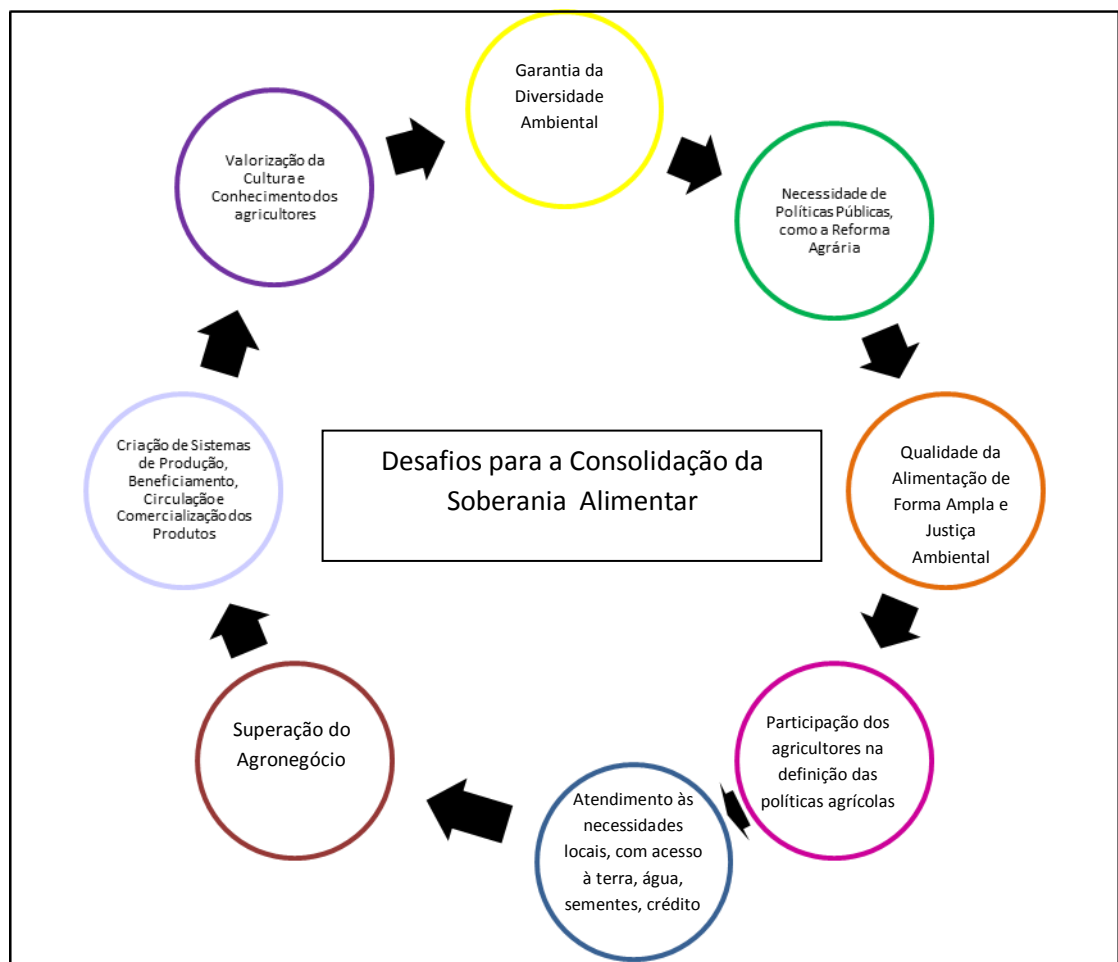
Direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação à toda população(...). Ela pressupõe uma Reforma Agrária radical, e o apoio às agriculturas familiares, em que as mulheres tenham igualdade de oportunidades e de acesso aos meios de produção (...). Para se obter soberania alimentar, são necessários sistemas produtivos sustentáveis, em que se valorize a soberania e as culturas locais e, em especial, os hábitos alimentares (...). A alimentação jamais será utilizada como arma de pressão econômica e política entre os países (SILIPRANDI, 2001, p.18)

Como se pode aferir:

O conceito de soberania alimentar não se reduz apenas a mais uma fórmula genérica para a resolução do problema da escassez de alimentos, trata-se sobretudo de uma ferramenta metodológica para analisar e compreender uma série de fenômenos complexos e formular uma estratégia de luta na abordagem ao problema da agricultura mundial e da fome no início do século XXI, adotando uma posição radicalmente contrária à lógica neoliberal do Desenvolvimento (VIVAS, 2011, p. 03)

Para que isso se concretize, muitos são os desafios que merecem destaque. Sem a pretensão de esgotá-los e com a certeza de que outros serão somados ao final do estudo; cabe a referência a alguns elementos que devem estar presentes quando se pensa a Soberania Alimentar e que se constituem em bandeiras de luta, não apenas da Via Campesina, mas de todos que defendem – nos movimentos sociais ou na academia – tal pauta:

Desafios para a consolidação da Soberania Alimentar



Organograma 03 - Construído pela Pesquisadora tomando por base o que defende o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em 2012.

O desafio não é apoucado e tomando por base as condições atuais só será possível se houver o entendimento de todos, estejam no campo ou na cidade, de que os alimentos e o próprio mundo não podem ser entendidos e tratados como mercadorias. Da mesma forma, é necessário reconhecer que a exploração da

natureza (na qual o homem está inserido, como já circunstanciado) não é um processo natural, mas construído historicamente, por meio de condições desiguais.

O reconhecimento/transformação disso está intimamente relacionado com o papel que tem a Educação Ambiental, em sua vertente transformadora, a desempenhar. É preciso uma proposta de intervenção sobre a realidade, posto que a consolidação da Soberania Alimentar só seja possível com a superação das condições desiguais contemporâneas. Ao se entender a educação como ato político, ela passa a ter um papel fundamental na busca pela democracia, o que só é fatível se for alargado o entendimento do que é participação e do papel protagonista que tem o campo e a cidade – dialeticamente – na busca pela Justiça Ambiental, que é uma das bandeiras de luta da Soberania Alimentar. (CASTRO, 2003)

2.2. Agricultura Urbana e Periurbana no enfrentamento à fome: políticas públicas no Brasil

“Na história da sociedade e de como ela está configurada na atualidade, pode-se buscar elementos das políticas e de seus significados, pois é através do desenvolvimento das políticas públicas pelo Estado que governos e suas instituições, bem como outros agentes da sociedade produzem e reproduzem o instituído, a ordem, enfim, o sistema atual”
(MACHADO, 2011, p. 30)

No que concerne às políticas implementadas no Brasil para solucionar o problema da *insegurança alimentar*, merece destaque o Programa Fome Zero³⁰, que foi uma das propostas da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva no ano

³⁰ Não é objetivo no texto fazer uma discussão detalhada da ação do Programa Bolsa Família, mas de uma de suas ações que é o Programa de Agricultura Urbana e Peri-Urbana, contudo, cabe destacar alguns elementos importantes, bem como sua configuração histórica, partindo de BELIK (2004, p. 27): “O Programa Fome Zero foi uma iniciativa do Instituto Cidadania, organização independente e apartidária que possui o presidente Luiz Inácio Lula da Silva entre os seus conselheiros e que foi financiado com recursos da Fundação Djalma Guimarães, entidade de cunho empresarial vinculada à Companhia Brasileira de Metalúrgica e Mineração (CBMM), do Grupo Moreira Salles. O projeto teve início em meados do ano 2000 e reuniu uma equipe com os maiores especialistas em políticas sociais, alimentação, nutrição e saúde no Brasil. Foram mais de 50 pesquisadores e colaboradores engajados nos estudos e levantamentos, visando apresentar uma proposta clara e factível para combater a fome no Brasil.

Em abril de 2001 ficou pronta uma primeira versão do projeto, que foi levada à discussão em inúmeras entidades: sindicatos, associações, centros acadêmicos, universidades e ONG's. Foram feitas também três reuniões amplas: em São Paulo, Fortaleza e Santo André e mais colaborares foram incorporados ao trabalho. Finalmente a versão final foi apresentada no dia 16 de outubro de 2001 (Dia Mundial da Alimentação), no Senado Federal, na presença dos líderes de todos os partidos e diversas entidades empresariais e de trabalhadores. Mais tarde, na campanha presidencial de 2002, O Fome Zero foi incluído dentre as propostas e anunciado como prioridade de governo no primeiro discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na manhã seguinte a sua eleição.

de 2002 e constituiu-se em uma das prioridades de seu governo. Em que pese os limites da proposta, há elementos importantes que precisam ser destacados, como é o fato do Programa Fome Zero *“colocar em evidência o lugar da pobreza na sociedade brasileira. Ao trazer para o debate público a problemática da fome (...) coloca a pobreza e a fome como questões públicas, alvo de opções políticas que põem em foco as alternativas de futuro para o país”* (YASBEK, 2004, p. 21). Tomando em consideração que esse não é um terreno homogêneo, mas um campo de disputas há aqui um risco limitante ao sucesso do Programa, que é o dele:

Permaneça apenas no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário de prestar socorro aos pobres não se realizando como direito social (e assim não se politizando). É evidente que uma “cruzada solidária” contra a fome tem um grande apelo e é capaz de realizar um consenso social (dimensão importante para o governo), mas é também mais do que conhecida a necessidade de enfrentar, no âmbito estrutural das relações sociais, as causas da fome e da pobreza (YASBEK, 2004, p. 21).

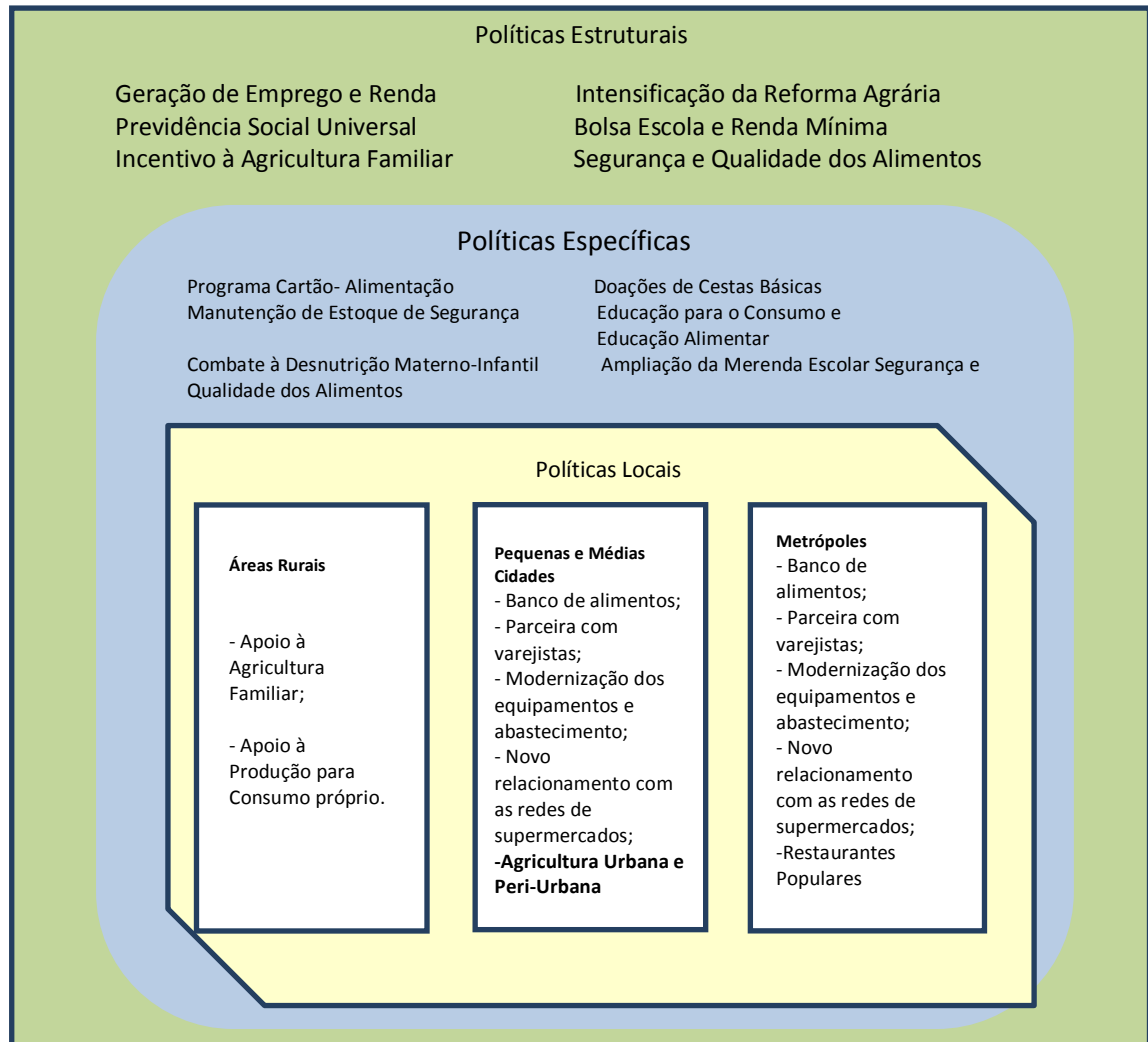
A busca de Segurança Alimentar é uma das marcas do Programa Fome Zero e que precisa ser visto com cautela, ainda que ela seja entendida como *“garantia do acesso á sobrevivência e a saúde em termos de quantidade, qualidade e regularidade”* (BELIK, 2003, p. 28), pois não avança na disputa por questões que são fundamentais para a luta por Soberania Alimentar.

Para dar conta do propósito de fazer o enfrentamento à fome no Brasil, o governo federal distingue três linhas mestras que precisam estar concatenadas, quais sejam:

Políticas estruturais, voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza; **políticas específicas**, voltadas para atender diretamente a família no que se refere ao acesso ao alimento; e **políticas locais**, que podem ser implantadas por prefeituras ou pela própria sociedade civil (BELIK, 2003, p. 28).

Cada uma dessas linhas é composta por propostas/ações que se articulam entre si em diferentes níveis:

Linhas de Ação do Programa Fome Zero em seu início



Organograma 04 – Construído pela pesquisadora a partir de BELIK, 2003.

Como se pode aferir, a Agricultura Urbana e Periurbana é uma das estratégias utilizadas pelo Governo Federal no que tange ao enfrentamento da fome no Brasil e tem obtido cada vez mais destaque nas discussões e ações propostas nesse campo. O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, que é foco deste estudo, é um exemplo disso, posto que esteja articulado às ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Antes de abordar de forma específica essa ação, é fundamental resgatar um pouco daquilo que tem sido discutido, produzido e praticado de forma mais ampla acerca da Agricultura Urbana e Periurbana, para que possa ser mais bem definido do que se trata.

2.2.1. Conceituação e contestações no cenário brasileiro e mundial no que se refere à Agricultura Urbana e Periurbana

A produção de alimentos nas cidades e seus arredores não é algo que possa ser considerado novo. De toda sorte, tem ocorrido no início do século XXI uma intensificação dos estudos e políticas que defendem/desenvolvem a Agricultura Urbana e Periurbana como uma das formas de garantia da Segurança Alimentar (que é um tema recorrente nas pesquisas e falas das organizações ligadas a AUP). No Brasil, o Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana tem lugar de destaque nas políticas desencadeadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo sido definido como visando:

Estimular a produção orgânica de alimentos nas grandes cidades, aproveitando as áreas ociosas nas regiões metropolitanas para promover o plantio de: hortaliças, ervas medicinais, ervas aromáticas, plantas ornamentais, criação de pequenos animais e instalação de mini agroindústrias. (Site de Divulgação do MDS – www.mds.gov.br. Último acesso em 08/01/2013).

A proposta defende que os alimentos produzidos utilizando a agricultura de base agroecológica sejam destinados ao consumo das famílias, absorvidos por projetos como os restaurantes populares e os ligados à alimentação escolar ou comercializados em feiras populares. O Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico³¹ (NUDESE) da FURG nos municípios de Rio Grande e São José do Norte está inserido nessa frente de atuação e sua experiência permite apreender mais sobre os limites e possibilidades da AUP, para além dos estudos realizados até o momento.

O destaque que a Agricultura Urbana e Periurbana tem afeiçoado na atualidade não é um fenômeno que se restrinja às políticas de combate à fome desencadeadas no Brasil, ao contrário, essa temática tem espaço em nível mundial, mobilizando setores da sociedade civil, ONGs, Redes Virtuais e governos nacionais. No que tange ao início do debate acerca da AUP merece destaque a década de 1980, quando:

³¹ No próximo capítulo o Programa será apresentado de forma detalhada.

Os debates sobre a agricultura urbana surgem a partir da emergência (...) de um novo pensamento ambiental e são reafirmados quando tal prática é tomada como uma resposta aos desafios colocados aos governos locais, responsáveis por criar ações públicas contra a fome e a pobreza urbana, alarmantes na década de 1990 (COUTINHO, 2010, p. 45)

Agências internacionais ligadas à ONU e voltadas ao desenvolvimento também começam a apontar os aspectos positivos da AUP, o que está intimamente relacionado às mudanças na relação entre o espaço urbano e o rural e a forma como essa interação é percebida³². A AUP passa a ser vista como uma forma de contribuir para a redução da mortalidade infantil e dos números da fome, além de garantir ações que valorizem os saberes locais, enquanto formadores de identidade cultural e a produção de alimentos para atender populações vitimadas por quadros de miséria e crise (COUTINHO, 2010).

O grande número de publicações atuais sobre o tema apresenta uma visão extremamente otimista das potencialidades da AUP e raramente questionam seus limites, os quais precisam ser evidenciados para que possa contribuir com a construção da Soberania Alimentar. Isso só será possível quando a problemática for analisada para além de um olhar ingênuo ou ufanista das possibilidades que engendra, afinal, nem todos aqueles que defendem a AUP estão comprometidos/engajados com a construção de uma sociedade justa e sustentável, mas sim com o seu oposto: a manutenção do *status quo* e o aumento de capital e poder de barganha no cenário econômico mundial, mascarando contradições e evitando a busca de soluções que possam, de fato, enfrentar radicalmente o problema da fome e não apenas amenizá-lo.

Para avançar na definição do termo Agricultura Urbana e Periurbana é essencial à clareza de que não existe um *“corpus teórico claro e determinado em torno da Agricultura Urbana, este conceito reúne na prática aspectos teóricos, metodológicos e instrumentais de distintas disciplinas do âmbito econômico,*

³² Essa é uma questão importante que tangencia o estudo. Para corroborar com o explanado cabe a referencia a COUTINHO (2010, p. 48) para quem: “a realização de práticas agrícolas dentro das cidades traz novas possibilidades de compreensão do espaço urbano e novos elementos para fortalecer os argumentos que buscam dismantelar as dicotomias modernas entre campo-cidade, agricultura-indústria, natural-artificial que afetam diretamente a dinâmica territorial. A cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações socioespaciais entre esses elementos possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades dela advindas”.

ecológico e espacial” (FLORES, 2007, p.3). Sem dúvida, é o caráter interdisciplinar da Agricultura Urbana e Periurbana uma de suas maiores potencialidades, pois proporciona o diálogo com outras áreas e permite o alargamento de seu entendimento, ainda que leve a uma heterogeneidade muito grande de defesas possíveis acerca do seu papel e eficácias, o que exige um olhar atento acerca das experiências que são realizadas.

A definição mais frequente de AUP pode ser transcrita do documento chamado “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção”³³, onde ela é conceituada como:

Uma atividade multifuncional, que inclui desde a produção até a transformação, em zonas intra e peri-urbanas inócuas, de produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais e ornamentais, etc.) e pecuários (animais menores) para autoconsumo e comercialização, reaproveitando de forma eficiente e sustentável os recursos locais e promovendo a equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas (sociais, econômicas, produtivas, culturais e ambientais, etc.) e processos participativos para a melhora da qualidade de vida da população urbana (SANTANDREU e LOVO, 2008, p.8)

Uma série de fatores está presente nessa assertiva, para além da produção de alimentos na cidade. Merece destaque a questão da participação, a geração de emprego e renda, mudanças na forma como o espaço urbano é projetado e a criação de outro patamar de relação entre os agricultores urbanos e os recursos naturais.

No entanto, configura-se ainda como uma definição técnica que abstrai as condições concretas da sociedade no que tange aos conflitos em torno das finalidades da produção agrícola anunciada, bem como das classes sociais que a constituem e controlam a produção, a distribuição e os preços dos alimentos. Esse é um debate que não pode ser deixado de lado quando se busca Soberania Alimentar e se defende uma proposta de Educação Ambiental Transformadora.

³³ O documento foi elaborado como parte das atividades do Programa Global Cidades Cultivando para o Futuro, que foi implementado pela RUAF e IPES. A primeira se define como uma organização de caráter global que tem como missão contribuir para a redução da pobreza, a geração de emprego e a melhoria da segurança alimentar e do ambiente e a segunda se constitui como uma organização referente à promoção do desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe que busca impulsionar a construção de sociedades equitativas, solidárias e sustentáveis. Fonte: www.ruaf.org.br. Último acesso em 25/08/2011.

No final da década de 1990, estimava-se que cerca de 800 milhões de pessoas estavam envolvidas com a agricultura urbana em todo o mundo, o que mostra o quanto essa prática é importante e merece destaque (MONGEOT, 200). Contudo, não há uma homogeneidade acerca do desenvolvimento histórico e finalidades que ela apresenta no que merece destaque a experiência cubana, enquanto uma estratégia de enfrentamento aos bloqueios econômicos impostos ao país no final do século XX.

A experiência desenvolvida em Cuba no que se refere à AUP é um exemplo importante e que contribui para o entendimento de que a produção de alimentos no espaço urbano e periurbano³⁴ pode ser definida como uma estratégia criada durante a crise capitalista e o mercado oligopolizado de alimentos, para garantir a produção de nutrientes e sobrevivência dos segmentos pobres das populações em todo o mundo, o que evidencia sua importância e necessidade de estudo.

A Revolução Cubana de 1959 inaugurou uma nova fase na história daquele país, o que não aconteceu fora de conflitos e contradições, ao contrário. Dessa forma, reorganizar a economia e a política não foi tarefa fácil e contou com uma série de eventos, como a aproximação de Cuba com a URSS, o que é fundamental pontuar para entender a aposta do país na Agricultura Urbana. Após um período de disputas, a década de 1970 marca de uma forma mais direta a ação dos socialistas russos em Cuba, o que acontece em grande medida por meio de recursos econômicos, além de mudanças na forma como se organizava o Estado. GOTT diz que *“o dinheiro ia para as forças armadas e para os programas de educação e saúde da ilha, mas também produziu um aumento do padrão de vida e uma disponibilidade mais generalizada de bens de consumo”* (2006, p.277).

De toda sorte, nem todos cubanos estavam felizes com essa aproximação entre os dois países socialistas, mas as boas relações se mantiveram até a década de 1990, inclusive com a entrada massiva de insumos agrícolas para o setor primário da ilha. O governo de Gorbachev, a queda do Muro de Berlim e a abertura cada vez maior dos países socialistas do leste europeu trazem consequências

³⁴ Que foi o caso de Cuba, depois do fim do socialismo do Leste Europeu, do aumento do bloqueio de insumos agrícolas por parte dos governos dos Estados Unidos (nos anos 1990): “La desaparición del campo socialista (...) significo para Cuba la repentina perdida del acceso a créditos y al intercambio (...) que representaba más del 80% de su comercio exterior...”; e dentre as inúmeras iniciativas tomadas pelo governo cubano foi incrementar a “a agricultura urbana” (In: CRUZ, C e MEDINA, R. Agricultura Y Ciudad. Uma clave para la sustentabilidad. La Habana: Fundación Antonio Nunes Jiménez e Aguila, 2001, p. 6-7)

drásticas para a economia cubana e o governo norte-americano pressionava a Rússia para que não apoiasse mais financeiramente a ilha americana:

A crise verdadeira começou em 1990, quando o suprimento de petróleo que a União Soviética era obrigada a fornecer pelo contrato não chegou. A economia doméstica cubana foi severamente atingida. O fluxo regulador de petroleiros soviéticos trazendo o óleo barato vinha sendo a tábua de salvação econômica da revolução, desde os anos de 1960.

(...)

Cuba também tinha uma forte dependência da União Soviética para as suas importações de víveres.” (GOTT, 2006, p. 322)

A economia cubana era essencialmente baseada na produção de cana e gado. A nação até então confiava em alimentos vindos da Europa Oriental para sobreviver: *“o país estava diante da fome, a menos que fontes alternativas de alimentos pudessem ser encontradas”* (GOTT, 2006, p. 325). Há nesse contexto, a emergência da Agricultura Urbana e Periurbana, como alternativa, ou seja, como possibilidade de superação da situação de crise que o país atravessava.

As grandes empresas estatais de produção de alimentos que vigoraram durante muito tempo em Cuba tinham sua ação baseada na Revolução Verde. Eram cultivados grandes volumes em áreas pequenas de terra. Contudo, as condições de transporte, os gastos e a forma como os alimentos eram produzidos faziam com que fosse comprometida sua qualidade e havia muitas perdas.

A partir da década de 1990, a AUP passa a ser a aposta de Cuba para superar a crise, possibilitando o autoabastecimento e a melhoria da qualidade de vida da população com o fim da ajuda que a União Soviética fornecia até então para a Ilha. A Agricultura Urbana e Periurbana é uma construção que se dá por meio de um movimento popular, que avança para um programa com apoio governamental, mostrando o quanto podem ser favoráveis alternativas como essa, quando se constituem em políticas sociais, no exemplo cubano:

Este programa se desenvolveu em todas as Províncias, Municípios e Conselhos Populares do país e contou com o apoio, continuidade e impulso do Partido, ao acionar o Governo em todos os níveis e criar uma grande integração, ela possibilitou que além do papel direto do Ministério da Agricultura, todos participassem diretamente do mesmo (RAMIREZ, 2006, p. 04)

O desenvolvimento da agricultura na modalidade urbana em Cuba é o resultado de uma série de fatores, como se pode perceber. Podem ser citados: a alta demanda de alimentos que são necessários nos centros urbanos, o fato de haver um excedente de mão de obra e ao mesmo tempo áreas ociosas, a possibilidade de reaproveitamento de dejetos humanos produzidos na cidade e o apoio recebido de centros de produção do conhecimento, como Universidades e Instituições.

Muitas estratégias foram pensadas na Ilha, é o caso da distribuição territorial, a forma como é organizada a distribuição de plantio de forma que não seja necessário o transporte do produto final em longas distâncias e a capacitação constante dos produtores rurais, a qual acontece no mesmo espaço em que se desenvolvem as atividades produtivas.

A infraestrutura do projeto se organiza em redes nacionais, o que permite essa atualização técnica:

Para o desenvolvimento das produções tanto de cultivos como de animais, o programa nacional de agricultura urbana criou diversas unidades especializadas destinadas a prestar apoio aos produtores, desde a aquisição de material para sombrios e insumos para a produção, até a prestação de serviços de assistência técnica e capacitação diretamente nas unidades de produção (TURRELA, CONCEPCIÓN e BAYÓN, 2005, p. 09).

O resgate de tecnologias tradicionais, enriquecidas com as concepções modernas de agricultura de base ecológica tem permitido avanços consideráveis, além do aumento da biodiversidade e dos recursos naturais, favorecendo a fertilidade do solo, o que traz muitos impactos sociais para a vida e a soberania alimentar do povo cubano (GOTT, 2006).

No Brasil ainda há muito que se avançar, sobretudo no que tange a elementos que são fundamentais na experiência cubana como é o caso da diminuição da pobreza, da sustentabilidade, da Justiça Ambiental, da participação popular e da soberania alimentar. Esses são desafios que estão para além do aumento da produção de alimentos nas cidades ou a busca de Segurança Alimentar, defendidas em muitas publicações na área³⁵, posto que:

³⁵ Dentre os estudos que abordam o papel da Agricultura Urbana e Peri-Urbana defendendo sua importância para a garantia de alimentos na cidade, frente o aumento da população, a busca por Segurança Alimentar (sem discutir os limites dessa conceituação) e os aspectos mais superficiais da questão merece destaque a publicação "Agricultura Urbana e Periurbana na América Latina e no

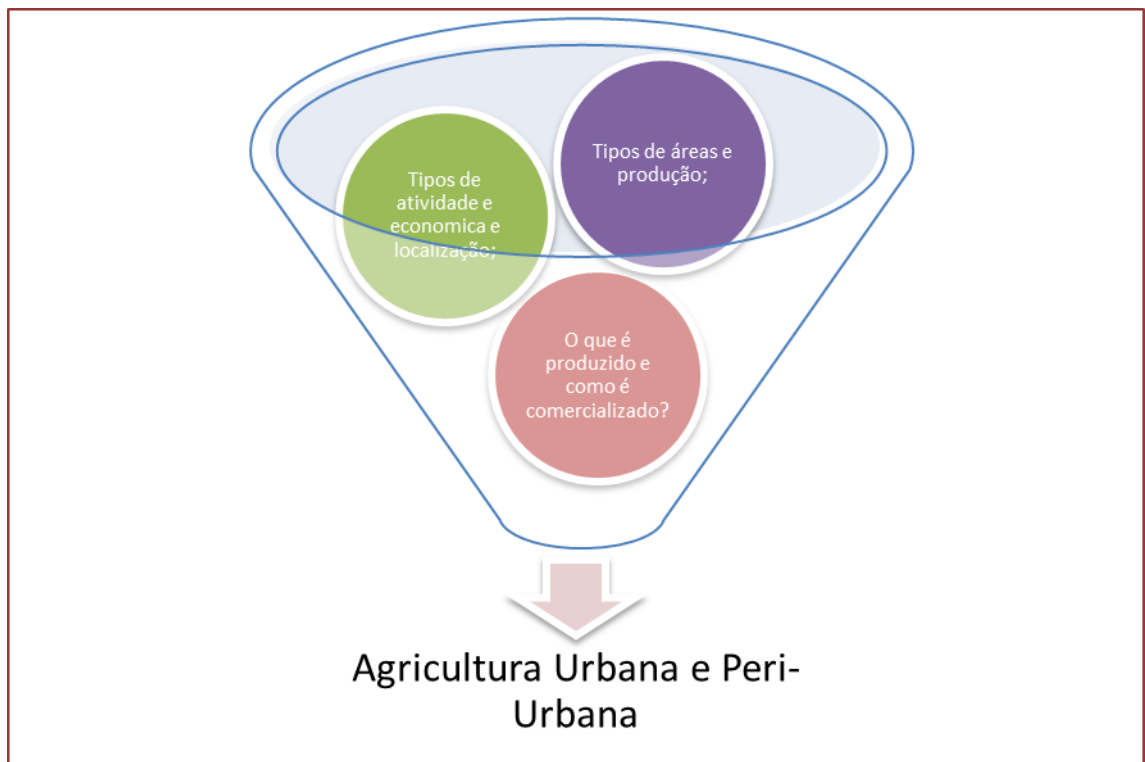
O acesso à alimentação também se configura nas diversas atividades ligadas à produção, distribuição e consumo de alimentos. Fases estas que por suas características intrínsecas fazem parte de um sistema econômico integrado. Sendo assim, a questão do acesso a alimentos vai muito além de programas assistenciais, ele abrange debates e implementação de ações que promovam a cidadania e façam parte de políticas públicas emancipadoras, ou seja, que promovam a autonomia e a independência dos beneficiários (MACHADO e MACHADO, 2009, p. 03).

Há distintas configurações nas experiências de AUP desenvolvidas no Brasil³⁶, o que é explicado pelas diferenças em termos econômicos, políticos, ambientais e culturais do país. De toda sorte, há elementos que garantem certa uniformidade e que permitem sua inserção nas políticas desenvolvidas pelo MDS. Sem dúvida, o fato de a AUP *“compreender uma variedade de sistemas agrícolas, que vão desde a produção para a subsistência e processamento caseiro até a agricultura totalmente comercializada”* (p. 12) é um deles, ainda que não o único. MONGEOT (2000) ao definir o conceito de AUP apresenta alguns subsídios que são importantes para essa discussão:

Caribe: uma realidade da FAO em conjunto com o MDS, o IFES e a RUAF no ano de 2011; de autoria de WILBERS e ZEEUW (2004) o texto “Revisão Crítica das políticas recentes em agricultura urbana” e o artigo “Agricultura Urbana” publicado pela Embrapa de ROESE (2006).

³⁶ O Projeto desenvolvido em Rio Grande e São José do Norte é um exemplo disso, afinal está localizado no espaço peri-urbano onde já se praticava anteriormente atividades agrícolas utilizando mão-de-obra familiar e com características muito particulares, como será abordado posteriormente.

Determinantes importantes para definir a AUP



Organograma 05 – Construído pela pesquisadora a partir de MOUGEOT (2000)

Sem a pretensão de esgotar cada um desses enunciados, cabe apontar alguns elementos que são importantes para sua problematização. No que se refere ao tipo de atividade desenvolvida, a forma de produção e a destinação dos produtos, fica bem claro já na conceituação da AUP a diversidade de práticas que abarca, afinal ela inclui o resultado do trabalho das *“atividades agropecuárias, pesqueiras e florestais que acontecem em zonas urbanas e peri-urbanas. Também inclui os produtos florestais não madeireiros, assim como os serviços ecológicos que proporcionam a agricultura, a pesca e silvicultura”* (PÊSSOA, 2005, p. 07), o que gera uma gama extensa de possibilidades, além da comercialização e processamento dos alimentos em muitos casos.

A discussão acerca da localização da AUP é um tema que merece maior atenção, mas que não pode ser tomado de forma isolada, senão na relação que desencadeia com os demais elementos. Afirmar que a AUP é desenvolvida nas cidades e seus arredores imediatos impõem o que MONGEOT (2000) chama de desafio conceitual:

Poucos estudos realizam uma verdadeira diferenciação entre os locais intra-urbanos e os periurbanos, ou se o fazem, usam critérios, para definir a “agricultura urbana, o número de habitantes; a densidade mínima, os limites oficiais da cidade (Gumbo e Ndiripo, 1996); Murray, 1997); os limites municipais da cidade (Maxwell e Armar-Klemusu, 1998); o uso agrícola da terra zonificada por outra atividade (Mbiba, 1994); e a agricultura dentro da competência legal e regulamentar das autoridades urbanas.

Segundo MACHADO e MACHADO (2002) em termos territoriais os limites podem variar, dependendo do desenvolvimento da infraestrutura e de informações, como o custo dos transportes e as condições das estradas. Os autores ao abordarem essa questão falam em áreas intraurbanas e periurbanas, acerca dessa última afirmam que ela:

Deve estar próxima à cidade, mas o limite pode variar de 10 a 90 km (...). A agricultura periurbana por sua vizinhança com as áreas rurais, interfere nas mudanças da agricultura, de forma geral e pode combinar o trabalho rural com o não-rural, o que, em determinado momento pode ser uma vantagem (MACHADO e MACHADO, 2002, p. 12).

Afinal, há possibilidade de diversificação da produção, o que é uma marca da AUP que a difere das monoculturas muito comuns ainda em pequenas propriedades rurais. É evidente que a Agricultura Urbana é um campo de disputa e contradições, no que diz respeito ao seu papel e finalidade. Ela envolve um conjunto de fatores, os quais estão ligados a transformações nas relações socioambientais, a garantia de qualidade de vida, a introdução de uma maior participação popular na definição das políticas públicas, a redução de desigualdades sociais – sejam elas de qualquer origem - e a diminuição das condições de vulnerabilidade de grupos sociais marginalizados.

Os entraves para a superação das contradições vivenciadas na/pela prática agrícola atualmente são diversos, estando ligados à tendência que a agricultura no Capitalismo apresenta, a qual está ligada a um contínuo processo de “*simplificação da ordem ecológica natural no número de espécies encontradas em uma área e o intrincado de suas conexões*” (WOSTER, 2003, p. 17). A monocultura é um dos principais fatores que confere vulnerabilidade socioambiental e econômica aos trabalhadores, fazendo com se tornem produtores especializados, sem garantir o necessário à sua subsistência, fazendo uso de produtos agroquímicos que fragilizam

cada vez mais os recursos naturais, tornando mais insustentável ainda a relação homem/ambiente em nome de interesses do mercado e do lucro. O debate em torno da AUP pode contribuir muito nesse sentido, desde que se tenha clareza do que se espera com o desenvolvimento dela.

A Educação Ambiental Transformadora tem papel de destaque para tal propósito, assumindo compromisso com a emancipação humana, a consolidação de uma agricultura de base agroecológica, pautada pelo protagonismo dos agricultores no que diz respeito a sua participação, o constante aprendizado e a transformação das relações estabelecidas pelos homens entre si e com a natureza, dialeticamente.

Dando continuidade a esse tema, no próximo capítulo será apresentada – de maneira mais delongada – a forma como foi desenvolvido o estudo na presente tese do ponto de vista metodológico, bem como o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido pelo NUDESE e suas particularidades, o que passa pelo resgate de alguns elementos importantes da história, economia e sociedade dos dois municípios que são foco do estudo: Rio Grande e São José do Norte (RS).

CAPÍTULO 3

O PROJETO DE AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA COMO FOCO DO ESTUDO:
APROFUNDANDANDO O ENTENDIMENTO SOBRE O ESPAÇO/TEMPO DA PESQUISA



Foto disponibilizada pelo NUDESE/FURG– Sementes entregues aos agricultores que fazem parte do Projeto

Saiu o Semeador a semear
Semeou o dia todo
e a noite apanhou ainda
com as mãos cheias de sementes

Ele semeava tranquilo
sem pensar na colheita
porque muito tinha colhido
do que outros semearam

Jovem, seja você esse semeador
Semeia com otimismo
Semeia com idealismo
As sementes vivas
Da Paz e da Justiça

(Cora Coralina)

CAPÍTULO 3

O PROJETO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA COMO FOCO DO ESTUDO: APROFUNDANDO O ENTENDIMENTO SOBRE O ESPAÇO/TEMPO DA PESQUISA

Findo esse primeiro momento em que era essencial detalhar com maior propriedade os pressupostos e concepções que fundamentam o desenrolar da pesquisa, é relevante discorrer acerca do Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido pelo NUDESE junto a agricultores de Rio Grande e São José do Norte (RS), os quais são sujeitos desse estudo. Nesse primeiro momento, a intenção é apresentar a proposta que foi realizada pelo Núcleo, quais seus pressupostos e objetivos. Para tanto, serão resgatados alguns elementos da trajetória da Extensão Universitária na FURG, a atuação do NUDESE e, finalmente, o surgimento do Programa em questão.

Na sequência, serão abordados brevemente aspectos relevantes da história e configuração atual dos Municípios de Rio Grande e São José do Norte, com destaque para a discussão acerca da atividade primária desencadeada em ambos e as particularidades de cada um sobre esse prisma.

3.1. A Agricultura Urbana e Periurbana em Rio Grande e São José do Norte: uma proposta no campo da Extensão Universitária

A Extensão Universitária, que se configura como uma das finalidades da Educação Superior, juntamente com a Pesquisa e o Ensino³⁷ tem uma função relevante no que tange ao seu papel social, o qual para SANTOS deve ser *“o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais, de tal*

³⁷ No artigo 43 da LDB de 1996, a Extensão Universitária é colocada como uma das finalidades da educação superior (Lei 9394/96).

modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados” (SANTOS, 2004, p. 74). Isso, obviamente, não é um consenso, tendo em vista que, como qualquer outra prática social, a extensão pode ter diferentes finalidades e atender a interesses de diferentes grupos sociais, já que *“a universidade, enquanto bem público é hoje um campo de enorme disputa”* (SANTOS, 2004, 117), o que reflete o contexto histórico e social em que está inserida.

O intercâmbio entre a Universidade e a Comunidade, inegavelmente, é uma das potencialidades da extensão. De toda sorte, é fundamental atenção à qualidade dessa interação, tendo em vista que não pode ser marcada por processos de transmissão de conhecimento ou assistencialistas para com comunidades pobres, por exemplo.

No Brasil, a Extensão tem buscado se consolidar cada vez mais, do ponto de vista institucional e das práticas que engendra enquanto uma prática acadêmica que:

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2010).

Enquanto integrante do contexto social, a universidade tem um papel relevante na construção da cidadania e do conhecimento junto à comunidade que faz parte. Em que pese à necessidade de muitos avanços ainda, a Universidade do Rio Grande vem desenvolvendo ações nessa linha há bastante tempo. Sua ação:

Teve início em 1994, com o projeto Trabalho Comunitário, quando um grupo de servidores da Universidade, sensibilizados com o desemprego e a proliferação da pobreza elaborou, em parceria com o Comitê da Cidadania de Rio Grande, o referido projeto que tinha como principal objetivo resgatar a cidadania, oportunizando trabalho remunerado a pessoas desempregadas da periferia do Município. (NUDESE, 2008, p. 10).

Com o fomento dessa ação, no ano de 1997, há a criação da Cooperativa de Trabalho Comunitário (COOTRACOM) e a criação de parcerias com diversos Departamentos e setores da Universidade, o que foi feito com base nas necessidades de cada empreendimento. Essas ações foram intensificadas ao longo dos anos e atualmente:

O NUDESE (Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico), através do projeto de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (INTECOOP)³⁸, assessora e participa junto a empreendimentos populares solidários tais como artesanato, pesca, prestação de serviços, reciclagem, gastronomia e agricultura (KORTING et al., 2012, p. 02).

Portanto, foram no desenvolvimento de ações de diagnóstico, sensibilização, formação e acompanhamento sistemático aos grupos participantes da INTECOOP que se estabeleceram relações com cooperativas ligadas à atividade agrícola, principalmente em São José do Norte que os integrantes do NUDESE perceberam a importância de estender o *“leque de atuação com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia”* (KORTING et al., 2012, p. 02). Isso culminou na participação do Núcleo no Edital elaborado pelo MDS na área da Agricultura Urbana e Periurbana, de onde parte o presente estudo.

3.1.2. O Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana do NUDESE: ações no campo da Agroecologia e Educação Ambiental³⁹

“Dessa forma, o NUDESE (...) na esteira de ações já realizadas junto aos agricultores familiares, no final do ano de 2008, em parceria com o governo federal, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), deu início a um projeto de extensão com conteúdo e proposta inovadores, fundado no estímulo a agroecologia, praticada, não em zonas rurais, mas em áreas urbanas e no entorno de tais espaços”
(MENDES, 2010, p. 02)

No ano de 2008 foi aprovado – pelo NUDESE – junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome um Programa de Agricultura Urbana e Periurbana que visava atender famílias em Rio Grande e São José do Norte (RS).

³⁸ Sobre a INTECOOP cabe destacar que “é um projeto que se iniciou em 2004, através da aprovação do projeto via FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), dentro do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC). Este projeto buscou assessorar diretamente cooperativas, associações e grupos informais nos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar e Arroio Grande, com o objetivo de geração de trabalho e renda através da Incubação de Empreendimentos de Economia Popular e Solidária, visando o desenvolvimento sócio-econômico-cultural-humano para a formação da cidadania coletiva” (KORTING et al., 2012, p. 03).

³⁹ Nesse momento do texto será apresentado o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido pelo NUDESE ano de 2008. Isso envolve seus objetivos, metas e propostas que deveriam ser concretizadas no biênio 2008-2009.

A proposta do “Projeto: desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na aglomeração urbana do sul (Municípios de Rio Grande e São José do Norte) através do fortalecimento da produção e da comercialização e da agroecologia” estava centrada na ampliação dos conhecimentos em torno da agroecologia, viabilizando o aprimoramento da qualidade dos produtos da pesca e da agricultura familiar, compreendendo a formação de sujeitos capazes de gerenciar coletivamente todo processo da cadeia produtiva – através de cursos, oficinas, acompanhamento técnico e construção de um espaço de comercialização direta ao consumidor (NUDESE, 2008, p.18).

Para além desse objetivo geral, o projeto contava com um total de dezessete objetivos específicos, os quais envolviam na área da agricultura:

1. Incentivar a transição da agricultura tradicional para a agroecológica;
2. Qualificar os agricultores em agroecologia;
3. Prestar assistência técnica em agroecologia;
- (...)
6. Oferecer cursos técnicos nas áreas do cooperativismo, Identificação de Custos e Organização Financeira, Fundamentos de Marketing e Técnica de Comercialização, Planejamento Estratégico e Agroecologia; e cursos técnicos de Boas Práticas de Fabricação – BPF (com postagem, fios, sanidade, olericultura, fruticultura, grãos, animais, frango, cabra, mel, peixe);
7. Buscar um aumento na renda dos agricultores e pescadores através da comercialização direta com o consumidor final;
8. Oferecer cursos de beneficiamento de pescado e de produtos agrícolas;
9. Assistência técnica aos produtores e propriedades rurais;
10. Acompanhamento da Feira Ecológica da FURG;
11. Implementação de uma banca ecológica no Bairro Cassino;
12. Melhoramento da infraestrutura das bancas da feira Ecológica da FURG;
13. Projeto cultural e de divulgação de produtos ecológicos: “o artista vai à feira”; (...)
15. Fortalecimento do sistema de comercialização de produtos ecológicos; (...)
16. Capacitar Gestores públicos em Agricultura Urbana e Periurbana; (NUDESE, 2008, p. 18-19).

A falta de uma política efetiva na região no campo da assistência técnica e o considerável número de pescadores e agricultores em Rio Grande e São José do Norte foram justificativas para a realização do Projeto. Merece destaque os limites no que se refere às condições econômicas e humanas da metade sul, que precisava

(e precisa) garantir sua sustentabilidade e “a potencialidade que a região tem para a produção agroecológica, que é pouco explorada por falta de incentivo principalmente técnico nessa área, assim como a falta de espaços para a comercialização da produção” (NUDESE, 2008, p. 20).

Entre todas as ações desenvolvidas pelo Projeto (o que comporta a participação em cursos, por exemplo), a meta era atingir um total de 800 famílias divididas em dezenove empreendimentos ligados à agricultura familiar, quatro incluídos a pesca e um mais diretamente relacionado à piscicultura.

Como estratégia para a concretização disso estava à realização de uma série de ações, como a sensibilização dos grupos e a realização de atividades com “ênfase à Educação Ambiental” (NUDESE, 2008, p.22), no que diz respeito à pesca e a agricultura. O acompanhamento sistemático e a estruturação de locais para a comercialização dos produtos oriundos do trabalho das famílias envolvidas foram ações propostas, as quais seriam avaliadas constantemente pelo “método de ação-reflexão-ação, de uma maneira participativa, levando em consideração a realidade de cada empreendimento” (NUDESE, 2008, p. 21).

O Projeto desenvolvido pelo NUDESE apostava no desenvolvimento de uma prática educativa, com a realização de intervenções diretas junto aos agricultores, isso é evidenciado ao longo do texto e quando se lê na apresentação da proposta a seguinte intenção:

Disponibilizar aos coletivos organizados, a ampliação dos conhecimentos necessários para o aprimoramento da qualidade de seus produtos e a viabilização de um espaço próprio para a comercialização dos mesmos. Objetivando capacitar estes grupos, de forma que se compreendam capazes de gerenciar coletivamente a complexidade da cadeia produtiva – responsabilizando-se pela produção, beneficiamento e comercialização” (NUDESE, 2008, p. 1-2)

O papel da Universidade para tal seria o de assessoramento técnico, criando as condições necessárias para a organização de uma rede de comercialização dos produtos, tanto originários da pesca, quanto da agricultura, os quais seriam produzidos de forma cada vez mais sustentável. Nove metas⁴⁰ estão enunciadas no

⁴⁰As metas que fazem parte da proposta são: a seleção e capacitação de bolsistas nas áreas do cooperativismo, em auto-gestão, agroecologia e manejo pesqueiro; a formação de Gestores da política da AUP para a construção e execução de políticas que visem ao incremento da Agricultura Urbana e Periurbana; a qualificação técnica em agroecologia para os agricultores; a qualificação

texto escrito do projeto, elas envolvem desde a seleção e capacitação de bolsistas, passando pela criação de espaços de formação e se estendendo até o acompanhamento sistemático das ações realizadas.

É evidente o caráter educativo da proposta e a intenção de criar instrumentos para que os agricultores possam superar os problemas que enfrentam na produção e comercialização dos frutos do seu trabalho. Há nos resultados da efetivação dessa proposta e nas transformações/(in)alterações que provocou um campo fecundo de pesquisa quando se busca entender a dinâmica das relações estabelecidas e/ou que se estabelecem nestes processos, no que diz respeito aos humanos entre si e destes com a natureza/meio ambiente.

A possibilidade de dialogar com sujeitos que participaram de ações voltadas à transição agroecológica e a criação de outro patamar de relação com os recursos naturais (diferente do caracterizado pela exploração capitalista) pode ser um espaço muito rico de pesquisa para perquirir sobre o papel da educação – de forma específica aqui a ambiental – e seus limites e possibilidades em um contexto micro e sua relação com o macrossocial, marcado pelo desenvolvimento agrícola capitalista com suas contradições e sustentações.

Os agricultores que participam do projeto do NUDESE frequentaram cursos nas mais diversas áreas, voltados para a transição agroecológica e a consciência ambiental e carregam uma trajetória histórica que é anterior ao trabalho de extensão universitária, a qual se forjou por diferentes experiências e aprendizagens, as quais não podem ser negaceadas e ficam evidentes na interação realizada com eles.

Analisar a forma como isso tem se configurado e as mudanças/reproduções que se configuram a partir de uma experiência desenvolvida na prática – o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana executado pelo NUDESE – é mister para que possamos discutir com mais propriedade o papel da Educação Ambiental, seus objetivos e as possibilidades concretas que se tem de superação das condições de desigualdade social e Injustiça Ambiental vivenciadas contemporaneamente.

Mas, para que fique mais clara a proposta de pesquisa, é fundamental um maior entendimento acerca do contexto histórico, ambiental e cultural dos Municípios

técnica para os pescadores artesanais; a realização de cursos na área da auto-gestão; o apoio a comercialização dos produtos de forma organizada; a produção de material didático para servir como subsídio na formação técnica dos grupos, produção de artigos para publicações, e materiais de divulgação do projeto; a criação de espaços de comercialização e o acompanhamento sistemático das ações, por meio de bolsistas e consultores aos empreendimentos e aos pontos de comercialização durante a execução do projeto (NUDESE, 2008).

de Rio Grande e São José do Norte. Não há como debruçar-se sobre o aporte metodológico do trabalho sem esse primeiro movimento, que é fundamental para a discussão porvindoura, afinal trata-se do espaço em que o estudo é realizado.

3.2. Rio Grande e São José do Norte na Aglomeração Urbana do Sul: elementos importantes para o estudo

Ainda que não seja o escopo principal do trabalho, é importante realizar uma breve contextualização dos municípios envolvidos e de suas conjunturas atuais, as quais foram constituídas historicamente. Sendo assim, serão realizados apontamentos históricos e geográficos sobre Rio Grande e São José do Norte, no sentido de contribuir para um maior entendimento do estudo efetivado.

Rio Grande e São José do Norte estão localizados no que pode ser chamado de Aglomeração Urbana do Sul, a qual é formada pelos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, Arroio do Padre e Capão do Leão, o que totalizada aproximadamente 585.579 habitantes (MENDES, et. al ., 2010, p.08).

Para determinar o que é uma Aglomeração Urbana há dois elementos fundamentais: o primeiro é a existência de uma ou mais cidades que possam ser consideradas núcleos, exercendo certo controle na região e a segunda é definição geográfica da mesma, ou seja, seus limites territoriais e abrangência (DAVIDOVICH e LIMA, 1975).

A aglomeração urbana⁴¹ pode ser entendida como um conjunto complexo e amplo de cidades, que estão interligadas e estabelecem relações, muitas vezes marcadas pela presença de uma cidade-centro:

⁴¹ O conceito de aglomeração urbana é utilizado no Projeto desenvolvido pelo NUDESE, por isso merece atenção aqui, embora não seja foco do estudo essa discussão. De qualquer forma, para que fique mais claro do que se trata, é possível se reportar a seguinte passagem de FRANÇA e SOARES (2012, p. 2): “A aglomeração designa espaços urbanos integrados que congregam mais de uma cidade. Esta noção refere-se a áreas urbanas (cidade – sede de município, perímetro urbano) e não áreas rurais. Quando integradas, as cidades aglomeradas realizam relações de dominação ou interdependência em espaços cada vez mais contínuos territorial e espacialmente. Os diversos tipos de articulação e integração espacial entre os centros urbanos através dos papéis por eles desempenhados – são elementos que engendram a configuração espacial da aglomeração urbana. O tamanho populacional do aglomerado, os papéis desempenhados pelos centros urbanos, os fluxos migratórios, os setores produtivos, o alcance mínimo e máximo depolarização de cada cidade, carência de emprego, serviços de saúde e educação especializadas, necessidade de melhora na qualidade de vida, exacerbação do consumo, são elementos indispensáveis ao estudo dos aglomerados urbanos, uma vez que explicam a mobilidade e transitoriedade de atividades econômicas e população no espaço geográfico. O estudo de Matos denominado Aglomeração urbana, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil (2000) demonstra, entre outros,

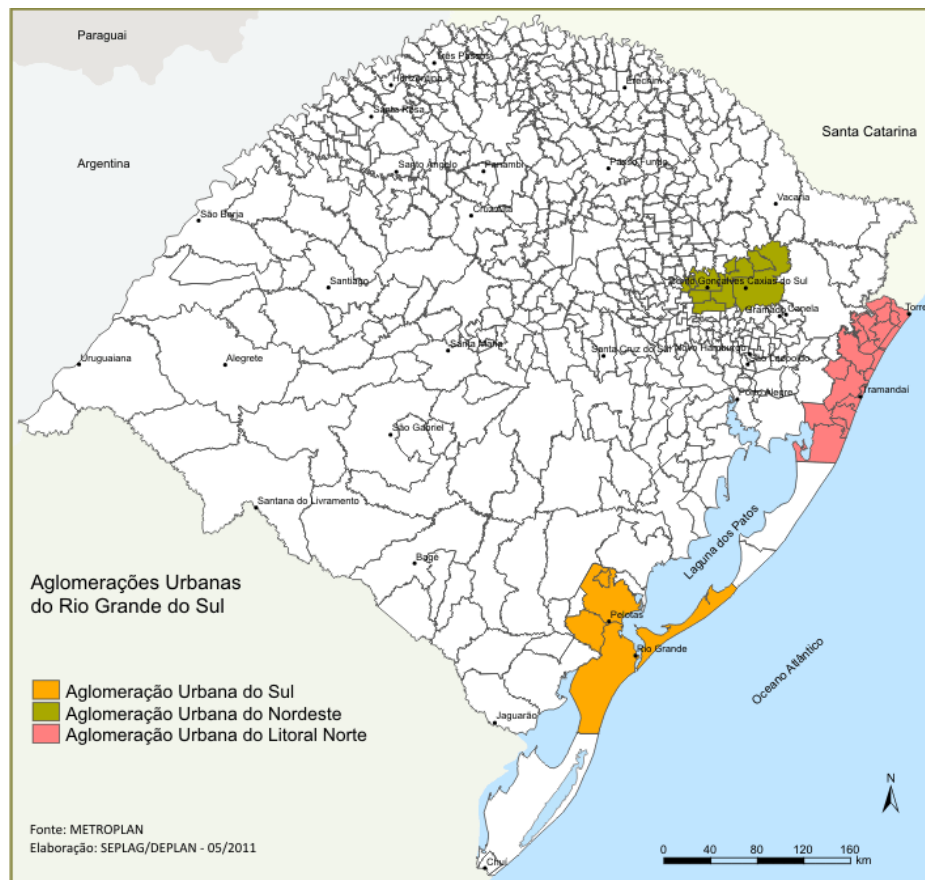
A aglomeração é a forma mais simples do desenvolvimento urbano, definisse classicamente como uma cidade envolta por arredores; quer dizer que, neste caso, é monocêntrica. Em geral a expressão é reservada para cidades já de um certo tamanho e com uma localização relativamente independente em relação a outros grandes sítios urbanos. (...) O conjunto forma uma unidade de construções contínuas e de espaço econômico, mas que pode muito bem ser repartida numa série, num grande número de unidades administrativas. A cidade-centro exerce um certo efeito de atração: é em relação a ela que se organiza a rede convergente de transportes; é ela o lugar de concentração de empregos (BEAUJEU-GARNIER, 1995, p. 126-127).

No que tange ao estado do Rio Grande do Sul, existem atualmente quatro aglomerações urbanas institucionalizadas, a primeira chamada Região Metropolitana de Porto Alegre, que se configura como a única com características metropolitanas e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinorte), a Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune) e, finalmente, a Aglomeração Urbana do Sul (Ausul) onde estão localizados os municípios de Rio Grande e São José do Norte (ALONSO, 2009).

Alguns autores defendem que há regiões que poderiam ser consideradas como Aglomerações, como é o caso de Passo Fundo e suas adjacências e Santa Maria, o que configuraria mais dois aglomerados descontínuos no Estado (ALONSO, 2009). No mapa abaixo é possível visualizar as principais aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul:

que a aglomeração urbana pode-se formar a partir dos processos de concentração e desconcentração industrial metropolitano (São Paulo e Rio de Janeiro) que associados a desconcentração demográfica – criam áreas com a nova localização industrial.”

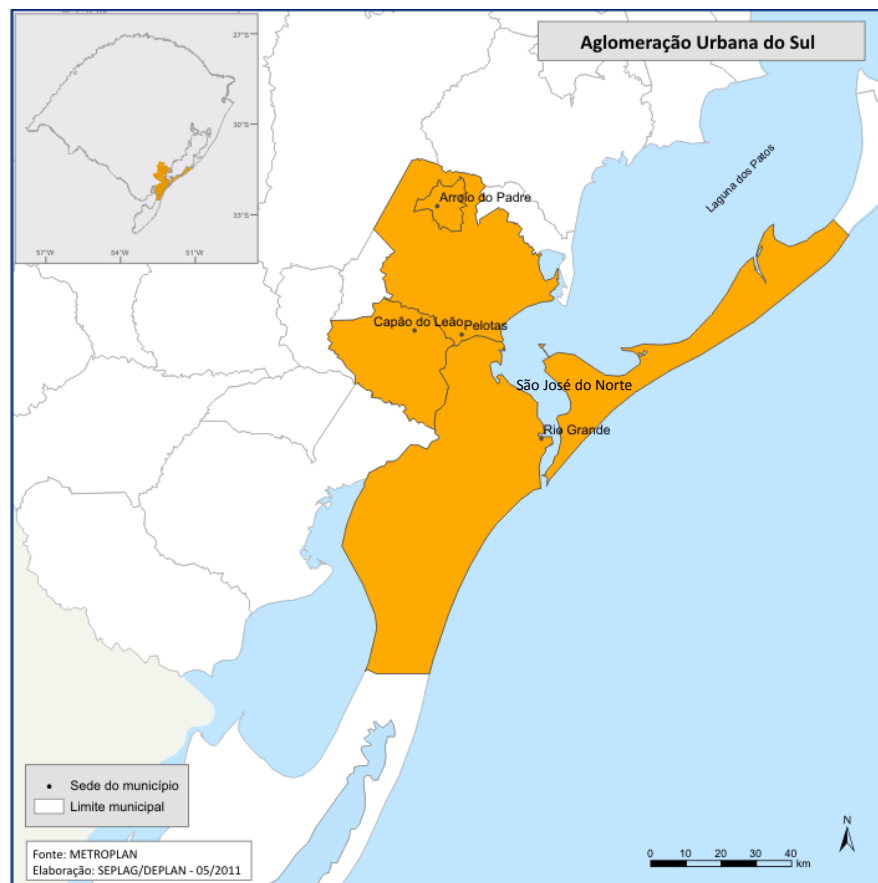
Principais Aglomerações Urbanas do Rio Grande do Sul



Mapa 01 – Fonte: METROPLAN

Os municípios de Rio Grande e São José do Norte podem ser visualizados com maior detalhamento no mapa abaixo e têm sua economia muito ligada às atividades primárias (criação de gado, agricultura e pesca) ainda que nos últimos anos tenhamos observado um crescimento cada vez maior das atividades portuárias e industriais ligadas ao desenvolvimento do ramo naval, principalmente no primeiro.

Mapa Aglomeração Urbana do Sul



Mapa 2 – Fonte METROPLAN

Ao abordar de forma específica cada um dos Municípios em questão, serão destacados aspectos que possam contribuir para a discussão posterior acerca do desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana, através da ação de extensão realizada pelo NUDESE, no que se refere aos seus limites e possibilidades.

3.2.1. Município de Rio Grande: questões relevantes no que tange à sua trajetória histórica

Uma breve síntese da história da cidade do Rio Grande se faz necessária para que seja possível melhor entender o contexto em que foi realizada a presente pesquisa, afinal, trata-se da cidade mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul e que apresentou um papel estratégico na manutenção do território brasileiro sob domínio português por volta dos séculos XVIII e XIX, sendo banhada pela Lagoa dos

Patos e Oceano Atlântico, o que lhe confere uma série de particularidades, relacionadas ao desenvolvimento do Porto e atualmente, a indústria naval, com a construção de plataformas de petróleo.

A partir de um breve resgate histórico, é importante destacar que, quando em fevereiro de 1737, o Brigadeiro José da Silva Paes desembarcou no território denominado Rio Grande de São Pedro, temos o início oficial do processo de colonização da região e a construção das primeiras obras, que deram origem ao povoado e mais tarde, cidade, o qual foi invadido em 1763 por espanhóis, que mantiveram o domínio da região até 1776, quando houve a reconquista pelos portugueses e a consolidação de sua condição de cidade, sendo elevada em 1835, com a Revolução Farroupilha à condição de Capital da Província.

Mapa da Cidade do Rio Grande (1852)



Figura 5 - Província de São Pedro do Sul construído por Herrmann Rudolf Wendrothen (artista plástico) em 1835.

Ao longo dos anos, Rio Grande apresentou um grande crescimento, representando “*de forma clara, as transformações de um espaço portuário e urbano que através da acumulação comercial derivada das atividades de importação exportação, consegue criar uma parte fabril em termos nacionais a partir do final do século XIX*” (MARTINS, 2011, p. 02).

Até 1930 há um período de crescimento desse setor na cidade, porém com as mudanças no cenário nacional e a consolidação de um mercado voltado para a economia fabril em São Paulo – o que é agravado com a Crise de 1920 – Rio Grande perde espaço e começa a desenvolver o setor comercial, tendo em vista que era a única cidade do estado a contar com um porto marítimo (MARTINS, 2001).

Atualmente, Rio Grande vive um período de expansão das atividades portuárias e ligadas à construção naval, porém o setor primário que foi se consolidando ao longo do tempo e que tem na criação de gado extensivo, na pesca e na agricultura sua base merece destaque. Tal setor vem sendo estudado cada vez mais seriamente, principalmente em função da pesca artesanal e da necessidade de consolidação de alternativas economicamente viáveis para as famílias que tem sua renda oriunda da pesca e da agricultura convencional.

Sendo uma cidade majoritariamente urbana, a zona rural ocupa um papel periférico do ponto de vista geográfico, mas fundamental para a garantia da alimentação da população, tendo nos distritos e Ilhas a maior concentração de produção agrícola⁴². A Universidade Federal do Rio Grande, desde 1998 atua junto aos agricultores e agricultoras familiares, em um trabalho que começou com a criação da Cooperativa COOAFAN, que atualmente tem em torno de quarenta sócios e a articulação de ações com o setor pesqueiro (NUDESE, 2008). O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana se insere nesse contexto, sendo mais uma das atividades que o NUDESE vem desenvolvendo com a comunidade do Município.

3.2.2. São José do Norte: Mui Heróica Villa

Com cerca de 25 mil habitantes atualmente, São José do Norte foi fundada em 25 de outubro de 1831, contudo, foi somente no ano de 1938 que passou a ser um Município. Tal região foi o cenário da mais ferrenha batalha da Revolução Farroupilha, o que lhe conferiu o título⁴³ de “Mui Heróica Villa” em função do conflito protagonizado em seu território.

⁴² Região da Ilha dos Marinheiros, Leonídio, Quitéria, Arraial, Palma e Domingos Petrolina.

⁴³ Tal título foi concedido por Dom Pedro II em função da luta que foi travada contra os revoltosos na cidade, durante a Revolução Farroupilha.

Separado de Rio Grande pelas águas, São José do Norte vem sendo contemplado com as ações do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da FURG. Há um número considerável de agricultores que participam do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana e da feira ecológica realizada na cidade em parceria com a Prefeitura Municipal e a Universidade.

A cebola é a principal produção do Município, o que teve seu início na década de 1970 em função dos:

Elevados preços de mercado e um direcionamento geral para as tecnologias da Revolução Verde, os produtores de São José do Norte começaram a intensificar o cultivo da cebola, tornando-a monocultura. Até 1977, o estado do RS foi o maior produtor de cebola do país e São José do Norte o maior produtor do estado. Durante os anos seguintes o estado de São Paulo ultrapassou a produção gaúcha. Em 1987, Santa Catarina também superou a produção gaúcha. Com o desenvolvimento destas novas áreas de produção os preços da cebola caíram. Entretanto, os produtores de São José do Norte continuaram a praticar e depender da monocultura da cebola (ZABALETA, 1998, p. 43)

O que trouxe consequências negativas para os agricultores e agricultoras, pois com as sucessivas crises relacionadas à cebolicultura houve um empobrecimento cada vez maior dos produtores rurais, o que é agravado pela inexistência de outras alternativas de renda, como falta da diversificação da produção em São José do Norte.

O Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido pelo NUDESE, ao apostar na pluricultura, criando condições para tal, tem trazido uma série de alterações na dinâmica familiar dos envolvidos, os quais serão foco do presente estudo.

CAPÍTULO 4

PROPOSTA METODOLÓGICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE SEUS DESAFIOS, FORMA DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA



Foto de Autoria da Pesquisadora – Plantação de Morangos no Bolaxa (Rio Grande –RS)

O Cio da Terra

(Chico Buarque)

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão

CAPÍTULO 4

PROPOSTA METODOLÓGICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE SEUS DESAFIOS, FORMA DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA

“As ciências sociais não dispõem de teorias explicativas que lhes permitam extrair do abstrair do real para depois buscar nele, de modo metodologicamente controlado, a prova adequada; as ciências sociais não podem estabelecer leis universais porque os fenômenos sociais são historicamente condicionados e culturalmente determinados; as ciências sociais não podem produzir previsões fiáveis porque os seres humanos modificam os seu comportamento em função do conhecimento que sobre ele se adquire”.
(SANTOS, 1996, p. 20)

Ainda que no início da tese tenha sido delimitada qual a proposta de pesquisa e brevemente os procedimentos metodológicos que a fomentam, cabe um olhar mais atento desse ponto após a exposição preliminar concretizada. Isso será realizado agora para que na sequência possa ser efetivada a discussão no que se refere aos resultados do estudo.

A definição da proposta metodológica é fundamental em qualquer pesquisa, devendo estar ligada/imbricada aos objetivos e à opção teórica que é evidenciada, em um processo essencialmente dialético. É evidente que ela pode ser modificada ao longo do percurso, mas, não pode se caracterizar num fazer livre de intenção ou que não dialogue com o todo do estudo. SEVERINO (2006, p. 70) sintetiza essa questão, ao mesmo tempo em que amplia o olhar sobre a prática da pesquisa, quando afirma:

A ciência, como modalidade de conhecimento, só se processa como resultado da articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico. Não se reduz a um mero levantamento de dados. Estes precisam ser articulados mediante uma leitura teórica. Só a teoria

pode caracterizar como científicos os dados empíricos. Mas, em compensação, ela só gera ciência se estiver articulando dados empíricos.

Nesse sentido, há em qualquer processo de pesquisar/investigar, uma interpretação, uma construção de significado, o que nas ciências que lidam com as questões sociais e humanas é um processo muito particular. Não é uma relação simples a que se estabelece entre o sujeito pesquisado e o pesquisador. A forma como ambos interagem durante a “coleta de dados”, as relações de alteridade estabelecidas e a concepção de mundo/vida que são trazidas à tona não saem de cena e constantemente se manifestam naquilo que é produzido.

O modo como os dados/fatos são coletados/sistematizados/analizados está relacionada à condição humana do pesquisador, posto que sejam seres de linguagem, que estabelecem relações dialéticas entre si e no/com o mundo. A ciência, longe de ser neutra, é feita por sujeitos com histórias de vida únicas, com sentimentos e crenças que perpassam todo o desenrolar do estudo, em um movimento de busca em que *“investigador e investigado estão em diálogo, comunicando-se num processo de cooperação e de contradições, através, fundamentalmente, do método dialético”* (TRIVIÑOS, 2001, p. 49), quando se parte da teoria crítica⁴⁴, o que torna imperativo tomar em consideração, não apenas o que foi dialogado nas entrevistas, mas o contexto em que isso acontece e a forma como se organizou a interação para tal.

No que tange, de forma mais específica à realização deste estudo, a capacidade de ouvir, de dialogar, de entender a importância das falas dos agricultores, bem como de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa foi condição fundamental para sua efetivação. Afinal, são os agricultores que vivem cotidianamente as permanências/rupturas/transformações em sua vida cotidiana e melhor podem – de forma dialética – tornar evidentes os limites e possibilidades da

⁴⁴Para que fique claro, inserido dentro da teoria crítica estão àqueles estudos que consideram a realidade enquanto um processo, que está em constante transformação, movimento e se configura por ser contraditório. Nas palavras de TRIVIÑOS (2001, p.50): “o paradigma da teoria crítica é histórico; ou seja, no campo do conhecimento, está em constante mudança (...). O paradigma crítico considera que as categorias de qualidade e de quantidade estão correlacionadas, não podendo ser separadas na existência de um fenômeno”.

ação que foi desenvolvida pelo NUDESE⁴⁵ e apontar caminhos para sua qualificação.

A opção pelo desenvolvimento de uma proposta de trabalho de campo que envolve a realização de entrevistas e observações participantes está intimamente relacionada ao reconhecimento disso e também do papel protagonista que têm as famílias envolvidas na ação de extensão em foco para as permanências/transformações, limites e possibilidades dela. Além disso, merece destaque as interlocuções realizadas com os professores, técnicos e bolsistas do NUDESE responsáveis pela implementação do Projeto, o que se configurou em um momento importante do estudo, bem como o contato com as publicações acerca dos resultados e das discussões desenvolvidas pelo grupo executor da ação.

4.1. A pesquisa e suas definições

Não há como efetivar um estudo nas ciências ditas sociais ou humanas, *lidando com gente e suas vidas*, sem pontuar algumas questões que tornam particular esse campo e colocam um conjunto de desafios quando se problematiza a relação pesquisador-pesquisado (o que não é dicotômico ou linear) e a forma como é interpretado/analísado o *corpus* de dados/fenômenos.

Uma questão fundamental é a característica dialética da pesquisa e produção do conhecimento e da práxis, porque a história é feita de condicionamentos, certamente. Mas, ela também é permeada de mudanças e rupturas, além de possibilidades. A possibilidade de mudança, de superação das condições de exploração do homem e da natureza precisa estar contemplada na metodologia de uma pesquisa como essa apresentada, afinal, para mudar é preciso acreditar na possibilidade/viabilidade disso. Corroborando com isso, FREIRE diz que:

Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança (...)
Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós mulheres e homens.(FREIRE,1992, p.47)

Mais do que apontar o que está errado, o que não serve e as contradições vivenciadas, uma pesquisa para que possa de fato contribuir para a superação de

⁴⁵No capítulo anterior houve o detalhamento do Projeto que foi apresentada pelo NUDESE ao MDS para financiamento e as ações que foram propostas.

um modo de produzir e viver tão arbitrário e desigual, precisa anunciar que é possível, que existem experiências que logram êxito e que não se pode abrir mão nunca de lutar por outro mundo possível, o que antes de um compromisso acadêmico é político, pois o inédito viável (FREIRE, 1992) é uma possibilidade e não uma quimera. Desse modo, foi tomando por base essas premissas e assertivas que houve a definição da tese⁴⁶, a qual aponta para anúncios, e não apenas para a denúncia daquilo que precisa ser qualificado/transformado/suprimido:

Tese:

✓ Para além dos limites impostos pelo Capitalismo, o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica com a diversificação da produção e a criação de um processo de formação política coletiva, permeada de práticas no campo da Educação Ambiental, contribui para a garantia de avanços na busca pela Soberania Alimentar das famílias envolvidas no Programa de Agricultura Urbana e Periurbana consolidado pelo NUDESE nos Municípios de Rio Grande e São José do Norte.

A Agricultura Urbana vem granjeando espaço no campo de estudos agrários e sendo apontada tanto por organizações internacionais, quanto por Universidades, Estados e comunidades como uma das soluções para o problema da fome e miséria que acomete milhões de pessoas pelo mundo (GAVIRIA, 2006). Conhecer as possibilidades e os limites disso – bem como o seu espaço/lugar na atividade primária desenvolvida em Rio Grande e São José do Norte – é importante para que se possa melhor entender as implicações dessa prática e, além disso, inseri-la no debate acerca do papel da Educação Ambiental Transformadora (do ponto de vista micro e macrossocial). Isso implica questionar a insustentabilidade da forma de organização da produção e da vida no campo e na cidade hodierna. Efetivar isso passa pela realização da pesquisa empírica e atrelada à discussão previamente realizada, do ponto de vista teórico.

⁴⁶ Bem como dos Objetivos (objetivo geral e os objetivos específicos) e da Hipótese, que findo o estudo se configura em tese. Eles são resultantes do trabalho de pesquisa realizado, bem como das discussões teóricas efetivadas para tal, as quais estão expostas nos capítulos iniciais do estudo.

No que tange aos instrumentos e a forma foi construída a pesquisa, é importante lembrar o que MINAYO (2008, p. 189) afirma sobre a questão: “os instrumentos de campo na pesquisa qualitativa visam fazer a mediação entre os marcos teórico-metodológicos e a realidade empírica”. Então, é necessário que haja uma ligação/cruzamento entre aquilo que o estudo se propõe e os caminhos que serão projetados para cumprir as metas e as possibilidades concretas, oportunizadas pelo cenário de pesquisa em que se está inserido.

4.2. A coleta dos dados: aproximações ao/com o NUDESE, observações participantes e entrevistas

Para apresentar a forma como os dados foram coletados neste estudo cabe destacar que, a prevalência dos métodos qualitativos em uma pesquisa não pode servir como um pretexto para a falta de análise, pelo contrário “*será um desafio a mais para apresentarmos construções científicas ainda mais cuidadosas*” (DEMO, 2009, p. 17). O rigor metodológico é algo que não pode ser deixado de lado, afinal, a pesquisa é um ato que exige disciplina, estudo, diálogo e coerência, independente do campo em que se encontra, desde o momento em que é definida a proposta de trabalho.

No que concerne à forma como foram coletados os dados para o estudo, cabe destacar alguns elementos importantes, tanto no que diz respeito à relação com o NUDESE, quanto com os agricultores envolvidos. Isso exige retomar o ano de 2010, quando o Grupo de Pesquisa Política, Natureza e Cidade aprovou junto ao CNPQ uma proposta de pesquisa intitulada “A Agricultura Urbana e Periurbana Como Estratégia Para o Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental e o Combate à Fome: análise das transformações nas relações familiares e de gênero e da efetividade, limites e possibilidades para a constituição da segurança alimentar em uma proposta desenvolvida pela Extensão Universitária da Universidade Federal do Rio Grande e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Rio Grande e São José do Norte (RS)”. Tal proposta possibilitou que fossem realizadas uma série de leituras e fichamentos⁴⁷ de textos atinentes à temática, bem como

⁴⁷ O primeiro passo apontado no Projeto apresentado ao CNPQ e realizado pelo grupo, posterior à seleção dos 8(oito) bolsistas que fizeram parte da ação foi a efetivação de um grupo de estudos para que fosse possível aprender coletivamente sobre o tema e qualificar a pesquisa empírica que foi realizada posteriormente. Os temas abordados foram: a) A Agricultura Urbana no Brasil: contradições

permitiu a formação de um grupo de pesquisadores que realizaram observações e entrevistas semiestruturadas com as famílias que eram assessoradas pelo NUDESE.

No mês de março de 2011 foi realizada a primeira reunião com um dos assessores técnicos, com formação na área da agronomia, para que fosse possível conhecer um pouco mais das ações que foram realizadas pelo NUDESE, bem como fossem apontados alguns dos aspectos positivos e negativos que o mesmo apresentava na leitura do profissional. Além disso, durante o encontro foram pontuados alguns aspectos referentes à intenção de estabelecer diálogos com os agricultores e a melhor forma de fazer isso.

A aproximação com os agricultores aconteceu durante as feiras livres, tanto em Rio Grande, quanto em São José do Norte. No mês de junho de 2011 foram realizadas as primeiras visitas e conversas, as quais não foram gravadas, mas sistematizadas a partir da observação participante e de anotações em um caderno específico para tal.

No mês de julho de 2011 foram realizadas três reuniões com a equipe do NUDESE e os responsáveis pelo Projeto para que fossem esclarecidas algumas dúvidas sobre o trabalho de pesquisa e também sobre a forma como o Núcleo desenvolveu a ação junto aos agricultores.

De certo, ainda que esse não fosse o foco do estudo, essas reuniões se configuraram com um espaço de aprendizado e aprofundamento essencial, nomeadamente no que se refere ao entendimento que os proponentes apresentam acerca de categorias de fundamental importância no conversa com os agricultores, como a participação, o papel da Educação Ambiental, o entendimento acerca da Agroecologia e a discussão acerca da Segurança Alimentar – que é pontuada no Projeto.

Como as primeiras visitas contaram com a participação de bolsistas do NUDESE – o que se fez necessário para que fosse possível saber onde eram as propriedades que deveriam ser visitadas – aconteceram encontros esporádicos com

e dilemas. B) O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. C) A fome e a produção de alimentos em Rio Grande: estatísticas do abastecimento de alimentos – Comitê contra a fome de Rio Grande e São José do Norte, onde houve dificuldades em acesso aos dados desejados pelo grupo. d) A dinâmica familiar e as relações de gênero na Agricultura Urbana e Peri-urbana. e) Etnografia: metodologia e cuidados na abordagem dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

o Núcleo, principalmente, para a operacionalização de questões estruturais, como o transporte até o interior de São José do Norte e as visitas realizadas em Rio Grande.

Segundo dados do NUDESE, aproximadamente 40 agricultores e entidades⁴⁸ participaram do Projeto de forma mais intensa e contínua, o que implicou a realização de capacitações, a assessoria técnica, a possibilidade de comercialização nas feiras e o recebimento de sementes e insumos agrícolas.

Portanto, era importante o estabelecimento de critérios no que se refere a quais agricultores fariam parte do estudo, o que foi feito de forma individual, ainda que fossem pertencentes à mesma família, pois cada indivíduo significa as vivências que têm de forma única e sua fala precisa ser tratada com a especificidade que lhe é característica. Desse modo, foram formados os seguintes critérios: a) agricultores que não desistiram ao longo do tempo de participar do Projeto do Núcleo; b) todos deveriam ter na produção de hortifrutigranjeiros sua base produtiva e c) os agricultores deveriam comercializar seus produtos nas feiras livres do Cassino (RG), Campus Carreiros da FURG (RG) e São José do Norte.

Com base nessa configuração foram elencados nove produtores rurais, sendo 3 (três) de Rio Grande e 6 (seis) de São José do Norte. Em Rio Grande, as localidades envolvidas foram Ilha dos Marinheiros e Bolaxa, já em São José do Norte são as localidades do Retovado e Barranco⁴⁹.

Durante a realização das observações e conversas informais nas feiras foram realizados diálogos com outros produtores rurais inseridos no Projeto e que desenvolviam suas atividades, prioritariamente, na produção de leite de cabra e queijos, no cultivo da uva e fabricação de seus derivados (como vinho e jeropiga) e mel. Isso evidencia o quanto eram/são diversificadas as atividades desenvolvidas com a assessoria do NUDESE.

Sobre a forma como a intervenção foi realizada junto aos agricultores, cabem algumas questões importantes e que estiveram presentes durante todo o movimento da pesquisa, no que tange à observação participante e a realização das entrevistas,

⁴⁸Dentre as entidades que foram atingidas estão duas comunidades terapêuticas que atuam na recuperação de drogados, o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, o CCMar (Órgão da Universidade que realiza projetos sociais, principalmente com jovens) e a Penitenciária Estadual de Rio Grande.

⁴⁹Todas essas localidades fazem parte de regiões que podem ser consideradas periurbanas. A fonte de renda básica das mesmas encontra-se na agricultura e pecuária e elas estão no entorno das cidades com distâncias que podem variar entre 10 e 90Km da mesma. No caso de São José do Norte a distância é um pouco maior, mas mesmo assim os produtos oriundos da agricultura são comercializados nas feiras livres.

as quais se estenderam até o ano de 2012, principalmente com a realização de entrevistas e observações nas feiras livres.

A observação participante é essencial em um trabalho de pesquisa qualitativa. Há um debate grande acerca da forma como ela se apresenta e de sua conceituação, afinal, quando se imerge em uma comunidade ou instituição com o objetivo de efetuar um estudo por meio da observação uma série de questões se colocam. Elas estão relacionadas com a subjetividade, o lugar do pesquisador, as alterações que sua presença causa e a relação que estabelece com os sujeitos históricos observados.

De forma particular, interessa aqui ter clareza de que:

A tentativa de cercar o objeto de estudo, sob todos os ângulos possíveis ressalta que a noção de observação não pode ser simplesmente confundida com “empirismo”. Este é apenas uma ideologia particular de observação. (...).

É bom lembrar (...) que no campo, assim como durante todas as etapas da pesquisa, tudo merece ser entendido como fenômeno social e historicamente condicionado: o objeto investigado, as pessoas concretas implicadas na atividade, o pesquisador e seu sistema de representações teórico-ideológicas, as técnicas de pesquisa e todo o conjunto de relações interpessoais e de comunicação simbólica. (MINAYO, 2009, p. 297).

Acerca dessa última questão é importante lembrar uma passagem de CHIZZOTTI (2010, p. 94), que dialoga com os objetivos arrolados no início desse trabalho, em especial. Diz, ele, que em qualquer pesquisa é necessário assumir que:

As pessoas, membros de comunidades, detêm conhecimentos e, potencialmente, são capazes de identificar seus problemas, ter consciência de suas necessidades e das condições que os determinam, esclarecer o contexto em que vivem e formular os meios necessários para afrontá-los, desde que auxiliados adequadamente para reunir o conjunto de forças da coletividade.

As falas dos entrevistados precisam ser documentadas e analisadas tomando por base as condições que foram proferidas, o que implica um olhar para além daquilo que foi dito, como será abordado na sequência. Então, é importante a realização de um diário de campo, o qual foi inserido nessa pesquisa e serviu de base para muitas das discussões arroladas nos capítulos finais do estudo. Isso evitou em grande medida que informações/impressões/falas pudessem ser esquecidas/suplantadas, já que ocorreram uma série de visitas nas feiras livres com

a realização de conversas informais, as quais contribuíram para a qualificação da abordagem realizada quando das entrevistas semiestruturadas.

A opção pela entrevista aberta foi a mais coerente com a pesquisa, afinal, ao mesmo tempo em que abriu espaço para o que emergiu do contato com os entrevistados/entrevistas, permitiu que as inquietações/dúvidas/temáticas produzidas desde o início do estudo, não ficassem de lado. A entrevista:

Tomada no sentido amplo da comunicação verbal, e no sentido restrito da coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa de dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas pertinentes tendo em vista esse objetivo (MINAYO, 2008, p. 261).

A partir disso, compete lembrar que a entrevista é uma forma de interação social, assim passa pela mesma dinâmica das relações que se estabelecem na sociedade. O contexto de produção da mesma precisa ser levado em consideração no momento de sua análise, assim como a ideia de que o envolvimento do pesquisador com o pesquisado, *“em lugar de ser considerado falha ou risco comprometedor da objetividade é necessário como condição para o aprofundamento de uma relação intersubjetiva”* (MINAYO, 2008, 266). Os processos metodológicos são dinâmicos, estão interligados e precisam ser construídos partindo da problemática de estudo, bem como das discussões realizadas previamente para que possam efetivamente contribuir para a análise realizada.

4.3. A Análise Textual Discursiva: uma abordagem que envolve o texto e seu contexto

“Toda leitura é feita a partir de alguma perspectiva teórica, seja esta consciente ou não. Ainda que se possa admitir o esforço em colocar entre parênteses essas teorias, toda leitura implica ou exige algum tipo de teoria para poder concretizar-se. É impossível ver sem teoria; é impossível ler e interpretar sem ela. Diferentes teorias possibilitam os diferentes sentidos de um texto. Como as próprias teorias podem sempre modificar-se, um mesmo texto sempre pode dar origem a novos sentidos. Se as teorias estão sempre presentes em qualquer leitura, também o estarão nas diferentes etapas da análise”
(MORAES, 2003, p. 193).

Para dar conta da análise e sistematização dos dados, a abordagem metodológica utilizada partiu de procedimentos que estão contidos na Análise Textual Discursiva (GALIAZZI e MORAES, 2006; MORAES, 2003; GALIAZZI, 2006). Esse aporte metodológico possibilita a emergência das condições em que as diferentes falas foram produzidas e seus significados, dito de outra forma: seu contexto – o que envolve os conflitos e ideologias e no caso do estudo realizado aqui, a relação dos agricultores com o NUDESE, a leitura de mundo que realizam e as denúncias e anúncios que transparecem em suas falas.

Em uma pesquisa que parte dos aspectos qualitativos, é de suma importância o espaço que é dado à organização/sistematização dos dados. A opção pela Análise Textual Discursiva neste estudo está relacionada ao entendimento de que ela é uma abordagem que transita entre a análise do discurso e a análise de conteúdo, ainda que guarde especificidades no que se refere à forma como é realizada a sistematização dos dados. Enquanto uma forma de pesquisa qualitativa, a Análise Textual Discursiva (ATD) permite o aprofundamento do entendimento dos fenômenos que são investigados por meio da análise das informações/dados de forma crítica; o que está para além de meramente testar hipóteses para ratificá-las ou não:

A análise textual discursiva pode ser compreendida como um processo auto-organizado de construção de compreensões em que novos entendimentos emergem a partir de uma sequência recursiva de três componentes: a desconstrução dos textos do “corpus”, a unitarização; o estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES e GALIAZZI, 2007, p. 12)

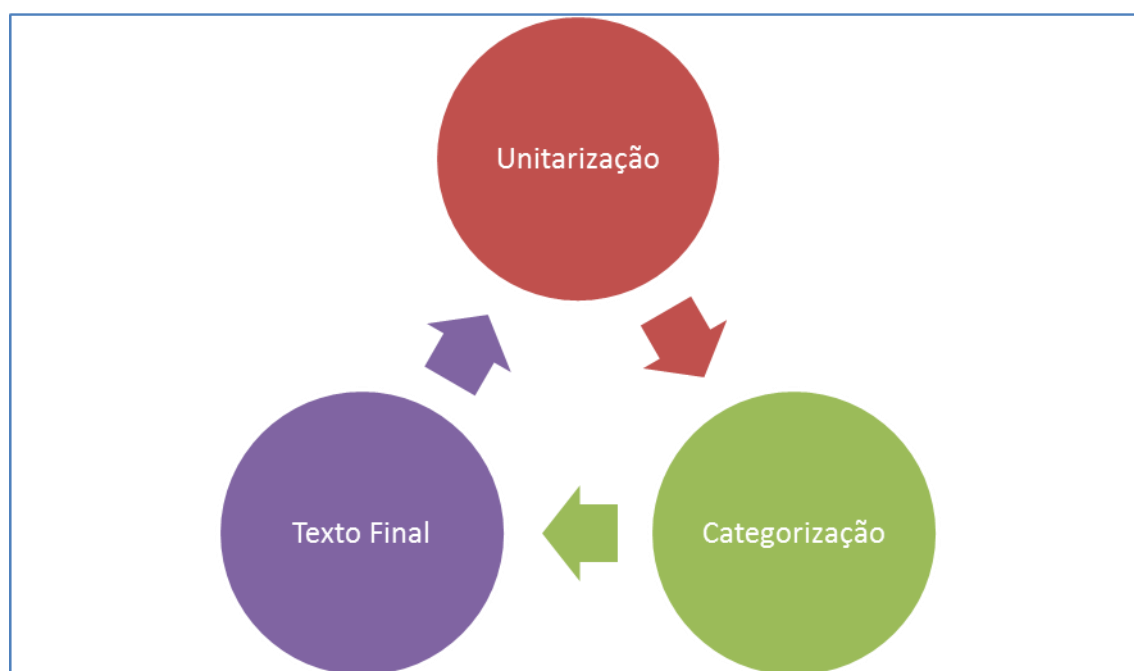
No que tange à prática⁵⁰, a análise se inicia com um processo de unitarização. Os textos são separados por *unidades de significado* – o que foi realizado aqui

⁵⁰ Nas palavras dos autores: “um processo que se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. Neste processo reúnem-se as unidades de significado semelhantes, podendo gerar vários níveis de categorias de análise”. (MORAES e GALIAZZI, 2006, p. 118).

tomando por base os objetivos, que em sua interligação dialogam com a hipótese – o que, por sua vez, está relacionado com o aporte teórico do trabalho.

Dito de outra forma: a desmontagem do texto pode ser entendida como um processo de *unitarização*, onde todas as fontes e dados são observados em seus detalhes e fragmentos buscando a construção de unidades que façam referência aos fenômenos estudados. A *categorização* dessas unidades é o momento em que se busca construir relações entre elas, isso acontece por meio de aproximações entre as unidades para a formação de conjuntos mais complexos, que são as categorias. A teorização perpassa todos esses momentos, posto que se constitua no que garante sentido aos grupos classificados. É possível representar o movimento realizado pela ATD da seguinte forma:

A unitarização, a categorização e a formação do texto final



Organograma 06 - Construído pela pesquisadora

Essa metodologia possibilita uma compreensão apurada do todo e o reconhecimento de questões que passariam despercebidas em uma leitura apenas, o que é denominado de captação do *emergente*. Segundo MORAES e GALIAZZI (2006, p. 124):

Todo o processo da análise textual discursiva, e de modo especial a unitarização, constitui exercício de produção de novos sentidos, processo no qual, pela interação com outras vozes o pesquisador atualiza sentidos expressos. A desconstrução total nunca é atingida, exigindo constantes decisões sobre o encaminhamento do processo. A unitarização é processo de colocar-se no movimento dos pensamentos da consciência coletiva, de reconstrução de significados compartilhados socialmente a partir da perspectiva pessoal do pesquisador.

O que implica tomar em consideração o contexto em que as falas são produzidas, a trajetória histórica dos participantes do estudo e seus saberes/fazeres cotidianos. No presente estudo há três componentes iniciais⁵¹ que deram origem a categorias *a priori*, quais sejam:

- a) A trajetória Histórica dos Agricultores: emergências a partir da ação do NUDESE
 - 1) *A agricultura desenvolvida antes do NUDESE*
 - 2) *A ação desenvolvida pelo NUDESE*
 - 2.1) *A Soberania Alimentar*
 - 2.2) *A Agroecologia*
- b) O Projeto do NUDESE
 - 1) *Aspectos limitantes da/na ação do NUDESE*
 - 2) *Aspectos que podem ser potencializados*
- c) A Educação Ambiental no/do Projeto do NUDESE
 - 1) *Contradições e espaços para a mudança no Projeto do NUDESE*
 - 2) *Possibilidades na/da Educação Ambiental Transformadora*

Ao longo do estudo, foram surgindo outras questões, ou sendo desmembradas essas, para possibilitar uma discussão mais apurada da hipótese, o que será apresentado nos capítulos vindouros, quando são sistematizados os

⁵¹ Do ponto de vista da realização das entrevistas, como se configuraram em um formato aberto, foram essas questões/categorias que balizaram e garantiram as condições para que a pesquisa fosse realizada. As conversas, tanto nas feiras livres, quanto nas residências dos agricultores foram pautadas por contemplar tais elementos, ainda que em todas as etapas de sua realização tenham sido respeitadas as falas dos agricultores e aquilo que trouxeram em seus dizeres.

resultados. Em linhas gerais, os capítulos finais foram estruturados a partir dos objetivos da pesquisa, os quais em sua complementaridade criaram as condições para a ratificação da tese, em um processo que é, essencialmente, dialético.

CAPÍTULO 5

PROPOSTA METODOLÓGICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DE SEUS DESAFIOS, FORMA DE COLETA DE DADOS E ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA



Foto de Autoria da Pesquisadora – Plantação de Morangos no Bolaxa (Rio Grande –RS)

O Cio da Terra

(Chico Buarque)

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar de pão

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
Roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão

CAPÍTULO 5

A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E O PROJETO DO NUDESE – ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES QUANDO “O FUTURO É INCERTO NA AGRICULTURA, MAS ELA ESTÁ ENTRANDO EM UM MOMENTO QUE TEM TUDO PARA DAR CERTO...”

“É imprescindível que as experiências agroecológicas entrem no âmbito do político” (GONZÁLES e MOLINA (2009, p. 52).

“Fica claro, portanto, que a promoção de um novo padrão de desenvolvimento rural não se fará sem que esse desafio seja assumido pelo conjunto da sociedade de forma a suplantar no plano político a obstinada resistência da aliança entre os interesses das elites agrárias e agroindustriais brasileiras com o capital transnacional” (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 72).

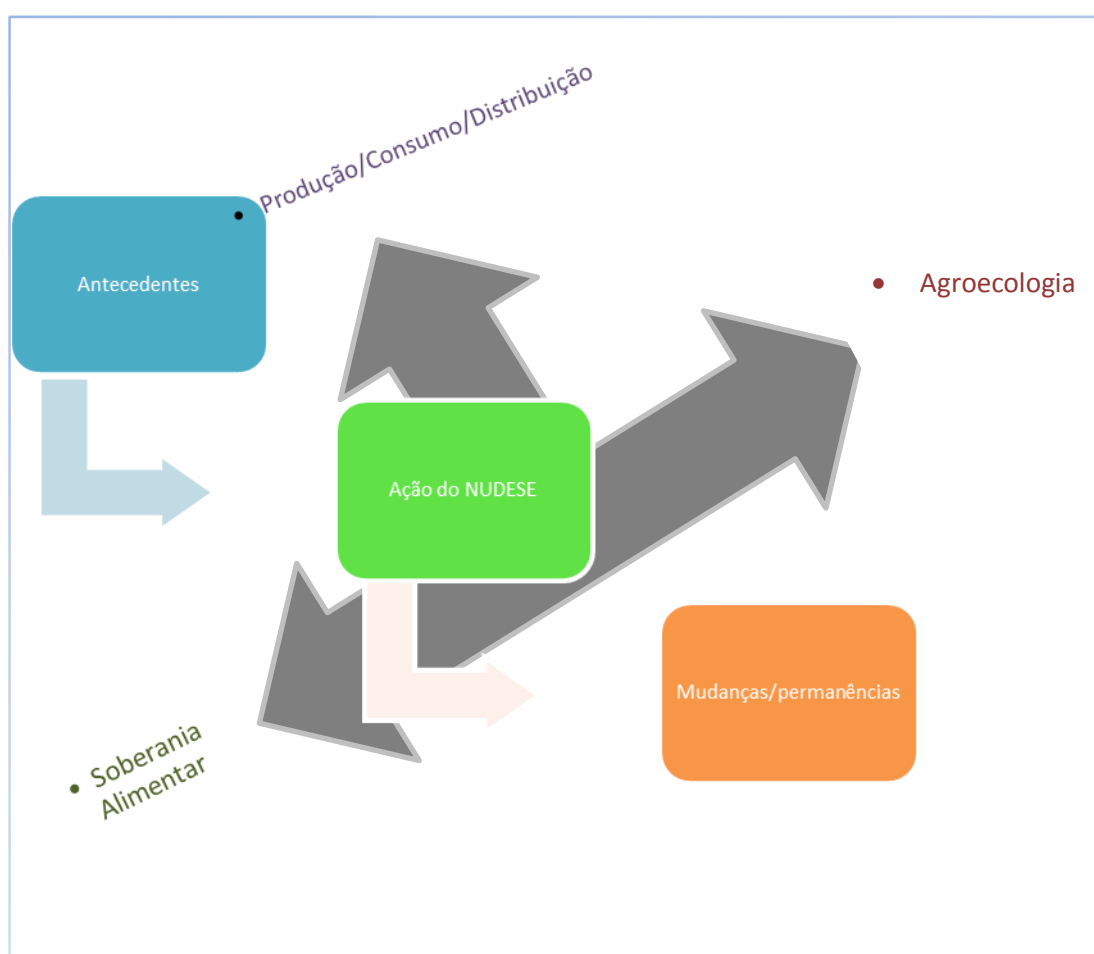
No decorrer desse capítulo serão retomadas algumas discussões realizadas na primeira parte do trabalho com o objetivo de *compreender as mudanças/permanências na forma de organização agrícola realizadas pelas famílias atendidas pelo NUDESE, no que se refere à efetivação da agricultura de base agroecológica e a Soberania Alimentar, que a tangencia*. Essa última é entendida como um horizonte utópico, como algo que motiva a caminhar, nas palavras de GALEANO⁵² e tomando por base que, ainda que a mudança das condições de produção e reprodução da vida atual não seja fácil ou consensual, é necessária e se constitui em uma busca para todos aqueles que se inserem no campo da Educação Ambiental Transformadora.

Em linhas gerais, a apresentação dos resultados principia com o resgate de elementos importantes da trajetória dos agricultores antes de sua entrada no Projeto

⁵² “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos, caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu nunca deixe de caminhar” (Eduardo Galeano).

do NUDESE: a forma como isso aconteceu e as alterações ocasionadas. Na continuidade há um estudo analítico acerca dos limites e possibilidades da ação tomando por base a Agroecologia (e o processo de transição agroecológica) e a Soberania Alimentar.

Categorização Inicial para Elaboração da Análise referente à organização da produção agrícola das/com as famílias pesquisadas



Organograma 07 - Construído pela pesquisadora

5.1. Antecedentes - *“Eu sou filha de agricultor e ele também...”*: a trajetória dos agricultores anterior   ação do NUDESE

No que se refere à trajetória histórica dos agricultores que fizeram parte da pesquisa, cabe destacar alguns elementos importantes, tanto no que concerne ao

processo produtivo, quando sua organização de vida. Sem a pretensão de esgotar a temática e buscando pontos em comum em suas vivências, esse se configura em um primeiro momento importante para conhecer com maior profundidade a seara de pesquisa envolvida.

Segundo dados do NUDESE (2011), o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana atendeu no ano de 2009 um total de aproximadamente 800 famílias⁵³. Contudo, nem todas essas estiveram no conjunto de etapas da ação, posto que tenham participado de algumas reuniões, cursos ou seminários realizados em Rio Grande e São José do Norte, mas não efetivamente participado do processo de capacitação que foi mais intensivo com um número aproximado de 40 famílias e entidades.

Como já pautado anteriormente, para este estudo foram elencados nove produtores rurais, que tem na cultura de hortifrutigranjeiros sua principal base produtiva e já desenvolviam, em menor ou maior escala, atividades na agricultura. Uma prática que foi herdada dos pais e que se confunde com a própria história de vida de cada um dos agricultores, como fica evidenciado em suas falas:

São três filhos, foi na barriga da minha mãe que eu comecei, minha mãe ia grávida para o cercado e depois eu criei os meus filhos assim também. A mãe disse que naquela época os pães torrados eram grandes, pão era desse tamanho (a agricultora mostra com a mão). Quando era bem pequenininha ele dava aquele pão bem duro, colocava no chiqueiro com um monte de brinquedos e ela dava o pão, como eu era “manzanza”, dava um pão torrado para eu chupar que aí enquanto eu terminava aquele pão chegava a hora dela ir embora, a manhã toda roendo pão torrado.(...) Eu lembro depois quando era maior o meu pai fazia muitas vontades, aí o pai levava um saco de brinquedos para o cercado para mim, eu chegava lá e espalhava aqueles brinquedo, mas isso eu era bem pequena, porque quando a minha irmã nasceu eu tinha 10 anos. Eu me lembro de quando a minha irmã nasceu, eu parei de trabalhar no cercado para cuidar ela com 10 anos. Essa época dos brinquedos eu devia ter uns 5 ou 6 anos (E.S.J.N., 28/09/11).

Eu mesmo, não sei fazer outra coisa que não seja trabalhar com a terra, é na terra que eu aprendi a ser gente mesmo. Todos meus irmãos também, todos vivem da agricultura até hoje e olha, não tem coisa melhor, eu não ia conseguir viver numa cidade, trabalhar num lugar fechado, o meu negócio é com as plantas mesmo (J.R.G., 25/7/12)

⁵³ Dados oriundos de reunião realizada pelo responsável pela assistência técnica do NUDESE em 18/03/2011.

A lida na agricultura, que começa sempre muito cedo para todos os entrevistados, impediu que pudessem continuar estudando. Quando concluíam os estudos nas escolas que ficavam perto de suas residências não era possível dar prosseguimento a vida escolar, pois não havia como custeá-los. Além disso, o estudo não era uma prioridade para as famílias, afinal, *“naquela época ninguém estudava não, os filhos ajudavam muito em casa e era uma coisa que a gente nem podia sonhar, tinha é que trabalhar mesmo e sem reclamar, botar comida na mesa”* (H.R.G., 27/4/12). Tomado por base pesquisas contemporâneas sobre essa temática, é possível aferir que esse é um quadro que continua muito presente ainda hoje, no que diz respeito à permanência dos agricultores no campo. Em um trabalho realizado no Oeste Catarinense (SC-Brasil), ABRAMOVA, SILVESTRO e MELLO (2012, p; 05) concluem⁵⁴ que:

o estudo serve como um passaporte para o ingresso na vida urbana e o baixo nível educacional tem-se associado, até aqui, à permanência na propriedade paterna: os jovens que migram para a cidade apresentam maior escolaridade em relação aos que permaneceram no meio rural e que vão continuar na profissão agropecuária, formando família e uma unidade produtiva independente da paterna.

Dentre os agricultores que participaram do estudo o quadro é semelhante. Esse é um ponto que não pode ser desconsiderado ao estudar a forma de organização da produção efetivada pelos agricultores, posto que ela esteja condicionada pela leitura do mundo e de si que realizam, o que implica de forma direta na relação que estabelecem com os fazeres produtivos, com sua trajetória escolar e com os anseios/projeto manifestados. Quando os agricultores entendem que *“a gente que não estuda acaba ficando ignorante, precisa de ajuda para saber o que fazer”* (M. R.G, 11/10/11) ou asseguram que *“sempre quisemos que ela (filha do*

⁵⁴ Neste estudo, que apontou para a problemática da diminuição cada vez mais drástica no número de famílias que continuam desenvolvendo suas atividades no campo, os autores trazem algumas questões que merecem ser destacadas e que corroboram com o aqui apresentado, no que se refere à escolarização e a qualificação das práticas agrícolas desenvolvidas: “É clara a consciência de que a dotação de conhecimento com que contam os jovens hoje é insuficiente para os desafios de gerar renda numa unidade produtiva rural. Esta consciência abre um amplo espaço para políticas públicas cujo eixo esteja na mudança do ambiente educacional existente hoje no meio rural. (...) A pesquisa constatou um impressionante atraso educacional, entre os jovens que pararam de estudar e que são os mais prováveis sucessores, o que dificulta o desempenho da atividade agrícola e principalmente a organização e o desenvolvimento das novas atividades que se colocam no meio rural” (ABRAMOVAY, SILVESTRO e MELLO, 2012, p. 9)

entrevistado) estudasse para fugir da agricultura”(L.S.J.N, 5/7/12) é evidenciado um entendimento de que o saber escolar tem um valor social e simbólico que é superior ao saber da experiência de vida fora desse espaço, mas construído na lida diária com a terra, na agricultura. Isso irá condicionar a forma como os agricultores percebem a atuação da Universidade (no caso do Projeto desenvolvido pelo NUDESE) e dos órgãos de assistência técnica, no caso específico de Rio Grande e São José do Norte efetivada pela EMATER, o que será abordado em momento oportuno. E, para além disso, aponta para a necessidade de discussão sobre os saberes/fazeres presentes nos cursos, reuniões e seminários organizados pelo NUDESE⁵⁵, afinal, não há como negar que a educação, seja ela formal ou não-formal *“aumenta os conhecimentos básicos de leitura e escrita, de operações matemáticas, mas também influencia atitudes como acreditar na capacidade de organização e na importância das inovações”* (SILVA e JESUS, 2010, p. 53-4) e das mudanças. Enquanto um espaço de formação, o Projeto desenvolvido pelo NUDESE pode contribuir nesse sentido.

A forma de produção agrícola desenvolvida pelas famílias antes da atuação do Núcleo era pautada pelo modelo oriundo da Revolução Verde, isso implicava no uso de agrotóxicos e adubos químicos em larga escala. Chama atenção o fato de que esses produtos, que comprovadamente trazem muitos malefícios, são chamados por muitos de *remédios*, em uma clara alusão ao fato de que curam doenças ou livram as plantações de “pragas” e “ervas daninhas”⁵⁶: *“Eu nasci na época que entrou o veneno, mais ou menos, porque quando eu era pequena o meu pai começou a história de remédio, eu era bastante grande, já adulta, quando eu descobri que o remédio era veneno, não era remédio coisa nenhuma”* (E.S.J.N., 28/9/11).

⁵⁵ Essa temática será abordada com mais profundidade no próximo capítulo.

⁵⁶ Segundo dados do ano de 2012 sistematizados por pesquisadores ligados a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro “existem cerca de 15.000 formulações para 400 agrotóxicos diferentes, sendo que cerca de 8.000 formulações encontram-se licenciadas no Brasil. (...) O agricultor brasileiro chama agrotóxico de remédio das plantas e não conhece o perigo que ele representa para sua saúde e o meio ambiente. Uma pesquisa realizada pela Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, em 12 países da América Latina e Caribe, mostrou que o envenenamento por produtos químicos, principalmente o chumbo e os pesticidas, representam 15% de todas as doenças profissionais notificadas.(...) O manuseio inadequado de agrotóxicos é assim, um dos principais responsáveis por acidentes de trabalho no campo. A ação das substâncias químicas no organismo humano, pode ser lenta e demorar anos para se manifestar”. (Informações disponíveis em <http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/agrotx.htm> . Último acesso em 24/2/13).

A introdução dos agrotóxicos na lavoura é algo que acontece de forma gradual e vai formando uma teia de onde é difícil o agricultor se libertar, pois *“aparece um remédio bom para isso ou para aquilo, começaram a introduzir(...). Começaram a chegar com esse nome de remédio porque se eles chegam com o nome de veneno...”* (E.S.J.N, 28/9/11). Tal quadro vai gerando uma dependência que faz com que os produtores não consigam perceber outra forma de produzir que não seja essa, investindo dinheiro na compra de insumos e venenos e cada vez obtendo um resultado mais preocupante, seja do ponto de vista econômico ou ambiental.

De certo, essa questão já foi abordada anteriormente, mas como síntese merece destaque resgatar alguns elementos importantes, no que concerne aos impactos da Revolução Verde, nomeadamente no que se refere à pequena produção e a monocultura, que é o caso das famílias que fizeram parte deste estudo:

A especialização monocultora impôs aos agricultores que se comportassem adotando formas induzidas por uma grande dependência de insumos biológico-químicos nos ciclos produtivos. (...) Associado à especialização agrícola – decorrente da monocultura – está a problemática inerente à diminuição da biodiversidade que existia anteriormente nos ecossistemas agrícolas. Dessa maneira, tornou-se necessária a introdução de insumos químicos (fungicidas, inseticidas, herbicidas, fertilizantes químicos, etc.) no processo de produção para que fosse mantido o equilíbrio do ecossistema agrícola” (BARBOSA e LAGES, 2007, p. 2-3).

O que evidencia a rede de dependência criada entre o pacote introduzido com a Revolução Verde e a agricultura familiar, conduzindo a conclusão de que *“chegou um ponto que nós não sabíamos mais como plantar sem usar remédio, sabendo que fazia mal... mas tinha que botar para criar alguma coisa”* (J.R.G, 25/7/12). Um dilema para as famílias, sem dúvida, afinal, entre a necessidade de sobrevivência e os riscos à saúde, algumas estratégias eram criadas, como a divisão das propriedades entre espaços de produção para consumo da casa e lotes destinados à comercialização. Em uma das primeiras observações realizadas em Rio Grande, ainda sem a realização de gravação de entrevistas, cabe destaque ao relato de uma agricultora que apresentou como baliza para a realização disso o fato de ver a neta comendo tomates *arrancados do pé*. O que era para ser algo saudável, na verdade

trazia sérios riscos e fez com que a família repensasse a forma de produzir, inicialmente produzindo sem uso de agrotóxicos para consumo próprio e, hodiernamente, buscando a consolidação de um modelo pautado pela agroecologia.

A monocultura de cebola, muito presente em São José do Norte, como já aferido, apresenta como característica o uso de agrotóxicos, entretanto, no que se refere à produção para consumo em casa é possível perceber uma preocupação semelhante à citada acima, de forma específica com relação ao não uso de agrotóxicos:

É porque a gente fazia sem saber, porque aquela outra horta lá, que era minha para meu consumo sempre foi assim, eu nunca plantei nada envenenado, eu plantava orgânico mas não sabia, depois sim. A gente botava adubo, quer dizer, que não ficava orgânico era ecológico, mas não era orgânico. Depois que ele (técnico da EMATER) disse: não, vocês botam só o esterco, não botem o adubo que daí é orgânico e eu digo: não seja por isso, eu já fazia mesmo. Veneno a gente não botava mesmo, só na terra, às vezes, que era para matar erva. A gente botava antes da plantação, mas agora a gente não bota mais nem antes da plantação. Tem um remédio que ele mesmo sabe e dá o nome pra gente, um remédio ecológico que aí esse a gente pode usar e não tem problema nenhum, não estraga as terras(C.S.J.N., 6/10/11).

A pressão exercida pelo mercado consumidor figura como uma das justificavas mais empregadas para o uso de agrotóxicos, tendo em vista que “as pessoas não gostam de comprar (os hortifrutigranjeiros) se tiver um furinho” (J.R.G, 21/3/12) e, contraditoriamente “não querem com veneno, mas querem as coisas brilhando” (L.S.J.N, 10/4/12), o que faz com que o uso de agrotóxicos cada vez se intensifique mais:

Cada vez vai introduzindo mais e mais e nem sabe mais o que esta usando. Hoje eles pegam e misturam 3, 4 ou 5 tipos de remédios diferentes na maquina. Ah, esse é para o mal, esse é para isso tá... Faz aquela mistura que nem sabe se esta adiantando... Ah deu certo a cebola! Esta coisa mais linda, então um só daqueles ali poderia adiantar e não tudo aquilo. Aqui usamos na cebola, nos temos a cebola convencional com veneno, mas se nós for comparar com outro agricultores eu acho o B. usa a metade dos venenos que os outros usam. Tem gente ai que dobra, tipo assim: o mesmo que ele bota de 15 em 15 dias tem gente que bota 3 vezes por semana. Prejudica tudo! (E.S.J.N. 28/9/2011).

A produção voltada à monocultura sempre se apresentou como um sério entrave à segurança das famílias do ponto de vista econômico e das dimensões que isso abarca, posto que um grande investimento em termos de recursos e trabalho são despendidos e no momento da colheita e comercialização há o condicionante de uma série de variáveis que corroboram para os resultados alcançados do ponto de vista da completude do ciclo produtivo. E, para além disso, se configura como um modelo agrícola que não prioriza, ou mesmo toma em consideração, os dados ambientais oriundos de seu fazer, o que significa desconsiderar a natureza como o local de produção, em toda sua complexidade e complementaridade, posto que haja:

Uma exigência muito grande do mercado quanto ao aspecto e ao preço das hortaliças, o que acarreta muitas perdas no processo de comercialização. Tal situação induz a um incremento do uso de agrotóxicos e à adoção de monocultura, de plasticultura, de irrigação permanente, de adubação nitrogenada e da produção em escala, práticas que podem resultar em uma redução do custo unitário do produto, porém com altos custos ambientais, que, como se sabe, não é contabilizado nos preços das hortaliças atualmente praticados (GRAF, 2002, p. 06).

Essa dimensão está presente em muitas das falas dos agricultores. Ao abordar a questão do preço do transporte coletivo em São José do Norte, uma das agricultoras faz uma comparação pertinente no que se refere aos preços encontrados nas feiras livres, onde comercializa os excedentes de sua produção:

E: A passagem é cara aqui?

C.S.J.N: Até que não é muito, porque logo ali adiante tem um pezinho de coqueiro e é a Divisa⁵⁷ e ali a passagem quase dobra, aqui é R\$ 6,85 e lá é R\$ 8,25 ou R\$ 8,35. (...). Ali que eu acho um absurdo de caro, mas é que vendendo estas miudezas, couve por um real (R\$1,00), verdura por um real (R\$ 1,00), alface por um real (R\$ 1,00) o que tu faz? Tu levas um saco e faz o que? R\$ 10,00 reais, R\$ 15,00 reais. A passagem não dá! É muito ruim vender estas coisas assim de hortaliças, é muito barato isso, então tem que ser estas coisas melhores: a cenoura que já é um pouquinho mais cara ou beterraba que é bem mais cara, o bom de vender é o feijão, porque o feijão é mais caro é o que vale a pena porque senão não dá (C.S.J.N, 6/10/11).

⁵⁷ Divisa é uma localidade do interior de São José do Norte

Dentre os desafios enfrentados pelos agricultores não há dúvidas de que esse é um dos mais complexos: um resultado dos impactos da Revolução Verde que acentua a *“exclusão dos pequenos agricultores do sistema econômico (...) devido à existência de uma demanda intensiva pela utilização de insumos químicos, maquinário, equipamentos, energia e engenharia genética”* (BARBOSA e LAGES, 2007, p. 5), em um processo que desqualifica gradativamente os saberes/fazeres daqueles que passam a produzir dessa forma e que acentua a crise hodierna, evidenciando a necessidade de superação do Capitalismo, enquanto produtor/reprodutor dela.

Há limites muito claros para o desenvolvimento da produção agrícola familiar convencional, seja no que se refere à dimensão ambiental, econômica ou social. Nas falas dos agricultores isso está muito claro, quando se escuta que *“não tinha mais o que fazer, cada ano que passava eram mais dívidas”* (H.R.G, 25/6/12) ou *“sempre tinha aquela ilusão de que no outro ano a cebola iria criar, ela até criava, mas não tinha preço, se não criava tinha preço e ficava cada vez mais crítica a situação”* (L.S.J.N, 08/5/12).

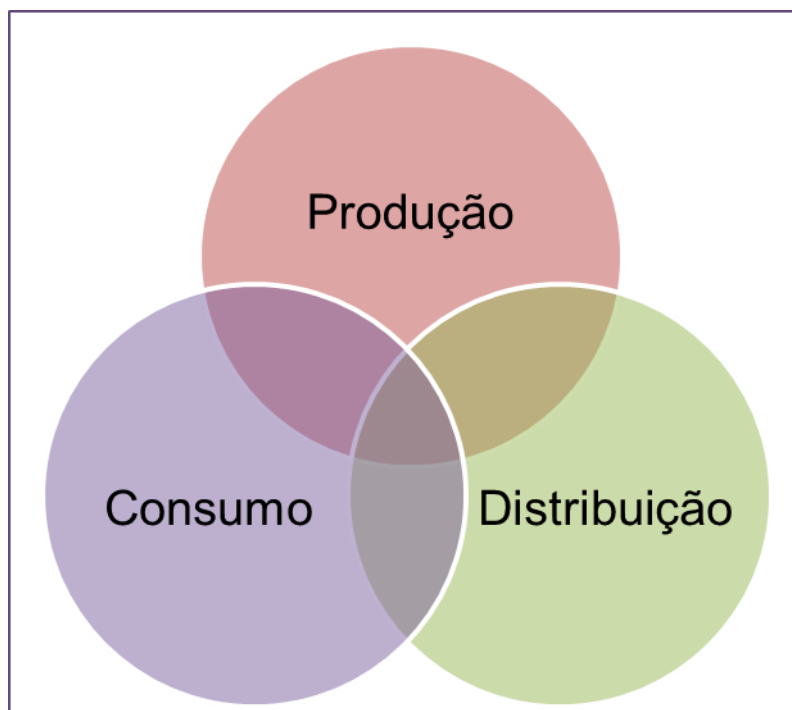
O projeto desenvolvido pelo NUDESE “Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) na aglomeração urbana do sul (Municípios de Rio Grande e São José do Norte) através do fortalecimento da produção e da comercialização e da agroecologia” parte, em grande medida, do reconhecimento dessa situação, o que é evidenciado em seus objetivos elencados anteriormente; nas metas que encerra ou exposto nas produções que avaliam e apresentam os resultados da ação extensionista realizada, quando se afirma que o projeto é uma intervenção que vem viabilizando uma:

Nova proposta que se caracteriza numa transição da produção convencional para uma produção agroecológica. Tal experiência possibilita alternativas de comercialização dos produtos destes agricultores através de uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). (KORTING, NASCIMENTO, NOBRE, et al., 2012, p. 02)

O que certamente precisa ser analisado, nomeadamente, no que se refere às transformações que são processadas na forma de organizar a produção em uma tríade interligada⁵⁸:

⁵⁸ Para justificar a pertinência dessas três categorias de análise, merece destaque uma passagem de ZACARIAS (2012, p. 121), quando afirma que: “para se entender o processo capitalista é importante

Elementos que devem estar presentes na análise das transformações da/na organização da agricultura agrícola no contexto estudado



Organograma 08- Construído pela pesquisadora

É isso que será realizado agora, tomando por base os produtos da pesquisa realizada com/junto dos agricultores e as interlocuções efetivadas com os integrantes do NUDESE, através das já citadas entrevistas e reuniões. A questão da *Soberania Alimentar* e da *Agroecologia* adquirem espaço importante no que se refere à discussão engendrada e são categorias importantes para a análise constituída.

clarificar como se dá o processo de produção, de distribuição, de circulação e de consumo numa sociedade. (...) A produção, a circulação, a circulação e o consumo, são fases distintas de um processo único, pressupostas uma das outras, entrelaçadas e mutuamente determinantes". Como, no caso estudado, a circulação não tem lugar de destaque – pois os agricultores comercializam diretamente seus produtos para os consumidores, a opção foi abordar a tríade, o que não exclui, obviamente, sua importância.

5.2. “Vale, agroecologia vale! Porque além de ser uma coisa sadia a gente vai curando a terra, claro que é um processo longo...”: A ação do NUDESE e as transformações na organização da produção em Rio Grande e São José do Norte

“O homem (individual e social) é tomado, pois, como ser histórico. Sua ‘essência’ inteiramente histórica se desenvolve na história. Ele se constitui, cria-se e produz-se na práxis. Nada existe nele que não seja sua obra, resultante das interações dos indivíduos, dos grupos, das classes, das sociedades”
(LEFEBVRE, 1968, p.12)⁵⁹.

É evidente que a mudança, ou que é definido pelo NUDESE como transição agroecológica⁶⁰, não é um processo que pode ter seus resultados atingidos a curto ou médio prazo. Dessa forma, é fundamental a clareza de que o que há atualmente como produto da ação é algo extremamente perene e que carece de um tempo maior para que tenha seus objetivos atingidos, ainda que seja, preenche de significado pela experiência que coloca em prática.

Por outro lado, é vital o reconhecimento das transformações desenvolvidas até o momento atual para que o futuro – que é uma construção histórica – possa trazer avanços do ponto de vista da Soberania Alimentar e da Agroecologia. Indiscutivelmente, é essa premissa que orienta a análise apresentada, a qual não poderia ser desempenhada sem o movimento inicial de resgatar junto/a partir das falas dos agricultores o contexto anterior ao projeto. De certo, isso evidenciou – nas falas dos nove agricultores entrevistados – as marcas da Revolução Verde em suas mais cruéis possibilidades: os problemas ambientais decorrentes (o que envolve as questões de saúde) e a fragilidade do ponto de vista socioeconômico.

⁵⁹ Certamente é partindo dessa premissa que devem ser analisada a ação de extensão desenvolvida pelo NUDESE, posto que envolva mudanças na organização na/da organização da produção que não podem ser entendidas unilateralmente, senão na complexidade que engendram.

⁶⁰ Trata-se do processo de modificação da forma de produzir, anteriormente marcada pelo uso de insumos químicos e agrotóxicos (resultante da Revolução Verde). Implica o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica de forma gradual, com a garantia das condições de sobrevivência do ponto de vista socioeconômico das famílias envolvidas. No Decreto nº 7.794 de 20 de Agosto de 2012 que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, a transição agroecológica é definida como “IV – transição agroecológica – processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica”.

É fundamental que se diga, não como justificativa de qualquer resultado, que a transformação de tal contexto é difícil. Trata-se da sobrevivência das famílias, de sua vida, de suas esperanças, de suas frustrações e das escolhas e formas de produzir e viver instituídas até o presente. Qualquer afirmação que se faça precisa passar por esse crivo, afinal:

Não é fácil a gente mudar. É filho para sustentar, é animais para alimentar. É uma dureza o nosso dia-dia. Falar é muito fácil, mas o que estamos fazendo é muito mais difícil. (...) A gente nunca imaginou que poderia plantar sem remédio e agora estamos vendo que dá, só que isso não é fácil e precisamos de ajuda (E.S.J.N., 22/6/12).

Ainda que já tenha sido deslinda a ação de extensão desenvolvida pelo NUDESE, cabe um breve retorno, agora à luz dos resultados apresentados e das intervenções realizadas com seus executores para que se possa prosseguir, avançando na discussão acerca do que de fato foi realizado e dos impedimentos/limites elencados a partir da pesquisa desenvolvida.

5.2.1. “Vou falar do que foi feito...”: as ações desenvolvidas pelo NUDESE no campo da Agricultura Urbana e Periurbana

“A questão do acesso aos alimentos vai muito além de programas assistenciais, ela abrange debates e implementação de ações que promovam a cidadania e façam parte de políticas públicas emancipatórias, ou seja, que promovam a autonomia e a independência dos beneficiários.”
(GRIBB e GRIBB, 2008, p. 5)

É certo, e já arrolado anteriormente que o NUDESE, anterior à aprovação do financiamento junto ao MDS, já realizava ações, seja no que se refere à pesca ou, de forma mais específica, à agricultura junto aos pescadores e agricultores, no caso da última com o propósito de fortalecer as ações cooperativistas e a transição agroecológica.

A possibilidade de investimento por parte das políticas de extensão universitária criou as condições para que fosse organizado o Projeto dentro de um macro campo que até então não fazia parte das pautas de trabalho do órgão, qual seja: a Agricultura Urbana e Periurbana, afinal, os agricultores que integraram à ação são provenientes da agricultura familiar desenvolvida no entorno das cidades

de Rio Grande e São José do Norte, o que em grande medida justificou a escrita e aprovação da proposta junto ao Ministério, mas merecerá atenção, posteriormente, no que se refere à discussão acerca da Soberania Alimentar e da Agricultura Urbana, dentro de um debate que precisa ser retomado.

Em linhas gerais, é possível afirmar que, objetivando o desenvolvimento de um processo de transição agroecológica, o NUDESE, com a aprovação do Projeto para esse fim junto ao MDS, iniciou uma série de ações que visavam:

Ampliar os conhecimentos em torno da agroecologia, viabilizando o aprimoramento da qualidade dos produtos da agricultura familiar, compreendendo a formação de sujeitos capazes de gerenciar coletivamente todo processo da cadeia produtiva, acompanhamento técnico e ampliação dos espaços de comercialização direta ao consumidor (KORTING, NASCIMENTO, NOBRE, et al., 2012, p. 02).

A efetivação disso não é algo que possa acontecer em um ano – a vigência do projeto aconteceu nesse período – posto que um processo de transição agroecológica careça de um período de tempo bem maior para sua concretização. Segundo um dos responsáveis pela assistência técnica desenvolvida pelo NUDESE⁶¹, um período de cinco anos é passível para a consolidação da agricultura de base agroecológica e o Projeto deveria ter sido renovado em março de 2010, o que terminou por não acontecer, ainda que a previsão fosse de pelo menos mais dois anos de financiamento.

Inicialmente, as ações realizadas foram voltadas para a sensibilização à participação dos agricultores. Muitas famílias já faziam parte de outros projetos assessorados pelo NUDESE e foram chamadas a fazer parte do Projeto. Sobre esse primeiro momento, cabe destacar a fala de uma das executoras da ação ao abordar a estratégia utilizada no início das atividades:

Qual é a proposta do projeto? É fazer essa transição, do cultivo tradicional para trabalhar de uma forma agroecológica, então foi feita essa sensibilização através de curso, formações e palestras, de reuniões para ter esse incentivo para fazer essa transição, mas nem todos acabam. Isso é, a sensibilização inicial, nem todos acabam aderindo, não é que acabam aderindo, às vezes acontece de forma gradual uns primeiro outros com o tempo (N.N.,07/12/11).

⁶¹ Resultado de uma reunião realizada em 18/03/11 para apresentação da proposta de pesquisa e conhecimento das ações realizadas pelo NUDESE.

De um total de famílias que participaram de alguma dessas atividades supracitadas, *“entorno de 20 pessoas continuam fazendo, ainda estão no projeto”* (N.N, 07/12/11), o que é um dado significativo e deve ser tomado em consideração no que tange à discussão acerca dos motivos que fazem com que a transformação da forma de produzir não seja o caminho escolhido pela grande maioria dos agricultores. Indubitavelmente, concorre para isso a desinformação referente ao que seja a transição agroecológica e, mais do que isso a Agroecologia, enquanto campo do conhecimento⁶². Em uma das entrevistas com bolsistas do NUDESE, foi evidenciado que – no que concerne a participação dos agricultores na ação: *“a maioria deles não conhecem o que que é a agroecologia, eles não sabem o que é... ‘Ah, é um produto... Ah, vamos produzir sem veneno..’. Mas eles não conhecem as formas de como fazer essa transição”* ((N.N, 07/12/11).

Nesse sentido, não há dúvidas de que é fundamental qualificar o debate acerca dessa questão no que tange às estratégias utilizadas pela Extensão Universitária – o que pode ser ampliado para o campo da Extensão Rural – notadamente no que se refere à Educação Ambiental, posto que ela seja uma das ferramentas/estratégias do Projeto e, em sua vertente transformadora, pauta-se por ações que partem do entendimento de que ela é um *“elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade”* (LOUREIRO, 2004, p. 24)⁶³.

Em linhas gerais, foi a partir do momento inicial de formação ou sensibilização⁶⁴ que teve enceto a distribuição de insumos para que os agricultores

⁶² Ainda que essa questão tenha sido devidamente evidenciada na parte do texto em que foi abordada a Educação Ambiental e a Agroecologia, cabe destacar o alinhamento com a definição proposta por ALTIERI (2002): a agroecologia é entendida como uma disciplina científica, dito de outra forma, campo do conhecimento, o qual se reveste de princípios, conceitos e metodologias, com a intenção de consolidar estilos de agricultura que primem pela agricultura de base agroecológica. A agroecologia proporciona as bases científicas para isso. E, para além disso, com o que aponta GUZMÁN ao entender que a Agroecologia se constitui em um campo do conhecimento que promove o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentem alternativas à atual crise de Modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação de seus produtos., pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coo evolução social e biológica. (GUZMÁN, 2002).

⁶³ Esta questão, bem como a discussão acerca das premissas que devem balizar a Educação Ambiental em uma ação como o Projeto desenvolvido pelo NUDESE, compõe o próximo capítulo. Ao levantar os dados referentes à participação dos agricultores era necessário esse pequeno aparte para que fique claro a necessidade de retorno a esse debate no momento oportuno.

⁶⁴ Já apontado no capítulo anterior.

pudessem plantar as hortaliças sem o uso de agrotóxicos, no que merece destaque as sementes, os fitoprotetores e as estufas. Durante todo o processo existiu “acompanhamento técnico da produção por meio de consultores, colaboradores e bolsistas” (KORTING, NASCIMENTO, NOBRE et al., 2012, p. 03). Esse acompanhamento da *produção* foi realizado pelo NUDESE também no que diz respeito ao controle do que era produzido e comercializado. Isso foi uma estratégia importante para que os participantes do Projeto pudessem visualizar quais produtos encontravam mais ou menos mercado e como poderia ser garantida uma maior segurança no que tange à *distribuição* dos mesmos.

No que se refere ao Município de São José do Norte, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SMAP) em 21 de maio de 2010 teve início à realização de uma Feira de Produtos Ecológicos, a qual acontece todas as sextas-feiras. Para organizar o funcionamento da feira foi criada uma comissão responsável por avaliar e garantir a procedência ecológica dos produtos. Essa forma de organização que continua existindo atualmente possibilita que agricultores do entorno da Cidade possam comercializar seus produtos, pois a dificuldade de transporte era um empecilho para isso:

Os produtores, em grupo, dividem as despesas do pagamento de motorista e o combustível gasto, através do apoio logístico da COOAFAN, e de uma forma solidária, passam nas casas dos produtores pela manhã para recolher suas produções a serem vendidas no centro de São José do Norte (KORTING, NASCIMENTO, NOBRE, et al., 2012, p.08).

Em Rio Grande, além da participação de alguns agricultores nas feiras livres, o que é anterior ao Projeto, foi criada um espaço no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a qual reúne os produtores que integram a ação. Atualmente, a feira acontece todas as quartas -feiras pela manhã e comercializa produtos derivados da caprinocultura, mel, pães e patês integrais, além dos hortifrutigranjeiros. No que tange a feira realizada dentro do espaço da Universidade, merece destaque a avaliação que é feita pelos integrantes do NUDESE:

Alunos, técnicos e professores vão a feira tendo como objetivo a compra um alimento de qualidade, sem agrotóxico, a justo preço, desta forma contribuindo com a agroecologia e com o fortalecimento

da rede de Economia Popular Solidária no município. Dentro desta lógica, há um ótimo clima nas feiras, intensificado inclusive por música em frente às bancas, que harmonizam e ampliam as relações da Universidade com os produtores. Ocorrem outros atrativos como o projeto “O artista vai à feira” onde uma vez por mês a feira traz uma atração cultural seja de teatro, música ou exposição (KORTING, NASCIMENTO, NOBRE, et al., 2012, p.05).

Algumas instituições também foram assistidas pelo Projeto, é o caso da Penitenciária Estadual de Rio Grande através *“da ressocialização aos apenados, (quando) foi dada a oportunidade de trabalho e de remição de pena pelo trabalho, além de proporcionar alimentação para o presídio, com participação dos integrantes do projeto com apoio técnico à horta”* (KORTING, NASCIMENTO, NOBRE, et al., 2012, p.08). A Comunidade Terapêutica Vida Nova e a Comunidade Terapêutica Prosseguir – localizadas em Rio Grande – que atuam no campo do tratamento de pacientes que fazem ou fizeram uso de drogas integraram a ação por meio de atividades relacionadas à horta com a produção de alimentos para consumo interno.

No Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente e na Escola Municipal Assis Brasil, também em Rio Grande, o Projeto esteve presente com a instalação de estufas para a produção agroecológica. Isso incentivou as propostas já realizadas nas Escolas fomentando a *“ideia de os alunos poderem vivenciar a práxis da agricultura, valorizando essa atividade”* (KORTING, NOBRE, NOBRE et al., 2012, p.09).

Cabe destacar que o Projeto atuou no Centro de Convívio dos Meninos do Mar⁶⁵ (CcMAR), inclusive com a oferta de um curso voltado para a agricultura familiar, o que culminou na iniciativa de *“montagem de horta orgânica com estufa para que os alunos pudessem ter a vivência da horta, reconhecendo a importância do alimento de qualidade em suas vidas e aprendendo sobre a prática da produção”* (KORTING, NASCIMENTO, et.al., 2012, p.07).

Ao final do período de vigência do Projeto, que aconteceu no início de 2010, ainda que o Projeto tenha sido aprovado novamente pelo MDS não houve a

⁶⁵ O Centro de Convívio dos Meninos do Mar (Ccmar) apresenta proposta com jovens de escolas públicas do município que se encontram em vulnerabilidade social, podendo através do aprendizado em turno inverso ao da escola, fazer cursos que os capacitem a diversas atividades como: montagem de barcos artesanais, padaria, curso de fotografia e o curso de agricultura familiar ministrado por integrantes do NUDESE (KORTING, NASCIMENTO, et.al., 2012, p.07).

liberação do recurso para sua execução, o que é apontado em uma das entrevistas como um claro limite a qualidade de seus resultados⁶⁶:

A gente sente é que o projeto ele tem início, meio e fim e precisava de um programa contínuo de assistência, que pudesse ir acompanhando, porque a agricultura, ela é de ciclos que vão se repetindo, então ele não se formava ele não se constitui em 18 meses dentro de um ano, então esse é o problema, é um dos limites: é a continuidade (N.N., 25/11/12)

Os agricultores continuaram se organizando e participando das feiras livres e o NUDESE, com os recursos que dispõem, procura dar continuidade a relação com as famílias, de forma mais específica visitando as propriedades e participando das feiras livres. De certo, isso está longe de ser o ideal, afinal, há demandas por insumos, sementes, estufas e processos formativos que não estão sendo contempladas e apresentam-se como um entrave ao processo de transição agroecológica e a Soberania Alimentar.

5.3. “Estamos pelo projeto, com a esperança que ele um dia vai melhorar que ele vai decolar, não vai ser pra nós, mas ele vai decola e então nós vamos ter estado ali naquele início...” Mudanças e permanências a partir da ação do NUDESE

“O propósito do projeto AEUP é justamente colaborar com essas mudanças, através do cooperativismo e do debate sobre a Sustentabilidade, para que, no lugar do produtor (e reprodutor) da Revolução Verde, tenhamos agricultores sustentáveis, quebrando assim com a lógica do agronegócio”
(KORTING, NASCIMENTO, NOBRE, et al., 2012, p. 10)

Tendo em seu bojo a questão da diversificação da produção, a transição agroecológica e a garantia de Segurança Alimentar – ainda que com os limites da definição operacionalizada pelo MDS – o Projeto em questão contribuiu para que ocorressem mudanças na forma de organização da produção e no repensar de práticas tidas como cotidianas até então. Isso é evidenciado em várias passagens das entrevistas e nas observações realizadas, as quais serviram de referência para os resultados doravante apresentados.

⁶⁶ Temática que estará presente no capítulo final da tese.

As condições climáticas, os problemas relacionados ao manejo inadequado do solo e as dificuldades de comercialização são fatores que corroboram para que o modelo de agricultura convencional – em nível local – entre em declínio cada vez mais intenso, o que é um debate que não pode ser apartado da discussão acerca do agronegócio, já colocada anteriormente. É fundamental evidenciar as contradições no que se refere à forma como as políticas públicas têm sido apresentadas e implementadas, favorecendo ao desenvolvimento do agronegócio, em um duplo movimento: ao mesmo tempo em que é encoberta a crescente subordinação da agricultura familiar a ele, são referendadas as intenções e expectativas dos grupos que fazem sua defesa. Isso leva à seguinte conclusão já postulada por CAPORAL e PETERSEN (2012, p. 64):

É nesse contexto político amplo, (...) que as evoluções positivas no sentido da institucionalização do enfoque agroecológico em projetos e programas públicos devem ser compreendidos. Esse processo de mudança vem ocorrendo a partir de enclaves de inovação sociopolítica e metodológico- conceitual em diferentes organismos governamentais que revelam maior coerência com as promessas de sustentabilidade e com os compromissos que o país vem assumindo em fóruns internacionais que abordam a questão ambiental e as metas do milênio.

De onde se pode aferir que, o que pode ser considerado potencial transformador de ações como a que vem sendo desenvolvida pelo NUDESE, só tem sentido quando for analisado à luz desses limites claramente existentes face à disputa de interesses que não pode ser negaceada e precisa permear a análise realizada. Isso é válido no que se refere à organização da produção e seus meandros, à Agroecologia e a Soberania Alimentar – cada qual em seus aspectos positivos ou não.

Dessa forma, no que concerne às alterações que o Projeto possibilitou tem reconhecido destaque a diversificação da *produção* que engendra. Não apenas no que diz respeito à *distribuição* (o que implica a venda nas feiras livres), mas, sobretudo no que se refere ao *consumo* – pois isso fez com que os agricultores passassem a utilizar em sua alimentação mais hortifrutigranjeiros do que antes. Tal assertiva é evidenciada em suas falas: “*praticamente, a gente sempre plantou, sempre plantamos pra comer, só que muito menos. Mas agora tem sido pra aqui e*

pra consumo de mais produtos, isso dá muito mais segurança” (N.S.J.N., 18/11/11), as quais apontam para isso:

A gente esta plantando mais quantidade, a gente já plantava uma série de variedades para o consumo, como eu te falei: plantava uma serie de variedades para o consumo tudo sem veneno, mas com o adubo químico. Daí tinha muito problema porque dava muito mal, as vezes plantava e não colhia, perdia tudo (E.S.J.N., 28/09/11)

E também na entrevista realizada com uma das integrantes do NUDESE:

Isso é o que melhorou na vida dessas pessoas. Eu vou falar de uma maneira bem prática assim, o que melhorou? SJN principalmente SJN ele vinham de uma cultura de produção de cebola da monocultura, eles compravam tudo no centro e isso acabou..., a gente observa de forma muito clara essa diversificação, isso mudou na alimentação deles, totalmente. A gente pode ver isso, o que melhorou, eles acabaram conhecendo coisas que eles não tinham o hábito de consumir e isso acabou se incorporando na vida deles, eu acho que contribui nessa forma, de melhorar desta forma a qualidade da alimentação deles (N.N.,07/12/11).

De certo, essa é uma dimensão importante, a qual está ligada à comercialização e as mudanças que a criação de espaços para esse fim, voltados à produção de base agroecológica, trazem para a organização das famílias, afinal, *“não tem dinheiro que pague a gente poder vender uma coisa que plantamos, sem veneno, de forma natural, sabendo que é um alimento limpo” (H.R.G, 05/04/2012).* Ainda que seja um processo incipiente e que careça de uma maior solidificação, é um passo importante no que se refere à disputa evidenciada entre as formas de cultivo convencionais e as permeadas pela agroecologia. Limites são muitos e precisam ser considerados, contudo, não há como suplantarmos a validade da ação que foi e, em alguma medida, continua sendo desenvolvida:

Eu acho que é a efetivação da transição da prática do sistema convencional para a agroecologia, acho que essa transição é uma das coisas mais positivas... Só se consegue chegar a agroecologia se passar por essa transição, essa conscientização eu preciso mudar para produzir sem veneno. E o grupo da feira, o que é essa feira? Essa feira? O que representa para eles é a mudança de renda, é de toda a semana eles tem aquele dinheiro, não precisam do intermediário (N.N.,07/12/11).

Há aqui enunciadas duas dimensões importantes para avançar nessa discussão. A primeira se refere ao desafio da constituição de práticas agrícolas agroecológicas, a segunda está intimamente relacionada ao que seja a Soberania Alimentar, ainda que em apenas uma de suas dimensões – a econômica – e a questão da Agroecologia, pela forma como se organiza a *produção* nesses meandros.

É tomando por base a análise realizada a partir dessas categorias que o texto seguirá, buscando aprofundar as mudanças na forma de produção (em sua tríade) e a relação com a transição agroecológica – no que se refere sua prática e a Soberania Alimentar, enquanto horizonte utópico que contorna o presente estudo.

5.4. “Nunca imaginei plantar sem usar veneno, mas agora vemos que é possível...”: A Transição Agroecológica – entre contradições e possibilidades

Para abordar essa temática é fundamental retomar alguns elementos importantes no que se refere ao entendimento do lugar/espço da Agroecologia e, de forma mais específica no que tange às práticas agrícolas desenvolvidas. Como já destacado, consensualmente em todos os contextos familiares elencados no estudo há uma trajetória histórica anterior ligada aos desdobramentos do Pacote Tecnológico da Revolução Verde, a qual introduz uma forma de separação veemente e grave entre os homens e a natureza, como se não fizessem parte de um todo.

Não há como abordar os limites e potencialidades da ação voltada à transição agroecológica⁶⁷ sem partir dessa premissa e, para além disso, do entendimento dos conflitos que engendra, afinal, não se trata de um território comum, mas preenche de disputas, que envolvem “*projetos de sociedade, ou seja, ‘para que’, ‘para quem’ e*

⁶⁷ No que concerne a Transição Agroecológica, cabe uma nota acerca da discussão acerca de sua localização no estudo. Não há regras ou formulas prontas para se alcançar um processo de mudança nas formas de produzir provenientes do modelo convencional (Revolução Verde), bem como a noção de transição não é monolítica. Assim, “o conceito de transição somente adquire sentido num marco multilinear do processo histórico, e sua existência não se dá somente nos momentos de mudanças de dominação e consolidação de dois modos de produção, mas que também podem surgir da coexistência entre umas e outras formas de exploração no interior de uma formação social”. (MOREIRA, 2003, p. 48). O que leva ao entendimento, no presente estudo de que a Transição Agroecológica –corroborando com COSTABEBER (2001) – deve ser um processo social orientado à obtenção de contextos mais equilibrados de sustentabilidade, produtividade, estabilidade e equidade na produtividade agrícola, por meio de um processo multidimensional e complexo de ecologização gradativa das práticas agrícolas.

‘como’ devem ser a natureza, os recursos naturais, os bens materiais, a qualidade ambiental”, o que em uma sociedade que se organiza a partir de classes corrobora para a Injustiça Ambiental, já que *“a existência de certos privilégios para uns requer a privação dos mesmos por outros”* (LOUREIRO, BARBOSA e ZBOROWSKI, 2009, p. 105) impreterivelmente.

A criação de um espaço de reflexão e busca de superação de práticas agrícolas convencionais, em que pese seus limites, é fundamental no que se refere à abertura para tal temática possa ser problematizada, tendo como horizonte utópico sua superação, mas de forma mais direta contribui para que mudanças ocorram na organização do trabalho e da prática social desenvolvida pelas famílias que permaneceram no Projeto, ainda que existam distintas dificuldades no que tange ao financiamento e benefícios advindos. A Agroecologia está ligada (ainda que não apenas) a produção de alimentos sem resíduos químicos, os quais são característicos da Revolução Verde e traz em seu bojo a:

Ideia de que um campo de cultivo é um ecossistema dentro do qual ocorrem outras formações vegetais, ciclagem de nutrientes, interações e sucessões; e, por meio do conhecimento deste processo de relações nos sistemas, os mesmos podem ser melhor administrados, com menos impactos negativos ao meio ambiente e à sociedade, e com menor uso de insumos externos (ALTIERI, 1999, p. 21).

O que é uma ação gradual e que pode contribuir para a consolidação de formas de produzir que convergem para a superação do modelo vigente até então. Essa tarefa vem sendo cada vez mais entendida como possível pelo conjunto de agricultores que participaram desse estudo, no que tange ao propósito de compreender as mudanças/permanências que estão colocadas hodiernamente na produção agrícola realizada pelas famílias que participaram do Projeto desenvolvido pelo NUDESE acerca da agricultura de base agroecológica e a Soberania Alimentar que a tangencia.

No que se refere ao Projeto e a participação dos agricultores nele, merece destaque o papel que tiveram as atividades de formação realizadas inicialmente. Outras ações já haviam sido concretizadas pelo NUDESE nas regiões estudadas, mas a possibilidade de financiamento e atividades sistematizadas garantiu outro patamar de relação durante o período em que o mesmo foi desenvolvido, com a perspectiva de continuidade do mesmo:

Quando a gente participava dos cursos e das palestras era muito bom, porque percebemos que não estamos sozinhos e que era de verdade, que a vida poderia melhorar, que seria mais saudável e que os venenos não eram como a gente pensava, fazem muito mal, acabam com a vida das pessoas. Só mudar isso já é muita coisa, pode não parecer, sempre se espera mais, mas tem que olhar o positivo, isso é o positivo (L.S.J.N., 25/05/12).

Ao iniciar o processo de transição agroecológica de forma mais sistematizada, é possível identificar que haviam três grupos distintos no que se refere à forma como a questão era percebida. Um primeiro grupo que já desenvolvia uma agricultura com base agroecológica para consumo doméstico, mas fazia uso de práticas convencionais para a produção em maior escala (comercialização); um segundo conjunto de agricultores que gostaria de plantar sem o uso de agrotóxicos, mas não se sentia capaz – entendendo que era fundamental as ações no campo da assistência técnica – e, um terceiro conjunto que não acreditava na possibilidade, mas em função da participação nos espaços de formação e do diálogo dentro da família mudou sua posição.

É uma prática muito comum dentro da pequena propriedade rural de base familiar a diferenciação entre a plantação voltada para o consumo da casa (com base mais diversificada) e a monocultura com fins de comercialização externa. No caso estudado, havia o predomínio do cultivo de cebola, o que historicamente levou a um quadro de enfraquecimento, do ponto de vista econômico, da agricultura familiar em função de sua disputa por espaço em um mercado nomeadamente desigual e injusto com a produção mecanizada e em larga escala.

No relato de uma das entrevistadas: *“praticamente, a gente sempre plantou, sempre plantou para comer sem veneno, mas agora tem sido para aqui (se referindo à feira) e para consumo”* (N.S.J.N., 18/11/12); o que é uma mudança importante, posto que traga em seu cerne uma referência e entendimento diversos do até então, no que diz respeito a sua relação e papel social, tendo em vista que, ainda em uma fase primeira, é possível identificar novas preocupações:

As coisas mudam, tem muita coisa, tem algumas mudanças, como por exemplo, a gente já plantava assim sem veneno para consumo e agora a gente incentiva também as pessoas a plantar, é um compromisso. (...) Com certeza aprendemos bastante, sempre estamos aprendendo, sempre tem alguém para ensinar alguma coisa

que a gente não sabe, as coisas sempre vão mudando (N.S.J.N, 18/11/2012).

Perceber/verbalizar que, para além de mudanças de práticas agrícolas, há a possibilidade de ensinar (incentivar a mudança) e aprender é uma dimensão fundamental quando se problematiza os limites e possibilidades da ação no campo da transição agroecológica. Para além de qualquer outro ponto, é latente a criação de espaços para o alargamento da cidadania e para o entendimento da dimensão política envolvida, o que se potencializado contribui para que seja possível avançar – ainda que com limites – na construção de espaços de esperança e vivenciar de experiências concretas de superação das condições de Injustiça Ambiental atual.

A participação nos espaços de formação oportunizados pelo NUDESE fez com que aqueles produtores que antes estavam em um hibridismo entre um modelo voltado à agricultura convencional e aquela de base agroecológica reconhecessem a ineficiência de tal procedimento. Isso ocorreu ao tomar contato com outros saberes, os quais estão relacionados à integração dos agrossistemas e o fato de que não traz resultados – em nenhum aspecto – essa forma de produção, pois *“entendemos que está tudo ligado, mesmo um vizinho, se usa remédio perto já pode atrapalhar o nosso, fica muito difícil se conseguir se não for uma coisa que parte de todos”* (H.R.G, 24/03/12). Corroborando com o que há de acúmulo de pesquisa e discussão no campo da Agroecologia, é evidente que não existe uma *“fórmula pronta, uma receita, é um aprendizado como dizem”* (E.S.J.N, 21/09/11). Sem dúvida, isso perpassa o reconhecimento de que:

Não existe possibilidade de produzir algo como um pacote de tecnologias sustentáveis, visto que a agricultura sustentável não pode ser um modelo imposto ou um pacote. A agricultura sustentável combina princípios e práticas da agricultura alterativa e convencional, bem como novos conhecimentos que surgirão tanto de experiências provenientes dos agricultores como da pesquisa científica, especialmente no campo da agroecologia (FRAGA, SIQUEIRA e BOLFE, 2004, p. 87).

Em um processo que é sempre único e dinâmico e que exige que sejam levados em conta todas as suas dimensões. Afinal, se trata da vida de famílias que encontram na agricultura sua forma de sobrevivência, o que não pode ser esquecido nas análises realizadas:

A verdade é que falar é muito fácil, mas enquanto a gente está parando de usar remédio não é fácil, tem pragas que não se sabe como lidar, os técnicos também não. Não é um mar de rosas, eu dizer que é fácil é mentira, mas é muito preciso. A gente tem que começar em algum momento, pelos nossos filhos, netos, porque já estamos velhos (...) Um dia vamos olhar para trás e ver que deu resultados (B.S.J.N, 25/05/12).

Aqueles agricultores que durante muitos anos desenvolveram práticas agrícolas com base no uso de agrotóxicos, o que não pode ser esquecido foi assessorado por técnicos agrícolas e políticas públicas a partir da década de 1980, e foram sensibilizados pela ação desenvolvida pelo NUDESE no início do processo de formação continuam participando das feiras livres e produzindo em um processo de gradual superação do modelo convencional. Esse é um elemento importante que aponta para o papel que tem o processo formativo no que se refere à Educação Ambiental e a Agroecologia: *“eles tem essa troca, eles vem perguntar e aí já conhece o outro e, aí eles vão fazendo uma troca, é bem interessante a maneira que se vai divulgando e vai crescendo”* (N.N.,07/12/11). Então, é algo que mobiliza a comunidade, que gera uma discussão que não fazia parte do cotidiano, afinal, não haviam processos de estranhamento com relação ao desenvolvimento de um modelo de agricultura que agravava o quadro de crise vivenciado e levava a precarização da vida em todas as suas formas – humana ou não.

Por outro lado, no que se refere aos agricultores que ingressaram no Projeto dentro de uma perspectiva de que a assessoria técnica daria conta da superação dos desafios que se apresentam à transição agroecológica há um limite importante que deve ser pontuado. Ele está ligado ao lugar que tem a Educação Ambiental Transformadora e a Agroecologia nesse sentido e a forma como os agricultores se percebem no processo.

As dimensões relacionadas ao papel que tem desempenhado a assessoria técnica desenvolvida pelo NUDESE junto a esse grupo de agricultores se mostra basilar. De suas falas é possível evidenciar que existem dois campos de saber específicos e, porque não antagônicos: o saber advindo de suas experiências e o saber trazido pela Universidade, o que leva a retomada da discussão sobre a forma como o Pacote Tecnológico da Revolução Verde foi implantado, como já situado anteriormente. Antes de avançar, cabe exemplificar isso:

Eu tive muita vontade pela agroecologia só que não consegui, eu já tinha um monte de apostilas que ensinavam a fazer remédios bioprodutores, só que eu não conseguia sozinha porque o B. não acreditava que dava certo e eu não tinha um pulverizador separado e eu não podia experimentar porque não dava. Eu já tinha desistido apesar de não utilizar veneno nas plantas e aí veio o projeto e comecei a aprender e a espalhar para as pessoas(E.S.J.N, 28/09/11).

Se não fosse pela ajuda que eles nos dão não seria possível, porque tem coisas que a gente precisa aprender, o que fazíamos errado vamos começando a fazer certo, é muito importante o Projeto para nós (B.S.J.N, 25/5/12/12).

Essa visão é um claro limite no que concerne à ação que vem sendo desenvolvida e, se pode adiantar a constituição de um processo de Educação Ambiental que seja de fato transformadora. É certo que a Agroecologia deve ser entendida como um instrumento para a ruptura com a tradição epistemológica que sustenta a forma de organização hodierna, contudo, isso só será possível quando essa é a busca/intenção:

O que infelizmente ainda representa uma minoria nas academias e instituições de pesquisa contemporâneas. Na agroecologia, vista como disciplina ou princípio científico, as premissas teóricas são radicalmente diferentes de alguns princípios oriundos de correntes filosóficas que moldaram a produção do conhecimento e até o arranjo social na moderna sociedade ocidental. (GOMES e BORBA, 2004, p. 08)

A pesquisa e a ação no campo da Agroecologia precisam partir desse horizonte e constituir processos epistemológicos e metodológicos em que a participação⁶⁸ tenha espaço fundamental para que os conhecimentos sejam articulados e não subjugados ou considerados mais ou menos

⁶⁸ Essa questão será retomada de forma mais específica no próximo capítulo, mas cabe a referência a GOMES e BORBA, 2004, 9-10) para aprofundar essa temática: “ A adoção dos princípios da pesquisa participativa, da pesquisa-ação, a utilização de metodologias como diagnóstico participativo, leitura de paisagem etc. permitem o re-encontro de produtores e usuários com o conhecimento de forma abrangente e democrática. (...) Ou seja, os princípios da Agroecologia também constituem um instrumento para organizar políticas públicas, inclusive de ciência e tecnologia ou de pesquisa e desenvolvimento, de modo que o conhecimento possa ser apropriado de forma equânime. Sem a pretensão de receita, isso é possível desde que se aceitem alguns pressupostos. Em primeiro lugar, por intermédio de um processo de prospecção de demandas baseado no diálogo que dê voz e vez a muitos atores sociais que não tem tido facilidade de expressar as suas necessidades. Principalmente aqueles de recursos mais escassos, que vivem em locais mais afastados ou que têm dificuldades para desenvolver mecanismos de organização e participação, os públicos de reforma agrária, os quilombolas, as populações indígenas”, o que é uma discussão central no que diz respeito a Justiça Ambiental.

relevantes/importantes, o que leva à desvalorização da experiência dos produtores rurais, como se pode aferir.

Acreditar na mudança, quando ela envolve as condições concretas de existência e reprodução da agricultura não é uma tarefa fácil. Isso explica em grande medida que a adesão fique aquém do esperado, mas contribui para que se tenha um olhar mais integrado da questão. Dito de outro modo, explicações simplistas e que não partam do olhar e entendimento dos sujeitos do processo (os agricultores) não são permeadas de sentido e muito pouco contribuem para que se possa avançar:

A gente esta assim, pra dizer pra vocês, a gente está agora num sonho, porque não vale a pena nada que a gente tá fazendo. Estamos pelo Projeto com a esperança que ele um dia vai melhorar, que ele vai decolar. Não vai ser pra nós, mas ele vai decola e então nós vamos está ali naquele início, porque assim: o custo benefício não tem nenhum, não vale a pena de maneira nenhuma. Ele levanta cedo, fazer a força que faz, perde o dia todinho lá pra fazer uma miséria, às vezes, R\$ 15,00 ou R\$ 20,00 reais que sobra e isso porque ele não paga o hotel, porque ainda o meu genro vai lá na feira buscar ele, traz em casa, dá almoço e leva ele lá de novo porque se não, não tinha como... Então, o custo benefício pra nós não adianta nada, por enquanto não adianta nada, mas vamos indo, porque antes era pior ainda, nem isso tinha (N.S.J.N, 18/11/12).

São famílias com vidas inteiras voltadas ao trabalho com a terra, sobrevivendo às adversidades e que precisam ser respeitadas, valorizadas, ter garantida a Soberania Alimentar, o que pressupõem a superação do modelo convencional de produzir, obviamente, mas também as condições concretas de sua existência, sua saúde, seu espaço no que se refere à cidadania, participação e autonomia: *“agora que começamos temos que ir até o fim, fazer a transição mesmo, porque não podemos voltar a usar venenos ou deixar de acreditar, é o nosso sonho”* (H.R.G, 24/04/12).

Não há dúvidas de que a participação dos agricultores no Projeto, com a possibilidade de consolidação da produção agrícola de forma cada vez mais sustentável, é uma mudança importante no que se refere aos propósitos da Agroecologia. A discussão engendrada no espaço familiar, que se inicia com a realização da formação em cursos, palestras e eventos organizados pelo NUDESE, o acompanhamento técnico, a diversificação da produção e a criação de espaços de comercialização direta nas feiras no espaço urbano são elementos fundamentais para isso. Em seu conjunto, eles demonstram transformações na prática agrícola e,

para além disso, na forma como os agricultores se percebem, afinal, *“agora nós somos respeitados, temos um espaço para vender, pode ser pouco, mas pelo menos não colocamos comida fora como antes e, mais, sabemos que estamos vendendo um produto limpo, que é fruto do nosso trabalho, meu e da minha mulher, isso dá muito orgulho!”* (L.S.J.N., 5/7/2012).

5.5. “Agora a gente tem muito mais segurança para plantar, colher e vender...”: entre avanços e desafios para/na busca da Soberania Alimentar

“E o debate da Soberania Alimentar também é inovador porque mostra que os movimentos não apenas denunciam os efeitos nocivos do agronegócio, mas também propõem uma alternativa de produção agrícola que garanta viabilidade econômica da agricultura camponesa e a sustentabilidade ambiental dos países”

(CAMPOS e CAMPOS, 2007, p. 758).

Quando a intenção é abordar as mudanças oportunizadas pela ação desenvolvida pelo Projeto no que se refere aos avanços/limites na busca por Soberania Alimentar, se torna necessário em um primeiro momento retomar a discussão acerca dessa temática para deslindar alguns elementos importantes. A Soberania Alimentar trazer em seu bojo a temática da produção de alimentos e a exploração econômica empreendida para sua concretização. Entender a necessidade de superação do quadro de predomínio da agricultura convencional e do agronegócio, criando espaços para que esse debate aconteça junto aos agricultores familiares é um elemento importante nesse sentido, posto que a reconhecimento das contradições vivenciadas seja um passo fundamental na busca de qualquer mudança/construção possível, o que vai ao encontro dos objetivos da Educação Ambiental e da Agroecologia.

A consideração de que a Soberania Alimentar está para além da garantia de alimentação para todos, já que é uma ferramenta e bandeira de luta que permite criar estratégias e impulsionar ações que sejam radicalmente contrárias à exploração capitalista e a geração de *commodities* e balanças comerciais favoráveis em detrimento à Justiça Ambiental e a vida em todas as suas formas é fundamental. Isso a aproxima da discussão no campo da Educação Ambiental Transformadora. Afinal:

O debate da soberania alimentar possibilitou aos movimentos camponeses colocar como prioridade em suas atividades de formação e nas pautas de reivindicações temas como preservação da biodiversidade e agroecologia. E os movimentos ambientalistas através do debate de soberania alimentar estão percebendo que a preservação do ecossistema passa necessariamente pela luta contra a exploração mercantil das riquezas naturais, nesse sentido passaram a identificar nos movimentos sociais do campo aliados, uma vez que para o campesinato a terra é lugar onde quer viver e trabalhar, e para o capital é apenas mais um lugar para realizar investimentos e obter o máximo lucro (CAMPOS e CAMPOS, 2007, p. 759).

“A terra é a nossa mãe, dá tudo que precisamos, com sacrifício, com trabalho, acordando cedo, lutando mesmo, como dizem” (M.R.G., 14/04/12) afirma uma das participantes do Projeto, com uma boniteza que somente aqueles que durante toda a vida encontraram na agricultura sua forma de vida, mais do que uma maneira de sobreviver do ponto de vista econômico, podem apresentar. A discussão no campo da Soberania Alimentar prescinde do reconhecimento disso, bem como é perpassada por pelo menos oito desafios já pontuados no trabalho⁶⁹, mas que merecem ser resgatados para que se possa aferir os limites e possibilidades de uma ação voltada à transição agroecológica como esta, quais sejam:

- 1- *A forma como os agricultores participam da ação, o que implica em seu protagonismo ou não e no entendimento de que participar é mais do que ser ouvido;*
- 2- *A garantia de políticas públicas que possam fazer avançar a Soberania Alimentar e não apenas o aumento da produção de alimentos;*

⁶⁹ Os quais fazem parte da pauta de lutas do Movimento dos Pequenos Agricultores, no que se refere à Soberania Alimentar. Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/soberania>. Último acesso em 24/07/13. No que se refere ao MPA, cabe destacar ele defende a pequena agricultura como contraponto ao agronegócio e se constitui em um “movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. Seu principal objetivo é a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais”. Sua história e bandeiras de luta podem ser acessadas em <http://www.mpabrasil.org.br>. Último acesso em 24/07/13.

- 3- *A valorização do conhecimento e da cultura dos agricultores, no que merece destaque suas experiências e vivências e a forma como elas estão presentes em um momento de mudança como o hodierno;*
- 4- *O atendimento do que pode ser considerado necessidades locais, como o acesso aos recursos naturais, a terra e água, o que está intimamente relacionado com a questão da Justiça Ambiental e a ocupação desigual do espaço;*
- 5- *A garantia da diversidade ambiental;*
- 6- *A superação do agronegócio, o que precisa ser um horizonte utópico;*
- 7- *A criação de sistemas de beneficiamento, circulação e comercialização dos produtos;*
- 8- *A garantia da qualidade da alimentação de forma ampla.*

De certo esses elementos não esgotam a questão, sendo mister reconhecer que outros poderiam ser somados. Contudo, no contexto estudado eles de forma integrada – e não tomados de forma isolada – possibilitam uma cartografia que pode contribuir com a discussão no campo da Soberania Alimentar, nos moldes do aqui proposto.

De imediato cabe destacar que a participação tem um lugar de destaque quando se busca Soberania Alimentar. Sua consolidação para além dos limites de apenas ser ouvido, é uma dos desafios principais dela:

A participação é condição essencial, pois é instrumento de mobilização social que fortalece os laços comunitários e o sentido comum, com a finalidade de desencadear processos de ação social coletiva os quais as pessoas reconhecem o valor dos recursos e demais elementos constituintes de uma condição local (muitas vezes assinalada como marginal), com fins de estabelecer planos de longo prazo, numa perspectiva de desenvolvimento endógeno. Para a Agroecologia, a incorporação da participação como pressuposto epistemológico permite ganhos em conhecimento e criatividade, assim como permite estabelecer processos transformadores de longo prazo (GOMES e BORBA, 29).

Tais processos estão estritamente relacionados com a mudança na forma de produzir, mas também com *“a vida na agricultura, com o sonho de uma vida melhor para nós e nossos filhos, com tudo que tem melhorado nesse tempo e o que vai melhorar”* (C.S.J.N., 14/05/12) e com a leitura de mundo que é transformada. Isso é

efetivado através/junto com os processos de formação e capacitação, os quais se configuram em momentos de encontro e participação:

Os cursos que o NUDESE nos oferece são muito bons, porque além de tudo é um momento que a gente pode falar, pode dizer o que sabe, o que pensa. A gente se sente respeitado. Isso é muito bom. Tem muita coisa que precisa melhorar, mas a gente vê o compromisso e a gente também tem esse compromisso (B.S.J.N., 25/5/12).

A não continuidade do financiamento por parte do MDS se constitui em um sério entrave para que o Projeto pudesse continuar fazendo avançar a participação efetiva dos agricultores, inclusive na definição dos próximos passos e encaminhamentos que seriam dados e, assim, para a consolidação de um processo de busca da garantia da Soberania Alimentar:

Uma das coisas que limita é que o projeto da agricultura ele é um projeto e o que vocês observam lá, o que a gente observa, o que a gente sente é que o projeto ele tem início, meio e fim e precisava de um programa contínuo de assistência né que pudesse ir acompanhando, porque a agricultura ela é de ciclos que vão se repetindo, então ele não se formava ele não se constitui em 18 meses dentro de um ano, então esse é o problema é um dos limites é a continuidade (N.N.,07/12/11).

A descontinuidade do projeto compromete não só a dimensão da participação, mas também as demais, pois foi iniciado um processo de mudança/transformação das práticas agrícolas, o qual é fruto do diálogo com os agricultores, mas não há uma garantia de sua continuidade. Isso é decorrente de ser uma ação no campo da Extensão Universitária, não se configurando como uma política pública.

Não se pode perder de vista que uma das questões fundamentais para se garantir a Soberania Alimentar é a efetivação de políticas públicas que possam dar conta disso, as quais precisam estar para além do aumento da produção de alimentos, como já discutido anteriormente. Em que pese às ações que estão sendo realizadas, há muito que se avançar, nomeadamente no que se refere à agricultura familiar e sua importância para a garantia da Soberania Alimentar. A agricultura

ainda está subordinada aos setores agroindustriais e muitas ainda são as dificuldades da agricultura de base familiar, como os:

Crescentes índices de endividamento e inadimplência, na redução das rendas familiares e, finalmente, no limite, o abandono da atividade agrícola. Nesse contexto, os maiores beneficiários das cifras recordes de financiamento público orientadas à agricultura familiar têm sido os setores industriais e de serviços vinculados ao agronegócio (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 68).

É dentro desse cenário que devem ser problematizadas as políticas públicas com enfoque agroecológico, que vem ganhando cada vez mais espaço e relevância enquanto um tema que interessa ao conjunto da sociedade no início do século XXI, tendo em vista que o que *“mais se busca hoje é um alimento limpo, sem veneno e isso só dá de fazer se a gente para de usar remédio, se a gente aposta na transição”* (H.R.G., 27/04/2012) e se o horizonte utópico é a garantia da Soberania Alimentar, pode-se completar.

A análise das experiências⁷⁰ que já foram desenvolvidas visando relacionar as políticas públicas aos saberes/fazeres da Agroecologia permite concluir que nunca houve a garantia de sua permanência, ainda que defendam algo que é – inclusive – um preceito constitucional (alimentação saudável como direito humano), o que conduz a conclusão de que:

⁷⁰Sobre essas experiências cabe retomar o trabalho de CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 68-69) onde há um importante resgate de experiências precursoras nesse sentido: “Uma das primeiras experiências de vulto relacionadas a políticas públicas indutivas da perspectiva agroecológica tenha sido a proposta colocada em marcha pela EMATER –RS – Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, do estado do Rio Grande do Sul, no período de 1999 a 2002. Naquela época, a entidade estabeleceu alguns critérios para orientar a ação extensionista, destacando o foco na agricultura familiar, com prioridade para os mais pobres do campo, além de uma orientação técnica baseada nos princípios da agroecologia. Nesta perspectiva, ação socioambiental da EMATER-RS ganhou destaque por ser inovadora e comprometida com os ideais da sustentabilidade que vinham sendo demandados pela sociedade em geral, ainda que de forma difusa.(...) Já em 2003, durante o processo participativo de construção de Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (Brasil, 2004), levado a cabo pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, os debates realizados em todas as regiões do país identificaram a necessidade de uma Extensão Rural Agroecológica, cuja base técnica desse suporte a processo de transição baseados em princípios da Agroecologia. (...) Em ambos os casos, observa-se que não houve participação efetiva e ativa dos setores interessados, na reformulação daquelas políticas públicas, de modo que as novas políticas implementadas na sequência se caracterizariam como uma imposição ‘imperativa de valores’ que não refletem demandas que estavam colocadas como prioritárias em um dado momento histórico, por um conjunto de atores sociais do setor. Ao mesmo tempo, ambas reformulações afastam as políticas da possibilidade de apoio a eventuais avanços no desenvolvimento rural com base nos princípios da Agroecologia”.

Ainda temos valores dominantes tanto na sociedade civil como nos governos, que não incluem, de fato, uma proposta de mudança de paradigma nas orientações de políticas para a agricultura e o desenvolvimento rural, razão pela qual a Agroecologia continua sendo uma ciência marginal nos âmbitos de decisão e, portanto, na formulação de políticas públicas (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 69).

Isso é um claro limite à Soberania Alimentar, que é percebido pelos agricultores, quando afirmam que *“não tem apoio dos governos, a gente procura financiamento e não tem, não tem acesso, tem gente que faz PRONAF e depois perde até as terras”*(C.S.J.N., 6/10/11) ou quando reconhecem os limites da instabilidade das ações no campo da Extensão Universitária: *“agora mesmo, a gente tá sem apoio, não tem financiamento, eles vem aqui, mas não tinham nem recursos, os insumos, os produtos tudo isso falta e a gente fica na espera”* (M.R.G., 14/04/12).

Partindo dos princípios aqui entendidos como basais no campo da Educação Ambiental Transformadora, merece destaque a questão do entendimento da educação enquanto um ato político, o que pressupõe o reconhecimento/consideração/valorização dos saberes e fazeres dos agricultores, o que é um dos desafios da Soberania Alimentar. As experiências e vivências que essas famílias trazem de sua relação com a terra, que se estende pela vida toda, não pode ser anulada em um processo de transição agroecológica. Todavia, isso não é algo que possa se dar apenas no tocante ao discurso, precisa se traduzir em práticas, em protagonismo e emancipação. Fazer isso é tarefa por demais complexa, afinal, perpassa concepções já colocadas anteriormente relacionadas à relação que os agricultores estabelecem com seus saberes e os dos membros do NUDESE, por exemplo. Envolve o reconhecimento de que a Soberania Alimentar não é apenas um conceito ou um termo em moda, mas *“uma ferramenta metodológica para analisar e compreender vários fenômenos complexos e uma estratégia para abordar os problemas da agricultura mundial e da fome no início do século XXI”* (NICHOLSON, 2012, p.02). No presente estudo fica evidente que isso pode ser potencializado no diálogo/interconexão com os princípios da Educação Ambiental Transformadora e que se aproximam no que tange à discussão e prática na consolidação de um horizonte utópico onde haja a superação da Injustiça Ambiental e seus meandros.

Da mesma forma, quando se pensa as atividades relacionadas à agricultura não há como não pontuar o acesso aos recursos naturais e a forma como isso

ocorre. Essa é uma dimensão que não pode ser suplantada, ao contrário precisa ser problematizada, seja no que se refere aos aspectos relacionados à produção dos alimentos ou mesmo à distribuição deles:

Quando a gente usava venenos sentia que a terra estava perdendo a força, as embalagens de veneno mesmo, era difícil de colocar fora, muitas vezes ficava na água, contaminava tudo e agora a gente percebe que isso era um risco, que temos que cuidar das plantas e da natureza, que ela pode terminar um dia e nós precisamos fazer a nossa parte para que isso não aconteça, para que possa produzir muito ainda, sem veneno isso está acontecendo (J.R.G, 25/7/12).

Na simplicidade que só a experiência de vida pode possibilitar, a fala do agricultor aponta para os limites de um modelo de agricultura atrelado ao discurso da produtividade e os benefícios do agronegócio, os quais buscam:

Esconder a verdadeira essência estrutural que fundamenta a sua existência: a concentração de terra e renda e a exploração do ser humano e da natureza, exploração esta que chega ao limite do retorno ao tempo colonial com a ocorrência, muitas vezes, de trabalho análogo ao escravo. (...) Dessa forma, independente do termo que podemos denominá-la: agricultura capitalista, agricultura patronal, agricultura empresarial, ou agronegócio, o que está na sua raiz, na sua essência, é a lógica destrutiva do capital (CAMACHO, 2012, p.04).

O incentivo/incremento dessa lógica contribui largamente para o agravamento das situações de Injustiça Ambiental e compromete a manutenção da diversidade ambiental, bem como do papel protagonista que deve ter o agricultor em seu fazer cotidiano. Essas temáticas não podem ser pensadas de forma desconexa e quando tomadas em seu conjunto apontam para a necessidade/urgência de superação do agronegócio e suas mazelas.

O pequeno sempre perde para o grande é por isso que nós não estamos em uma situação difícil. A gente planta um hectare faz x, o grande planta 100 vezes mais, ganha muito mais, tem máquina, tem tudo, então o que acontece com nós? Divida, passar o ano economizando, acreditando. Agora com a feira isso melhorou, pelo menos sempre temos aquela fonte, é diferente, dá mais segurança, garantia, mesmo (N.S.J.N, 05/06/2012).

Ainda há muito que se avançar, principalmente no que se refere aos espaços de comercialização e as dificuldades que ainda são enfrentadas nessa seara. A necessidade de criação de sistemas de beneficiamento, circulação e

comercialização dos produtos, bem como a garantia da qualidade de alimentação para todos são dois desafios enfrentados na busca pela Soberania Alimentar que vinculam claramente essa questão. De certo, não é tarefa fácil, mas que *“acontece no dia-dia, com coisas pequenas, não dá de pensar, amanhã vai ser tudo diferente, temos é que caminhar, ir buscando, nós estamos buscando”* (H.R.G, 27/04/12).

E esse buscar, que se traduz em esperanças, em acreditar que é possível outra forma de organização da produção que rompa com a lógica de até então, é um passo fundamental na construção da Soberania Alimentar e na consolidação da transição agroecológica (em menor escala). Tal assertiva é potencializada pela Educação Ambiental Transformadora, quando afirma e traz para o centro do debate e da ação a defesa da Justiça Ambiental, defende que os agricultores precisam ser protagonistas no processo de transformação que ensejam e entende a educação como um ato político.

Dando continuidade ao estudo de tal questão, no próximo capítulo serão abordados, de forma mais intensa, os limites e possibilidades que os agricultores vislumbram na ação extensionista em questão. Isso foi realizado para evidenciar em que medida o Projeto avança na busca por Soberania Alimentar e quais aspectos precisam ser potencializados para que o processo de transição agroecológica possa se consolidar.

CAPÍTULO 6

LIMITES E POSSIBILIDADE DE UMA AÇÃO NO CAMPO DA AGRICULTURA URBANA DE BASE AGROECOLÓGICA DESENVOLVIDA POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: “NEM TUDO QUE A GENTE QUER A GENTE CONSEGUE, MAS VAMOS ESPERANDO...”



Foto de Autoria da Pesquisadora Fernanda Machado Johannsen – Feira de São José do Norte

“A prática da agroecologia só vai ser efetivada se eles tiverem um retorno para continuar para continuar investindo nas propriedades deles, daqui a pouco eles dizem, há vamos trabalhar a questão vamos preservar o meio ambiente, vamos cuidar do ambiente, vamos cuidar do nosso espaço, mas também ele tem que ter um retorno, tem que produzir e tem que ter para conseguir ir investindo, ele tem que ter um resultado da produção” (*Entrevista com Assessora do NUDESE*).

“A agricultura de base agroecológica, por que parte dos fundamentos da educação ambiental e a tem como extremas, não pode estar ligada a prática e de dominação e de opressão. Não pode pensar unicamente em alcançar uma melhor forma de competir no mercado ou a produção de produtos a um custo mais baixo, porque ela está comprometida é com a solidariedade, a vida e a esperança na possibilidade de construção de uma sociedade justa, igualitária e respeitadora das vozes e dos saberes de todos” (*SILVA, 2007, p; 143-44*).

CAPÍTULO 6

Limites e Possibilidades de uma ação no campo da Agricultura Urbana de base Agroecológica desenvolvida por meio da Extensão Universitária: “nem tudo que a gente quer a gente conseguiu, mas vamos esperando...”

O título do presente capítulo anuncia em alguma medida a complexidade da ação que está sendo analisada/estudada ao longo do trabalho: trata-se de um Projeto no campo da Extensão Universitária voltado para o fortalecimento da Agricultura Urbana e Periurbana, mas não qualquer uma, e sim, aquela que se identifica como de base agroecológica.

Nesses meandros, visando dar conta de *apontar os aspectos limitantes e as potencialidades dessa ação, partindo da avaliação que os agricultores realizam da mesma e do conjunto de ações realizadas pelo NUDESE*, é essencial resgatar as metas apontadas pelo Núcleo quando da submissão do Projeto ao MDS para que, a análise realizada partindo das falas dos agricultores possa ir ao encontro dos objetivos da ação pretendida pela Extensão Universitária:

Meta 1 – Seleção e Capacitação de Bolsistas

Meta 2 – Formação de Gestores da Política de AUP

Meta 3 – Qualificação Técnica em Agroecologia para agricultores

Meta 4 – Qualificação Técnica para Pescadores Artesanais⁷¹

Meta 5 – Realizar Cursos na área de AutoGestão

Meta 6 – Apoio a Comercialização dos Produtos

Meta 7 – Produção de Material Didático

Meta 8 – Criação de Pontos de Comercialização

⁷¹ A meta 4 (qualificação técnica para pescadores artesanais) não será tomada em consideração em função de que o recorte do estudo está relacionado à produção de hortifrutigranjeiros e não envolve laticínios e seus derivados, produção de mel e pescados.

Meta 9 – Acompanhamento Sistemático

Não há a pretensão aqui de elucidar/julgar se essas metas foram ou não alcançadas e o que concorreu para isso. A intenção é contribuir com a realização de uma leitura que possa apontar aspectos que precisam ser qualificados e que podem ser potencializados para a concretização da agricultura de base agroecológica, entendida como um passo fundamental no fortalecimento da Soberania Alimentar no Brasil na continuidade do trabalho desenvolvido em Rio Grande e São José do Norte pela Extensão Universitária.

Os agricultores que participaram do Projeto podem contribuir de forma eficaz na avaliação daquilo que trouxe melhorias/transformações positivas em sua vida e o que precisa ser qualificado/impulsionado, afinal, se está falando de seu cotidiano, de sua busca por uma melhor qualidade de vida e sustento: uma questão fundamental quando se trata da agricultura familiar, posto que:

Assim, na agricultura a gente vive com pouco, quando a gente plantava cebola, mesmo, vinha à safra e aquele dinheiro tinha que dar quase para virar o ano, plantar, comer, comprar as coisas para casa. Desde pequeno a gente vive assim, não é muito que a gente quer, só quer se sustentar, sem depender de ninguém (E.S.J.N., 22/6/12).

O que não é uma tarefa fácil em um cenário marcado pelo incentivo ao agronegócio e a agricultura em larga escala, em detrimento da agricultura de base familiar, que não tem papel de destaque nas políticas públicas de financiamento. Isso acontece em um contexto marcado por um espaço de discussão cada vez maior, tanto na esfera governamental, quanto da sociedade acerca da questão da fome e da produção de alimentos no mundo. Quando se analisa o Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido pelo NUDESE não se pode perder de vista tais questões.

6.1. As metas definidas pelo NUDESE e a ação desenvolvida: um olhar a partir das falas dos agricultores

Um projeto de Extensão Universitária com financiamento previsto para o período de um ano, com a possibilidade de renovação das verbas e que tem como

objetivo o fortalecimento da Agricultura Urbana e Periurbana apresenta um limite evidente com relação às possibilidades de sucesso e continuidade que engendra. Afinal, não é a efetivação de uma política pública ou de uma construção coletiva sólida protagonizada pelos agricultores. É antes de tudo, um projeto que para sua execução conta com bolsistas – estudantes universitários –, técnicos da Universidade, docentes e assessores contratados com um período de vigência e pagamento previamente definido e que tem na sua não continuidade um entrave importante e que deve ser tomado em consideração.

Segundo o Projeto apresentado pelo NUDESE ao MDS, no que se refere à seleção e capacitação dos bolsistas estudantes da FURG, o foco foram as áreas do cooperativismo, da autogestão, da agroecologia e do manejo pesqueiro. Não há uma ênfase na questão ambiental, tampouco em uma discussão mais abrangente acerca da necessidade/importância do desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica, ainda que a Educação Ambiental esteja pautada na proposta do Projeto (NUDESE, 2008).

Na avaliação dos agricultores, é grande o compromisso dos bolsistas e há um sentimento de gratidão com relação ao trabalho que o NUDESE desenvolve:

A N.N. mesmo, estamos sempre em contato, vai se criando uma relação de amizade, de confiança. Eles ligam, vão na feira, nos ajudam em tudo que precisamos. (H.R.G., 27/4/12)

Se não fosse o trabalho do NUDESE iria estar muito mais difícil a situação, esperar dos graudão lá de cima (se referindo aos políticos) não iria adiantar nada, nada... (E.S.J.N., 28/9/11).

Fica claro que há laços de dependência que fazem com que, ainda sem a previsão de recursos, bolsistas do NUDESE visitem as feiras livres e algumas propriedades desses agricultores e continuem prestando assistência. Mas, é necessário mais do que isso e há expectativas dos agricultores, principalmente, no que se refere ao recebimento de materiais, como é o caso das estufas:

Nós não tivemos ainda nada, porque quando a gente entrou o NUDESE já não tinha mais nada e tava assim totalmente, segundo a E. (...) Era o NUDESE que ajudava para estas estufas que a gente queria muito e precisa muito da estufa, porque senão no inverno a gente não colhe, a campo a gente não colhe quase nada, eles (os vizinhos que tem estufa recebida do NUDESE) tinham muita coisa para vender em junho e julho, eles tinham o que vender, mas nós

não tínhamos nada. Teve feira que o L. não foi porque não tinha nada, ia levar o que? A campo vai dar agora, só que para feira a gente precisa o ano todo, então a gente precisa muito da estufa, a estufa pra nós é muito importante, aquele dia que a N. me abanou com uma baita esperança que de repente pode vir a verba (C.S.J.N., 6/10/11).

Os bolsistas do NUDESE envolvidos no Projeto, em alguma medida, constroem laços de dependência e responsabilidade, criando expectativas que têm sua concretização possibilitada por fatores alheios à sua vontade e trabalho. Isso é um fator preocupante, pois no caso do Projeto estudado a não liberação das verbas é um problema para a continuidade do processo iniciado no tocante a agricultura de base agroecológica:

Entrevistador: Os recursos terminaram em março de 2010? Quase dois anos.

Entrevistada: Vai fazer dois anos e nesse período eles estão caminhando sozinhos, eles estão se virando eles estão buscando aqueles produtos para tratarem as plantas né os fitoterápicos eles vão atrás.

(...)

Entrevistada: Foi autorizado mas não veio, foi liberado. Claro que a partir desse grupo que já está trabalhando eles já tem todo essa concepção de trabalhar por conta de se virarem sozinhos, mas com certeza tem que auxiliar, muito coisas são deficientes, como a irrigação não é? Eles sofrem muito no verão, tem várias coisas assim (N.N., 7/12/11).

Um ano é um período muito curto para a realização de um processo como o pretendido, o que já foi colocado anteriormente. Isso é reconhecido pelos assessores técnicos do NUDESE e, certamente, é um tema que deve ser discutido pelo grupo em propostas vindouras. Ações como essa geram expectativas e mudanças em comunidades que tem uma fragilidade socioeconômica grande e não podem ficar a mercê de projetos que não tenham continuidade garantida. Além disso, se criam laços de dependência e expectativas com relação ao recebimento de materiais e insumos e, para além disso, a assessoria técnica fornecida pelo NUDESE é percebida como um processo de aprendizagem de *mão única*:

Os bolsistas, o pessoal do NUDESE, vão nos dando os caminhos, vão explicando, faz assim é por aqui, é por ali. Se aparece uma doença nova nas plantas precisamos deles, eles vem aqui, olham, estudam, se não sabem eles vão atrás. Assim vamos fazendo a coisa andar (M.R.G., 14/04/12).

Há exposta acima uma relação de dependência que não contribui para os propósitos anunciados pelo NUDESE de organização e gerenciamento coletivo de suas ações. Da mesma forma, não há um avanço para que os agricultores envolvidos sejam capazes de *“gerenciar coletivamente a complexidade da cadeia produtiva – responsabilizando-se pela produção, beneficiamento e comercialização”* (NUDESE, 2008, p. 20), por exemplo; o que é um limite importante na ação desenvolvida.

6.1.1. A Agricultura Urbana e Periurbana: “Bom, na verdade, sempre fomos agricultores, mas agora estamos nisso de periurbano, agroecologia...”

Como já expressado anteriormente, dentre as ações criadas pelo Governo Federal brasileiro, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para solução do problema da chamada falta de alimentos, tem ganhado destaque as que incentivam atuações no campo da Agricultura Urbana e Periurbana. O financiamento do Projeto que o NUDESE desenvolveu tem essa especificidade e em função disso não é possível avançar sem que brevemente se problematize qual é o lugar dessa prática no contexto estudado. Como evidenciado no capítulo anterior, essas famílias sempre tiveram na agricultura sua base produtiva, ainda que produzissem de forma convencional, com o uso de agrotóxicos e adubos químicos e sem uma maior preocupação com os reflexos disso em sua saúde e no ambiente em que vivem.

No que concerne à definição de Agricultura Urbana e Periurbana o SESAN/MDS (2007, p. 01) apresenta a seguinte definição:

A Agricultura Urbana e Peri Urbana é um conceito multidimensional que incluía produção, a transformação, a comercialização e a prestação serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos de agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno porte) voltados ao autoconsumo ou comercialização (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra e saberes). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos e periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

Como se pode perceber, a Agricultura Urbana guarda uma série de particularidades, no que se refere à sua definição, propósitos e possibilidades que engendra, o que merece ser levado em conta quando se pensa o papel que assume em um contexto em que as famílias já trabalhavam com a agricultura, como é o caso em questão.

Ao apresentar como uma de suas metas *“qualificar os gestores públicos na construção e execução de políticas públicas que visem ao incremento da agricultura urbana e peri-urbana”* (NUDESE, 2008, p. 22), o NUDESE proporciona uma proposta de ação que irá buscar diálogo com o Poder Público, nesse caso, o poder Municipal para consolidar ações no campo da AUP, contudo, isso não aconteceu em Rio Grande. Já em São José do Norte avançou um pouco mais, principalmente no que se refere ao espaço da feira livre e a participação da Secretaria Municipal da Agricultura, com a cedência de um caminhão, inclusive, que transporta as mercadorias do interior do Município para a Cidade.

Não há, com exceção das instituições, como é o caso CCMAR, Penitenciária e Escolas, o desenvolvimento de novos espaços de produção agrícola dentro das cidades ou em seu entorno, como defende a proposta da AUP com o apoio da gestão pública. O que se encontra são famílias de agricultores que começaram a fazer parte de um projeto de transição agroecológica desenvolvido pelo NUDESE com financiamento público federal inserido dentro da linha de ação do MDS que busca consolidar a Segurança Alimentar através da AUP:

Nós sempre fomos agricultores, não tem isso de agora ser urbano, é que as políticas vão mudando. O Pronaf mesmo está sempre mudando, numa hora tu estás numa categoria e podes tirar “xis” de dinheiro, depois já é mais, menos e assim vai indo. Ficamos sempre a mercê (M.R.G., 14/4/12).

Olha assim, para te dizer a verdade, não sei o que é a agricultura urbana, não para te responder, mas nos cursos as vezes falam, mas só por cima assim. Agricultura para mim é tudo a mesma coisa, plantar, colher, por aí vai (L.S.J.N., 5/7/2012).

A temática relacionada à Agricultura Urbana e Periurbana também não faz parte da pauta de formação do NUDESE junto aos agricultores, o que é um limite importante, posto que existam vários interesses que se cruzam quando se fala nesse assunto.

A experiência cubana – que foi abordada anteriormente – é exitosa e são evidentes os impactos positivos que ela traz para aquele país. Contudo, no que se refere ao Brasil, não há como deixar de problematizar as intenções que corroboram para essa ação, a qual prima por atender necessidades alimentares imediatas e que em alguns momentos não tomam em conta as particularidades da agricultura de base familiar, que é pensada dentro da Agricultura Urbana, inclusive nas políticas públicas. Um exemplo disso é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei nº 11.346 de 2006) que apresenta como objetivo do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana⁷²:

Intervir no abastecimento social, de forma a integrar as atividades de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroalimentares. Contribuir na construção de Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e no escoamento da produção de famílias agricultoras, processadoras e que comercializam seus produtos nas regiões metropolitanas (Edital MDS/SESAN, nº 05/2008, p. 4).

O embate entre a agricultura de base familiar e o agronegócio, enquanto dois modelos opostos de produção, não encontra espaço nesse terreno como se pode perceber. Ganha espaço uma proposta que se apresenta como comprometida com a solução da falta de alimentos no Brasil, mas na verdade contribui para o fortalecimento do agronegócio, no momento em que não reconhece a história da agricultura de base familiar, a luta dos movimentos camponeses e a causa primeira da fome, que é a organização do Capitalismo, em toda sua complexidade. Não se trata, portanto de *“uma política capaz de romper com interesses hegemônicos, que possibilitaria a distribuição de renda e, assim reduzir a fome a pobreza material nas cidades”* (COUTINHO, 2010, p.84), o que é um claro limite quando se fala em Soberania Alimentar.

A Agricultura Urbana e Periurbana, enquanto a criação de novos espaços para a produção de alimentos nas cidades e seu entorno não se efetivou, como se pode aferir. De qualquer forma, há que se destacar que apesar disso, o Projeto avançou na comercialização direta de produtos originários do espaço periurbano aos consumidores das cidades, o que é possibilitado pelas feiras livres que acontecem

⁷² Cabe lembrar que o Projeto do NUDESE está inserido dentro desse Programa.

no Cassino (RG), Campus da Universidade Federal de Rio Grande (RG) e Centro de São José do Norte.

A articulação com o Poder Público é fundamental quando se trata de consolidar, seja a transição agroecológica ou a criação de espaços para o desenvolvimento da AUP. O NUDESE, apesar de reconhecer e propor isso no Projeto não desenvolveu essa prática, atuando de forma dissociada das demais políticas que atingem o espaço rural e isso é um dado que contribui para que não consiga estabelecer uma ação em longo prazo com a suspensão do financiamento via Extensão Universitária, como aconteceu.

6.1.2. *“Agora nós estamos fazendo agroecologia...”: entendimentos e fazeres acerca da qualificação técnica em Agroecologia e AutoGestão para Agricultores*

“Atualmente, o produtivismo e consumismo dominam nosso cotidiano, levando a exploração social e a degradação da natureza, como na prática da agricultura convencional. Nesse sentido, a prática de agricultura familiar fundada na cooperação entre indivíduos e iniciativas locais solidárias, pautada na sustentabilidade, é uma alternativa ao modelo predominante”
(MENDES, SOLER e COSTA, 2010, p.11).

Ao passo em que ganha cada vez mais espaço, seja na definição das políticas públicas, nos movimentos sociais, ou organizações sociais, o termo Agroecologia, mais há confusões ou entendimentos apriorísticos acerca do que ela seja, o que faz com que se afaste de um entendimento mais amplo, que envolve sua totalidade e a ruptura que propõem com o paradigma vigente hodiernamente e a forma como a agricultura e a vida são produzidas nele.

O NUDESE, entre suas metas, apresenta uma relacionada à formação na área da Agroecologia e outra que prevê a realização de cursos na área da autogestão, o que implica *“capacitar os empreendimentos em autogestão, para o gerenciamento tanto dos próprios empreendimentos, quanto dos pontos de comercialização”* (NUDESE, 2008, p.23). Nas conversas e observações realizadas foi evidenciado que há limites no processo formativo empreendido com essa finalidade. Designadamente, no que se refere ao entendimento da Agroecologia, é evidenciado na fala de uma das assessoras do NUDESE que ela é uma prática agrícola:

A prática da agroecologia só vai ser efetivada se eles tiverem um retorno para continuar para continuar investindo nas propriedades deles, daqui a pouco eles dizem, há vamos trabalhar a questão vamos preservar o meio ambiente, vamos cuidar do ambiente, vamos cuidar do nosso espaço, mas também ele tem que ter um retorno, tem que produzir e tem que ter para conseguir ir investindo, ele tem que ter um resultado da produção (N.N., 7/12/11)

O que corrobora para a confirmação de que não há uma discussão mais aprofundada ou questionadora das causas dessas mudanças, das implicações da forma de produzir pautada pela agricultura convencional, da Injustiça Ambiental e da busca de Soberania Alimentar. Mais do que fazer, os agricultores precisam saber e ter clareza dos motivos disso, a mudança na forma de produzir precisa ser algo construído conjuntamente e não imposto ou assumido por interesses claramente econômicos, pois não terá garantida sua permanência em longo prazo.

Há uma preocupação evidente com a garantia da produção e do lucro, o que orienta a assistência técnica prestada:

Eles utilizam espaços muitos pequenos para produzir não é, gurias? Vocês viram que o bom da produção olerícola é que ele é num espaço muito pequeno tu produz, tipo seu J., ele produz e o que ele tem ali é um hectare, praticamente, e olhe lá se tem um hectare que ele vai consorciando, ele vai agrupando ali, agroecologia é isso ele vai conseguir usar um espaço de várias formas que não.

(...)

É que ele não como é que eu vou dizer, ele usa o espaço de uma forma que ele não prejudica outra planta, lá na E. vocês observaram ali plantação de abóbora, com milho com vários, são vários, pepino, abóbora. Então é o uso do espaço é a consorciação é o uso dos espaços muito pequenos (N.N., 07/12/11).

A garantia da sobrevivência, do sustento das famílias é importante e com um cenário marcado pela escassez de terras, é um dado que não pode ser descartado, ainda que não possa ser central e precise ser entrecruzado com outros debates, como por exemplo, o relacionado à distribuição desigual da terra no Brasil, as grandes monoculturas, inclusive em São José do Norte e Rio Grande. Sem dúvida, essa é uma condição que traz consequências para os agricultores de base familiar.

“Fazer a agroecologia”, como é recorrente em muitas entrevistas realizadas ao longo do estudo, carece ser mais do que plantar sem agrotóxicos, ou procurar alternativas para “qualificar a sua produção” (NUDESE, 2008, p. 22) como aponta o

NUDESE no Projeto. Da mesma forma, a transição agroecológica proposta não pode ser motivada pelo recebimento de insumos, sementes, adubos orgânicos, irrigação ou estufa. É evidente que isso é importante, mas não pode ser o foco essencial. Quando não se aprofunda a discussão, não se problematiza a forma de produzir e organizar a vida se reproduz formas que são contrárias ao que o Projeto afirma, indo de encontro ao que defende a Agroecologia, posto que ela aponte para a:

Necessidade de um processo amplo e profundo de mudanças no atual modelo de exploração sócio-econômica e tecnológica da agricultura – baseado no latifúndio monocultor de exportação, no uso sistemático de agroquímicos e no uso intensivo de capital e energia proveniente de fontes externas não-renováveis - a outros modelos que incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica, apropriáveis pela pequena produção familiar e menos dependentes do ponto de vista econômico, somando esforços para a conquista de níveis crescentes de sustentabilidade ecológica, social e econômica na sociedade contemporânea.(MOREIRA, 2003, p. 2)

O que é um desafio considerável, envolvendo a luta por Justiça Ambiental e Soberania Alimentar, em última análise, debates ausentes nas falas dos agricultores. No que concerne à Agroecologia:

Acho, sei lá, faz mais de 10 anos, antes de entrar nesse projeto do NUDESE eu já fiz mais ou menos 6 cursinhos na área da agroecologia não de ecologia na verdade, sempre que tinha oportunidade eu sempre fazia e, aí, eu fui vendo como era perigoso, como era muito mais perigoso do que a gente pensava, aí o que a gente fazia? A gente não usava veneno ou usava veneno? Mas a gente não tinha nenhum método para substituir, claro não dava certo porque no momento que tava tudo poluído não consegue mais (E.S.J.N., 28/09/11)

Ao se reportar à Agroecologia, os agricultores destacam elementos relacionados ao manejo dos solos, o cuidado com as plantas, sua relação com a natureza e a saúde, sempre com referências aos prejuízos causados pela Agricultura Convencional, o que é uma lição bem aprendida durante o processo formativo que participaram no tocante ao tema:

O adubo vai afinando, afinando a terra e ele vai...não tem nada que segure a terra...Aqui a gente usa esterco de cavalo, outras vezes vem com aquela ferragem, outras vez vem com esse, como é que é?...palha de arroz, porque vai segurando a terra, então é pessoal:

plantar com agrotóxico só estraga a terra, fora muita dificuldade! Nos já não temos mais problemas, a não ser que venha uma enxurrada. Teve época, esse verão mesmo... esse inverno foi chuvoso e vocês viram, estava tudo direitinho, teve época da cebola cair todinha na vala, era só adubo, não é? Então não tem nada pra segurar a areia (M.R.G., 18/10/11).

Contudo, não há uma organização coletiva que possibilite a qualificação das atividades desenvolvidas, tanto nas propriedades rurais, quanto nas feiras livres sem o auxílio da assessoria técnica. Com o encerramento do financiamento, face às demandas criadas pelo Projeto são visíveis uma série de expectativas com relação ao NUDESE que não estão sendo sanadas:

A irrigação ia ser muito importante para nós, porque muitas vezes as coisas não criam por falta de água, não tem como irrigar, mas o P. já disse que no próximo projeto isso vai vir, só que está demorando muito. Agora mesmo, vocês podem ver aí a beterraba está sentindo a seca e não tem como regar tudo (J.S.J.N., 22/6/12)

Estamos pela irrigação, não é? Parece que vai vir mais estufa e irrigação também. Tem produtos que estão acabando e não sei se vai vir. A N. ficou de ver isso para nós, se ainda tinha alguma coisa. Ela ia trazer (E.S.J.N., 22/6/12)

E ao mesmo tempo, como não houve um trabalho mais intenso no sentido de garantir a autogestão ou espaços de discussão e construção coletiva para além do Núcleo há um agravamento da situação. Há a espera pela ação da Universidade, sem o questionamento acerca do que é a Extensão Universitária e seus limites e particularidades com relação ao Poder Público, por exemplo, para o fortalecimento da agricultura de base agroecológica.

Ainda que seja tema do próximo capítulo, não é repetitivo afirmar que os princípios e premissas que orientam a Educação Ambiental Transformadora precisam fazer parte desta qualificação para que, inclusive, ela possa contribuir no sentido da emancipação dos agricultores. Essa é uma mudança fundamental para que não se estabeleçam relações de tutela com o NUDESE, mas sim de colaboração/inter-relação, onde:

Caberia a extensão que busca a emancipação das associações não somente formular projetos para aquisição de máquinas, mercados institucionais, cursos, etc., mas formular com os trabalhadores uma pauta de reivindicações, tomando por base as contradições que

convivem no Estado, visando a tomada deste espaço pelos interesses dos trabalhadores. Do contrário, os projetos continuam paliativos, os recursos limitados, as políticas mudando de governo a governo, e os pobres permanecendo à mercê da vontade e dos interesses daqueles que tomam a direção do aparato público (GONÇALVES, 2013,p.148-149).

Então, no tocante à ação desenvolvida pelo NUDESE, é fundamental repensar o entendimento acerca do que é a Agroecologia, pautando discussões com os agricultores no sentido de ampliar a leitura que estão realizando acerca do trabalho do Núcleo e suas possibilidades. A qualificação técnica em agroecologia pode ser acrescida de outros saberes para além dos práticos, os quais não podem ser tutelados ou estarem intrinsecamente ligados aos recursos materiais e financeiros disponibilizados. Eles envolvem o entendimento de que a mudança é possível, de que os processos formativos são atos políticos e não específicos dos espaços formais para tal e a busca por Justiça Ambiental, o que implica a Soberania Alimentar, enquanto horizonte utópico.

6.1.3. O apoio a Comercialização dos Produtos e a criação de novos espaços para tal: “a gente queria mesmo era vender porque também não adianta, não é? Plantar para botar fora é triste...”

A garantia de espaços de comercialização para os produtos oriundos do Projeto desenvolvido pelo NUDESE se apresentou como uma preocupação importante desde a escrita do mesmo. Afinal, tomando por base a articulação entre a tríade produção, consumo e distribuição, é necessária a relação entre ambas para que a agricultura possa garantir a sua continuidade.

Ao definir as metas do Projeto, o NUDESE aponta para três momentos que se complementam no que se refere à comercialização, os quais envolvem a criação de espaços para a comercialização e o apoio sistemático aos mesmos de forma organizada:

Meta 6 – Apoio a Comercialização dos Produtos: a meta tem por objetivo apoiar a organização dos grupos para colocar seus produtos no mercado de maneira organizada.

(...)

Meta 8 – Criação de Pontos de Comercialização – A meta prevê a criação de três pontos de comercialização, um no município de São José do Norte, e outros dois no município de Rio Grande, um no balneário do Cassino e outro no Campus Universitário da FURG

Meta 9 – Acompanhamento Sistemático – Esta meta tem como objetivo prestar o acompanhamento por parte dos bolsistas e consultores aos empreendimentos e aos pontos de comercialização durante a execução do projeto (NUDESE, 2008,p. 23).

Há diferenças no que se refere à organização das feiras em Rio Grande e São José do Norte, o que está relacionado com as especificidades geográficas de cada um dos municípios. Um exemplo disso é a dificuldade dos agricultores de São José do Norte chegarem até a cidade, dependendo de um caminhão que tem suas despesas custeadas pelos feirantes e cedido pela Prefeitura Municipal, como será abordado mais demoradamente na sequência.

No que se refere a Rio Grande, além da Feira Livre que acontece todos os sábados no Cassino, os agricultores participam da Feira implantada pelo Projeto no Campus Carreiros que ocorre todas as quartas-feiras. Em texto que apresenta os resultados da ação, o NUDESE coloca que é apoiador dessa iniciativa *“acompanhando a feira, emprestando as bancas, dando assistência técnica, aproximando os produtores da Universidade, de modo que se vivencia o consumo responsável e saudável aproximando a teoria e prática dentro da Universidade”* (KORTING, NASCIMENTO, NOBRE, et al., 2012, p.04).

A feira localizada dentro da FURG é uma das ações que logrou mais êxito no que se refere ao Projeto, o que fica evidente na avaliação realizada pelos agricultores desse espaço, que diferente de São José do Norte possui uma estrutura, desde bancas até banheiros, que é possibilitada pelo espaço acadêmico:

Aqui se precisamos de banheiro, água, tudo tem. Se a gente vai fazer uma Feira, como a da Rio Grande (Rua Visconde do Rio Grande, onde há uma feira que acontece nos domingos pela manhã) depende de algum conhecido, alguma venda para poder ir no banheiro. A mulher mesmo passa mais trabalho, já aconteceu quando a gente fazia de ter que ir na rodoviária que é longe (...) Aqui é uma tranquilidade, tem os bares, até xerox esses dias eu precisei e tinha (H.R.G., 27/4/12)

Fora a banca que já está pronta, porque minha filha, montar uma banca não é fácil, tu sabes, já passasse por isso, é dia de chuva, de frio, calor, não é para qualquer um não. Aqui tem tudo arrumadinho, um sonho (M.R.G., 27/4/12).

Se por um lado, as condições para o trabalho são consideradas boas, por outro o movimento de pessoas na feira poderia ser aumentado, na avaliação dos

feirantes, com uma divulgação maior entre a comunidade acadêmica: *“tem muita gente que passa, olha e não compra, com tanta gente que passa aqui, se tivesse o hábito de na quarta fazer as compras para a semana a situação iria ser outra”* (M.R.G., 27/4/12).

Dentre as questões que figuram nas entrevistas, merece destaque a opinião de que a diversidade dos produtos é um fator que atrai os consumidores, posto que na feira tenha desde pães e patês orgânicos, até leite de cabra e seus derivados, o que em alguns momentos pode dificultar a comercialização das verduras:

Tem varias coisas, assim, que na minha opinião fazem com que as verduras não saiam muito aqui. A pessoa as vezes tem pouco dinheiro, não vem com muito, entre comprar umas verduras e um queijo, prefere o queijo e é difícil carregar, quem vem de ônibus ou vai para a aula. Tem muita gente que fala isso. (...) A verdade é que cada vez se come menos alface, couve, rúcula, essas coisas, todo mundo quer as coisas práticas. Um sopão mesmo, quem que tem a disposição de fazer? Cortar tudo? Já querem tudo pronto. (M.R.G., 27/4/12).

Uma campanha de divulgação da feira livre, bem como estudos para aferir qual o melhor dia e horário para sua realização poderiam contribuir para que esse espaço tivesse uma maior circulação de pessoas, aumentando as vendas dos produtos oriundos da agricultura de base agroecológica ali comercializados.

No que concerne à feira realizada em São José do Norte, a situação é um pouco diversa, pois se trata de algo que foi criado recentemente e ainda está buscando seu espaço junto aos consumidores nortenses, com sérios entraves, principalmente no que se refere à infraestrutura.

A feira, sem dúvida, é um espaço importante para que os agricultores possam vender seus produtos, contudo, precisa de mudanças no que se refere à estrutura física e de uma maior divulgação junto à comunidade para que possa ser um espaço cada vez mais importante de comercialização direta entre os produtores e os consumidores.

Os relatos dos agricultores deixam visíveis as dificuldades encontradas. A questão do acesso ao banheiro da feira, que aparece nos relatos referentes às feiras livres em Rio Grande, seria de fácil solução – haja vista a possibilidade de colocação de banheiros químicos – mas, não acontece e gera manifestações dos feirantes como a seguinte:

Isso é o mais difícil aqui na feira, quase, porque até se tem conhecidos, mas é complicado ficar toda hora pedindo. Dia de frio mesmo, fica tocando nas verduras molhadas, aí que dá vontade toda hora de ir no banheiro. Parece bobagem, mas para nós fazia muita falta um banheiro desses aqui. A gente já falou com o M., mas eles não tem como conseguir também (L.S.J.N., 14/05/12)

A divulgação da feira, que é algo previsto na Meta 7 do Projeto, a qual trata da produção de material didático e divulgação no meio acadêmico e fora dele, não avançou muito na divulgação das ações como a feira livre. Os agricultores acreditam que se houvesse uma estratégia para tal seria possível à presença de um número maior de pessoas, o que não vem acontecendo:

Isso mesmo, se a gente tivesse, porque, às vezes, eu falo com um amigo ou outro que eu conheço muita gente lá e falo na feira, pois é gurria, mas tu sabe que eu me esqueço da bendita da feira! Aí falo com outro, e digo: -Pomba, mas tem produto coisa tão boa, umas alface lindíssima, produto limpo gente, que alface de estufa! Tu coloca na boca e ela desmancha. Pois é, tu vê gurria, eu não me lembro de ir à feira. Então, claro se tivesse divulgação, um papelzinho, uma coisinha (...) Podia passa aqueles carros alto-falantes também. Até já fizeram isso aí, só que acho que esquecem e acho que foi em abril que fez um ano da feira e teve festa e fizeram divulgação com carro de som, mas todo mundo já esqueceu (C.S.J.N., 6/10/11)

Os feirantes apontam que no início de mês – primeira quinzena – há um movimento mais intenso, o que explicam, seja decorrente do pagamento dos consumidores assalariados acontecer nesse período.

Ao mesmo tempo, há um predomínio maior de frequentadores idosos, o que é apontado em todas as entrevistas como uma forte característica das feiras e que preocupa, afinal, a tendência é que com o passar do tempo aconteça uma diminuição no número de fregueses: “tem dias que a gente vê assim e só tem aposentado, é só pessoas de mais idade. Os mais novos só querem supermercado” (J.S.J.N., 22/6/12). Sobre essas questões, cabe resgatar a seguinte fala:

Então, só aquelas pessoas que já são mais esclarecidas e pessoas que já sabem, que é as de mais idade é que sabe que aquilo é bom, que é produto bom, que sabem que pra elas é muito bom. Estas pessoas não esquecem, as velhas do L. como nós chamamos, as velhinhas do L. é religiosamente elas tão ali na volta dele, pode contar, mas assim, depois outras pessoas assim, às vezes, uma que dá caso de tá passando e passa ali na horta e na hora e compra,

mas depois não lembra mais, mas como vai produzir uma coisa pra tu vender uma vez lá que outra, fim de mês também é zebra, o pessoal terminou o cacau (dinheiro), então as primeiras feiras, do primeiro do mês até dia 15, as duas primeiras feiras no caso são melhor, a última feira é só nas velhinhas dele mesmo que são do aposento como diz o pessoal daqui é que tem o cacauzinho, os outros já nem vão porque aí é aquela gente que já não tem mais dinheiro. Mas o Norte é muito grande, é um absurdo aquela miséria que a gente leva pra vender numa cidade mais de 25 mil de habitantes como é né, se as pessoas fossem confiantes iam querer comprar (C.S.J.N., 6/10/11).

Existe a necessidade de investimento na divulgação da feira livre, o que fica evidente pela leitura realizada pelos agricultores sobre sua atuação, de qualquer forma, apenas isso não basta, como se pode avaliar partindo da fala dos agricultores no que se tange às metas que foram apresentadas pelo NUDESE. Desde a forma como a agricultura de base agroecológica vai se constituindo e ganhando terreno até a comercialização dos produtos, é fundamental que a avaliação realizada pelos agricultores seja tomada em consideração, posto que eles sejam o motivo/causa primeira de todos os investimentos realizados e precisam ter um papel protagonista na definição das políticas públicas que os atingem diretamente.

No que se refere aos aspectos limitantes da ação desenvolvida pelo NUDESE, então, partindo da avaliação realizada pelos agricultores, há que se pontuar a não continuidade do financiamento realizado pelo MDS como um aspecto que impede a qualidade do trabalho em longo prazo e a consolidação do processo de transição agroecológica.

Atrelado a isso está o fato de que criam expectativas e intenções nos/com os agricultores, o que quando não é concretizado gera frustrações e desesperanças. O caso das estufas é um exemplo claro disso. Algumas famílias, mesmo no ano de 2012, ainda aguardavam com perspectivas positivas a vinda desse material, o qual iria contribuir muito para que pudessem produzir mais e melhor.

O fato de não haver uma discussão junto/com os agricultores acerca do que é a Agricultura Urbana e Periurbana merece destaque no que se refere o entendimento de que é um Projeto financiado pelo Programa de Agricultura Urbana no MDS, o que deveria ter sido problematizado. Os agricultores envolvidos se percebem como familiares e evidenciam a não compreensão acerca das políticas públicas de combate à fome que o governo federal vem implementando. Para além das demais questões, isso seria fundamental para que os produtores rurais

pudessem melhor avaliar a ação que participam, não apenas do ponto de vista dos recursos materiais e técnicos recebidos, mas no que diz respeito ao projeto que defendem para o país e a agricultura.

Há, nas feiras livres, um conjunto de aspectos que os agricultores entendem como precários e que poderiam ser melhorados para garantir condições mais dignas de trabalho. A disponibilidade de banheiros – que seria de fácil solução com a utilização de banheiros químicos – é uma delas, bem como a maior divulgação da feira junto a comunidade para que ela, ao longo do tempo, se consolidasse em um espaço com frequentadores assíduos e entendedores de sua importância.

De toda sorte, há avanços importantes presentes nas falas dos agricultores. Sem dúvida, a possibilidade de participar de espaços de formação coletivo é um deles (mesmo que possam ser apontados limites). Se cria um sentimento de união e pertencimento ao grupo que não era comum anteriormente. O fato de compartilharem o espaço das feiras livres e de conjuntamente buscarem a construção de uma agricultura de base agroecológica aproxima os agricultores e é um dado importante no que diz respeito aos avanços que o Projeto apresenta.

As mudanças que são apontadas na forma de produzir, as quais abrem brechas para o fortalecimento de outra forma de plantar, que está para além das marcas deixadas pela Revolução Verde não pode ser deixada de lado quando são buscadas as possibilidades engendradas pelo trabalho do NUDESE. Entender que, por mais que existam desafios, é viável plantar sem o uso de agrotóxicos é fundamental para que a mudança possa acontecer. Por mais que em muitos momentos seja visível a dicotomia demarcada pelos agricultores entre o seu conhecimento e o conhecimento trazido pelo NUDESE, não há como negar que há aqui um avanço e a tentativa de consolidação de espaços de produção, distribuição e consumo diferenciados.

A diversificação da produção é uma mudança positiva muito importante, nesse sentido, tendo em vista que ela permite uma maior seguridade do ponto de vista econômico, pois o agricultor não fica na dependência de sucesso na colheita de apenas um produto, como era comum na monocultura. Além disso, é relatada na fala dos agricultores, uma mudança em seus hábitos alimentares com o consumo daquilo que é produzido em suas propriedades rurais com maior intensidade.

Já foram abordados aspectos que precisam e devem ser qualificados nas feiras livres, contudo, não há como negar que ela é um avanço importante. A criação

de espaços coletivos de comercialização dos produtos resultantes do Projeto é fundamental e não pode ser deixada de lado quando se fala nas mudanças alcançadas com a ação. A venda direta ao consumidor, o reconhecimento pela comunidade da qualidade dos produtos e a possibilidade de aprendizado que é o intercâmbio com os consumidores, sem dúvida, são alterações que merecem destaque e que podem fazer o projeto crescer ainda mais, o que só será possível com sua articulação à esfera do poder público.

Entre limites e potencialidades que o Projeto apresenta, é possível afirmar que ele contribui para o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica, o que se dá através da diversificação da produção e da criação de espaços de formação e diálogo coletivo, como é o caso dos cursos e Feiras Livres. Ainda que seja necessário avançar no que tange à discussão que é realizada e seus objetivos é uma transformação relevante e que contribui para ratificar a tese aqui defendida.

Ao propor outra forma de plantar e, em alguma medida de produzir sua própria existência, a ação contribui na tarefa de superação do agronegócio, enquanto uma forma de organização da produção voltada para a garantia de lucro, dentro de uma visão mercadológica e arraigada aos intentos do Capitalismo.

Contudo, há que se destacar por tudo que foi dito até aqui, que é necessário um diálogo maior com o campo da Educação Ambiental Transformadora para que os agricultores possam, mais do que produzir com base na agroecologia, questionar a forma como se organizam, propor caminhos, o que implica ampliar sua leitura de mundo e, atrelado a isso, através da formação – que é um ato político – perceber/demarcar a importância da mudança e a busca por Justiça Ambiental, o que é basilar na construção de outro mundo possível, onde *“a gente conseguir plantar sem usar veneno já é uma vitória, uma conquista”* (H.R.G., 05/04/12) esteja atrelado a consolidação de relações de respeito, justiça, solidariedade dos homens entre si e com a natureza, da qual fazem parte. Essa é a temática abordada no capítulo próximo e final da tese.

CAPÍTULO 7

“SÃO PEQUENAS MUDANÇAS, MAS SÓ TU PODER IR EM UM CURSO, SER OUVIDA, ISSO JÁ É MUITO...”: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL TRANSFORMADORA – ENTRE CONTRADIÇÕES E ESPAÇOS PARA A MUDANÇA (UM OLHAR A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO NUDESE E PARA ALÉM DELA)



Foto de Autoria da Pesquisadora - Plantação de Morangos

“Por fim, resgatamos dois pensamentos clássicos da área da Educação pertinentes para os que atuam na Educação Ambiental, por sistematizarem o que foi discutido nesse capítulo. ‘A educação é um ato político’ (Paulo Freire), posto que constrói por meio das relações sociais e pedagógicas a base instrumental, a consciência política e a capacidade crítica para se agir na história, na busca permanente e dinâmica da sociedade que desejamos; e ‘a educação é um ato de amor’ (Rubem Alves), pois resulta do compromisso social e do respeito a si mesmo, ao outro e à vida, movida que é pela paixão de viver e pelo sentimento de pertencimento ao planeta”
(LOUREIRO, 2005, p. 95)

CAPÍTULO 7

***“São pequenas mudanças, mas só tu poder ir em um curso, ser ouvida, isso já é muito...”*: A Educação Ambiental Transformadora – entre contradições e espaços para a mudança (um olhar a partir da experiência do NUDESE e para além dela)**

“Na dialética constituinte da consciência, em que se perfaz na medida em que faz o mundo, a interrogação nunca é pergunta exclusivamente especulativa: no processo de totalização da consciência é sempre provocação que a incita a totalizar-se. O mundo é espetáculo, mas, sobretudo convocação. E, como a consciência se constitui necessariamente como consciência do mundo, ela é, pois, simultânea e implicadamente, elaboração e apresentação do mundo”
(FIORI, 1994, p. 07-08).

Na primeira parte do trabalho foram apresentados os pressupostos e princípios entendidos como fundamentais nesse estudo para que a Educação Ambiental possa cumprir com seu papel e se configurar em uma prática que seja, de fato, transformadora em um espaço/tempo que é marcado pelo embate entre interesses dicotômicos. Isso implica a convite/provocação à problematização/discussão/busca de construção de um devir histórico que seja pautado por princípios e práticas justas, solidárias e que defendam a equidade.

Assim, nesse momento, onde estão em pauta os resultados, o que será efetivado é a síntese da discussão realizada sobre a ação que o NUDESE desenvolveu no campo da formação dos agricultores. Esse é entendido enquanto um espaço de práticas no campo da Educação Ambiental, o que permite que se problematizem os aspectos entendidos como limites ou contradições e as possibilidades e avanços engendrados, tomando por base a busca por Justiça Ambiental, a possibilidade de mudança (intervenção sobre/na realidade) e o entendimento da educação como ato político. Dito de outro modo, o propósito é

analisar as possibilidades e os desafios das ações da Educação Ambiental em sua vertente transformadora para a modificação das condições materiais e subjetivas defendidas, tomando por base a forma como isso vem sendo percebido/praticado pelos agricultores envolvidos na ação desenvolvida pelo NUDESE. A concretização disso parte do entendimento de que a Educação Ambiental é:

Uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. Nesse sentido, contribui para a tentativa de implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza. Dessa forma, para a real transformação do quadro de crise estrutural e conjuntural em que vivemos, a Educação Ambiental, por definição, é elemento estratégico na formação de ampla consciência crítica das relações sociais e de produção que situam a inserção humana na natureza (LOUREIRO, 2005, p. 69)

Dessa forma, o Projeto desenvolvido pelo NUDESE, enquanto uma prática que traz em seu bojo a questão ambiental contribui para que possam ser pensados caminhos e ações possíveis quando se busca a construção disso. É com a análise dos limites e das possibilidades das práticas engendradas que é possível progredir na realização de ações que possam, de fato, contribuir com a transformação pretendida.

É evidente o papel relevante que a Educação Ambiental assume em um processo de transição agroecológica como o defendido pelo NUDESE, bem como sua centralidade no que se refere à busca por Soberania Alimentar, o que perpassa a Justiça Ambiental, enquanto horizonte utópico, que não podem ser deixados de lado. Isso é vital quando se acredita que a mudança é possível, o que precisa ir além do discurso, posto que parta das condições e possibilidades concretas vividas e da capacidade de ter esperança, para além de um olhar ingênuo, afinal, nas palavras de FREIRE (1992, p. 7):

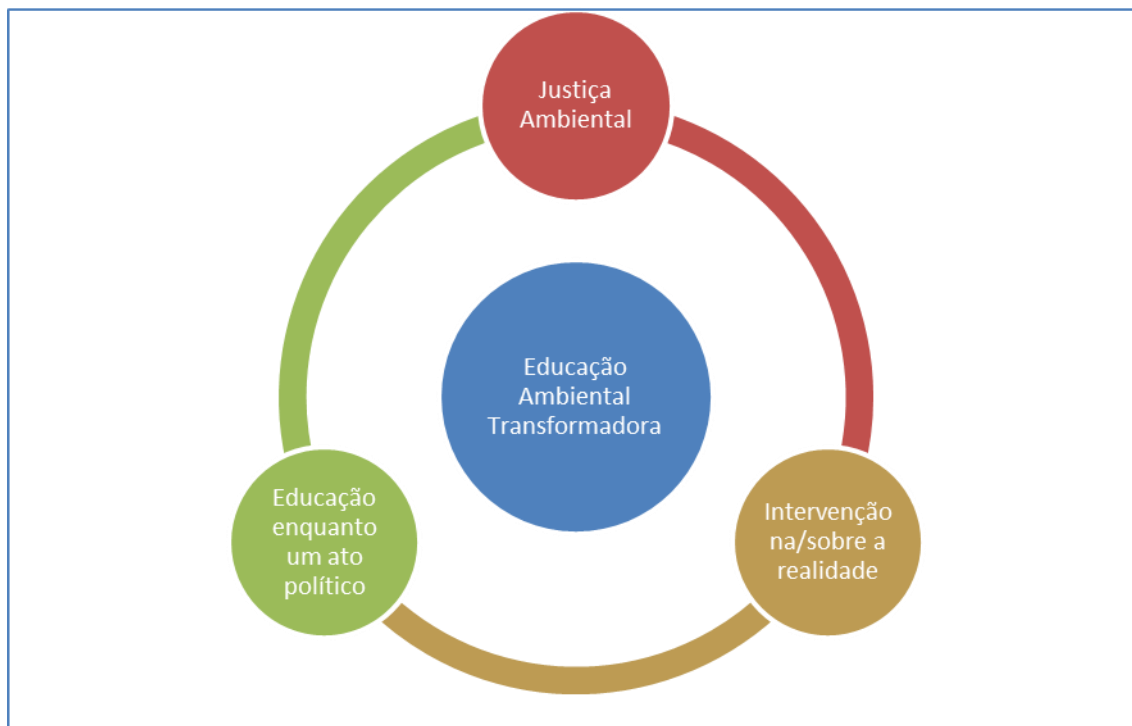
Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança, na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como na qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus

suportes fundamentais. O essencial (...) é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática.

Quando se problematiza o papel da Educação Ambiental Transformadora, é partindo desse entendimento. E mais, para além da experiência do NUDESE e seus resultados, a intenção central é contribuir para a qualificação das práticas que são desenvolvidas no tocante a essa vertente da Educação Ambiental, no que se refere aos limites e possibilidades que podem ser cartografados a partir do trabalho de pesquisa e da escuta aos agricultores envolvidos. De certo isso é feito sem a pretensão de esgotar o debate e abrindo possibilidades para que as experiências vindouras possam ser qualificadas à luz do apontado como desafios ou contradições que devem ser superados.

No que concerne à organização do capítulo, para que fique mais claro ao leitor, em um primeiro momento será abordado o trabalho desenvolvido pelo NUDESE no que se refere ao processo formativo. Para tanto, será tomado em consideração o proposto no Projeto apresentado ao MDS, as entrevistas e conversas realizadas com os agricultores e membros do Núcleo e as publicações de autoria dos extensionistas acerca do trabalho desenvolvido e seus resultados. Na sequência será aprofundada a discussão acerca da prática de Educação Ambiental desenvolvida, no que diz respeito aos aspectos que são limitantes da ação e os potencializadores, o que será feito tomando por base os seguintes elementos de forma articulada:

Elementos para uma cartografia da Educação Ambiental Transformadora



Organograma 09 – Construído pela pesquisadora

Ao final, enquanto síntese, serão pontuadas questões que possam contribuir para que a Educação Ambiental Transformadora se configure em uma estratégia na busca de espaços de esperança e de Soberania Alimentar, através de outra forma de produção agrícola que rompa radicalmente com a lógica do agronegócio e da geração de lucro, em detrimento da vida, em sua totalidade/complexidade, através da consolidação de um processo de mudança das práticas agrícolas que esteja para além dos limites impostos pelo Capitalismo, enquanto possibilidade concreta e construída coletivamente.

7.1. A Educação Ambiental Transformadora e a ação desenvolvida pelo NUDESE: primeiras aproximações

O NUDESE, que tem sua criação institucional no ano de 2002 no âmbito da então Fundação Universidade Federal do Rio Grande apresenta sua origem muito

ligada à defesa dos pobres e marginalizados de Rio Grande (RS)⁷³, em um movimento que se articula a campanhas contra a fome e miséria na década de 1990 e o desenvolvimento de práticas de trabalho comunitário anteriores à formalização do Núcleo, inclusive, o que explica sua opção pelo trabalho com pescadores, agricultores, mulheres e indivíduos em condição de vulnerabilidade social.

Em termos objetivos, o NUDESE está atualmente localizado no antigo Campus Carreiros da FURG, no bairro Centro da cidade de Rio Grande e tem um quadro de funcionários e bolsistas⁷⁴, os quais em sua grande maioria são pagos com recursos advindos de projetos no campo da Extensão. Nos anos de 2008 até 2012 merecem destaque os seguintes Projetos, criadores das condições para a permanência de bolsistas e consultores junto ao Núcleo:

- Incubação da Rede de Comercialização Solidária de Pescado da Região Sul do RS (segunda edição);
 - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INTECOOP (terceira edição);
 - Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana na aglomeração urbana do Sul - Região de Rio Grande e São José do Norte (houve apenas uma edição);
- Entre estes, outros projetos foram elaborados junto à iniciativa privada para subsidiar grupos específicos, como a Associação Vitória (Reciclagem). Os projetos para este grupo foram enviados as empresas Vomp e Petrobrás (GONÇALVES, 2013, p. 83).

Como já sabido, a análise nesse estudo recai sobre o “Projeto de Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana na aglomeração urbana do Sul – Região de Rio Grande e São José do Norte”, de forma mais específica, nesse momento, no que tange à Educação Ambiental e o processo formativo constituído pelo/no Projeto.

⁷³ Na Dissertação de Mestrado (PPGEA/FURG) de GONÇALVES (2013) intitulada “Extensão Universitária e Associativismo Popular: um estudo a partir da Educação Ambiental Crítica” há um importante resgate histórico da trajetória do Núcleo e da Extensão na Universidade Federal do Rio Grande.

⁷⁴ O quadro de funcionários/bolsistas do NUDESE “dispõe de uma coordenação feita por uma servidora técnica-administrativa, com disponibilidade de quarenta horas, um motorista com dedicação exclusiva ao núcleo e dois automóveis que auxiliam no deslocamento. A média de bolsistas é entre oito e dez, os quais atuam no atendimento aos grupos (bolsas de 20h/semana). Os consultores (profissionais, graduados) são cinco e acompanham as tarefas desenvolvidas pelos bolsistas (atuam, em média, 40h/semana). Além destes, alguns professores (aproximadamente dois) compõem o quadro de pessoal do núcleo, mas estes não têm carga horária definida no local. Com exceção da coordenadora e o motorista (pertencente a uma empresa terceirizada), todas as pessoas que trabalham no NUDESE-FURG são pagos com recursos previstos em projetos”. (GONÇALVES, 2013, p. 82)

Após a aprovação do Projeto⁷⁵, que aconteceu no ano de 2008 foi organizada uma equipe interdisciplinar para dar conta da concretização dos objetivos/metastas que haviam sido elencados e as atividades foram iniciadas. As primeiras ações se configuraram pela realização de cursos de formação e capacitação nas diferentes áreas, o que inclui a Educação Ambiental. Em linhas gerais:

O Projeto iniciou-se com a Formação e Sensibilização com os agricultores, os acadêmicos e os professores, onde todos aprendem e trocam saberes para enriquecer e harmonizar o grupo entendendo as diferentes realidades. Foram realizados cursos de educação ambiental, cooperativismo, associativismo como formas de ampliar a compreensão crítica dos sujeitos envolvidos e também cursos de cunho mais prático tais como técnicas de cultivo de produtos de base ecológica, marketing e vendas (KORTING, NASCIMENTO, et al., 2012, p.03).

As ações de formação não aconteceram somente para a adesão dos agricultores à proposta. Elas são contínuas enquanto o Projeto se desenvolve e se constituem em espaços de formação no tocante à mudança na forma de produzir. Elas acontecem em duas frentes diferentes:

- ✓ Os espaços de formação coletiva, que são os cursos, palestras, encontros, oportunizados pelo NUDESE ou não;
- ✓ Assessoria que acontece através de visitas às propriedades rurais e às feiras livres.

Essas atividades, em seu conjunto, dão conta do processo formativo desenvolvido pelo Núcleo, e funcionavam da seguinte forma – segundo relato de uma das assessoras que atuava diretamente nesse processo:

Era um agendamento assim, a gente tinha atividade no início que eram mais intensas, a gente tinha atividades, a gente marcava assim: olha a gente tem uma palestra um mês, uma saída de campo, a gente procurava intercalar.

(...)

Sim, todo mês tinha uma atividade, além do acompanhamento técnico além das visitas técnicas, tinha essas formações. Tinha

⁷⁵ No capítulo 4 do estudo o Projeto foi mais detalhado.

reuniões ali em SJN na casa dos conselhos, aqui em RG era feita ali no CCMar, tinha cursos e palestras (N.N., 07/12/11).

Na avaliação dos agricultores, esses cursos eram momentos muito importantes, principalmente no que se refere à “*integração com os outros, poder conversar, é muito bom, a gente se atualiza*” (M.R.G.14/04/12), ou seja:

Os cursos que a gente participou foram um momento muito bom para aprender coisas novas, tem muita gente que não gosta, que acha que é blá, blá, blá, mas temos que pensar sobre as coisas que estão acontecendo. Essa questão do ambiente, de cuidar, o cooperativismo, são coisas que a gente precisa e lá no início tudo isso era discutido nas formações (B.S.J.N, 125/05/12).

Esse momento de reflexão identificado pelo agricultor é percebido por uma das assessoras do NUDESE como um espaço importante para que os agricultores possam reafirmar sua escolha, compartilhar suas experiências, aprendendo de forma coletiva:

O Seu L., ele não teve essa formação inicial, dos cursos, das palestras, mas ele assistiu algumas ele não assistiu, ele não acompanhou desde o início só que a partir da convivência, a partir das reuniões, dos grupos, que todos eles pertencem a um grupo. São José do Norte tem vários grupos e eles têm um encontrão por ano onde todos eles se encontram, no ano passado, se eu não me engano, tinha 57 grupos no encontrão e aí cada um vai e conta a sua experiência...

(...)

O seu L. acabou se engajando, ele já fazia de certa forma ele já fazia, ele já vinha fazendo a agroecologia na casa dele, né ele já plantava sem veneno há bastante tempo ele só foi né aperfeiçoando (N.N.,07/12/11).

Contudo, ainda é uma visão muito voltada para a questão da aprendizagem. Há uma clara concepção de que o NUDESE irá ensinar, irá criar condições para que as famílias possam fazer a transição agroecológica. Não há evidências de um processo de discussão acerca do porque isso é necessário, de quais as implicações de uma forma de organização da produção que rompa com a lógica advinda do agronegócio. A questão se encerra na superação do uso de agrotóxicos e na melhoria das condições de vida das famílias, através de sua inserção nas feiras livres.

Retomando a definição de Educação Ambiental Transformadora, enquanto uma práxis social, cabe destacar que é fundamental ir além, posto que ela precise ser um ato em que:

A dialética forma e conteúdo se realiza plenamente, de tal maneira que as alterações da atividade humana implicam em mudanças radicais, individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e culturais, em que o sentido de revolucionar se concretiza como sendo a transformação integral do ser e das condições materiais e objetivas de existência (LOUREIRO, 2003, p. 39).

Não obstante, não pode ser perpassada por um olhar ingênuo ou que entende que o processo de formação/discussão por si só seja capaz de resolver os problemas: *“é um começo, mas a mudança mesmo só vem com o tempo e muitas vezes não é bem como a gente imaginou, essa coisa de plantar e colher sem veneno, de cuidar da natureza”* (H.R.G., 05/04/12). Há limites no papel que tem a ação transformadora no campo da Educação, afinal:

Não é suficiente em si realizar uma práxis educativa cidadã, participativa e revolucionária, se isso não se relacionar diretamente com outras esferas da vida. É idealismo ingênuo e simplista creditar à educação a “salvação do planeta”. Por ser um processo de aprendizagem com o outro e pelo outro, mediado pelo mundo, e, portanto, algo intrínseco à realização da natureza humana, é fundamental e primordial, contudo, sua centralidade só ganha concretude à medida que a entendemos no seu movimento de definição e objetivação da história (LOUREIRO, 2003, p. 40).

Enquanto processo contribuinte na articulação teoria e prática, o que no caso específico do Projeto desenvolvido pelo NUDESE se materializa na transformação da forma de organização da produção – ou seja, na transição agroecológica entendida para além de um olhar simplista ou que envolva meramente a não utilização de agrotóxicos e insumos químicos:

É bem grande essa questão, o que o NUDESE fez por meio da mediação, fazer esta sensibilização porque não tem como alguém do NUDESE chegar e disser assim: - Olha tu não pode mais botar veneno, tu não pode mais plantar desse jeito. (...) Não tem como, isso acaba afastando. É pela sensibilização, é mostrando, é pelos exemplos, é pelas conversas e aí tu vai... O que acontece: ela é um pouco mais demorada, tu joga a tua semente, tu diz olha desse jeito da para fazer e vai melhorar a qualidade da propriedade, a qualidade de vida do produtor, mas tu não consegues dizer para ele

que é desse jeito porque aquilo ali é o meio de vida deles (N.N, 7/12/11).

É evidente que a transformação da forma de produzir, prescinde de uma mudança na forma como a agricultura é percebida, como é entendida a relação com a terra e os recursos naturais, bem como com os demais produtores, os consumidores e a organização econômica hodierna. Contudo, é preciso ir além disso, discutindo a forma de organização política e econômica que gesta a desigual relação entre os homens e desses com a natureza, ou seja, a condição de injustiça social vivenciada cotidianamente.

A Educação Ambiental Transformadora pode desempenhar um papel muito relevante nisso, mas para tal precisa ser problematizada e qualificada. Esse ainda é um desafio no caso do Projeto do NUDESE, posto que exista uma concepção voltada à verticalização do conhecimento e que carece ampliar seu diálogo com os saberes/fazer dos agricultores, bem como repensar a vitalidade/pertinência dos espaços de participação.

Em linhas gerais, a partir da análise do trabalho que foi desenvolvido no tocante à temática ambiental é possível concluir que há claros limites, quando a ação é confrontada com os princípios da Educação Ambiental em sua vertente transformadora. Os resultados da pesquisa apontam para uma prática em grande medida tutelada, onde ainda há muito que se transformar no que diz respeito à leitura de mundo realizada com relação ao quadro de Injustiça Ambiental vivenciado. Nesse sentido, é necessário consolidar o entendimento da educação como ato político e a possibilidade de mudança, o que está intimamente relacionado à participação, pois o fato de ser ouvido ou ter espaços de formação não garante por si o poder de decisão e a busca por Justiça Ambiental.

7.2. A Educação Ambiental enquanto ato político: “nós éramos mais um, na mesma busca...”

“São fatos que depõem a favor de um certo modelo de Educação Ambiental, que ao invés de investir na compreensão da estrutura e funcionamento dos sistemas ecológicos, invista prioritariamente na estrutura e funcionamento dos sistemas sociais; que ao invés de apontar soluções no âmbito individual e de ordem moral e técnica, aponte soluções no âmbito coletivo e de ordem política; que ao invés de se confundir com uma educação conservacionista, se assemelhe mais à educação popular (...) e, sobretudo, que coloque em segundo

plano conceitos e conteúdos biologizantes do processo ensino-aprendizagem, para incorporar em primeiro plano, conceitos e conteúdos oriundos da Sociologia, como Estado, Mercado, Sociedade, Governo, Poder, Política, Alienação, Ideologia, Democracia, Cidadania, etc.” (LAYARGUES, 2007, . 18)

A Educação Ambiental, que não é um todo homogêneo, assume em sua vertente transformadora um compromisso político com o desvelamento da injustiça socioambiental e com a superação das condições que levam a tal quadro. Em função disso, adquire centralidade a consideração acerca de seu papel político e dos saberes/fazerem que a perpassam, bem como das categorias fundamentais para que ela possa se consolidar enquanto uma práxis realmente transformadora:

A urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa à superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade. (...)Cumprir à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e o fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente). A educação ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política (SORRENTINO, TRAJBER e FERRARO JUNIOR, 2005, p. 287).

O que corrobora para a afirmação de que ela carece ser um *ato político*, necessita se constituir em um espaço/tempo de problematização da condição atual de existência, bem como de projetar de um futuro possível, para que – através dessa tríade possa contribuir para a superação das condições de injustiça socioambiental hodiernas.

Transpondo isso para a discussão acerca do Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido pelo NUDESE, se pode afirmar que: mais do que oferecer cursos para capacitação na área da agricultura de base agroecológica, o Núcleo, se assumir de fato o compromisso com a transformação, deverá pautar esse debate junto aos agricultores para que isso possa ocorrer para além das práticas agrícolas engendradas. Se esse debate não for pautado junto aos agricultores, serão possíveis apenas mudanças pontuais ou que tenham início em trajetórias individuais e não construídas coletivamente através/por dentro do Projeto e seu percurso de formação.

Há avanços na ação desenvolvida pelo NUDESE, como é o caso da criação de espaços de encontro em cursos e palestras entre todos os envolvidos no Projeto, em cada Município:

Poder nos encontrar, aprender com o pessoal do NUDESE e com os vizinhos é muito bom para nós. Muitas vezes a gente se sentia sozinho e nesses encontros era o contrário, nós éramos mais um, na mesma busca, plantar sem agrotóxico, fazer a agroecologia, não estávamos ali só pela estufa, era para aprender mesmo (L.S.J.N., 05/07/12).

Mesmo que o foco fossem as práticas agrícolas envolvidas e que não houvesse um alargamento para a introdução de questões que pudessem ir ao encontro do entendimento da educação como um ato político, não há como negar que o fato destes agricultores – após uma vida dedicada à agricultura convencional – aceitarem o desafio de percorrer outro caminho, abrir mão de seus saberes de até então e apostar em uma ação de extensão que propõem uma mudança na forma de organização da produção (que passa pela transição agroecológica, diversificação da produção e venda direta ao consumidor) é um dado relevante. Sem dúvida isso evidencia uma mudança importante em seu arranjo familiar e na forma como lidam com a terra e com a agricultura em sentido amplo.

Da mesma forma, as feiras livres criadas/incentivadas pelo NUDESE podem ser entendidas como um espaço importante para a constituição de outro patamar de relação entre consumidores e produtores, afinal, se trata da comercialização direta de produtos sem agrotóxicos, produzidos a partir do trabalho da família. No entanto, ainda há muito que se avançar no que se refere à discussão acerca do papel social da agricultura, sua inserção no Capitalismo e a questão ambiental, o que poderia contribuir para que fosse alargada a leitura de mundo que os agricultores realizam, potencializando uma escolha consciente pela agricultura de base agroecológica, a qual não estaria embasada apenas em *“plantar sem veneno porque precisamos cuidar da natureza e da nossa saúde”* (L.S.J.N., 05/07/12), mas levaria em considerações questões políticas e econômicas.

O entendimento da Educação Ambiental enquanto ato político, o qual busca a superação do Capitalismo e a construção de outra forma de relação entre homens e natureza é algo que precisa estar presente em processos formativos como o estudado, afinal:

A luta pela educação que liberta é um ato político; o engajamento em prol dos oprimidos é uma atitude política. Não ficar indiferente perante à exclusão e à miséria é fazer política por intermédio da educação. A negação do imobilismo, a busca pela autonomia dos sujeitos, a possibilidade da mudança social como bandeiras de um mundo mais digno representam a concepção “política”. Fazer política com reflexão é um processo educativo que impulsiona a liberdade e educa para a vida (NASCIMENTO, 2012, p. 54)

E se constitui em uma dimensão que poderia ser abordada nos processos formativos desenvolvidos pelo NUDESE. Há um olhar perpassado por um sentimento de gratidão ao trabalho realizado pelo Projeto que vai de encontro ao deslindamento das condições de vulnerabilidade socioambiental e impede uma leitura mais apurada dos agricultores sobre as contradições e injustiças vivenciadas, as quais cerceiam sua capacidade de ser mais e as possibilidades de mudança:

Nós somos muito gratos por tudo o que o NUDESE fez pela gente, se não fosse a possibilidade de ter essas estufas, de poder plantar, de ser, assim, como posso dizer... reconhecido na feira, sem agrotóxicos a coisa ia ser muito mais difícil. Aos poucos a gente vai vendo que tá melhorando, a gente consegue viver muito melhor, porque ninguém consegue mais sobreviver só plantando cebola, com o conhecimento deles a gente foi melhorando isso, hoje já plantamos muito mais, diversificou mesmo a produção (H.R.G., 27/4/12).

É inegável que aconteceram mudanças e que elas são extremamente positivas, como as colocadas acima, mas, elas precisam ser ampliadas, principalmente no que se refere à discussão acerca da necessidade/validade/pertinência de construção de um outro mundo possível, o que passa pela superação da lógica do agronegócio. Isso só será possível se outras dimensões forem incorporada ao debate/prática realizada com/junto aos agricultores. Para além disso, implica problematizar quais conteúdos fazem parte dos saberes/fazeres necessários para as transformações pretendidas e o reconhecimento de quem são e que trajetórias reúnem aqueles que fazem parte do Projeto e que precisam ser seus protagonistas.

Nesse sentido, e corroborando com o já anunciado anteriormente, é fundamental, que nos processos formativos no campo da Agroecologia haja o resgate do sentido/fazer político da Educação, afinal, não se pode perder de vista que:

A educação, no âmbito da pedagógica crítica, tem como preocupação central a prática social e transformadora e a construção de relações sociais plenas de humanidade(...). Trata-se de, portanto, de educar para a transformação, não dos sujeitos individuais, mas das relações sociais de dominação que determinam relações sociais e ambientais predatórias. A educação crítica, nesse sentido, tem caráter essencialmente político, democrático, emancipatório e transformador (TOZONI-REIS, 2007, p. 197).

Para que possa se configurar dessa forma, é urgente a articulação entre aquilo que se defende (dito) e aquilo que é realizado (feito). Apenas a defesa da Educação Ambiental e da transformação não dará conta dos desafios que se apresentam. Isso significa que:

Não basta dizer que a educação é um ato político, assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a plicidade da educação.(...) Não posso reconhecer os limites da prática educativo-política em que me envolvo se não sei, se não estou claro em face de, a favor de quem pratico. O a favor de quem pratico me situa num certo ângulo, que é de classe, em que divisa o contra quem pratico e, necessariamente, o porquê pratico, isto é, o próprio sonho, o tipo de sociedade de cuja invenção gostaria de participar (FREIRE, 2001, p. 25).

Como já colocado, a Educação Ambiental Transformadora defende isso, buscando a constituição de outra sociedade, a superação da Injustiça Ambiental e a mudança, o que está para além de um processo formativo que busca mudanças de comportamento, como é a transição agroecológica se não trouxer em seu bojo o compromisso com essas questões.

Fica evidente na fala dos agricultores o quanto a questão estritamente relacionada às práticas agrícolas foi objeto do processo de formação em que estiveram presentes:

Bom, assim, nos cursos a gente aprendia muitas coisas sobre como plantar sem agrotóxicos, a importância disso, assim, para a terra. Depois foi nos dado insumos, produtos... agora não lembro o nome, mas eu tenho ali no galpão. É para aplicar nas plantar, para fazer o controle, conseguir produzir. Eles vinham aqui também, davam toda assistência, conversavam, ensinavam e na feira também, para ver o que é bom de plantar, o que pode dar certo, como colher bem, essas coisas (C.S.J.N., 6/10/11)

A Educação Ambiental assume de fato o compromisso com a transformação, pois precisa ir além da interpretação, da informação ou de buscar conhecer a realidade⁷⁶. Nas palavras de LOUREIRO (2003, p. 44) ela deve buscar:

Compreender e teorizar na atividade humana, ampliar a consciência e revolucionar a totalidade que constituímos e pela qual somos constituídos. Por isso, não basta mais construir teorias abstratas sob bases idealizadas, que despejam uma enormidade de informações desconexas e atomizadas e que não favorecem a intervenção qualificada dos agentes sociais, mas apenas a proliferação de queixas individuais sobre o estado de miséria, sem efeitos públicos. Não basta também atuar sem capacidade crítica e teórica. O que importa é transformar pela atividade consciente, pela relação teoria-prática, modificando a materialidade e revolucionando a subjetividade das pessoas.

Para fazer isso é preciso mais do que mudanças na prática, é fundamental a alteração na concepção de mundo e do papel de cada um para a construção de um novo patamar de relação dos humanos entre si e com a natureza dialeticamente. A problematização/discussão dessa questão junto aos agricultores é fundamental para que possa ser deslindada a situação de injustiça social vivenciada por essas famílias, em termos microssociais e da sociedade como um todo, em um contexto macrossocial. No que tange esse aspecto, o Projeto do NUDESE – em edições vindouras – precisa avançar para que haja uma aproximação entre a sua fala e a ação que desenvolve.

No tocante ao entendimento da Educação Ambiental enquanto um ato político, esse é o maior desafio: aproximar o discurso das práticas engendradas. Para que as mudanças estejam para além de alterações nas formas de produzir, posto que envolvam o entendimento do papel de cada – e de todos coletivamente –

⁷⁶ LOUREIRO (2005, p. 51-52) amplia ainda mais essa questão afirmando que “Programas educativos pautados por paradigmas comportamentalistas e tecnocráticos da prática pedagógica, por dissociarem o ambiental do social e retirarem a historicidade da atividade humana, podem conduzir a um idealizado e acrítico consenso sobre as causas e soluções dos problemas ambientais. O risco político desta perspectiva é a reprodução da desigualdade social e da Injustiça Ambiental por intermédio de projetos e ações concebidos pelas elites intelectuais e governantes, apresentados como a expressão do que é melhor para o conjunto da sociedade. Estes se justificam em pretensos consensos definidos a priori, visto que para essa perspectiva, a realidade é objetiva, compreensível exclusivamente à luz do conhecimento científico e o risco igual para todos”. Em uma perspectiva transformadora da Educação Ambiental, balizada pela concepção e defesa da Justiça Ambiental tal questão se encontra na contramão. Os sujeitos envolvidos precisam ser ouvidos, assumir um papel protagonista e não apenas receber os projetos, como meros telespectadores ou receptáculos, o que é ainda mais grave.

para as transformações das relações socioambientais (as quais nomeadamente são marcadas pelas injustiças vivenciadas), a emancipação, a participação nos processos decisórios e a busca de outro mundo possível isso é fundamental.

É evidente que o dito até aqui está muito relacionado à segunda categoria de análise que será abordada no próximo capítulo, qual seja, *a intervenção na realidade para sua transformação/mudança*. A separação serve apenas para promover o entendimento, ainda que o resultado precise ser contemplado a partir de sua totalidade.

7.3. “A mudança é uma coisa que vem com o tempo, com a nossa busca, não é?” A Educação Ambiental Transformadora e a intervenção na/sobre a realidade

“O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”
(FREIRE, 1988, p.67).

Da mesma forma que a transformação da forma de produzir na agricultura familiar não é um processo fácil, a mudança na forma como a realidade é percebida, as condições de injustiça, as consequências e reflexos do agronegócio e a ausência de políticas que possam garantir Soberania Alimentar também não o são. Mas, uma precisa estar atrelada a outra para que se tenham transformações que estejam para além da forma.

Um Projeto de Extensão que traz em seu bojo um processo formativo pode avançar nesse sentido, pois tem condições para criar espaços de encontro e diálogo, onde a teoria e prática estão entrelaçadas e caminham no sentido de fortalecer não apenas as práticas agrícolas de cunho agroecológico, mas a leitura crítica da realidade. Isso é essencial, para que não sejam naturalizados processos que são oriundos da forma de organização socioeconômica contemporânea, bem como os sujeitos envolvidos possam assumir um papel cada vez mais protagonista na definição dos rumos de sua produção agrícola e de sua vida, na totalidade. Nesse sentido, os espaços de formação possuem um papel importante a desempenhar, afinal, a:

educação não é o único, mas certamente é um dos meios de atuação pelos quais nos realizamos como seres em sociedade – ao propiciarmos vivências de percepção sensível e tomarmos ciência das condições materiais de existência; ao exercitarmos nossa capacidade de definirmos conjuntamente os melhores caminhos para a sustentabilidade da vida; e ao favorecermos a produção de novos conhecimentos que nos permitam refletir criticamente sobre o que fazemos no cotidiano (LOUREIRO, 2004, p.16).

Essa questão, que já foi abordada no início do trabalho, é basilar para que se possa avançar na discussão acerca de quais saberes/fazeres devem perpassar um processo de formação no campo na Educação Ambiental Transformadora quando se tem por objetivo o diálogo e constituição de uma agricultura de base agroecológica de forma crítica e participativa.

A partir das falas dos agricultores, não é evidenciado o acontecimento disso durante os encontros de formação desenvolvidos pelo NUDESE, pois as discussões permanecem centradas em dois eixos principais, que estão articulados: o cuidado com a terra e o meio em que vivem e os risco do uso de agrotóxicos (dito de outra forma, a insustentabilidade da forma de produção convencional).

Nas temáticas referentes ao Cooperativismo, que são uma constante nos processos formativos desenvolvidos pelo NUDESE⁷⁷, a questão da mudança

⁷⁷ Ao definir sua história e atuação, é possível encontrar na página virtual do NUDESE as seguintes assertivas, as quais corroboram para essa questão: “Nesse contexto, surgiu em 2003 o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE), sendo um núcleo permanente tendo como objetivo oferecer apoio a projetos que tenham enfoque na promoção do desenvolvimento através de geração de trabalho e renda. Suas atividades são desenvolvidas a partir de projetos específicos que visam atender cada uma das seguintes áreas: cooperativas, micro e pequenas empresas, qualificação dos trabalhadores, ações de combate à fome e novas alternativas de produção e consumo. O NUDESE faz parte da PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA, desenvolve juntamente com sua equipe interdisciplinar o atendimento e acompanhamento aos projetos voltados para comunidade em geral. Atualmente o NUDESE possui projetos voltados para o atendimento de grupos na área de pesca artesanal, agricultura e empreendimentos de Economia Popular Solidária, propiciando um trabalho de diagnóstico, sensibilização, formação e acompanhamento sistemático a grupos informais, associações e cooperativas. As atividades são realizadas através de incubação, oficinas, palestras, cursos e demais circunstâncias oportunizando um trabalho coletivo. Nesse sentido, são assessoradas cooperativas, associações e grupos informais nos municípios de Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Pelotas, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande, Jaguarão e Piratini. Dentre esses grupos vem-se atuando junto à comunidade pesqueira e entidades parceiras no sentido de promover iniciativas conjuntas na busca de alternativas para o desenvolvimento econômico-social da população, seja através de orientação no manejo, na implantação de estruturas de cultivo, no beneficiamento do pescado ou no desenvolvimento de produtos e tecnologias organizativas”

Informações disponíveis em
http://www.nudese.furg.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=2&Itemid=1.
 Ultimo acesso em 25/07/13.

aparece de uma forma mais intensa, mas muito voltada para a introdução/permanência no mercado e a melhoria da condição de vida dentro da organização econômica hodierna:

Nós participamos de muitos cursos, o que eu posso falar sobre essa questão das cooperativas? Bom... nós participamos de reuniões sobre isso, tem muitas que funcionam, mas os agricultores são muito por si e a família, tem muita competição, isso é normal, não é?(...) As cooperativas são boas porque a gente pode comprar insumos mais barato, pode vender todo mundo junto, quem sabe até para merenda escolar, mas é o que eu te digo, falta a união, aí é que a coisa pega (L.S.J.N, 5/7/12).

Ter a garantia de um espaço de comercialização e, assim aumentar o lucro são motivações para que os agricultores continuem participando das feiras e do Projeto, ainda que sem a continuidade do financiamento. É evidente que há um avanço – já pontuado no trabalho no que se refere a essa questão – mas há ausência de uma problematização maior sobre as causas e consequências da forma de vida protagonizada anteriormente e atualmente:

Para nós está sendo muito bom, nós vamos nos cursos, aprendemos, assim, nas palestras, ganhamos insumos, agora não porque acabou a verba. Mas, vai vir mais, tem alguns aí que ainda estão esperando as estufas. Nos cursos eles ensinavam a plantar, a importância, mesmo de plantar assim, de uma forma ecológica e depois eles vinham na casa da gente, para ensinar aqui, ver o que estava faltando, como melhorar, aumentara produção, o que plantar, o que vende mais, o que não vende (J.R.G, 21/3/12).

Não há uma discussão mais aprofundada dos motivos dessa alteração na forma de plantar, tampouco no que se refere aos princípios da Agroecologia, o que poderia ser um caminho para que fossem deslindadas as condições que fazem com que essas famílias estejam submetidas a condições de vida que estão muito aquém do esperado/desejado/buscado, posto que, “a vida na agricultura não é fácil, agora até melhorou, mas é muito sofrimento, faça chuva, sol, calor, frio, tem que estar na lida” (C.S.J.N., 6/10/11). E não há garantia no que se referem à assessoria recebida, os insumos e os materiais, como é o caso das estufas, aguardadas por muitos agricultores, ou seja, a renovação das verbas para a continuidade do Projeto e do processo formativo.

Tomando por base a possibilidade de recursos para a continuidade da ação, seria importante a introdução da discussão acerca da Educação Ambiental, em sua vertente Transformadora junto aos agricultores envolvidos. Sem dúvida, sem uma proposta que constitua processos de emancipação, sempre haverá a tutela do NUDESE e a perspectiva de que a Universidade é a detentora do conhecimento, quem ensina e mostra o caminho estará presente:

Eles vinham aqui e ensinavam, então a gente ia fazendo. Daqui mais um pouco eles vinham de novo, anotavam, viam como estava a situação e aconselhavam, iam ajudando a gente. Hoje eles vem menos por conta de que não tem mais dinheiro, parece que foi liberado, aprovado, mas o dinheiro nada, nada, ainda. (C.S.J.N., 6/10/11)

Ao trabalhar em uma perspectiva de criação de processos de ensinamento para que os agricultores possam plantar sem agrotóxicos e, assim, realizar a transição agroecológica, o NUDESE – em alguma medida – anula a Educação Ambiental Transformadora e as possibilidades de diálogo que ela engendra para a busca de outra forma de organização política, econômica e social, posto que:

A educação ambiental que incorpora a perspectiva dos sujeitos sociais permite estabelecer uma prática pedagógica contextualizada e crítica, que explicita os problemas estruturais de nossa sociedade, as causas do baixo padrão qualitativo da vida que levamos e da utilização do patrimônio natural como uma mercadoria e uma externalidade em relação a nós. É por meio da atuação coletiva e individual, intervindo no funcionamento excludente e desigual das economias capitalistas, que os grupos sociais hoje vulneráveis podem ampliar a democracia e a cidadania. Dessa forma, invertem o processo de exclusão social e de degradação das bases vitais do planeta, com novos padrões culturais cujos valores propiciem repensarmos na natureza e nos realizarmos em sociedade (LOUREIRO, 2004, o. 16).

Desse modo, é na consolidação disso, condição fundamental para a mudança, que é urgente avançar no tocante à proposta de formação que o NUDESE vem desenvolvendo. Em que pese todo o acúmulo de debates e formações que o Núcleo consolidou ao longo do tempo, nomeadamente no que se refere ao trabalho com Cooperativas, é fundamental, em uma ação como a estudada que se possa realizar uma discussão mais aprofundada acerca dessas questões. As mudanças não podem ser apenas na forma de produzir, e, mais do que isso, elas não podem

ser ensinadas, precisam ser construídas coletivamente, precisam ser entendidas por todos como essenciais e, assim, consolidadas. Nesse sentido, quando há o entendimento de que:

A verdade é que a gente praticamente teve que aprender de novo, começar do zero, porque toda nossa vida, nos últimos vinte, quinze anos foi plantando com veneno. Dava medo no início, será se vai dar, se não vai dar, se as plantas vão criar, mas a gente confia no trabalho do NUDESE, então pior do que estava não iria ficar (M.R.G., 14/04/12).

É predominante uma visão de processo formativo que prioriza a questão comportamental, o que vai de encontro dos propósitos da Educação Ambiental Transformadora, a qual buscar:

atuar criticamente na superação das relações sociais vigentes, na conformação de uma ética que possa se afirmar como “ecológica” e na objetivação de um patamar societário que seja a expressão da ruptura com os padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade (LOUREIRO, 2004 , p. 54)

Então, quando há ações que privilegiam apenas um aspecto “(seja o ético, o estético, o sensível, o prático, o comportamental, o político ou o econômico, enfim, separar o social do ecológico e o todo das partes) é reducionismo, o que pouco contribui para uma visão de educação integradora e complexa de mundo” (LOUREIRO, 2004, p 55). A superação dessa visão reducionista está atrelada ao espaço/importância que adquire os processos participativos dentro do Projeto e no contexto mais amplo das políticas públicas. E participar, como já apontado anteriormente, é mais do que assistir palestras, participar de reuniões ou realizar saídas de campo para conhecer outras propriedades rurais ou experiências no campo da agroecologia, como se pode perceber na fala a seguir:

A gente teve muitas oportunidades dentro do Projeto do NUDESE, de poder participar de reuniões, conhecer outras pessoas que enfrentam as mesmas coisas que a gente. Eu lembro que a gente participou de muitos cursos, conversas, bem no início, muita gente desistiu disso, nem todo mundo tá preparado para isso, mas é participando que a gente conhece(M.R.G.14/04/12).

É certo que momentos como os citados acima são importantes e se constituem em um espaço de aprendizagem e troca de experiências, mas não há um aprofundamento acerca dos motivos que justificam a introdução de uma agricultura de base agroecológica, para além da preservação/conservação da natureza. Os conflitos, a necessidade de superação do Capitalismo e a Injustiça Ambiental são temas que carecem perpassar todas as ações no campo da Educação Ambiental, para que ela não se alinhe com práticas conservadoras e sim se consolide como uma proposta de transformação, onde todos possam ser sujeitos, o que envolve o alargamento da participação, para além da escuta, afinal:

Participar é compartilhar poder, respeitar o outro, assegurar igualdade na decisão, propiciar acesso justo aos bens socialmente produzidos, de modo a garantir a todos a possibilidade de fazer a sua história no planeta, de nos realizarmos em comunhão. Participação significa o exercício da autonomia com responsabilidade, com a convicção de que a nossa individualidade se completa na relação com o outro no mundo, em que a liberdade individual passa pela liberdade coletiva (LOUREIRO, 2004, p.18).

Então, para que a ação desenvolvida pelo NUDESE possa contribuir no sentido de consolidar um processo que seja emancipatório dos/com os agricultores é fundamental repensar o espaço de formação que vem sendo desenvolvido até o momento para que dê conta dessa discussão. E, mais do que isso, para que possa trazer à tona o debate acerca dos limites e possibilidades da participação, para que possam ser ampliadas as leituras de mundo realizadas. Isso implica problematizar as mudanças na forma de produzir e a sua de inserção no mercado consumidor, para que não mais evidenciem práticas agrícolas e escolhas tuteladas pela ação dos Extensionistas ligados à Universidade e que não dialogam acerca das contradições inerentes ao Capitalismo.

7.4. Justiça Ambiental e a Educação Ambiental: “a verdade é que os mais pobres são os que mais sofrem...”

A frase acima, extraída de uma das entrevistas, permite reflexões importantes acerca do que é a luta por Justiça Ambiental, bem como sua pertinência quando se discorre acerca da Educação Ambiental, posto que a primeira se configure como uma estratégia que *“identifica a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz com que a acumulação de riqueza se realize tendo como base a*

*penalização ambiental dos mais pobres*⁷⁸” (ASCELRAD, 2005, p. 222). Esse é um quadro presente na agricultura familiar, que se materializa nas dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais, seja no que tange à produção, ou a dificuldade de comercialização de seus produtos, afinal, “*a terra se desgasta com o tempo, a gente tem pouca terra, não tem irrigação, estamos esperando do Projeto, mas deu esse problema na renovação. Os grandes não têm esses problemas, mas nós, os pequenos, nós ficamos sempre na dependência*”(C.S.J.N, 14/05/12) e:

Uma das coisas que mais atrapalha nosso serviço é a questão do transporte. A gente não tem condução própria, se tivesse uma caminhonete, um caminhãozinho já melhorava, não é? Mas, a gente depende do caminhão, que é assim, coletivo, então, tem que caber as coisas de todo mundo. É uma coisa que dificulta um pouco a gente vender, podia tentar vender nos mercadinhos, supermercado, não é? (L.S.J.N., 05/07/12).

Os agricultores reconhecem as problemáticas que enfrentam, seja no que se refere sua relação com a agricultura em larga escala, ou questões relacionadas às dificuldades confrontadas em seu cotidiano. Então, a discussão desses temas pode ser um primeiro passo importante quando a ação está inserida nos meandros da Educação Ambiental Transformadora. Quando o ambiental é dissociado dos aspectos sociais não é possível avançar nesse sentido e na busca por Justiça Ambiental, enquanto um horizonte utópico⁷⁹. Em uma perspectiva de Educação Ambiental que abarca essa última, precisa ser evidenciado que:

As causas da degradação não são determinadas por fatores conjunturais ou pela ignorância tecnológica. Devem-se a um conjunto de variáveis interconectadas que se dão em bases sociais, econômicas, culturais e políticas estruturalmente desiguais, que conformam a sociedade contemporânea. Tal estrutura faz com que o processo de exposição dos problemas e riscos ambientais, bem

⁷⁸ O reconhecimento disso junto aos agricultores, passa pela ação da Educação Ambiental Transformadora, entendida como ato político e comprometida com a transformação social, o em uma tríade que envolve a luta por Justiça Ambiental.

⁷⁹ LOUREIRO (2003, p. 52) afirma ainda, corroborando para essa assertiva que: “programas educativos pautados por paradigmas comportamentalistas e tecnocráticos da prática pedagógica, por dissociarem o ambiental do social e retirarem a historicidade da atividade humana, podem conduzir a um idealizado e acrítico consenso sobre as causas e as soluções dos problemas ambientais. O risco político desta perspectiva é a reprodução da desigualdade social e da Injustiça Ambiental por intermédio de projetos e ações concebidos pelas elites intelectuais e governantes, apresentados como a expressão do que é melhor para o conjunto da sociedade”. Isso acontece sem que essa seja ouvida ou tenha suas experiências tomadas em consideração, o que é um claro limite à eficácia de sua ação.

como a definição e percepção destes, também sejam diferentemente constituídos e distribuídos (LOUREIRO, 2003, p. 52).

Não há como avançar, no que tange à superação do quadro de Injustiça Ambiental, de outra forma que não seja pela explicitação dos conflitos, pelo reconhecimento de sua existência e da necessidade de mudança/superação das contradições impostas pelo Capitalismo. Em alguma medida, como já visto, elas aparecem nas falas dos agricultores, sobretudo no que se refere aquilo que interfere em sua vida diária, como é o caso do solo, as dificuldades de acesso à água, a questão da comercialização. Não há um alargamento desse entendimento para o estabelecimento de conexões entre essas dificuldades que são *“sentidas na pele da gente, na saúde que vai se acabando, nas dores que aparecem, parece que cada dia em um lugar”* (H.R.G., 27/4/12) e a Injustiça Ambiental, bem como as consequências da forma como se organiza e se reproduz as condições materiais e espaciais de produção hodiernamente⁸⁰, as quais precisam de mobilização coletiva para sua superação, como propõem a Justiça Ambiental, que traz em seu cerne os seguintes motes/lutas:

A defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos- como comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equinâme contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado. A defesa dos direitos de acesso equinâme aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado. Mas cabe ressaltar também a defesa dos direitos das populações futuras (ASCELRAD, 2010, p. 114).

Isso é possível com a interrupção da transferência dos custos ambientais para os mais pobres, o que é uma marca do Capitalismo. Nesse sentido, o movimento por Justiça Ambiental defende a urgência de ligar o discurso genérico sobre o futuro com as condições reais/concretas para sua construção, o que se dá no presente, e pressupõem que *“para barrar a pressão destrutiva sobre o ambiente de todos, é preciso começar protegendo os mais fracos”* (ASCELRAD, 2004, p. 114). A visão

⁸⁰ Segundo “todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se material e socialmente seja através das águas, do solo e da atmosfera. Este caráter indissociável do complexo formado pelo par sociedade-meio ambiente justifica pois o entendimento de que as sociedades se reproduzem por meio de processos sócio-ecológicos” (ASCELRAD, 2004, p.7)

que os agricultores confirmam em suas falas está muito ligada ao papel individual de cada um para a preservação da natureza, como se isso pudesse ser desprendido dos fatores acima elencados. É uma preocupação imediatista e individual com a sua terra, a poluição da sua água e suas condições de produzir, o que não corrobora para a consolidação da Justiça Ambiental:

É de ano para ano que nós vemos a terra se desgastar, ficar cada vez mais fraca, os adubos, essas coisas que a gente botava na terra, pareciam ser boas, mas cada vez a terra ficava mais e mais fraca, até a cor vai mudando (E.S.J.N., 28/09/11).

A água acaba ficando poluída, uma vez vieram fazer uns testes e deu umas coisas erradas, é desses venenos, a gente sabe, mas não tinha o que fazer... (L.S.J.N, 5/7/12)

A poluição é uma coisa que a gente vê, de tardezinha mesmo aparece, é só olhar lá para o lado da Barra, isso prejudica nossas plantações, eu digo para ela (a esposa). (H.R.G., 05/04/12).

De certo os problemas são percebidos, mas não há uma problematização – seja no que se refere às causas que os originam ou o que fazer a partir de sua identificação – que possa contribuir para sua superação. A Educação Ambiental em sua vertente transformadora, quando está presente em um Projeto, como o desenvolvido pelo NUDESE contribuirá para problematizar esses olhares e afirmações, possibilitando outro patamar de relação dos agricultores entre si e com a natureza. Como não é algo que possa acontecer apenas pelo não uso de agrotóxicos, envolve a leitura de mundo realizada, as experiências vividas e a interação que os agricultores constroem entre si e com o meio em que vivem.

Dito isso é importante destacar que, a busca por Justiça Ambiental, como já colocado no início do trabalho, se articula através de um movimento de luta e reivindicação e apresenta elementos que são comuns ao que defende à Educação Ambiental Transformadora, o que mostra a pertinência dessa aproximação. A luta por Justiça Ambiental, em linhas gerais, designa o conjunto de práticas e princípios que:

a- Assegurem que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como de ausência ou omissão de tais políticas;

- b- Asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto aos recursos ambientais do país;
- c- Asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de risco ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
- d- Favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (ACSELRAD, 2009, p. 112)

O que corrobora com as defesas postuladas pela Educação Ambiental, em sua vertente transformadora e deve estar presente em processos de formação que busquem a construção de uma agricultura de base agroecológica, como o desenvolvido pelo NUDESE.

7.5. “É na formação que a gente se encontra e vê que tem mais gente...”: sistematizações e proposições

Pelo aqui exposto, é possível perceber que há muitos avanços no que se refere à prática desenvolvida no campo da Educação Ambiental pelo NUDESE, como é o caso da criação de um espaço de discussão entre os agricultores, no que se alude às práticas agrícolas desenvolvidas.

Há que se levar em consideração a trajetória de vida dos agricultores anterior a sua introdução no Projeto, as marcas deixadas por anos utilizando agrotóxicos e uma agricultura pautada pela monocultura. Esse cenário faz com que não seja fácil o desenvolvimento de uma forma de plantar que rompa com isso e exija outros saberes/fazeres que foram deixados de lado/esquecidos.

A partir dos cursos, palestras e visitas que antecederam o Projeto na prática se buscou sensibilizar os agricultores a mudar sua forma de plantar e comercializar seus produtos, superando práticas que contribuía para o fortalecimento de uma lógica que é a do agronegócio e do Capital, que torna cada vez mais frágil a sustentação econômica, inclusive, do trabalhador rural. Não há como negar que se tem aqui um avanço que merece consideração e contribui na busca por Soberania Alimentar, o que envolve a Justiça Ambiental e a construção de uma outra forma de produzir e viver.

A interação entre os agricultores, o fato de entenderem que não estão sozinhos, ao contrário, suas dúvidas e incertezas são compartilhadas por outros, faz com que se tenha mais forças para continuar em uma trajetória que não é fácil e desacomoda, gera incertezas e insegurança. A ação no campo da Educação Ambiental, enquanto um espaço/tempo de formação contribui para a mudança disso, quando evidencia que é possível plantar sem agrotóxicos e garantir a sustentação das famílias, afinal:

Nós temos que sobreviver, ter o dinheiro no final no mês. Cobrar coisas é muito fácil, tem muita gente que fala besteira e não entende que não dá de mudar de uma hora para outra. Eu mesmo, eu tive que fazer essa transição devagar e foi nos cursos que eu aprendi (L.S.J.N., 05/07/12).

Reconhecer a necessidade de mudança é um passo importante para sua concretização, contudo, não é possível que seja algo apenas no campo da prática ou das ideias. É importante problematizar a concepção de mundo, a leitura que os agricultores realizam acerca da forma de organização socioeconômica em que estão inseridos. É nesse ponto que a ação desenvolvida pelo NUDESE carece avançar para que seja transformadora e possa ser constituidora de processos de mudança sólidos e que não necessitem da constante tutela dos extensionistas para sua continuidade.

Quando se tem por orientação os princípios da Educação Ambiental Transformadora há o entendimento de que:

Não há democracia nem educação para a cidadania sem a explicitação de conflitos. A aceitação de que a sociedade além de plural é permeada por visões de mundo, interesses e necessidades distintas está implícita em processos efetivamente democráticos, nos quais se incluem as oposições, tensões e contradições entre direitos e deveres, indivíduo e coletividade, público e privado, liberdade e igualdade, mercado e estatal (LOUREIRO, 2003, p. 53).

O lugar da agricultura em pequena escala no mundo contemporâneo, os limites e contradições da agricultura de base agroecológica, a Injustiça Ambiental são temas que precisam fazer parte de processos formativos a fim de que possam se constituir em transformadores. Isso é necessário para que a sustentação das ações não seja apenas pautada pelos interesses individuais de cada agricultor e sua família, mas encontrem eco na coletividade e na busca por Soberania Alimentar, por

Justiça Ambiental, por um outro mundo possível com equidade, respeito, solidariedade e boniteza.

Nesse sentido, a falta de discussões nesse campo é um claro limite do processo formativo desenvolvido pelo NUDESE, afinal, outros saberes/fazeres poderiam ser construídos junto aos agricultores no que se refere à necessidade/viabilidade/pertinência da agricultura de base agroecológica.

Os agricultores não podem ser espectadores de um processo de mudança em que eles são os principais afetados pelas alterações. Eles precisam participar das decisões, ter seus saberes reconhecidos como válidos e não anulados em favor de um conhecimento dito acadêmico. Não há mudança que perdure sem que exista a consciência de sua necessidade e, mais do que isso de seu protagonismo. A luta por Justiça Ambiental, por Soberania Alimentar e pela superação do Capitalismo não pode ser apenas teoria, precisa ser prática cotidiana, na lida com a terra, na feira livre e nas reuniões e capacitações.

Esse carece ser o mote dos processos formativos que estejam comprometidos com a consolidação de uma agricultura de base agroecológica e com a superação do Capitalismo. Isso exige o reconhecimento dos saberes/fazeres de todos os envolvidos e a consolidação de espaços para o diálogo de forma coletiva, onde todos possam aprender e ensinar constantemente em um processo dialético.

Por mais difícil ou longe que isso possa parecer, o ato de busca pela transformação prescinde da utopia, precisa da esperança – que não pode ser vã ou infundada. Ela precisa ser debatida, não apenas no meio acadêmico, mas nos espaços de formação, com os agricultores, com os pescadores, com os que sofrem cotidianamente a dor de não ter recursos econômicos e, então, não ter o direito de falar, de reivindicar e de lutar.

A Educação Ambiental, em sua vertente transformadora, ao partir da defesa da Justiça Ambiental, do entendimento da educação enquanto um ato político e buscar a mudança precisa criar espaços para a discussão dessas temáticas. É na luta cotidiana por uma relação diferente dos homens entre si e com a natureza que isso será forjado e será possível, ainda que com os limites apontados, chegar mais perto do horizonte utópico desejado/buscado, afinal: *“A gente sonha com um futuro que seja bom, bom para todos, para os nossos filhos, que os nossos netos ainda tenham essa terra”*(C.S.J.N, 14/05/12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever as considerações finais de uma tese passa, impreterivelmente por discutir de forma mais direta a hipótese que foi apresentada ao início do estudo, bem como sistematizar aquilo que foi explanado ao longo do texto, nomeadamente no que se refere à pesquisa realizada e os diálogos que foram tecidos com os agricultores, com suas falas, expectativas, esperanças e desesperanças.

A tese de que, *para além dos limites impostos pelo Capitalismo, o desenvolvimento de uma agricultura de base agroecológica com a diversificação da produção e a criação de um processo de formação política coletiva, permeada de práticas no campo da Educação Ambiental, contribui para a garantia de avanços na busca pela Soberania Alimentar das famílias envolvidas no Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana consolidado pelo NUDESE nos Municípios de Rio Grande e São José do Norte* ao ser ratificada traz uma série de limites e possibilidades. As mudanças desenvolvidas pelo NUDESE vão ao encontro dos princípios da Educação Ambiental em sua vertente transformadora e se constituem em um passo importante para a consolidação de outra produção agrícola, diferente da voltada para a geração de lucro e da visão mercadológica, arraigada no agronegócio, ainda que seja necessário avançar em muitos pontos, como foi exposto ao longo do trabalho.

Isso traz em seu cerne um série de questões que deveriam ser deslindadas ao longo da pesquisa, o que foi realizado nos três capítulos finais do estudo, os quais buscaram estabelecer relações com seus antecessores. Afinal, a emergência da tese está imbricada com a trajetória de pesquisa que foi desenvolvida até aqui, com as leituras realizadas e com a escuta atenta aos agricultores que participaram com suas vozes, em um movimento que é dialético.

Não havia outra forma de ratificar ou não a hipótese que não fosse a pesquisa empírica, o que culminou na realização de observações participantes e entrevistas,

como já pontuado anteriormente, mas, para além disso, possibilitou um espaço/tempo rico de aprendizagens, de reencontro com os sabores/dissabores da lida com a terra e com os desafios cotidianos daqueles que retiram dela sua sobrevivência.

Não há sentido na escrita de um trabalho no campo da Educação Ambiental Transformadora, se não há a crença na possibilidade de mudança, na possibilidade de construção de *“outra forma de plantar, que respeita as pessoas, os consumidores, nós mesmos, que também fazemos parte”* (C.S.J.N., 14/05/12), e isso foi evidenciado nas falas dos entrevistados, na boniteza com que cotidianamente lutam pela sua sobrevivência, sem ter muito e não esperando ter muito, mas buscando construir, ao seu modo e com seus limites, um mundo melhor para si e para todos. Isso por si só, é um passo largo na busca por Soberania Alimentar e vai ao encontro das premissas/objetivos da Educação Ambiental em sua vertente transformadora.

A Educação Ambiental, como é sabido, não é um campo homogêneo. Como qualquer outro campo educativo é terreno de disputa de interesses políticos e econômicos antagônicos, onde muitas vezes é difícil definir que interesses estão sobrepujados às ações desenvolvidas em seu nome. Isso tornou inevitável a definição, desde o início, do lugar de onde a pesquisa estava sendo desenvolvida e o compromisso que assumia com a busca por Justiça Ambiental, por Soberania Alimentar, o que abarca a superação do Capitalismo, enquanto um horizonte utópico que não pode ser deixado de lado sob o risco da acomodação e da aceitação da desigual distribuição, seja da riqueza, seja dos recursos naturais, seja da esperança, da possibilidade de ter sonhos e torná-los concretos/reais.

Ao problematizar em que medida o desenvolvimento do Projeto Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido pelo NUDESE contribui para avanços na busca por Soberania Alimentar e qual o papel da Educação Ambiental Transformadora nesses meandros foi fundamental retomar com os agricultores sua forma de organização produtiva anterior à ação extensionista que fizeram parte. Isso foi essencial para compreender as mudanças e permanências constituídas na forma de organização dos agricultores no que se refere tanto à transição agroecológica, quanto à Soberania Alimentar.

A forma de produção convencional, marcada pelo uso de agrotóxicos e adubos químicos, bem como a monocultura, durante muito tempo foram recorrentes

dentro do contexto estudado. Sua modificação não é algo fácil ou que possa ser feito sem planejamento e conhecimentos acerca da dinâmica da agricultura e das práticas agroecológicas.

O Projeto do NUDESE, ao propor a transição agroecológica, tomou isso em consideração e desenvolveu um espaço formativo em duas frentes: palestras e cursos em que todos os agricultores se reuniam e assessorias que eram realizadas nas propriedades rurais para qualificar as práticas desenvolvidas. Os conhecimentos na área da Gestão, da Agroecologia e da Educação Ambiental faziam parte desses momentos, como se pode aferir tanto no projeto apresentado ao MDS, quanto nas entrevistas/observações.

Contudo, há que se destacar que questões consideradas fundamentais para a garantia da busca por Soberania Alimentar a médio e longo prazo, bem como espaços de participação política e consolidação de um papel protagonista aos/dos agricultores poderiam ter sido melhor explorados durante o trabalho desenvolvido pelo NUDESE. Isso irá garantir, inclusive, resultados mais positivos no que se refere às metas elencadas pelo Núcleo quando da elaboração do projeto e seu encaminhamento ao MDS.

Há que se concluir que é necessário transformações – em experiências vindouras – no que se diz respeito aos processos de formação política coletiva que são engendrados, para que possam ser permeados de práticas no campo da Educação Ambiental Transformadora (o que vai ao encontro da proposta defendida pela Extensão Universitária). Isso é necessário para que se tenha avanços, tanto no que se refere à consolidação de espaços de busca por Justiça Ambiental, quando de debate político e criação de possibilidades de mudança, o que em seu conjunto é um passo importante para a busca da Soberania Alimentar. Essa última envolve um conjunto de dimensões e desafios, os quais estão ligados à valorização da cultura e conhecimento dos agricultores, a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso dos produtores à terra, a criação e consolidação de espaços de comercialização e circulação dos produtos, o protagonismo dos agricultores, políticas públicas que criem condições para a garantia de Soberania Alimentar e não aumento da produção simplesmente e reconhecimento das particularidades de cada região, no que se refere às suas especificidades, sejam ambientais ou culturais.

Ao abordar aquilo que os agricultores entendem como positivo e o que poderia ser melhor desenvolvido/qualificado na ação desenvolvida pelo NUDESE, os

agricultores apresentam questões de ordem pragmática que são importantes para que se possa pensar ou (re)pensar o trabalho que vem sendo concretizado pela Extensão Universitária, não apenas na FURG, mas no âmbito das Universidades Públicas.

Sem dúvida, é imperativo que seja problematizada a relação desencadeada entre aqueles que fazem a Extensão e os que dela são beneficiários/integrantes. Isso pode ser aferido das relações de dependência nítidas nas falas dos agricultores no que tange à espera de recursos técnicos e materiais por parte do NUDESE, mas para além disso, se manifesta no reconhecimento – por parte dos agricultores – de que os membros da Extensão são portadores de um conhecimento que eles não possuem, o qual é mais significativo e importante. Se a aposta é no protagonismo do agricultor, é fundamental a superação desse olhar para que se possa avançar, seja na consolidação da Soberania Alimentar, seja na defesa de um mundo justo e equiname ou no entendimento do papel da Educação Ambiental Transformadora, com seus princípios e premissas que apontam para a consolidação disso.

Com relação aos aspectos relacionados à organização do Projeto, é importante resgatar o que foi apontado pelos agricultores como limites e possibilidades. Não há dúvidas de que dentre os primeiros o mais notório é a falta de continuidade no financiamento da ação. Havia uma expectativa de continuidade que não se confirmou na prática e isso trouxe consequências negativas para sua consolidação, pois seria necessário um tempo maior de acompanhamento e fortalecimento da transição agroecológica que foi iniciada em 2008/2009. O NUDESE continua assistindo os agricultores, ainda que com poucos recursos e sem conseguir dar conta de demandas que foram criadas ao longo do tempo, como as estufas e a irrigação, além dos processos formativos e insumos (adubos naturais e sementes).

O desconhecimento dos agricultores acerca do que é o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana criado pelo MDS também é um fator limitante que merece destaque. Afinal, isso faz com que os agricultores tenham uma visão compartimentada da questão, sem estabelecer relações com o contexto político e econômico em que estão inseridos e as implicações das ações que vem sendo desenvolvidas pelo Governo Federal. O financiamento do Projeto integra uma ação que fomenta a Agricultura Urbana e não a Agricultura Familiar. Saber disso é fundamental para que os agricultores possam se posicionar no campo de disputa em

que estão inseridos, onde nomeadamente há um grande interesse em manter o agronegócio e fortalecer os grandes produtores, o desenvolvimento tecnológico e os transgênicos, apenas para citar alguns exemplos.

É evidente que tomando por base o exemplo da Agricultura Urbana cubana não há como negar que ela trouxe as condições para a garantia de Soberania Alimentar para aquele país. Contudo, não é uma transposição que possa ser feita para o cenário brasileiro, marcado pela busca de geração de *commodities* e lucros desenfreados, seja no campo ou na cidade, o que é uma das marcas do Capitalismo.

Problematizar o entendimento de Agricultura Urbana e os interesses que estão encobertos em seu desenvolvimento é algo cada vez mais necessário, posto que tenha ganhado um espaço cada vez maior, seja no que se refere ao financiamento público ou busca de soluções para o problema da fome e miséria por parte de diversas organizações nacionais e internacionais. Esse é um debate que não pode ser feito apenas dentro da academia, mas com os agricultores que fazem parte dos projetos que integram o Programa.

Em termos de funcionamento da prática do Projeto do NUDESE, cabe destacar os aspectos que precisam ser melhorados nas feiras livres criadas e incentivadas pelo Núcleo. A maior divulgação e a instalação de banheiros são duas necessidades urgentes dos agricultores que carecem uma maior atenção por parte da Extensão Universitária. Há que se criar condições de trabalhos cada vez melhores para esses trabalhadores, muitos já em idade avançada e carecendo de uma atenção especial nesse sentido.

Não há dúvidas, por outro lado, que a possibilidade de participação em espaços de formação coletiva e a aceitação de trilhar um novo caminho, que passa pela transição agroecológica, são fatores positivo que precisam ser registrado no que tange ao Projeto. A solidariedade que se cria entre os agricultores – muito mais visível em São José do Norte - a participação em espaços de aprendizagem, o vigor que a mudança traz para os sonhos e esperanças desses agricultores são exemplos claros de avanços alcançados com essa ação. Eles mostram na prática que sim, a mudança é possível, e depende da integração de todos, do projetar de sonhos possíveis e da busca por um mundo melhor sempre.

A diversificação da produção e a criação das feiras criam uma nova dinâmica no que se refere à tríade produção, consumo e distribuição. Faz, ao mesmo tempo,

com que os agricultores passem a consumir produtos que antes não faziam parte de sua base alimentar e garante uma maior segurança no que tange à comercialização, pois rompe com a monocultura e a dependência de uma única cultura para sua sobrevivência. Esse é um dado importante, inclusive no que se refere à busca por Soberania Alimentar.

Muito já foi dito acerca da Educação Ambiental Transformadora e seu papel em um Projeto que busca consolidar a transição agroecológica. De qualquer modo, cabe destacar que é necessário aproximar cada vez mais aquilo que se diz/escreve e o que é efetivado na prática nesse campo. FREIRE (1992, p. 83) corrobora com isso ao afirmar que é *“fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento, a tua fala seja a tua prática”*. Os agricultores também interpelam aqueles que são fazedores/definidores das políticas públicas e ações de extensão para que pratiquem isso quando dizem: *“falar é muito fácil, difícil é ter que trabalhar, fazendo sol ou chuva, frio ou calor, doente ou não”* (L.S.J.N., 05/07/12).

De certo, os agricultores não podem ser entendidos como espectadores do processo de mudança em que são protagonistas, mas só isso não garante o futuro desejado/pretendido. É imprescindível o entendimento da importância da mudança, o reconhecimento do quadro de injustiça socioambiental vivido e da possibilidade de transformação dele.

Os processos de formação que são desenvolvidos no campo da Extensão – comprometidos com a mudança, com o cooperativismo, com a autogestão, com a autonomia, como se define o NUDESE – precisam assumir esse compromisso e ousar construir sonhos possíveis. De certo isso passa pela busca da Soberania Alimentar, no que concerne à agricultura, ao mesmo tempo em que está intimamente relacionado ao desenvolvimento de discussões cada vez mais abrangentes acerca do vivido hodiernamente no que se refere os limites impostos pelo Capitalismo, os quais visivelmente precisam ser superados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R et al. **A Agricultura Familiar e Sucessão Profissional: novos desafios**. 2012. Disponível em: <http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013
- ACSELRAD, H. (org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- _____. Justiça Ambiental: Narrativas de Resistência ao Risco Social Adquirido. In: **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA, 2005.
- _____. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- _____. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por Justiça Ambiental. In: **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 68, p. 103-18, 2010.
- ALDINGTON, T. **Agricultura Urbana e Peri-Urbana**. COAG/FAO: Comissão para a Agricultura (FAO), 1999.
- ALONSO, J. A. F. A emergência de aglomerações não metropolitanas no Rio Grande do Sul. In: **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, 2009.
- ASSUNÇÃO, H.; OLIVEIRA, I; BARBOSA, R. A Segurança e a Soberania Alimentar: contribuição ao debate a partir de estudo no Assentamento Fazenda Esperança em Rondonópolis – MT. **Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária** – “Territórios em disputa: os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia (MG): UFU, Outubro de 2012.
- AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2007.
- ALTIERI, M. **Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideu: Nordan Comunidad, 1999.
- _____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002.
- _____. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. In: **Revista NERA**. Presidente Prudente (SP), nº16, Ano 13, p. 22-32. Jan.-jun. de 2010, p. 22-32.
- ARRUDA, M. **Segurança Alimentar, só com Soberania Alimentar**. São Paulo: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2004.
- BARBOSA L. e LAGES, A. Pobreza, agricultura e meio ambiente: o sistema produtivo orgânico como uma alternativa a melhoria das condições sócio-econômica e ambiental dos agricultores familiares no semi-árido nordestino – o caso de

Alagoas. In: **Anais do VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Fortaleza, nov. de 2007.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. São Paulo: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

BELIK, W. **Segurança Alimentar: a contribuição da Universidade**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

BEZERRA, I. A., COSTA, M. F. **Meio ambiente: uma proposta para a educação**. Vitória: Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), 1991.

BOURDIEU, P. **Razão Prática: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 7.794 de 20 de Agosto de 2012** (Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica).

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006** (Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN).

CAMACHO, R. **A Barbárie Moderna do Agronegócio versus a Agricultura Camponesa: implicações sociais e ambientais, 2012**. Disponível em: <<http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/articulos/agricultura-camponesa.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. O Agronegócio Latifundiário versus a Agricultura Camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato. IN: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, p. 1-34, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Camacho_RS.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2013.

CAMPOS, C. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. In: **Revista Lutas & Resistências**, UEL/Gepal, Londrina nº 1, p. 146-162, set. de 2006.

CAMPOS, C & CAMPOS, R. Soberania Alimentar como Alternativa ao Agronegócio no Brasil. In: **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**. Barcelona: Universidad de Barcelona. Vol. XI, nº24, ago. de 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24568.htm>>. Acesso em: 06 de jun. 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

_____. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Em: ETGES, V. (org.). **Desenvolvimento rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001.

_____. **Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável.** Porto Alegre: EMATER/RS, 2004.

CAPORAL, F e PETERSEN, P. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil. In: **Cadernos de Agroecologia**, nº6, p. 63-74, 2012.

CARTILHA. **As Políticas da Via Campesina.** Rio de Janeiro: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.social.org.br>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

CARVALHO, I. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P.(org.). **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2004.

CASTRO, A. (org.). **Fome: um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, J. **Geografia da Fome.** Rio de Janeiro: Antares: Enchiam 1980.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.4, p.50-60, out./dez.2000.

COUTINHO, M. N. **Agricultura Urbana: Práticas Populares e sua Inserção em Políticas Públicas.** 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.

CRUZ, C e MEDINA, R. **Agricultura Y Ciudad: una clave para la sustentabilidad.** Havana/Cuba: Fundación Antonio Nunes Jiménez e Águila, 2001

DAVIDOVICH, F e LIMA, O. Contribuições ao estudo da aglomeração urbana no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 37, nº 1, p. 50-84. jan./mar. de 1975.

DEMO, P. **Introdução à Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2009.

FARIA G. As Raízes da Crise. In: **Revista Fórum**, jun. de 2011.

FIORI, E. Aprender a dizer a sua palavra (Prefácio). In: FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FLORES, O. M. **Nuevas Estrategias de integración social y recuperación ambiental em la ciudad.** Santiago/Chile: Universidad Central de Chile, 2007.

FRAGA, A.; BOLFE, E. & BOLFE, E. Sistemas Agroflorestais sucessionais na Agricultura Familiar. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de Agroecologia**, 2004. Disponível em:

<www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/.../4951>. Acesso em: 24 mar. 2013.

FRANÇA, I e SOARES, B. **Aglomerções Urbanas em Cidades Médias: Montes Claros e os centros emergentes de Pirapora, Janaúba e Januária no Norte de Minas Gerais, Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/90.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

FREIRE, A. **Soberania e Segurança Alimentar**. 2012. Artigo disponível em <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6420>. Acesso em: 17 abr. 2013.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. **Política e Educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis e Educação Ambiental**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

GALIAZZI, M. **Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

GAVIRIA, M. O poder simbólico da renda na mobilização social dos jovens de comunidades rurais. In: MENASCHE, Renata (Org.) **Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2001.

GOMES, J. C.; BORBA, M. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. In: **Revista Ciência & Ambiente**. Santa Maria, UFSM, n. 29, p. 5-14, 2004.

GONÇALVES, L. **Extensão Universitária e Associativismo Popular: um estudo a partir da Educação Ambiental Crítica**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

GOTT, R. **Cuba: Uma nova história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GRAF, A. C. *Impactos sócio-ambientais dos padrões de produção e consumo de hortaliças: estudo em Colombo e Curitiba no Paraná*. In: **III Encontro da**

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Brasília: DF: 2006. Disponível em: <<http://anppas.org.br/>>. Acesso em: 24 mar. 2013.

GRIBB, S. e GRIBB, A. Agricultura Urbana: Alternativa para aliviar a fome e para a Educação Ambiental. In: **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2008.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P.P (org). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2004.

GUZMÁN, E.; MOLINA, M. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. In: **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 1, p. 18-28, 2002.

GUTERRES, I. **Agroecologia Militante**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

HERCULANO, S. **Riscos e desigualdade social: a temática da justiça ambiental e sua construção no Brasil**. Rio de Janeiro: UFF, 2002. Disponível em: <<http://www.professores.uff.br/seleneherculano/publicacoes/riscos-desigualdade-social2.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

KONDER, L.; **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

KORTING, M.; NASCIMENTO, R. ;NOBRE, L et al. **Pelo direito a alimentação: A segurança alimentar na busca da efetividade dos direitos fundamentais**. 2008. Disponível em: <<http://www.joomla.furg.br/nudese/images/files/Pelodireitoa%20alimentacaoAseguran%C3%A7aalimentarnabuscadaefetivadedos%281%29.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

KORTING, M. NASCIMENTO, R.; NOBRE, L et al. A Extensão Universitária dentro de um projeto de Agricultura Urbana e Peri urbana com foco na agroecologia. In: **Revista UDESC em Ação**, vol. 5, nº 1, 2011.

LA VIA CAMPESINA. **Sítio da rede de movimentos sociais**. Disponível em: <<http://viacampesina.org>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

LAYRARGUES, P.(coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2004.

_____.Apresentação: (Re) Conhecendo a educação ambiental brasileira. In: _____ (org.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2004.

_____. Conceitos da Educação Ambiental. In: HENRIQUES, R. et al. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**. Brasília, Cadernos SECAD, 2007.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001

LEFEBVRE, H. **Sociologia de Marx**. São Paulo: Forense, 1968.

_____. **Marxismo**. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LIMA, G. Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. et al. **Educação Ambiental: Repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Educação Ambiental Crítica: do Socioambientalismo às Sociedades Sustentáveis. In: **Revista Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 35, nº1. Jan./Abr. de 2009.

LOUREIRO, C.F.B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. In: **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v.8, p.37-54, 2003.

_____. Educar, Participar e Transformar em Educação Ambiental. In: **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, v. 01, n. 01, p. 13-20, 2004.

_____. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. L.; CASTRO, R. (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios. IN: MELLO, S & TRAJBER, R.(Org.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na Escola**. MEC/MMA: Brasília, 2007.

_____. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, C. F. B.; BARBOSA, G. L; ZBOROWSKI, M. B. Os vários "ecologismos dos pobres" e as relações de dominação no campo ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

LOURENÇO, J. Gênese, Evolução e Inserção da Interdisciplinaridade nas questões ambientais. In: **Revista DELOS – Desarrollo Local Sostenible**, Málaga, vol. 6, nº 16, fev. de 2013.

MACHADO,A. ; MACHADO, C. **Agricultura urbana**. Planaltina: Embrapa, 2002.

MACHADO, C. . A produção da gestão democrática da e na educação para a democracia sem fim. In: **Cadernos de Educação** (UFPel), Pelotas, v. 14, n.24, p. 179-198, 2005.

_____. **A educação no extremo sul do Brasil: contribuições ao estudo e à pesquisa da (in) sustentabilidade da qualidade e da democracia nas políticas educacionais**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

MACHADO, C e RUIZ, J. A cidade como desenvolvimento humano sustentável. In: SOLER, A. C. (org.) et al. **A cidade sustentável e o desenvolvimento humano na América Latina: temas e pesquisas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2009.

MACHADO, C. e SILVA, M. F. S. **A agricultura urbana e peri-urbana como estratégia para o desenvolvimento social, econômico e ambiental e o combate à fome: análise das transformações nas relações familiares e de gênero e a efetividade, limites e possibilidades para a constituição da segurança alimentar em uma proposta desenvolvida pela Extensão Universitária da FURG**. Rio Grande: Projeto de Pesquisa (Grupo de Pesquisa Política, Natureza e Cidade), 2010.

MADEIRA, C; LIMA C & OLIVEIRA, P. Educação Ambiental: a agroecologia como instrumento de efetivação do pensamento ecológico. In: **Anais do Seminário Educação do Campo**. Pelotas, UFPEL, 2012.

MARTINS, S. **O Papel da Cidade do Rio Grande (RS) na economia rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930)**. 2011. Disponível em: <<http://www.fee.tcche.br/sitefee/download/jornadas/2/e6-02.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2012.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Obras escolhidas**. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983.

MATOS, R. **Aglomerções urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil**. Minas Gerais: UFMG, 2010.

MENEGETTI, G. **Desenvolvimento, sustentabilidade e agricultura familiar**. Porto Alegre: Emater, 2004.

MENDES, A. et al. **Agroecologia na Aglomeração Urbana no Sul**. 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/33678710/AGROECOLOGIA-NA-ALGOMERACAO-URBANA-DO-SUL>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 05 ago. 2013. (Página virtual do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana: conceitos e definições. In: **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, jul. de 2000. Disponível em: <http://ipes.org/au/pdfs/raup1/2_AU1conceitodefi.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2011.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. In: **Ciência & Educação**: Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

MORAES, R. & GALIAZZI, M. Análise Textual Discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. In: **Ciências & Educação**: Bauru, SP, v. 12, nº 1, p. 117-128, 2006.

_____. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

MOREIRA, C. **Soberania Alimentar e alimentação adequada**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/artigo-soberania-alimentar-e-alimentacao-adequada-crispim-moreira>>. 2003. Acesso em: 12 Jul. 2013.

NASCIMENTO, R. **Educação como prática da liberdade à inteligência da complexidade: diálogo de saberes entre Freire e Morin**. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/nascimento-roberia-educacao-como-pratica-da-liberdade.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

PÊSSOA, C. **Agricultura Urbana e Pobreza: um estudo no Município de Santa Maria –RS**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

PETERSEN, P.; WEID, J. & FERNANDES, G. B. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. In: **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 30, n. 252, p. 7-15, set.-out. 2009.

PIRES, P. A. G; RIBES, E. L. A Educação ambiental e o trabalho coletivo: uma utopia a ser alcançada. **Revista de Educação Ambiental da FURG - Ambiente e Educação**. v. 10, Rio Grande, 2005.

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX)**. Maio de 2010.

PORTAL DA AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA. Disponível em: <<http://www.portau.org/>>. Acesso em: 05 ago. 2013. (Página virtual do Portal da Agricultura Urbana e Peri-urbana-PORTAU).

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA E PERI-URBANA: Projeto desenvolvimento da Agricultura Urbana e Peri-urbana (AUP) na aglomeração sul (municípios de Rio Grande e São José do Norte) através do fortalecimento da produção e comercialização e a agroecologia. Rio Grande: NUDESE/FURG, 2008.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PRONEA). Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), 2005.

PROGRAMA DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO: APOIO A PROJETOS DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS. Brasília: SESAN/MDS, 2008.

Proposta de projeto de Hortas, lavouras e plantas medicinais ao edital SESAN/MDS nº01/2007 do Governo Municipal de Porto Alegre, aprovado em dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.ciencialivre.pro.br/media/14e38e52d5f82d4ffff82e5fffd523.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2011.

QUINTAS, J. S. Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública: a construção do ato pedagógico. In: CASTRO, R. S. et. al.(Org.). **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico.** São Paulo: Cortez, 2009.

RAMÍREZ, L. **Sistematización de Experiencias del Programa de Agricultura Urbana en el Municipio Lajas.** Havana: Universidad Agraria de la Habana, 2006.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental?** São Paulo: Cortez, 1996.

RELATÓRIO DA FAO - O ESTADO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNDO. 2010. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/rsfm2011vapdc.asp>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: SAUER, S; PEREIRA, J(Org.). In: **Capturando a terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RUAF: RESOURCE CENTRE ON URBAN AGRICULTURE & FORESTRY. **RUAF: Centro de Recursos para a Agricultura e Sivicultura Urbanas.** Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/ruaf.html>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

RUAF FOUNDATION: RESOURCE CENTRES ON URBAN AGRICULTURE & FOOD SECURITY. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

RUSCHEINSKY, A. **Sustentabilidade: uma paixão em movimento.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

SANTANDREU, A e LOVO, I. **Panorama da agricultura urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

SANTOS, B. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1996.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **A universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Minha concepção de socialismo é de democracia sem fim. In: **Revista Cronos**. Natal, RN, v. 8, nº 1, p. 287-300, jan. – jun. de 2007.

SEVERINO, J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, M.F. S. **A esperança que brota da terra: a agricultura convencional praticada na Quitéria e as possibilidades de mudança pelos caminhos da Educação Ambiental**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007.

SILVA, J.R e JESUS, P. Juventude Rural e Agricultura Familiar: os determinantes dos processos migratórios e os desafios para a preservação da agricultura familiar. In: **Anais do VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, 2010.

SILIPRANDI, E. É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje? In: **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, 2001.

SORRENTINO, M, TRAJBER, R. MENDONÇA, P. FERRARO JR, L. A. Educação Ambiental como política pública. In: **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 31, nº 2, p.285-299. Maio/Ago, 2005

TOZONI-REIS, M. **Fundamentos teóricos para uma pedagogia crítica da Educação Ambiental: algumas contribuições**. Reunião da ANPED, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/gt22-3311--int.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

TRIVIÑOS, A . Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis**. Porto Alegre: v. 4, nov. 2001.

TURRUELLA, E. et al. El Humus de Lombriz: su impacto en La producción de posturas orgánicas em cepellón para la agricultura urbana em Cuba. In: **Revista Brasileira de Agroecologia**. v. 2, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/issue/view/39>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIOLA, E. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991. In: HOGAN, D. & FREIRE, P. (org.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas, Ed. Unicamp, 1992.

VIOLA, E. & FERREIRA, L. C. (org.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

VIOLA, E. & LEIS, H. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.

VIVAS, E. A Soberania Alimentar como alternativa. In: **Revista Cidadania e Ambiente**. São Paulo: Câmara de Cultura, nº45, ano VIII, 2011.

WILBERS, J. & ZEEUM, H. **Revisão Crítica das Políticas Recentes em Agricultura Urbana**.

Disponível em: <<http://www.agriculturaurbana.org.br/RAU/AU16/AU16revisao.html>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

WOSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica em história. In: **Revista Ambiente & Sociedade**, vol. V, nº 2, ago./dez. 2003.

YASBEK, M. C. O Programa Fome Zero no Contexto das Políticas Sociais Brasileiras. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, 18 (2): 104-112 2004.

ZABALETA, J. P. **Diagnóstico da Agricultura em São José do Norte**. Pelotas: Embrapa, 1998.

ZACARIAS, R. A Lógica Destrutiva do Capital, Crise Ambiental e Mudanças Climáticas: os movimentos sociais e a educação ambiental. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

ZAMBERLAN, J e FRONCCHETI, A. **Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis: Vozes, 2002.

ZEEUW, H. de; GÜNDEL, S.; WAIBEL, H. A integração da agricultura urbana nas políticas públicas. In: **Revista de Agricultura Urbana**, n.1, 2000. Disponível em: <http://www.ipes.org/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=100>. Acesso em: 30 ago. 2011.